

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE:
CLÍNICA E CULTURA**

STHEFAN KRINSKI

**A Performatividade na Psicanálise e suas Implicações
para o Conceito de Identidade**

Porto Alegre

2020

STHEFAN KRINSKI

**A PERFORMATIVIDADE NA PSICANÁLISE E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA O CONCEITO DE IDENTIDADE**

Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação
em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul: UFRGS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone Zanon Moschen

Porto Alegre

2020

Nome: **Sthefan Krinski**

**Título: A Performatividade na psicanálise e suas Implicações para o
Conceito de Identidade**

Banca Examinadora:

Orientadora: **Prof^a. Dr^a. Simone Zanon Moschen**

Departamento de Psicanálise: Clínica e Cultura – UFRGS

Prof. Dr. Manoel Luce Madeira

Departamento de Psicanálise: Clínica e Cultura – UFRGS

Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – UFRGS

Prof. Dr. João José Rodrigues Lima de Almeida

Departamento de Ciências Aplicadas – UNICAMP

A Performatividade na Psicanálise e suas Implicações para o Conceito de Identidade

Gostaria de ser menos do que sou,

Distendido.

Um passo à frente,

E um pé atrás.

Agradeço,

Sobretudo àqueles que seguiram desafiando a emergência de alguns eus meus,

**À Simone, por todas as condições dadas e por escutar aqui uma pesquisa e um
pesquisador,**

Ao Manoel, pelo forte apoio e por me fazer reencantar pela psicanálise,

Ao Vitor, pela leitura cuidadosa e pelas trocas incessantes,

Ao Valdir e à Luiza, por fazerem acontecer a ‘virada linguística’ do meu percurso,

Ao Thales, pela amizade e por acolher quem está só começando,

**Ao Rafael, por me levar pela mão ao primeiro grupo de estudos e pelas muitas
risadas,**

Ao Thiago e ao Leonardo, pela amizade e pela valiosa parceria,

À Luiza, por ser o presente da minha vida,

**Ao Claudio e à Rosane, por todo o carinho, pelo fortalecimento e por acompanhar
mais eus do que eu próprio tenha me dado por conta.**

Aos que me deram rosto,

Aos que me deram máscaras,

Aos que me deram a possibilidade de trocá-las:

Sobretudo e

Sobretodos.

Sumário

0. Mapeamento e Apresentação do Projeto.....	p. 2
1. Introdução – Psicanálise e Identidade	
a. Paisagens identitárias.....	p. 6
b. “A Psicanálise não trabalha com (a) identidade...”	p. 13
2. Perspectivas do conceito de Identificação	
a. O Estatuto da Identificação em Freud e em Lacan.....	p. 29
b. O intruso Politzer e a Psicologia Concreta.....	p. 59
c. Retomando o Imaginário.....	p. 76
3. O Semblante da Psicanálise e o Semblante do Psicanalista	
a. O Semblante, o Discurso e o Psicanalista.....	p. 86
b. Não há tal coisa como “Semblante de Gênero”	p. 103
4. <i>Beabá</i> da Performatividade	
a. O Teórico Ordinário.....	p. 117
b. O Linguista.....	p. 142
c. A Filósofa.....	p. 156
5. A Performatividade e a Psicanálise	
a. Temporalidade e consistência nos <i>Escritos</i> de Lacan.....	p. 177
b. Um-possível [<i>un-possible/impossible</i>] da Identidade.....	p. 198

Mapeamento e apresentação da dissertação

Dedico esta apresentação para situar os leitores quanto ao desenvolvimento e mapeamento desta dissertação como um todo, situando suas questões-chave de elaboração. Primeiramente, o objetivo maior desta pesquisa é propor e dar consistência a noção de *identidade*, especialmente dentro do panorama da psicanálise. Para tanto, articulamos sua apreensão crítica junto à conceitos em sua maioria vindos da psicanálise, em um primeiro momento, e, posteriormente, através do que recolhemos pelas teorias da *performatividade da linguagem*. A ideia de performatividade, que hoje circula, sobretudo, pela alcunha de Judith Butler e de seus *Problemas de Gênero*, passa na maioria das vezes despercebida ser um conceito originado no seio da filosofia da linguagem e cunhada por John Longshaw Austin – uma importante figura de tal panorama.

Na visão inicial, porém revolucionária do autor, é preciso diferir os enunciados enquanto *constatativos*, de um lado, e *performativos*, de outro. Através de tal óptica, todo e qualquer enunciado apresenta uma faceta pragmática que não está apta a passar pelo jugo de critérios de verdade (tal como os enunciados constatativos o estão). Austin (1962), em *Quando dizer é fazer*, nos brinda com dois exemplos elucidativos da dimensão performativa da linguagem e sua relação com a quebra do *fetichismo verdade-falsidade*: ao se batizar um navio, ou diante do anúncio de união marital entre duas pessoas, consumada por um padre, não mais cabe inferirmos se o enunciado diz a verdade ou é um mentiroso. Não nos deixando apenas tomar pelo esquematismo brilhante de tal asserção, aqui percebemos que ela guarda consigo uma série de implicações que esperamos ter podido desenvolver junto à psicanálise.

Assim, de modo a reconhecer o fundamental enlace do ensino lacaniano em relação à linguística e aos estudos da linguagem em geral, pretendemos estabelecer algumas consequências e consonâncias da teoria performativa da linguagem em relação ao tesouro conceitual e clínico da psicanálise. Sob este esforço, uma crítica à *identidade classicamente concebida* por vezes aparecerá pelo fato de que esta compõe um modelo diretamente contraposto ao que mostraremos elaborar uma *identidade performativamente constituída*. Nesta medida, a *identidade classicamente concebida* é um interessante exemplo de algo que *se constata*, porque vinculada a uma gramática que a toma enquanto atributo essencial e dado no que é a coisa do humano – ou mesmo a coisa essencial que corresponde a cada um de seus elementos individuais.

1. No capítulo introdutório, **Psicanálise e Identidade**, tratamos mais diretamente de apresentar a multiplicidade de entendimentos e inserções que a noção de identidade foi assumindo – suas **Paisagens** antigas e contemporâneas colocadas em perspectiva. Um dos apontamentos que faço é o de que, apesar do termo sofrer tantas críticas e rechaços nos variados campos de entendimento, a identidade parece retornar e, mais ainda, seguir solicitando por mais e mais elaborações. Para tanto, me valho de alguns teóricos que respondem às atualidades da subjetivação, como Paula Sibilia, e dos estudos culturais, como Kathryn Woodward e Stuart Hall, no que eles esquematizam uma genealogia da identidade e de seus momentos.

Prosseguindo, no subcapítulo “**A Psicanálise não trabalha com (a) identidade...**”, intentamos fazer uma aproximação *disso que se diz* com recorrência no campo psicanalítico quando posto a dialogar com a noção de identidade. De modo a tensionar essa atitude imediata em relação à identidade, levantamos alguns momentos em que a psicanálise constitui para si própria uma postura identitária - mesmo que sob a justificativa estratégica da necessidade de sua emergência científica, como visto na preocupação freudiana. Terminamos o capítulo ao apresentar os objetivos mais gerais e específicos da dissertação, além de realizar um exercício etimológico com a *performatividade*.

2. A seguir, no capítulo **Perspectivas do conceito de Identificação**, traçamos um percorrido de um dos dois conceitos que pensamos fundamental para pinçar identidade e performativo desde a psicanálise, a saber, o conceito de *identificação*, por um lado, e o do *semblante*, por outro – ambos pertencentes ao colóquio teórico lacaniano. Assim, neste primeiro momento, procuramos esquematizar as três formas de identificação tal como descritas por Freud, para depois passar ao trabalho deste mesmo conceito em Lacan. No recorte e entendimento que fazemos da identificação lacaniana, propomos como chave de leitura a utilização dos princípios da linguística saussuriana – tanto no que compete à noção de *traço unário* como no apontamento de que a identificação é uma operação que forçosamente está em relação ao *significante*.

Prosseguindo, extraímos algumas consequências da topologia dos toros, também presentificada desde o seminário da *Identificação* – e, de modo a dar continuidade a crítica do modelo de *interioridade* e *unidade* que opera a lógica tórica, iniciamos o subcapítulo que versa sobre a teoria de **Georges Politzer**. Contando com este crítico ferrenho da

psicologia clássica, traço o duplo objetivo tanto de (1) criticar as características que servem de substrato para a constituição das identidades ou, ao menos, para se pensar o sujeito enquanto uma identidade psicológica, bem como (2) de pinçar no projeto politzeriano uma perspectiva das noções de *eu*, *narrativa* e *ato*, que muito interessou às reformulações lacanianas da psicanálise – e que muito me interessam à consolidação do performativo em nossa proposta dialógica.

Este capítulo fecha com um exercício de **Retomada do Imaginário**, partindo de sua imbricação necessária ao registro do simbólico – articulação por vezes negligenciada na retórica psicanalítica contemporânea. Este esforço compõe uma ponte ao segundo conceito fundamental de acordo com as intenções da primeira parte de nossa pesquisa, a saber, o conceito de *semblante*. Justificamos essa retomada no que tal conceito perde muito de sua inserção no debate com a *identidade* e com a *performatividade* caso esteja posicionado puramente no registro do imaginário.

3. No capítulo **O Semblante da Psicanálise e o Semblante do Psicanalista**, exploramos o conceito de semblante tal como trabalhado no seminário *De um discurso que não fosse semblante*, privilegiando suas relações aos matemas da teoria dos discursos, em especial sua entrada particular no par *discurso do mestre* e *discurso do analista*. Defendemos que entender a prática clínica do psicanalista desde o semblante que lhe compete é da maior importância, na medida em que recolhe grande parte das indicações éticas do projeto laciano da condução analítica do tratamento. Sendo assim, a entrada pelo conceito de semblante confere tanto a especificidade operatória do psicanalista, em articulação às outras modalidades de semblante, como é capaz de enlaçá-la a uma teoria dos discursos que se faz necessária para o entendimento da *performatividade*.

A outra metade do capítulo, intitulada **Não há tal coisa como “Semblante de Gênero”**, afirma a afinidade existente entre o conceito de *semblante* e o que se pensou desde a teoria butleriana a respeito da *performatividade de gênero*. Mais ainda, este subcapítulo introduz algumas noções de Butler que servirão enquanto conexões para quando a autora for retomada sob um viés mais estritamente linguageiro.

4. O capítulo então chamado de **Beabá da Performatividade** será onde o conceito *strictu sensu* de *performativo* será trabalhado em suas referências à filosofia da linguagem de **Austin**, fazendo uma varredura extensa da gênese e desenvolvimento do conceito em sua obra *Quando dizer é fazer*. Depois passamos aos pontos de contato presentes na linguística de **Benveniste** e na leitura que **Butler** dispôs ao *performativo* desde o ponto

de vista dos fenômenos da linguagem e da nomeação. Objetivamos compor um sólido panorama da *performatividade*, trançando noções já vistas a noções porvir deste trabalho.

5. No último capítulo desta dissertação, pretendemos recolher, para o campo psicanalítico o que se conseguiu trabalhar até então, e assim consolidar sua relação com a teoria da *performatividade*. No primeiro subcapítulo, chamado de **Temporalidade e consistência nos *Escritos de Lacan***, tomando como fio condutor alguns textos canônicos do lacanismo, especialmente *A carta roubada*, *Função e campo* e *Subversão do sujeito*, tratamos as categorias conceituais vistas até então para atestá-las em relação à ética e teorizações que fazem do analista um profissional *performativamente advertido*. De igual forma, lá é o momento em que mais articulamos como uma noção criticamente atualizada de *identidade* necessita de uma teoria da linguagem que lhe seja correspondente, retirada dos pontos conexos entre *psicanálise* e *performatividade*.

Assim intitulamos o último subcapítulo de **Um-possível [*un-possible/impossible*] da identidade**, fazendo alusão à homofonia estressada por um ouvinte do seminário do *Sinthome*, dirigida à Lacan na forma da seguinte pergunta: ‘*por que não nos ocupamos do um-possível que resta ao impossível?*’ – acreditando que no caso da crítica à identidade e da consolidação do performativo essa pergunta se faz mais que adequada. No final deste percurso, pensamos ter conferido um giro renovador à questão da identidade, quando articulada ao contemporâneo e ao ponto de vista implicado desde a psicanálise – em como isso importa e se articula às questões que concernem à intervenção do analista e às chaves de leitura que se colocam próprias ao discurso psicanalítico.

Introdução – Psicanálise e Identidade

a. Paisagens Identitárias

Brincando de reduzir a questão da identidade a seus mínimos articuladores, inferimos ser possível sintetizá-la em duas partes ou elementos linguísticos: o pronome relativo *quem* seguido do verbo *ser*, modalizado conforme a pessoa indicada. Com isso, por exemplo, resultaria a vertiginosa pergunta de “*quem sou eu?*”, certamente mais difícil de dirigir a si do que lançar a um segundo ou terceiro, ou seja, na banalidade de um “*quem é você?*” ou da facilmente respondida “*quem é aquele?*”. Para tais perguntas, temos um desfile de respostas que se encaixam de prontidão: o *nome próprio* ou *sobrenome de família*, a *profissão*, a *nacionalidade*, a *relação com a lei*, a *raça*, o *gênero* ou a *sua indefinição*, e mesmo quaisquer tipos de *filiação a grupos musicais, programas partidários, organizações religiosas*, entre vários outros. Sabemos que a identidade enquanto problema não se restringe apenas às pessoas e à linguística, também sendo parte integrante de pesquisas do campo filosófico e lógico-matemático. Partindo de suas fórmulas, teríamos de um lado o *princípio da não contradição* e de outro a equação $A=A$, ou mesmo a igualdade entre os elementos de dois conjuntos também iguais, ambos como indicadores de identidade.

Ainda assim, é no pensamento político das ciências humanas, bem como nos esforços de inúmeras frentes militantes, que observamos maior pregnância do termo. Quando estes não se utilizam tão especificamente do conceito *per se*, ele encontra-se implicitamente infiltrado em remotes genealógicos ou em discussões de relações de poder – nem que de modo puramente estratégico, como quer Butler¹, ou então para tão logo descartá-lo na busca desenfreada de outras palavras para, no fim das contas, referenciar as mesmas questões-chave. De um jeito ou de outro, concordamos com Stuart Hall, segundo o qual estaríamos “observando, nos últimos anos, uma verdadeira explosão discursiva em torno do conceito de ‘identidade’”².

Mesmo levando em consideração todas estas frentes, é cada vez mais banal escutarmos críticas às noções que carrega a identidade, e isto não só desde as mais

¹ Butler, J. (1990/2003). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

² Hall, S. (2014). Quem precisa de identidade? In: *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais* (org. Tomaz Tadeu da Silva). Rio de Janeiro: Vozes. (p.103).

diferentes disciplinas e campos de estudos – como a *filosofia*, a *sociologia*, a *antropologia*, a *psicologia social*, a *psicanálise*, e por aí segue a lista. Muito além de uma crítica formal acadêmica dirigida à perenidade, coesão e substância de um (modo de) ser, a denúncia da frouxidão em relação a como cada um se nomeia e se percebe há muito migrou dos meios ditos progressivos de pensamento.

Por exemplo, não seriam uma nem duas a quantidade de campanhas publicitárias cuja tônica se vale de enunciados explicitamente contraditórios entre si, tais como ‘*Seja quem você quiser!*’ ou ‘*Seja diferente!*’, ‘*Seja você mesmo!*’ e ainda ‘*Não importa quem você seja!*’. Ou então, caso colocado em outros termos:

- 1) o que somos se decide por capricho e ao bel prazer;
- 2) o que somos é uma verdade a ser revelada ou afirmada; e
- 3) o que somos nada diz respeito ao que temos acesso ou por onde circulamos.

São nestes três exemplos desdobrados que apontamos como a captura marqueteira das estratégias de identidade traduz mandatos que, por sua vez, compõem o imaginário da época. Eles mostram a constituição das definições contemporâneas de identidade através de enunciados no mínimo ambíguos e de difícil sustentação. Mais ainda, incluída a esta mistura incauta de *intencionalidade* e *autenticidade*, notamos que a forma imperativa das propagandas se encontra habitualmente veiculada a pessoas – seus rostos focados e seus *lifestyles* desvelados.

De modo a extravasar o terreno da publicidade entendemos este tipo de fenômeno como muito mais abrangente, se ligando a toda uma diversidade midiática que se coloca sempre à disposição da lógica de consumo. Em uma primeira vista, parecendo imparcial aos gostos, classes e intenções: indo das telenovelas mexicanas aos filmes vencedores de Cannes. Assim, ressaltando a dimensão de globalização da mídia, Suely Rolnik³ denomina seus frutos identitários de *prêt-à-porter*, no sentido de constituírem identidades *prontas-para-usar*. Tão logo, estes “*kits* de perfis-padrão”, ou maneiras glamourizadas de ser, aparecem regidos pelos mesmos princípios de uma mercadoria – tais como a obsolescência programada e a conseqüente necessidade de constantes atualizações.

Embasando estas percepções, Paula Sibília⁴ analisa a mudança de paradigma na sensação e construção de si desde o advento das novas tecnologias, principalmente da

³ Rolnik, S. (1997). *Toxicômanos de identidade*. Conferência na X Documenta, Kassel. (p. 1).

⁴ Sibília, P. (2016). *O show do Eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

internet e celulares das últimas gerações. A autora mostra como a sensação de subjetividade, antes calcada em exercícios íntimos e reflexivos, acaba encontrando seu correlato atual em práticas de *ex-timidade*. Estas últimas foram desenvolvendo-se em uma genealogia que vai do *blog* às redes sociais, desembocando em aplicativos como o *Instagram*, o qual, cada vez mais, parece convergir a adesão da maior parte dos usuários.

Sua tese: há muito abandonamos a retórica de uma essência bem resguardada em um tipo de *eu* profundo, cavernoso. E, para tanto, não se precisou dissertar longamente contra o *homo psychologicus* ou mesmo à organização social privativa dos vitorianos. Diante dos “vertiginosos processos de globalização, aceleração, digitalização, hiperconexão e espetacularização de nossos modos de vida”⁵ são poucos os que escapam da fantasia profética warholiana dos tão sonhados quinze minutos de fama.

Neste complexo panorama de tendências no modo de se reconhecer e ser reconhecido – de se sentir e se mostrar si mesmo –, lembramos o diagnóstico de Vladimir Safatle⁶, que estenografa as consequências do acima exposto através da ideia de *cinismo*. O filósofo coloca a ideia de cinismo como um produto político-subjetivo proveniente da flexibilização das identidades no grande contexto do capitalismo-globalizado casado à quase onipresença da mídia. Ambos os fatores sustentam e favorecem um modelo identitário⁷ no qual aderimos a identidades mesmo elas tendo perdido seu valor de verdade. Em qualquer nível de composição das relações, a estrutura cínica estaria agindo tanto no âmbito micro como no macropolítico.

A subjetividade cínica é a que se diz de *tal forma*, se porta no campo social ou vida privada como *tal forma*, mas sabe bem que a essa identidade não credita verdade ou aderência convincente. Diante de uma variedade de mandatos impossíveis de acomodar quanto ao que somos, queremos ser ou devemos ser, é bem provável que a estrutura cínica ainda seja uma resposta possível a tais demandas, pelo menos ao alcance prático. Assim, gerando um golpe difícil de metabolizar teoricamente, Safatle coloca sob suspeita alguns dos conceitos mais estratégicos em relação à política atual de identidades, sobretudo os privilegiados por autores de peso como Deleuze (simulacro), Agambem (paródia) e Butler

⁵ *Idem*, p. 127.

⁶ Safatle, V. (2008). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.

⁷ Ao longo de todo este trabalho, utilizaremos apenas gramaticalmente a noção ‘*identitário*’, ou seja, *aquilo que é referente à identidade*, e não como um pseudo-conceito independente.

(performatividade de gênero). Nesta lista poderíamos ainda adicionar o conceito de semblante para Lacan, se o autor o tivesse utilizado com mais apreço e veemência.

Somente nestes primeiros parágrafos já apontamos a dificuldade de trabalhar com um conceito por demais controverso, a um só tempo tão imediatamente criticado e tão útil na captação de certas questões contemporâneas. Ainda assim, concordamos com Hall:

A identidade é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas.⁸

Insistiremos um pouco mais, então. E para melhor tentarmos uma primeira esquematização, apontamos duas lidas em relação à identidade que compõem axiomáticas radicalmente distintas. Por mais óbvias que pareçam, seriam elas divididas fundamentalmente, de acordo com Woodward⁹, na tomada *essencialista* das identidades contraposta à sua modalidade *não-essencialista*.

Enquanto a primeira encontra respaldo tanto na argumentativa biológica, natural, tanto em um tipo de culturalismo extrator de mitos irrevogáveis sobre o que um povo supostamente partilha, uma abordagem não-essencialista tende a interpretar as identidades de maneira construtivista, vinculada às ações do campo social e do conjunto de experiências singulares para cada sujeito. Ou seja, ambas representam maneiras bastante diferentes de conceber os termos da identidade. Já passamos rapidamente por um conjunto de autores que se afinam a esta última abordagem, e certamente não faltariam nomes para embasar ainda mais tal perspectiva – que igualmente lembramos compor mesmo uma certa parte do *espírito do tempo* [*Zeitgeist*], ou ao menos certo consenso implícito do pensamento contemporâneo.

Stuart Hall, teórico conceituado das questões identitárias, adiciona uma interessante camada de complexidade para esta dualidade de posicionamentos. Como pudemos constatar, o pólo essencialista também acolheria elementos identificados à cultura, tal como *heranças, costumes, histórias pregressas, mitos fundadores* – todos

⁸ Hall, S. (2014). *Quem precisa de identidade?* In: *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais* (org. Tomaz Tadeu da Silva). Rio de Janeiro: Vozes. (p.104).

⁹ Woodward, K. (2014). *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais* (org. Tomaz Tadeu da Silva). Rio de Janeiro: Vozes.

estes, no caso, traduzidos à maneira do dado imutável ou transcendental, que estariam como que para todos os integrantes de determinado conjunto de pessoas. De modo a contornar uma fragilidade desta dicotomia, Hall brinca com a homonímia em inglês de *roots* – bem traduzido por *raízes*.

Diz o autor, então, que mais vale pensarmos em uma mudança de paradigma que vai das raízes [*roots*] para as rotas [*routes*]¹⁰, operando uma saída do terreno das essências para as possibilidades de acesso e circulação que uma identidade carrega consigo. Com isso se abre uma perspectiva política e relacional das identidades, na medida em que elas se situam e são significadas em relação a um sistema e sua constelação. Também, a partir daí pode se entender a máxima de que na identidade está sempre pressuposta a diferença, na medida em que sua borda é composta pela exclusão de elementos que lhe estão estrangeiros (*nós e eles, eu e o outro*).

No campo pragmático, verificamos o quanto algumas relações, como no exemplo das de gênero, baseiam suas construções negativamente em relação ao seu outro – no caso mais imediato, temos o masculino fazendo par de oposição ao feminino. Adiantamos que isso seria uma faceta da identidade/diferença relativa ao *signo*, operação em que o sentido é soldado de modo a fazer semblante de coisa. Em contraposição, junto à inspiração linguística, a começar com a de Saussure¹¹, concebe-se a diferença não enquanto suporte da fixidez de sentido, mas como o motor mesmo de seus deslocamentos – o que de igual forma obtemos se tomarmos o trabalho que o ensino lacaniano depreende para a noção de *significante*.

Contudo, muito antes de inserirmos a linguística na discussão daremos um passo anterior no sentido de apreendermos uma genealogia do conceito de identidade em suas viradas paradigmáticas – junto a outro trabalho de Hall¹². Entendemos que a tarefa genealógica só se faz possível *a posteriori*, de acordo com uma visão retrospectiva. Assim sendo, uma das balizas da história de seu desenvolvimento está fincada no que se convencionou chamar de “crise de identidade”¹³. Como nos ensina o caso da identidade,

¹⁰ Hall, S. (2014). *Quem precisa de identidade?* In: *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais* (org. Tomaz Tadeu da Silva). Rio de Janeiro: Vozes. (p.109).

¹¹ Saussure, F. (1916/2012). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.

¹² Hall, S. (2015). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina.

¹³ *Idem*, p. 9.

é demasiado ruidoso o momento em que algo estável e coerente desloca-se para o campo da incerteza e fragilidade.

Apontamos que, antes, no chamado *mundo tradicional*, cada indivíduo encontrava-se solidamente ancorado em sua posição relativa ao plano social. Tamanho era o peso dos vários dos marcadores que hoje adquirem progressiva flexibilidade, tamanho era o peso determinístico dos papéis de *gênero*, de *classe*, e das *imposições* dadas pela gerência paterna e familiar, por exemplo, que a identidade não podia constituir uma problemática sequer formulável.

Tal questão só começa a encontrar seu quinhão de sentido ao tomarmos o recorte histórico conhecido por *modernidade*, um dos tempos intermediários que Hall¹⁴ divide de acordo com o estudo do objeto identitário. Segundo o autor, o primeiro grande momento em que detectamos a instalação de outra paisagem identitária fora do mundo tradicional é com o advento do *sujeito do Iluminismo*, atravessando um tempo intermediário que o autor chama de *sujeito sociológico* para, finalmente, advir o *sujeito pós-moderno*. Lembramos se fazer digno de nota que seja somente a partir deste último e de suas particularidades que é possível remontar os tempos precedentes, ou então, desde a imersão na conjuntura sócio-política atual denominada *pós-modernidade* (Hall), *modernidade tardia* (Giddens) ou mesmo *hipermodernidade* (Lipovetsky) que podemos retroagir uma leitura sobre a organização identitária precedente.

Começemos por ordem, então. O *sujeito do Iluminismo* foi o responsável por deslocar a perspectiva monádica das organizações sociais tradicionais para uma leitura monádica de cada indivíduo, de certa forma o inaugurando enquanto categoria nocional. A repetição cíclica e hierárquica, talvez bem imajada por formigueiros ou colmeias onde cada um, em sua posição, constituía o *Um* fechado de uma conjuntura de participantes, passa a ser rearticulada pelo indivíduo que se crê como seu próprio *um*. Assim, lembramos que o indivíduo é um fruto historicamente localizado pelo humanismo renascentista aliado à influência do surgimento da filosofia e ciência moderna do início do século XVII – representadas em Descartes, Locke e Leibniz. Podemos traçar suas características fundadoras a partir da figura do hominídeo dotado “de razão, consciência e de ação”¹⁵, auto-centrado, contando com um núcleo interior que restaria idêntico do começo ao fim de sua existência.

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ *Idem*, p. 10.

Diante da gradual complexificação do mundo moderno, principalmente no que se refere ao advento dos estados-nação e a questão da cidadania que lhe coincide, o solipsismo do indivíduo traduzido por um núcleo intacto e imutável começa a ser colocado em xeque, a caducar. Assim, se concebe o *sujeito sociológico* como aberto a mudanças em seu contato com a cultura e outros indivíduos, sendo, então, a interação entre este e a sociedade a principal tônica desta nova concepção. Notamos que a ideia de uma pré-determinação nucléica do indivíduo ainda estaria em plena vigência, mas agora apresentando-se às influências transformativas do mundo exterior em uma perspectiva de ajuste, adaptação e complementaridade.

Podemos supor com relativa segurança que este paradigma interacionista ainda resta com bastante força no ideário intuitivo, ou seja, no que concebemos ser um modo de pensar comum ou geral no contemporâneo. Ainda assim, Hall¹⁶ resgata sua historicidade e argumenta que ele foi sendo construído pelo discurso sociológico da segunda metade do século XIX e início do XX, fundando o par tenso e dialético indivíduo-sociedade. A psicologia em geral e igualmente algumas formulações dentro da psicanálise parecem servir-se deste modelo. Escancaradamente, temos as noções de Melanie Klein¹⁷ sobre a dinâmica entre o mundo interno e o mundo externo, mas também de um emergente Lacan¹⁸ tomado por ideias provindas da etologia e que pensa uma parte da instalação do *Estádio do Espelho* sob os termos da *Umwelt* [ambiente] e da *Innenwelt* [organismo].

Finalmente, a aurora do *sujeito pós-moderno* pode ser localizada aproximadamente na segunda metade do século XX. Contudo, ele carrega impactos formativos tanto anteriores como posteriores, se tomarmos de analisador os *cinco maiores descentramentos*¹⁹ que sofreu o sujeito moderno dos moldes *iluministas e sociológicos*. Respeitando a ordenação do autor, são eles: 1) o pós-marxismo de Althusser; 2) o empreendimento psicanalítico e os desenvolvimentos lacanianos; 3) a linguística saussuriana; 4) a genealogia do sujeito e dos regimes do poder em Foucault e 5) movimentos sociais e revoltas estudantis, “conhecido como a *política de identidade* –

¹⁶ *Idem*, ver p. 11.

¹⁷ Klein, M. (1952/1986). Algumas conclusões teóricas sobre a vida emocional do bebê. In: *Os progressos da psicanálise* (Org. Melanie Klein). Rio de Janeiro: Zahar.

¹⁸ Lacan, J. (1966 [1948]/1998). O estágio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar.

¹⁹ Hall, S. (2015). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina.

uma identidade para cada movimento”²⁰, tendo em seu principal expoente o feminismo. O protagonismo do feminismo se justifica por sua particularidade de não só revogar determinadas posições e posicionamentos da mulher, mas de colocar em causa os próprios dispositivos que formam as identidades sexuais e de gênero.

Evidentemente, estes golpes pragmático-teóricos embasaram uma série de modificações no sujeito ao ponto de fragmentá-lo progressivamente. Isto cria uma contradição inerente à ideia de indivíduo enquanto substância indivisível, na medida em que “nele” passam a agir forças identitárias contrárias, irresolutas, fluidas, distanciadas, relativas, precárias, etc. Não sendo somente nesta dimensão espacial, também o comportamento temporal das identidades é drasticamente torcido, sendo nesta faceta que vemos mais pungentemente o impacto transformativo da globalização, da mídia e das novas tecnologias (Rolnik; Sibilia).

Notamos que Hall utiliza o termo *sujeito* em sua sistematização do que aqui chamamos de paisagens identitárias. Já que na próxima seção inauguraremos de vez o trabalho com a psicanálise, cabe lembrar a complexidade que tal conceito remete. Dessa forma, queremos ressaltar que o uso do “sujeito” empreendido até então se deve em respeito ao autor e à perspectiva dos *Estudos Culturais* no qual se insere, mas que estes evidentemente não se propõem a abarcar o sujeito do inconsciente ou deste enquanto efeito de discurso, ao menos no contexto das referências aqui citadas²¹.

b. “A psicanálise não trabalha com (a) identidade...”

Por sua vez, é perfeitamente dedutível que a psicanálise se inseriria neste debate de várias formas, a começar com seus estabelecimentos mais primordiais, ditos fundadores de sua – por que não? – *identidade teórico-prática*. Não nos propomos a um uso incauto desta expressão, levando em consideração as condições e, mais ainda, as aspirações de Freud em relação ao reconhecimento de sua mais nova disciplina. Contudo, ressaltamos que não seria somente em seus primeiríssimos passos que o esforço freudiano se dirige à constituição das fronteiras da psicanálise, lhe demandando o estabelecimento

²⁰ *Idem*, p. 27.

²¹ A noção de sujeito será trabalhada nos últimos dois capítulos, onde incitamos a conceituação da performatividade para lê-lo enquanto efeito de uma teoria específica da linguagem.

de filiações, exclusões e delimitações em relação às demais disciplinas de sua época – quaisquer semelhanças com o *modus operandi* da identidade não é mera coincidência.

O posicionamento de Freud com a filosofia é um caso ilustrativo. Tendo mantido relações de bastante interesse com este campo desde o início de sua formação médica, onde estudou anos com Franz Brentano, renomado filósofo e psicólogo de então, sua dedicação foi quase totalmente eletiva, perdurando para além do contexto acadêmico sustentada a partir de leituras pessoais, trocas epistolares e até de um abecedário da filosofia que redigira manualmente para sua esposa Martha²². Na virada do século, este tom amistoso e de pesquisa muda radicalmente a partir dos primeiros delineamentos da psicanálise, quando o rechaço, a sátira e as tímidas citações marcaram o programa freudiano de erigir fronteiras rígidas entre sua disciplina e a velha amiga filosofia.

Paul-Laurent Assoun²³, que dedica um livro a cobrir extensamente a história de Freud com a disciplina filosófica, mostra de início a tônica da crítica freudiana voltada ao que o autor condensou pelo nome de um *consciencialismo* presente na filosofia. Lá, ele argumenta que Freud foi um crítico fervoroso do método filosófico hipotético-especulativo, porque supunha que este movimento se sustentava na transparência da consciência a si mesma, o que, obviamente, excluiria as noções provenientes do objeto privilegiado pela psicanálise, a saber, *o inconsciente*.

Deste recorte crítico de Freud, o qual alguns autores tomaram por uma “recusa sobre cuja ingenuidade filosófica quase não é necessário insistir”²⁴, ressaltamos aqui, sobretudo, sua motivação de fundo estratégico. Advertidos por Assoun e Eidelsztein²⁵ quanto à apropriação conceitual nem sempre admitida de várias ideias da *neurologia*, *psiquiatria*, *sexologia* e da própria *filosofia*, nos perguntamos se em relação a esta última Freud não estaria se protegendo do receio de que um campo qualquer pudesse encontrar-se demasiado próximo do ideário psicanalítico. De fato, as várias investidas da filosofia no sentido de sistematizar ou englobar o pensamento psicanalítico de então, além do forte interesse de juventude de Freud a este campo de estudos, talvez fizessem da filosofia um *locus* de perigo de mistura e sedução ao olhar freudiano.

²² Assoun, P-L. (1978). *Freud, a filosofia e os filósofos*. São Paulo: Francisco Alves.

²³ *Idem*.

²⁴ Simanke, R. (2005). Nem filósofo, nem antifilósofo: notas sobre o papel das referências filosóficas na construção da psicanálise lacaniana. *Natureza humana*, 7(1), 9-58. (p. 18).

²⁵ Conferência ¿Cómo trabaja un psicoanalista? (2017), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wPrxJPZefhI>

Pelo lado mais propositivo, em vários trabalhos podemos ler a declarada filiação da psicanálise com a ciência e seu método heurístico – ou seja, o método baseado na criação de conceitos de base [*Grundbegriffe*] que dariam conta apenas aproximativamente do fenômeno, na medida em que estariam passíveis a transformações conforme as decorrências da experiência. Este paradigma, apesar de oferecer uma interessante perspectiva reformista da teoria, é também responsável por inspirar Freud a adotar um conjunto de posturas organicistas e fiscalistas, ou até mesmo levá-lo a anunciar sem maiores ressalvas que a verdade é aquilo que de fato tocara a realidade externa. Talvez não haja outro lugar, como em *Acerca de uma Cosmovisão*²⁶ [*Weltanschauung*], para mostrar a equação visada por Freud da psicanálise em relação a estes projetos das ciências da natureza [*Naturwissenschaft*].

Faz-se necessário captar o espírito estratégico, porém claramente identitarista, destas colocações. Por exemplo, em resposta epistolar a Carl Jung datada de novembro do ano de 1911, Freud emite a seguinte frase: “a psicanálise *fara da se*”, ou seja, se fará de si mesmo. Isso leva Assoun a comentar, equilibradamente, que:

Há nesse verdadeiro *slogan* a reivindicação de uma espécie de “nacionalismo epistêmico” levando-o a defender enciumadamente as fronteiras da jovem ciência. Trata-se, pois, ao mesmo tempo, de obter o reconhecimento das outras esferas do saber, a legalização de seu estatuto na comunidade científica, e de preservar sua independência em relação a cada uma das demais regiões do saber.²⁷

Outra interessante demarcação, cuja intenção é ainda mais identitária, expressa entre os praticantes da psicanálise, vem do uso por Freud do termo *xibolete*, uma palavra de origem hebraica que se encontra no *Velho Testamento*. Esta palavra é explicitamente utilizada para diferenciar os pertencentes a uma determinada tribo através de sua correta pronúncia. No encontro fortuito de grupos ou mesmo indivíduos desconhecidos, tornava-se forçoso e imediato o pedido pela pronúncia da palavra *xibolete*. Nesta narrativa bíblica, os que se denunciavam com a pronúncia não correspondente à tribo demandante eram inevitavelmente abatidos, eliminados em ato. Ao longo de vários trabalhos, Freud

²⁶ Freud, S. (1933/1976). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise: A questão de uma *Weltanschauung*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXII). Rio de Janeiro: Imago.

²⁷ Assoun, P-L. (1978). *Freud, a filosofia e os filósofos*. São Paulo: Francisco Alves. (p. 48)

considerou os xiboletes da psicanálise o *inconsciente*, a *teoria dos sonhos* e o *Complexo de Édipo*²⁸. Não nos interessa aqui discutir a pertinência de tais conceitos no corpo de conceitos da psicanálise, mas, sim, destacar a atitude freudiana.

Algo que se escuta com relativa frequência é que ‘*a psicanálise não trabalha com o conceito de identidade*’, ou ditos afins. Certamente um indicador da falta de afinidade entre o campo e o conceito é sua expressiva escassez na gramática freudo-lacanianiana. Porém, inspirados pela breve exposição acima, pensamos que se com *a* identidade pouco pode a psicanálise contribuir que não por um viés crítico, ao mesmo tempo existe uma preocupação originária ainda pouco trabalhada em relação ao *trabalho com identidade* – uma suposta identidade teórica e prática ou mesmo uma identidade em causa ao próprio psicanalista.

A tentativa de sempre *outrificar* a psicanálise enquanto disciplina *sui generis*, de tomar suas colocações sempre desde *outro lugar*, ou de versar sobre os conceitos sempre de *outra forma*, parece compor o quadro que Waldir Beividas²⁹ toma pelo empuxo apofático da psicanálise, explicando-os satiricamente como os *argumentos do não* – que o autor aponta ter uma infeliz afinidade especialmente com o registro laciano. Neste recurso de solipsismo epistemológico, depreende-se que a linguagem pensada pela psicanálise não teria *nada a ver* com as proposições da linguística; o corpo pulsional não teria *nada a ver* com os corpos versados por outras disciplinas; e a identidade, portanto, não teriam *nada a ver* com conceitos como o de semblante em Lacan ou da identificação freudo-lacanianiana.

Em debates contemporâneos, como no exemplo dos de gênero, ou seja, em se tratando de um campo em que o conceito de identidade é fortemente trabalhado, percebemos alguns psicanalistas recuando muralha adentro. A título de exemplificação, observamos certos posicionamentos como o de Marcus Teixeira, autor que declara não estar disposto a conversar com teorias exógenas à psicanálise, supondo que o exercício traria efeitos “de empobrecimento do empreendimento teórico de Lacan e da própria

²⁸ Fulgencio, L. (2013). Ampliação winnicottiana da noção freudiana de inconsciente. In: Psicologia USP, São Paulo, 2013, 24(1), 143-164.

²⁹ Beividas, W. (2009). Inconsciente e Sentido: ensaios de interface: Psicanálise, Linguística e Semiótica. São Paulo: Annablume.

transmissão da psicanálise”³⁰. Não é preciso recorrer a nenhum outro autor para lembrar que Lacan, em sua releitura de Freud, se valeu de dezenas de paradigmas e conceitos extramuros em relação ao próprio pai da psicanálise.

Sendo assim, não pretendemos passar por cima do aporte psicanalítico quanto à questão, mas tão somente nos perguntarmos se uma atitude de exclusão, ilhamento e outrificação não constituiriam por si só os ingredientes para uma fórmula identitária. Com isso em mente, prosseguimos mapeando alguns conceitos-chave que a psicanálise fornece ao debate, lembrando sua parte integrante e precursora ao que Hall³¹ tomou pelos grandes golpes de descentramento ao sujeito moderno. Adiantamos que, de fato, a psicanálise conta com um farto jargão crítico em relação à sustentação ou até de como se comporia uma identidade. Muitas de suas indicações dizem mais da impossibilidade de sua instalação do que de uma impotência, e advogamos que isto representa uma das marcas mais contundentes da psicanálise neste assunto.

Antes de tudo, é importante admitirmos de vez que o conceito não tem circulação pela terminologia psicanalítica, e que sua introdução ou possíveis conversas partem do contágio de outras disciplinas e campos de estudo. Eduardo Leal Cunha³² lembra não haver quase nada a encontrar quando se procura pelo termo “identidade” nos quatro dicionários mais famosos do meio psicanalítico, como Laplanche & Pontalis e Chemama. Cunha também mostra que, em Freud, a palavra é usada com relativa frequência, mas sem nenhum tipo de rigor, o que acaba se somando ao estilo freudiano que privilegia o uso da linguagem alemã corrente, na qual *Identität* faz parte. Estando presente em seus primeiros trabalhos, o uso mais conceitual da palavra que encontraremos na obra freudiana resume-se da seguinte maneira:

Numa primeira aproximação do texto freudiano, o que podemos perceber imediatamente é que, ao contrário do que acontece com a noção de identificação, o uso do termo identidade em nenhum momento chega a implicar um conceito ou designar um processo, mecanismo ou fenômeno específico, a não ser nos casos do “estado de identidade”, que aparece no Projeto, de 1895, ou do par “identidade de percepção” e

³⁰ Teixeira, M. R. (2017) A diferença entre Butler e Lacan acerca da diferença sexual. (Disponível em: <http://www.agalma.com.br/wp-content/uploads/2017/12/Oitava-aula-do-curso-Os-gozos-2017.pdf>. (p. 13).

³¹ Hall, S. (2015). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina.

³² Cunha, E. L. (2005). *Indivíduo singular plural - uma crítica psicanalítica das identidades*. Tese de Doutorado, UFRJ.

“identidade de pensamento”, introduzido no texto da “Interpretação de sonhos” – no contexto da realização de desejos e na descrição dos processos primário e secundário do funcionamento do aparato psíquico – e que não voltam a aparecer em escritos posteriores.³³

Estes conceitos não voltam a ser desenvolvidos em nenhum outro momento, ficando restritos à parte pré-metapsicológica ou pré-técnica da obra. Não valeria trabalhá-los no contexto deste escrito, mas talvez caiba colocar que neles não se encontra quaisquer semelhanças à ideia de identidade da filosofia, e que servem para cobrir uma especificidade da relação entre aparelho psíquico e realidade externa bastante análoga ao par *princípio de prazer/princípio de realidade*. Ou seja, ainda a identidade advinda da aurora do Iluminismo não encontra vez frente às colocações de Freud. Não dificilmente, poderíamos lembrar uma verdadeira coletânea de colocações teóricas, diretas ou indiretas, que quebrariam com a concepção de um sujeito totalmente íntegro e idêntico no fluxo do tempo.

Apenas passeando por alguns pontos nodais, começamos com a ideia do descentramento da consciência na célebre frase referindo que “o eu não é mais senhor em sua própria casa”³⁴. Este enunciado condensa vários desenvolvimentos aqui importantes de destacar, como a suposição de forças desconhecidas ou empuxos a ações e enunciações pelas quais não há um reconhecimento de si – tudo isso remetendo como que a uma negatividade aparente ao indivíduo das luzes. Mesmo assim, é de bastante importância que não nos apressemos em supor que o ‘*Eu é a identidade*’, momento em que ressaltamos a primeira parte deste escrito e as várias formas de se entender e organizar a fenomenologia identitária.

O Eu foi aos poucos assumindo as características de uma instância psíquica, ao mesmo tempo em que foi sendo inserido primeiro muito colado às atividades da consciência e da atividade perceptiva – visto no *esquema do pente*³⁵ –, posteriormente foi nomeado arauto dos mecanismos de defesa e como objeto do narcisismo. Mais pronunciadamente visto na segunda tópica, mas presente em todas suas fases precedentes,

³³ *Idem*, p. 214.

³⁴ Freud, S. (1917/1976). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XVII). Rio de Janeiro: Imago. (p. 178).

³⁵ Freud, S. (1900) *Interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago.

o Eu carregava sua dupla face inconsciente. Porém, lembramos novamente que se a identidade não coincide diretamente com o Eu, tampouco algo de uma contraidentidade se espelharia em sua parcela inconsciente. Desde muito cedo da teoria, é na conflitiva psíquica associada ao Eu por onde é demonstrada a noção de um sujeito dividido em sua própria multiplicidade, a saber, por *pulsões, instâncias* mais ou menos autônomas, *fantasias, mecanismos de defesa, ideais do eu, moralidade* e, decididamente, a própria noção do *inconsciente*. O aparelho psíquico freudiano parece metaforizar uma atividade que nunca chega ao um derradeiro descanso, um caldo que nunca encontra seu ponto de homogeneidade, uma unidade que nunca se fecha por completo.

Contudo, ainda que da maior importância histórica e fundamental para a apreensão genealógica dos conceitos herdeiros, verificamos a gramática freudiana sustentada por um paradigma psicológico, remetente a instâncias abstratas e ao jogo de interioridades³⁶. Este tipo de sistematização parece cada vez mais estranho ao que poderíamos traçar enquanto referência *tópica* reivindicada por autores atuais, muitos deles citados acima³⁷. Argumentamos ser sensível a distância entre Freud e o platô em que se chegou desde esta diversidade de autores, em sua totalidade leitores reformistas e, portanto, nada alheios ao legado psicanalítico inicial – contamos, sobretudo e sem muito espaço para revogações, com o próprio Lacan.

Como privilegiaremos o referencial lacaniano ao longo deste trabalho, cabe pontuar os pontos de ruptura fundamentais que aliam este ensino ao debate contemporâneo sobre a identidade. Fazendo um primeiro anúncio de como tal questão será revisada, procuramos linhas de reverberação com o identitário contemporâneo não só partindo de conceitos como *identificação, semblante* e as construções sobre *discurso e laço social [lien social]*, mas também conjugando estes conceitos ao que vive na obra lacaniana enquanto inspirações iniciais e fundamentos, ou seja, em seus precedentes teórico-epistemológicos.

A tarefa não é assim tão óbvia. Como que em um cúmulo de erudição, na medida em que é citada uma infinidade de nomes e referências ao longo dos *Seminários e Escritos* de Lacan, de difícil captura são os textos e autores pelos quais ele haveria se demorado. Disso, nos dá testemunha Elisabeth Roudinesco³⁸, referindo que os mais de cinco mil

³⁶ Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Lisboa: Editorial Presença.

³⁷ Ver ponto a. deste capítulo

³⁸ Roudinesco, E. (2011). *Lacan, a despeito de tudo e de todos*. Rio de Janeiro: Zahar.

volumes na posse de Lacan distribuem-se por quatro ambientes na grande biblioteca de *La Prévôté*, os quais só temos notícias por uma vertiginosa lista, já que, ao contrário da biblioteca de Freud, o acervo pessoal de Lacan é restrito ao público e a visitas:

Uma vez que esses livros são invisíveis, é impossível saber com certeza quais são os que o mestre leu, que passagens eventualmente sublinhara e quais eram suas referências ao citar um livro de maneira aproximativa em seu *Seminário*.³⁹

Mesmo assim, é possível delinear pelo menos três grandes forças que servem ao projeto de releitura da obra freudiana bem como à crítica às demais escolas psicanalíticas da época, a saber:

- 1) a mais renomada obra de Georges Politzer⁴⁰, *Crítica dos fundamentos da Psicologia*, contagiando-se pelo espírito revisionista da psicanálise a partir do que ainda guardaria de semelhanças com a disciplina da Psicologia;
- 2) a antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss, ponto maior de tensionamento entre o lacanismo e algumas autoras da teoria de gênero, como Judith Butler⁴¹ e Nancy Fraser, levando em consideração a querela entre a cultura e o registro do simbólico; e
- 3) a linguística de Ferdinand de Saussure⁴², especificamente o *Curso de Linguística Geral*, inspiração que tomamos ser nosso principal expoente para articular alguns conceitos da psicanálise e a questão das identidades. Mesmo sobre a égide de preferência com este último campo, que se atravessará a vários momentos ao longo deste escrito, as outras duas grandes influências acima virão a ser comentadas em momentos específicos.⁴³

³⁹ *Idem*, p. 119.

⁴⁰ Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Lisboa: Editorial Presença.

⁴¹ Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, (42), pp. 249-274.

⁴² Saussure, F. (1916/2012) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.

⁴³ Ainda aqui, poderíamos tecer um longo comentário sobre uma quarta e reconhecida influência à Lacan, a saber, Alexandre Kojève - com quem o psicanalista obteve seminários sistemáticos cuja temática consistia em uma visada específica da filosofia hegeliana. Apesar de remetermos-

Dessa forma, para este momento inicial, Tomas da Silva⁴⁴ nos ajuda a perceber a virada dos estudos linguísticos de forma panorâmica. Ao colocar a linguagem como um sistema de diferenças por onde variam pontos de *densidade*, *fixidez* e *fluidez*, a própria ideia de um par que a identidade constituiu com a diferença passa a ser problematizada desde um ponto de impossível. Por enquanto caberia referir a transformação da noção de *representação* pós-virada linguística, também para localizar uma diferença entre momentos teóricos bem como, dito antes⁴⁵, *tópicos* entre Freud e alguns dos desenvolvimentos posteriores.

Tendo a linguística rompido com pressupostos miméticos em relação a uma suposta realidade externa, os modos de representação das coisas entram em xeque. Mais importante, a noção que detectamos claramente em Freud⁴⁶ a respeito de conteúdos mentalizados que duplicam e alojam a realidade externa dentro de cada pessoa é contundentemente desbancada. Pelo contrário, a questão da representação adere à estrutura de linguagem, o que cria uma impossibilidade de atribuir seu funcionamento a uma psicologia profunda qualquer. Como nos atualiza Silva:

o conceito de representação incorpora todas as características de indeterminação, ambiguidade e instabilidade atribuídas à linguagem. [...] A representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente. Em vez disso, a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder.⁴⁷

lhe a devida importância, optamos por referenciar apenas os autores que serão mais relevantes ao longo desta pesquisa.

⁴⁴ Silva, T. T. (2014) A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais* (org. Tomaz Tadeu da Silva). Rio de Janeiro: Vozes.

⁴⁵ Na p. 19 deste trabalho, logo acima.

⁴⁶ Freud, S. (1924/1996). A perda de realidade na neurose e na psicose. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.

⁴⁷ Silva, T. T. (2014) A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais* (org. Tomaz Tadeu da Silva). Rio de Janeiro: Vozes. (p. 91)

A tomada da linguística como uma das chaves privilegiadas de entendimento às questões desta pesquisa abre espaço para o diálogo com a linha de estudos de gênero. Apesar deste último nunca se distanciar totalmente do seu campo privilegiado, geralmente seus desenvolvimentos extravasam a dedicação para com seus objetos originais, de onde podemos recolher um trabalho pungente e frontal com as implicações identitárias. Tomando cronologicamente os cinco descentramentos de Hall⁴⁸, a teoria feminista ou de gênero representaria um dos mais tardios golpes ao indivíduo moderno, ainda mais em se tratando da viva teoria butleriana. Também, não é nada curioso que haja uma articulação entre teoria da linguagem e teoria de gênero, levando em consideração que a autora com a qual intencionamos dialogar com mais proximidade, Judith Butler, tenha sido uma leitora luminosa do filósofo da linguagem John Austin – como se pode constatar mais diretamente nos trabalhos *Bodies that matter* e *Excitable speech*.

Desde este encontro entre os filósofos, depreendemos conceitos como *atos de fala*, *campo ilocucionário* e o *performativo*, com os quais gostaríamos de decantar uma noção de performatividade para trabalhar junto ao referencial da psicanálise. É reconhecido que tal conceito representou uma virada de paradigma que indiscutivelmente impulsionou algumas das maiores reformulações da situação da *identidade* na contemporaneidade. Sendo assim, é uma questão maior deste trabalho pensar nas possíveis implicações para a identidade em torno de uma verificação da *performatividade na psicanálise*, na medida mesma em que se localiza em um discurso para cujo semblante deve sua efetividade⁴⁹.

Para tanto, precisaremos nos demorar em uma variedade de conceitos, compondo um exercício que irá criar o estofamento necessário até chegarmos ao diálogo da performatividade com a psicanálise – sendo este o último capítulo deste trabalho. Adiantamos que, primeiramente, serão dois os conceitos principais com os quais trabalharemos na articulação de nossa questão, a saber, a *identificação* e o *semblante* – por mais que algumas pontes precisarão ser construídas neste percurso, como, por exemplo, uma breve revisão a respeito do registro do *imaginário*. Tomamos como ponto de partida, então, o estatuto da identificação em Freud e Lacan, podendo, já nesta virada de um autor a outro, inserir os fundamentos da linguística moderna, como a noção de *arbitrariedade*, a *teoria do valor* e a *unidade linguística*.

⁴⁸ Hall, S. (2015). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina.

⁴⁹ Quinet, A. (2017). Em Rivera, T., Celes, L. A. M. & Sousa, E. L. (Orgs.) *Coleção ensaios brasileiros contemporâneos: Psicanálise* (pp. 391-403). Rio de Janeiro: Funarte.

Passaremos então a um levante do conceito de semblante junto à constituição de uma postura diferenciada de Lacan diante da articulação entre o registro simbólico e imaginário. Contrário a uma parte significativa da tradição do pensamento ocidental (Platão; Descartes), que desvaloriza o campo do sensível em prol das essências, Lacan transformou o semblante “num conceito que indica aparência, representação e parecer, porém não se opõe ao verdadeiro”⁵⁰. São nestas condições que podemos articular um pensamento dos fenômenos identitários de um modo mais complexo e afinado a algumas das últimas considerações de Lacan. Acreditamos que o conceito de semblante, também pelo lugar que ocupa no matema do discurso do analista, funciona como uma ponte fundamental entre as sessões anteriores deste trabalho e as subsequentes questões do performativo.

A *performatividade*, por sua vez, será sistematizada em forma de *beabá*, localizando os conceitos e as querelas mais propícias para podermos dialogar mais frontalmente com a psicanálise. Este exercício será composto por uma extensa revisão teórica em Austin, de modo a alçar a questão da performatividade em bases firmes. Com Benveniste, seguiremos fazendo uma revisão de aportes mais atuais da filosofia da linguagem e linguística correlatos ao tempo de produção de Lacan. Seguiremos com a filósofa e teórica de gênero Butler, onde focaremos em trabalhos em que o performativo e a crítica a ontologia é protagonista – além de contarmos com a importância de sua leitura singular do conceito, de acordo com a síntese que opera junto a Derrida e Althusser.

Desde já sentimos a necessidade de referir o quão intrincados são os debates em torno da conceituação e desenvolvimentos dos atos de fala *performativos* nos mais diversos campos, ou seja, remetendo a uma área pouco consensual e repleta de disputas. Assim, será realizado um esforço de minimamente delinear seus pontos-chave de tensão, ainda que o respeito pelo enquadre deste trabalho naturalmente imponha suas restrições, no sentido de focarmos na definição de *performatividade* que convenha à operatória da psicanálise e à uma revisão crítica da identidade.

* * *

⁵⁰ *Idem*, p. 392.

Posto em evidência nosso projeto, neste percurso esperamos dar conta das seguintes questões, complementares entre si, do modo mais propositivo possível, que aparecerão compondo as duas metades e chaves conceituais deste trabalho:

- a) Mostrar como a psicanálise faz furo à noção clássica do conceito de identidade – mostrando que o analista, ele mesmo, se encontra num regime identitário no mínimo ambíguo. Para isso, nos valaremos de um recolhimento teórico que orbitará os conceitos de *identificação e semblante*.
- b) Atestar *como a noção de performatividade comparece no panorama psicanalítico*, pensando em suas implicações de modo amplo tanto para o conceito de identidade como para o campo operatório e ético da psicanálise.

Assim, sendo a verificação da *performatividade* na psicanálise de onde virão forçosamente as partes mais propositiva desta dissertação, cabe a ela dedicarmos mais algumas palavras no intuito de justificarmos nossa empreitada – mesmo porque tal noção só voltará a aparecer sob pleno esforço teórico em um segundo momento deste trabalho. Ressaltando o já acima exposto em nosso itinerário, a leitura dos autores Austin e Butler foi decisiva para recortarmos a multifacetada querela das identidades. Principalmente, porque com o primeiro adquirimos um suporte revolucionário desde a linguagem para passarmos de um regime *constatativo* de verdade para um *performativo*, desde o efeito de enunciados culturalmente sancionados; com a segunda, vislumbramos com mais acuidade as questões da identidade em sua ilusão ontológica de coerência. Além disso, nos são mais que valiosas as contribuições butlerianas no que competem à complexificação progressiva do que se efetivamente faz ao falar – indo da crítica à metafísica (como também faz Lacan) para o cenário macro e micropolítico, além de seguir articulando o conceito tanto a partir de situações pragmáticas como com as filosofias de Hegel, Althusser e Derrida.

Como procuramos demonstrar, de antemão, com as anedotas identitárias da psicanálise, defendemos que esta não é um campo unívoco, e, sendo assim, está passível a disputas e redistribuições prático-conceituais. Da maneira como Politzer, noventa anos atrás, conseguiu bifurcar a teoria freudiana em suas tendências *psicológicas*, por um lado,

e *progressistas*, de outro, pensamos ser possível detectar minimamente alguns caminhos e tendências atuais das várias psicanálises – e neste panorama propomos algumas opções.

Assim, como pano de fundo à montagem da *performatividade na psicanálise e suas implicações ao conceito de identidade*, igualmente está em jogo uma valoração da linguística e da filosofia da linguagem – dentro (e fora) do panorama da psicanálise⁵¹; bem como, de igual importância, certo contágio proveniente de algumas das críticas dirigidas à psicanálise pelas teorias de gênero. Deixando-se questionar por estas duas linhas, pensamos que a psicanálise prosseguirá por uma perspectiva menos obscurantista, hermética e substancialista, e, sobretudo, mais afinada ao seu tempo. Aliás, tendo em vista a tensão que permeia os movimentos dialéticos entre psicanálise e outras teorias que lhe são exógenas, a questão mesma de um inacabamento da disciplina psicanalítica tem bastante a ver propriamente com a *performatividade* enquanto operação languageira.

Por hora, ainda não adentrando conceitualmente com nosso objeto, é pertinente que o analisemos no contexto supostamente neutro de sua composição etimológica. De pronto, temos a partícula *per*, enquanto prefixo. Vale lembrar que os prefixos são morfemas postos anteriormente aos radicais, de forma a transformar seu sentido. De origem latina, o prefixo *per* significa tanto *através de* ou *movimento através*, com algumas fontes indicando também uma ideia quantificadora de *intensidade* ou *por completo*. Valendo-nos de exemplos, podemos apontar as palavras *perfurar*, *percorrer*, *perverter*, *perambulante*, *perseguir*, que, de acordo com suas particularidades, contemplam os sentidos anteriormente conferidos.

Este prefixo também se encontra em uma discussão própria à tradução do termo *Durcharbeiten*, tal como o encontramos no artigo comumente traduzido por *Recordar, repetir e elaborar* (*Erinnern, Wiederholen und Durcharbeiten*) de Freud⁵² – ainda que o prefixo *Durch* funcione à maneira de *per*, seguido de *Arbeit*, trabalho. Então, buscando maior precisão, contamos com um verbete inteiro sobre *perlaboração* no vocabulário de psicanálise de Laplanche e Pontalis⁵³. Nele, os autores sugerem a dificuldade na tradução

⁵¹ Segundo Bevidas (2009), além de nunca ter tido alguns dos maiores nomes posteriores à Saussure visitados pelo colóquio lacaniano, a linguística sofre um clamor demissionário por uma parte da psicanálise que se autoriza desde algumas colocações insuficientemente elaboradas por Lacan – como *linguisteria* e *lalangue*.

⁵² Freud, S. (1914/1996). Recordar, repetir e elaborar In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago.

⁵³ Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001) *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. (p. 339).

exata de *Durcharbeitein*, mas afirmam que a palavra teria uma feliz equivalência com o termo inglês *working-trough* – englobando as mesmas acepções latinas de movimento e de travessia (*através de*).

Prosseguindo, temos a palavra *formativo*, remetendo à ideia de *forma* modulada pelo sufixo *ivo*. Se no caso de *formar* significamos algo como *produzir uma forma* ou *estabelecer*, já em sua modalidade sufixada *formativo* obtemos a indicação de uma relação ativa – *ativamente relacionada à forma e ao formar*. Juntamente às disciplinas que trataremos em breve, em relação à forma, não podemos deixar de primeiramente mencioná-la às noções austrianas. Contrapostos aos constatativos, os enunciados performativos *formalizam* algo – como uma *nomeação*, um *casamento*, uma *aposta*, um *contrato* –, ao invés de simplesmente constatar fatos ou neles atestar graus do verdadeiro ou do mentiroso.

Ressaltamos: a *forma* enquanto substantivo carrega consigo não só uma grande variedade de significações – tais como *limite exterior*, *configuração*, *modo* etc.⁵⁴ –, mas também faz parte de extensas digressões, sobretudo filosóficas, desde o platonismo, aristotelismo e kantismo, para citar os casos mais canônicos. Contudo, levando em consideração o foco linguístico e psicanalítico deste trabalho, neste primeiro momento lembraremos algumas relações segundo estas duas tradições.

De pronto, associamos a questão da forma em seu eterno confronto diante do *conteúdo*, criando um par dialético que se reatualiza conforme o campo ou autor em questão. No exemplo saussuriano, identificamos esta tendência mais claramente ao opormos *significante* e *significado*, sendo este primeiro um elemento caro aos desenvolvimentos lacanianos. Aliás, o significante assume mais claramente sua filiação à forma de acordo com as propostas do linguista dinamarquês Louis Hjelmslev⁵⁵. Outra aproximação entre significante e forma, desta vez própria ao campo laciano, deve-se a equação do significante ao *semblante*, realizada por Lacan no escrito *Lituraterra*⁵⁶ e corroborada por Ricardo Goldenberg – que figura o semblante/significante em sua função

⁵⁴ Obtemos nada menos que vinte e cinco resultados, correspondente a várias áreas, quando realizamos uma rápida pesquisa em sites de busca pelo termo *forma*.

⁵⁵ Hjelmslev, L. (1943). *Prolegomenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.

⁵⁶ Lacan, J. (2003). *Lituraterra*. In: *Outros Escritos* (pp. 15-25). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

de “contêiner”⁵⁷, colocando explicitamente que a “*forma seria o significante como semblant de Lituraterre*”⁵⁸.

Antes de seguirmos às considerações finais desta apresentação, já de antemão nos servirá distinguir um *performativo*, compreendido à luz das referências acima colocadas e, mais tarde, das de Butler, do que correntemente entendemos por *performance*. Semanticamente falando, na contemporaneidade, a performance está cada vez mais vinculada à ideia de medição de *desempenho* na execução de determinada tarefa. Isso ocorre pela afinação do termo não só às novas configurações de trabalho e do campo econômico, mas também ao paradigma individualista que lhes é logicamente anterior.

Em contrapartida, a noção de *performance* encontra ampla ressonância no meio artístico, tanto no sentido de efetivar uma peça ou espetáculo, tanto pelas especificidades operísticas e teatrais tocantes ao *representar* um personagem, *interpretar* um papel. Ainda assim é interessante notarmos que, desde um pensamento intuitivo ou proveniente do senso comum, é-nos sugerido que numa performance há um ator, ou *performer*, por trás da *persona* atuada – implícito que nos leva ao plano atualmente tão criticado da representação, como acima pudemos ter um vislumbre. Por mais que possamos supor algo como uma improvisação, ou como este ator por trás da máscara, só podemos concretizar uma performance a partir de um *script*, de uma montagem, de uma intenção ou de um espaço – tudo isso faz parte do acervo para que um *performativo* se efetive.

* * *

Só do que pudemos recolher brevemente sobre a etimologia e as utilizações do *performativo* já percebemos uma série de implicações, tanto do lado da escuta do analista, como no lado do *corpus* teórico psicanalítico – se é que seria possível distinguir tão bem ambos os lados. Prosseguiremos melhor fundamentando-o desde referenciais linguísticos, da filosofia da linguagem e da teoria de gênero, que, ao longo da escrita, irão presentificar nossas escolhas teóricas de trabalho. Aqui, também gostaríamos de marcar uma forte e presente linha interpretativa em relação ao nosso entendimento da questão da identidade. A saber, tanto quanto possível seguiremos referindo a apreensão da identidade não propriamente enquanto conceito ou algo passível de ser claramente definível, mas, sim,

⁵⁷ Goldenberg, R. (2014). *CARTA ABERTA (o significante como semblante)*. Disponível em: <https://ricardogoldenberg.com.br/2014/08/23/significante-semblante/> (grifo do autor, p. 4).

⁵⁸ *Idem*, p. 4.

como um *campo de questões* ou como uma *conjunto de noções* que será de nosso interesse deixar o mais amplo possível, até que seja de nossa capacidade reconstruir uma consistência em correlação à variedade conceitual que trabalharemos. Desta forma, forçaremos uma *performatividade conceitual para a questão da identidade*.

Sumarizaremos nosso intento: *considerar nos respectivos campos o conceito de performatividade e sua conseqüente revisão crítica da noção e problemática da identidade, tendo-os como um fundamento da atitude de escuta ou chave de leitura clínica, sem deixar de passar por alguns conceitos fundamentais a essa discussão - esta é a proposta deste trabalho.*

Perspectivas do conceito de Identificação

a. O Estatuto da Identificação em Freud e Lacan

Este subcapítulo se dedicará a traçar a noção de identificação em Freud, prosseguindo ao entendimento e reforma lacaniana deste mesmo processo. A tomada da identificação por Lacan nos exige, indissociavelmente, a realizar mais demoradamente uma entrada em noções fundamentais da linguística saussuriana, destacando-se o conceito de *signo* e *significante*, bem como a *teoria do valor* onde estes elementos encontram-se sistematizados.

É recorrente que a identificação seja convocada no lugar da identidade ao se criticar a tentativa de trabalho deste conceito desde a psicanálise, no sentido de que se este último nela não possui entrada, é ao primeiro que deveríamos nos dedicar. Assim, em algum grau, a psicanálise apressadamente ignora uma noção que seria de seu interesse até mesmo pela construção ainda mais consistente de sua crítica, que não só positivaria certos conceitos do próprio campo, mas também favoreceria a conversa com outros. Longe de estar respondendo unilateralmente a uma demanda de qualquer outra disciplina ou do calor dos tempos, o que ainda partiria de uma postura solipsista, o interesse ao dito *exógeno* em relação à psicanálise igualmente viria a ser um interesse *endógeno* – conversação e atualização a um só tempo.

Ainda assim, ficamos com um par de perguntas tendo em vista a dispensabilidade da identidade, na medida em que ainda observamos tanto efeitos de identidade bem como proclamações identitárias. Pensamos ser possível para a psicanálise poder a isso responder sem tangenciar o debate, dizendo que isso nada a diz respeito. Tendo em mente este conjunto de ressalvas acima expostas, avançaremos no trabalho primeiramente com o conceito de identificação, como o concebe Freud.

Passando pela definição presente no *Vocabulário da psicanálise*, de Laplanche e Pontalis, obtemos o seguinte: “**Processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações**”⁵⁹. Tal concepção não foge muito de um senso intuitivo do termo,

⁵⁹ Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001) *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. (negrito dos autores, p. 226).

fazendo de interesse captar sua articulação ao jargão freudiano, que divide este processo em partes específicas. Apontamos também que, se esta noção relacional de constituição nos é palatável, é porque a perspectiva de descentramento do sujeito moderno teve sucesso – pelo menos em sua etapa primeira.

Carregando o conceito como título, é no capítulo sétimo da *Psicologia das massas e análise do eu*, de 1921, o lugar onde a identificação aparece mais sistematicamente organizada no *corpus* freudiano, tornando-se uma referência primeira neste sentido. Com razão. O capítulo, apesar de econômico, é bastante preciso, tanto ao postular esquematicamente três formas distintas de identificação – cada qual com suas implicações específicas –, como também ao se ocupar da recapitulação de ideias presentes nos textos metapsicológicos do *Narcisismo* (1914) e do *Luto e Melancolia* (1917), que dizem respeito às condições da identificação enquanto processo psíquico. A título de curiosidade, cabe informar que a identificação aparece desde os *Estudos sobre histeria* (1895) no famoso caso de Elizabeth Von R., mas que aqui optamos por trabalhar somente com formulações posteriores, por serem as mais afinadas aos desenvolvimentos lacanianos e também pela importância de recapitular a leitura que inferimos mais canônica do conceito.

Em linhas gerais, o escrito de 1921 começa a postular a identificação “conhecida pela psicanálise como a manifestação mais precoce de uma ligação emocional com outra pessoa”⁶⁰, e tão logo a vincula com um papel fundamental em se tratando das decorrências psíquicas pré-edípicas. Não é desimportante a colocação de Freud sobre o fator pré-edípico, já que esta primeira etapa estaria referenciada, e mesmo harmonizada, à preparação para o complexo de Édipo. Nisto vão se diferenciar dois tipos de ligações com os objetos, que são apresentadas de um lado pelo investimento sexual direcionado à mãe, e de outro, da tomada do pai enquanto modelo identificatório. Armandando-se em uma ideia de *substituição* e *totalidade*, esta identificação traduz-se nas seguintes expressões: ‘*tornar-se como x*’, ‘*ser como x*’, ‘*tomar o lugar de x*’.

No caso, para Freud, o ‘x’ da questão estão todos ligados ao pai, tanto é que, não raro, comentadores da obra resumem este primeiro tipo de identificação enquanto a *identificação com o pai*, por vezes supondo sua vinculação direta com o mito de *Totem e Tabu*, mais especificamente remetida ao banquete totêmico, momento em que os irmãos procedem a introjetar partes do pai assassinado de forma coletiva. Aliado a isso, outra

⁶⁰ Freud, S. (1921/2016). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM. (p. 98)

aproximação ao mito totêmico é que esta modalidade se dá sob o signo da ambivalência, entre a ternura e a eliminação, de modo a conservar todas as diretrizes da organização libidinal da fase oral, como a incorporação canibalística e a fantasia de aniquilação do objeto como consequência mesma desta via de relação. Realmente, Freud faz a montagem desta primeira modalidade identificatória referenciada a figura do pai, porém, ao mesmo tempo, deixa claro que se trata pontualmente do “menininho”⁶¹, de modo a se retratar posteriormente que no caso da menina este mecanismo ocorre com a figura da mãe.

Outra possibilidade de leitura da diferença entre a identificação e o investimento é opondo a dinâmica do *ser*, para o primeiro, a do *ter*, para o segundo. Dessa forma, ainda obtemos o seguinte: o menino deseja ser como o pai e deseja ter a mãe. Como Freud localiza a questão do *ser* como anterior à escolha do objeto sexual, aqui nos permitimos pensar que, mesmo se esta identificação primeira não estivesse associada ao investimento propriamente libidinal, no pensamento freudiano, a eleição do objeto de identificação se dá necessariamente pela diferença anatômica dos sexos – levando em consideração esta disposição primeira do menino para com o pai e vice-versa. Se tomado a rigor, se dissolveria a possibilidade de tributarmos os caminhos do *ser* e do *ter* contingencialmente, implicando em consequências, fixas na mais tenra idade, para o estabelecimento das modalidades de identificação sexual ou de gênero⁶².

Se lembrarmos o texto do *Narcisismo*, podemos inferir que esta primeira modalidade se encontra aproximada da “nova ação psíquica”⁶³ responsável pela passagem do auto-erotismo para a constituição de um Eu passível de ser libidinizado da mesma forma que um objeto o poderia ser. Ligado a esta passagem está o conceito de *identificação primária*, que, apesar de não ter sido suficientemente esmiuçado por Freud, indica ser um pilar fundamental para o processo de constituição psíquica. Seria, para Freud, o modelo do pai-para-o-menino, e da mãe-para-a-menina, o gatilho de um movimento identificatório de tamanho peso constitutivo? Podemos imaginar uma infinidade de argumentações, de junções especulativas e de citações, armando um ou outro caminho. Um fator maior a ser considerado é de que Freud lidava, mesmo sob

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² Ainda assim, além de circunscrevermos a obra de Freud ao seu tempo, lembramos que tanto categorias como a de *anatomia* (Laqueur, 1990), bem como a categoria de *sexo* (Butler, 1993), são construtos possibilitados por um aparato normativo-hegemônico de cada época – portanto, fundamentalmente *simbólicos*.

⁶³ Freud, S. (1914/1980) Sobre o narcisismo: uma introdução In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). (p. 95).

influências conceituais temporalmente localizadas, com um modo em que os fenômenos clínicos se *apresentavam* – sendo nunca exaustivo ressaltar o quanto este significante guarda em si toda uma dimensão cênica.

Sendo assim, guardaremos nosso fôlego para uma discussão entre psicanálise e teorias de gênero em outro capítulo deste trabalho, tendo por farol a questão da identidade. Contudo, o que já depreendemos das ideias freudianas é a sugestão de uma fixidez identificatória consequente direta das diferenças anatômicas, encarnadas pelas figuras do menino-pai e da menina-mãe. Também, mais a frente, quando pensarmos no registro do imaginário para Lacan, conceberemos a não dependência da constituição do Eu a um modelo identificatório correspondente ao paradigma do sexo anatômico. Ainda assim, referimos Laplanche e Pontalis sobre o verbete do narcisismo primário, outro correlato a esta discussão:

Neste ponto, a teoria psicanalítica não é unívoca. Numa perspectiva genética, podemos conceber a constituição do ego como unidade psíquica, correlativamente à constituição do esquema corporal. Podemos ainda pensar que tal unidade é precipitada por uma determinada imagem que o sujeito adquire de si mesmo segundo o modelo do outro, e que é precisamente o ego.⁶⁴

Indo para o segundo tipo de identificação, temos como recorte clínico paradigmático o caso da paciente Dora, cuja tosse remete a um comportamento originalmente localizado em seu pai. A importância deste exemplo reside no postulado de que certos investimentos libidinais podem regredir à identificação, fazendo com que “a escolha de objeto se transforme outra vez em identificação, ou seja, o eu toma para si as qualidades do objeto”⁶⁵. A ideia de regressão é bastante peculiar ao sistema freudiano, levando, neste caso, a ideia de uma separação aparentemente bem definida entre o registro das identificações e o das escolhas de objeto.

Porém, se pelo texto do *Narcisismo* a ideia da constituição do eu se daria como que por um salto definido pela “nova ação psíquica”, é no giro começado também pelo trabalho da *Psicologia das massas* que o Eu vai sendo concebido como uma instância

⁶⁴ Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001) *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. (p. 288).

⁶⁵ Freud, S. (1921/2016). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM. (p. 101).

cumulativa. Temos o ápice desta virada de página no escrito posterior por dois anos do *Eu e o Isso*⁶⁶, mais conhecido como o texto fundador da segunda tópica. Lá Freud vai tomar a constituição do *eu* à maneira de identificações deste segundo tipo, só que em uma escala muito mais global. Visto assim, o Eu seria o resultado de identificações sucessivamente sobrepostas que foram tomando o lugar de investimentos objetais abandonados – isso se dando ao longo da história do indivíduo.

Funcionando como outro elemento teórico que corrobora com o desmonte da identidade clássica, a ideia do Eu cumulativo torna insustentável a suposição de uma identidade essencial cuja constituição independe do contato externo. Não só o Eu, mas todas as instâncias do aparelho psíquico erigem-se como resquício de relação de objeto. Apesar deste movimento, a presença cumulativa não exime a construção de um Eu por uma identificação fundamental, como quer Freud em sua formulação pré-edípica. Aliás, a indicação de certas identificações de maior peso decorre da abrangência mesma que a noção cumulativa traz – as quais acabam sendo justificadas, por exemplo, pelo argumento filogenético.

Mais ainda, o Eu assim formulado funciona de maneira unificadora no acomodar das catexias abandonadas em *um e mesmo* conjunto funcional, harmônico, o que é uma atribuição marcadamente identitária nucléica. Mantemos, assim, a ideia de que a noção de fratura ou divisão do indivíduo identitário estaria mais bem apresentada desde a própria construção sistêmica freudiana repartindo-se em *Inconsciente (Ics)*, *Pré-consciente (Pcs)* e *Consciente (Cs)*, na primeira tópica, ou até mesmo na evocação de instâncias do aparelho psíquico como no caso da segunda tópica – *Isso, Eu e Supereu*.

Outra característica destacada na *Psicologia das massas* a respeito deste segundo tipo de identificação é sua parcialidade, no que Freud explica ser “extremamente limitada, tomando emprestado apenas um traço da pessoa objetal”⁶⁷. A tosse é apenas um traço do pai, e diferentemente do primeiro tipo de identificação, não guarda pretensões de tomar o pai enquanto totalidade ou modelo de ser. Vale adiantar que esta característica de parcialidade da identificação é retrabalhada por Lacan em seu ensino, sendo sua faceta não-total propícia para relançar a identificação como um processo de articulação forçosamente significativa, forçosamente atravessado por um jogo de marcas.

⁶⁶ Freud, S. (1923/1990). O Eu e o Isso. In: In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.

⁶⁷ Freud, S. (1921/2016). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM. (p. 102).

Finalmente, o terceiro tipo de identificação resume-se à expressão que Freud chama de “infecção psíquica”⁶⁸. Seu mecanismo é ilustrado pela corrente identificatória de um grupo de mulheres que parte do sintoma histérico de uma só integrante, irrompendo no recebimento de uma carta cujo conteúdo lhe é tensivo. Curiosamente, Freud postula que esta forma “desconsidera inteiramente a relação objetal com a pessoa copiada”⁶⁹, e logo depois refere que é um tipo de identificação que se dá por uma coincidência entre dois ou mais *Eus* – fenômeno a ser revisto no modelo do sentimento oceânico religioso. Isso nos leva ao entendimento de que há uma progressão de abrangência entre 1) a primeira identificação basal à constituição psíquica; 2) a posterior dinâmica das relações Eu-objeto, como visto no segundo tipo; e 3) a terceira identificação que se dá ao nível dos grupos e das massas, conseqüentemente vinculada ao funcionamento social.

Ainda sobre este último, Lacan comenta ser “a identificação que provém de um sujeito reconhecer no outro a situação total, global em que ele vive”⁷⁰. Baseado “no fato de poder ou querer se colocar na mesma situação”⁷¹, este último tipo de identificação sugere nada mais nada menos que a ideia de conjuntos identitários organizados por um determinado *traço*⁷², e, sobretudo, pelos quais certas experiências reverberariam de forma potencialmente similar entre seus sujeitos. Ou seja, diante da pergunta pela identidade, poderíamos deslocar a terceira modalidade, pensada restritivamente aos fenômenos de massa, para a maneira que um traço congrega uma quota de *sujeitos*, processo que não se daria apenas afetivamente, como quer Freud. A título de nota, lembramos que sujeito, tanto em sua tradução inglesa, *subject*, como francesa, *sujet*, também significa assunto, indicando uma concepção não pessoalizada de sujeito – o que voltará a nos interessar em um momento mais avançado da discussão. Por hora, encaminhando uma súmula do até então visto, cabe mostrar como Freud optou por esquematizar suas ideias sobre as três identificações:

Podemos resumir o que aprendemos dessas três fontes afirmando, em primeiro lugar, que a identificação é a forma mais original de ligação emocional com um objeto; em

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Lacan, J. (1960-1961/1992). *O Seminário – livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p.433).

⁷¹ Freud, S. (1921/2016). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM. (p. 102).

⁷² Ainda não fazemos a diferença entre traço e traço unário [*trait unaire*].

segundo lugar, que por via regressiva ela se transforma em substituta de uma ligação objetual libidínica, como que por introjeção do objeto no eu; e, em terceiro lugar, que ela pode surgir sempre que se percebe qualquer nova característica em comum com uma pessoa que não é objeto de impulsos sexuais. Quanto mais significativa for essa característica em comum, tanto mais bem-sucedida poderá se tornar essa identificação parcial, e, assim, corresponder ao começo de uma nova ligação.⁷³

* * *

No seminário de Lacan⁷⁴ sobre a *Identificação*, verificamos uma crítica muito mais frontal à noção de identidade, remontando aos moldes fixados pela tradição do pensamento e lógica aristotélica, fundamentos anclados à ideia de substância indivisa a cada ser individual. Vale dizer que o edifício deste filósofo é todo montado sobre o princípio régio da *não contradição*, cuja visada toma a questão do sentido das palavras e das coisas em sua mesmidade – autoidênticas e autoreferenciadas. Resguardaríamos, assim, a identidade que conforma os elementos do mundo à *physis*, enquanto que a alma e mente humana a suas respectivas essências, modos transcendentais de ser e definir-se. Este ideário não estaria nada longe da clínica, na medida em que Lacan é categórico ao referir que em “todo analisante há um aluno de Aristóteles”⁷⁵ – como dito antes, mentor e representante do princípio da não-contradição.

Outras concepções constantemente refutadas ao longo do seminário são referidas às perspectivas que propõem unificar o sujeito à maneira de uma esfera ou mônada fechada em si. A figura da esfera remonta a uma longa linha de pensadores do *ser* e do *um*, destacadamente Parmênides, Platão e Plotino, assim como, se dirigirmos esta lógica ao universo e ao mundo, Leibniz e Espinosa. A entrada neste projeto crítico será valiosa para começarmos a vislumbrar outras topologias distintas da esférica, que ao mesmo tempo nos permita realizar sua própria subversão sem necessariamente dispensarmos noções como a do *um*. Lacan comenta a respeito da noção de *interior*, que tantas vezes acompanha o debate identitário e certas concepções de sujeito, no sentido de pensá-la não

⁷³ Freud, S. (1921/2016). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM. (p. 103).

⁷⁴ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O seminário. Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife.

⁷⁵ Lacan, J. (1978). *O sonho de Aristóteles*. Disponível em: <https://mclaudiaformigoni.wordpress.com/2016/11/21/primeiro-post-do-blog/>

somente em termos esféricos ou em suas decorrências harmônicas, concêntricas, mas sim de adequá-la a um novo jargão topológico. Não realizar este deslocamento traria resultados “de imprecisão e de indistinção de noções topológicas”⁷⁶.

Aliado a isso, um ataque altamente significativo à própria possibilidade da identidade vem através do desmonte e crítica da máxima, intuitivamente sustentada, de que A é igual a A – equação que inferimos ser apropriada para a escrita do princípio da não contradição filosófico. Quando retornamos ao verbete sobre *identificação*, lá também verificamos uma varredura semântica do termo, dando ênfase à duplicidade compreendida pelo verbo em seu sentido transitivo e seu modo reflexivo. A transitividade se coloca sob a forma de *tornar idêntico a*, enquanto a reflexividade pede por uma pequena diferença, a saber, *tornar-se idêntico a*. Os autores do *Vocabulário* sustentam que é nesta segunda acepção, de *identificar-se*, “que o termo remete em psicanálise”⁷⁷. A título de prosseguimento, exageremos a frase para que nela percebamos sua tautologia inerente: *se tornar idêntico a si*.

Logo no início do seminário tal ligação, de princípio tautológico ($A = A$), é posta sob suspeita, afinal, se um elemento diante do outro “é tão igual assim, por que separá-lo dele mesmo, para tão depressa aí recolocá-lo?”⁷⁸ Ora, “ A é A ”, diz Lacan, “é uma crença”⁷⁹. Diremos: uma *crença identitária*, que tão logo se desmancha diante da necessidade de sua duplicação na escrita ou em sua emissão fonética, sendo análoga à duplicação presente em *mim mesmo* [*moi-même*]. De forma semelhante, partículas linguísticas como *si*, *self* e *selbst*⁸⁰ vêm a funcionar referenciando um índice identitário no qual já está contida a denúncia de um distanciamento intransponível – *sentimento de si*, *self esteem*, *Selbstbewusstsein*.

Crer na identidade não está nos genes, mas está aí. Slavoj Žižek⁸¹ lembra a noção do grande Outro lacaniano, cuja influência não se reduz a sentimentos e a afetividade, tal

⁷⁶ Lacan, J. (1960-1961/1992). *O Seminário – livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p.424).

⁷⁷ Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001) *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. (p. 227).

⁷⁸ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O Seminário – Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (p. 15).

⁷⁹ *Idem*, p. 51.

⁸⁰ Lacan localiza nestes elementos reduplicados, o *si* e suas variações (*self*, *selbst*) como aquelas partículas “que virão a funcionar para designar a identidade” (1961-62, p. 15)

⁸¹ Žižek, S. (2005). *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.

como o ideal das massas freudiano, “mas também crenças e conhecimento”, ou seja, “o Outro pode também acreditar e saber por mim”⁸². Estes tipos de deslocamento são a base para o estabelecimento da noção de *sujeito suposto saber*, e, conseqüentemente, para a concepção do laço transferencial, que opera pela atribuição de saber ao analista pelo paciente. Crença e atribuição de certeza a um outrem abstrato; um não funciona sem o outro. Em cima disso, o autor lança uma tese:

O que muitos leitores de Lacan não percebem é como a figura do sujeito suposto saber é um fenômeno secundário, uma exceção, algo que emerge contra o pano de fundo mais fundamental do *sujeito suposto crer*, que é o traço constitutivo da ordem simbólica. Segundo uma anedota antropológica muito conhecida, os primitivos a quem certas crenças supersticiosas foram atribuídas (por exemplo, que eles descendiam de um peixe ou de uma ave), quando perguntados diretamente sobre essas crenças, responderam: "Claro que não - não sou tão bobo assim! Mas me contaram que alguns de nossos ancestrais realmente acreditavam que...". Em suma, transferiam sua crença para outrem.⁸³

Ou seja, em se tratando de crença, saímos todos em busca de um pivô, de um “fiador supremo”⁸⁴ que lhe faça sustentação e que *verdadeiramente* acredite em seus postulados fundantes. Naturalmente, não haveria figura possível para encarnar o crente perfeito, fazendo com que a necessidade deste sustentáculo caia na impessoalidade dos ditos (como no exemplo acima fornecido por Zizek), ou até mesmo formando-se frouxa e efemeramente ao redor de figuras míticas ou caricatas, personagens políticos ou da *mass media*. Este funcionamento de crença igualmente não escapa ao estabelecimento da *crença identitária*, apesar de detectarmos sua crescente pulverização na contemporaneidade. Como refere Zizek, este processo é posto em marcha pela articulação do simbólico e pela alienação ao Outro. Mais adiante, pensaremos também em sua efetivação pela via dos discursos.

Mais sintética que a teorização freudiana, Lacan considera fundamentalmente dois tipos de identificação, e somente se propõe a trabalhar mais extensamente com um deles. Isto é dado logo de início, quando Lacan aproveita-se da diferenciação que fora reiterando

⁸² *Idem*, p. 38.

⁸³ *Idem*, grifo nosso, p. 40.

⁸⁴ *Idem*, p. 41.

em diversos momentos de seus escritos e outros seminários, a saber, da *identificação imaginária* em oposição à *identificação simbólica*. A primeira, apoiada fundamentalmente na intersubjetividade especular, não funcionaria como a segunda, apoiada na relação do sujeito com o significante e seu necessário lastro ao Outro, enquanto tesouro dos significantes. Não é demais apontar que o seminário é categórico, ao ceder determinar que “isto que encontramos na identificação, naquilo que há de concreto em nossa experiência referente à identificação, é uma identificação de significante”⁸⁵.

Lacan atribui a esta última não só importância capital, tendo em vista o entendimento da efetivação das identificações, mas também lhe toma no entender da própria formação do sujeito enquanto relacionado “à *l’existence d’effets du signifiant comme tel*”⁸⁶. Sendo assim, o seminário da *Identificação* coloca, mais uma vez, a teoria lacaniana diante de um demorado exercício em torno das relações do sujeito com o significante. Não seria diferente, afinal, Lacan procura reintegrar a noção de identificação, conceito criticado por ser uma explicação “que serve para tudo!”⁸⁷, agora para o “nível de uma experiência de fala, aquela na qual confiamos através de seus equívocos, até de suas ambiguidades”⁸⁸.

Para pensarmos na progressão lógica que compõe essa relação, o conceito de *traço unário* [*einziger Zug*] coloca-se necessário. Lacan (1960-61) pinça esta expressão da *Psicologia das massas*, tomando-a própria à efetivação do segundo e terceiro tipo de identificação – que vai respectivamente nomear de *regressiva* e *histérica*. No texto freudiano, como vimos, verificamos que isto se liga ao caráter parcial da identificação contraposto à primeira modalidade. Antes do nono seminário temos uma aproximação já em curso com a expressão, localizada em uma das últimas aulas do seminário predecessor, sobre a *Transferência*.

Lá, o *einziger Zug* é percebido como distinto do significante, sendo inclusive inferido por Lacan, no momento deste seminário, enquanto signo. Isso se deve à previsão de que este elemento não se relaciona à bateria significante tal como um significante o

⁸⁵ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O Seminário – Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (p. 25).

⁸⁶ *Idem*, p. 5, in *Staferla*.

⁸⁷ *Idem*, p. 13.

⁸⁸ *Idem*, p. 14.

estaria – bateria compreendida rapidamente como um complexo metonímico de encadeamento significante. Contudo, o que há de mais propositivo nesta aula “que é definido por este *ein einziger Zug* é o caráter pontual da referência original ao Outro na relação narcísica”⁸⁹. Indicamos, então, que a identificação lacaniana é cedo retirada do campo especulativo ou anatômico de um processo primevo que figura o pai-para-o-menino e a mãe-para-a-menina. A identificação é posta desde então no campo relacional proporcionado pelas operações significantes, tendo o Outro enquanto lastro.

Indo para o seminário da *Identificação*, a primeiríssima aparição do *einzigiger Zug* nele, ainda sendo caracterizado e traduzido por Lacan como *traço único*, consistiu igualmente em um exercício de contraposição à bateria significante, “na medida em que, a rigor, ele poderia ser substituído por todos os elementos do que constitui a cadeia significante, suportá-lo, essa cadeia por si só, e simplesmente por ser sempre o mesmo”⁹⁰. Aqui, confronto e suporte, bem como diferença e mesmidade, entram em uma paradoxal conjugação na tentativa de localizar o que todo significante poderia apresentar de *comum*. Mais ainda, aponta que um significante não comunga com outro significante no sentido de fazer *um*, mas sim de fazer *com um*. Isto nos traça o importante paralelo de que a identificação não é uma operação que visa fazer do sujeito uma unidade, uma identidade classicamente compreendida. Tendo em vista a importância do significante e de suas características na compreensão lacaniana da identificação, teremos que nos reportar demoradamente à linguística saussuriana para bem fundamentar a teoria do traço.

* * *

Primeiramente, antes de remontarmos os dois pilares fundamentais da noção de signo linguístico em Saussure, a saber, a *arbitrariedade* e a *teoria do valor* (que se confunde, no bom sentido, com a ideia de *sistema linguístico*), cabe explicitar o cenário em que o estudo da linguagem e das línguas estavam situados – no próprio livro editado e creditado à Saussure⁹¹, o paradigmático *Curso de linguística geral (CLG)*, encontramos

⁸⁹ Lacan, J. (1960-1961/1992). *O Seminário – livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p.424).

⁹⁰ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O Seminário – Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (p. 35).

⁹¹ Saussure, F. (1916/2012) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.

configurada uma breve genealogia do campo⁹². Em um primeiro momento chamado de *gramático*, tivemos um recolhimento meramente lógico-formal da língua, no sentido do estabelecimento de um conjunto de regras sintáticas e gramaticais, do que se fixavam como formas corretas e incorretas de expressão. Depois, no momento *filológico*, o trabalho constituiu-se a partir de registros escritos dentro das particularidades de determinados autores, levando o estudo das línguas a considerarem suas variadas fontes históricas. O último momento, no qual Saussure encontrou-se imerso, é denominado como *histórico-comparado*, onde o objetivo maior era definir a evolução das línguas através de um intrincado esquema genealógico. Neste, o afã maior consistiu na organização das línguas em famílias, com suas respectivas línguas-mãe e línguas-filhas, tendo por projeto definir a atualidade da língua através de uma ancestralidade cronológica e de filiação.

Não contemplado por este paradigma, Saussure mostrou uma preocupação que nomeia enquanto *científica* para com a disciplina linguística – e a ela arquitetou não somente um estudo gramatical ou comparativo, mas também se dedicou a sua delimitação e definição enquanto campo de estudos autônomo. Isso rendeu ao estabelecimento da linguística moderna uma dupla consequência, sendo a primeira delas diretamente relacionada à tomada estruturalista do texto saussuriano: “procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história”⁹³. Como parêntesis, cabe lembrar que a concepção de estrutura não encontra respaldo textual no *Curso*, apesar de ter se apoiado diretamente em várias noções saussurianas. Ressaltamos que o que é apresentado pelo autor é a ideia de *sistema*, noção revolucionária por retirar a linguística de um estudo restrito à perspectiva *diacrônica* – genealógica e cronológica – para uma dimensão *sincrônica*.

A segunda consequência é a instituição e proposição do objeto da ciência linguística, a saber, a *língua* e seus elementos, os *signos linguísticos*. Na medida em que o objeto-língua pode ser tomado desde vários vieses, como som, como expressão de uma ideia, como um elemento histórico, por exemplo, isso também significa que ele é passível de ser apropriado por vários campos científicos e de pensamento. Neste sentido, a obra saussuriana deixa claro seu posicionamento metodológico, forçosamente definidor de um

⁹² *Idem*, p. 31.

⁹³ *Idem*, p. 37.

novo paradigma que tomará forma e potência principalmente no cenário intelectual francês dos anos cinquenta⁹⁴. Chamemo-la de *metodologia do ponto de vista*:

Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, *diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto*; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras.⁹⁵

A delimitação de objeto aliada a esta escolha metodológica faz o tão singular caminho por onde passam os conceitos-chave à compreensão sincrônica da língua, ou seja, desembocando na língua enquanto sistema. Lembramos que Freud, praticamente na mesma época de edição do *Curso*, igualmente pretendia fazer sua metodologia à maneira científica, porém, nesta forma, intentava apreender aproximativa ou diretamente a realidade externa – como visto nos trabalhos da *Pulsão e seus destinos*⁹⁶ e de *Acerca de uma cosmovisão*⁹⁷. Seguindo outra direção, desde o ponto de vista linguístico e da própria construção de seu elemento sígnico, não haveria como acessar quaisquer objetos ainda não marcados pela inserção no sistema da língua. Mais ainda, a própria existência de um objeto não-linguístico é colocada radicalmente em xeque. Defendemos que Lacan herda e toma como inspiração este modelo metodológico em relação à realidade e à constituição do sujeito, tendo neste um dos pilares fundamentais em sua reforma do campo conceitual e prática clínica psicanalítica.

Em Saussure, estas características tomam forma na constituição do signo linguístico, na ideia de arbitrariedade e na visada sincrônica da língua. Nota-se que fez parte desta reformulação moderna da disciplina linguística uma delimitação do alcance da noção de signo, com fins de melhor formular seu objeto. Neste modo, o signo linguístico é menos abrangente em comparação aos signos tratados pela semiótica ou semiologia. Estas últimas fazem com que outras formas de circulação de signos, como os

⁹⁴ Badiou, A. (2015). *Aventuras da filosofia francesa no século XX*. São Paulo: Autêntica.

⁹⁵ Saussure, F. (1916/2012) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. (Grifo nosso, p. 39).

⁹⁶ Freud, S. (1915/2004). Pulsões e destinos da pulsão. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. I). Rio de Janeiro: Imago.

⁹⁷ Freud, S. (1933/1996). Novas conferências introdutórias: A questão de uma Weltanschauung. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXII). Rio de Janeiro: Imago.

mais variados *gestos, indicações* ou *placas* de fins comunicativos não se confundissem ou se sobrepussem às proposições saussurianas.

Desta maneira, o signo linguístico, em sua aparição, é pensado na união de duas partes, composto por um *conceito* e uma *imagem acústica*⁹⁸. Partindo de sua nomenclatura de *imagem acústica*, cabe lembrar que nem mesmo esta porção intuitivamente sonora do signo é tomada desde um lugar fisiológico, fonético ou fônico, ou melhor, mesmo estando ele articulado a estes pontos de vista, é num grau maior de abstração que seu estatuto toma forma. Posteriormente, a *imagem acústica* passa a ser o mais que ilustre elemento *significante*, ao passo que o *conceito* é igualmente renomeado enquanto *significado*⁹⁹. Sob esta armação conceitual, podemos começar a delinear a noção de *arbitrariedade* saussuriana.

As implicações de arbitrariedade de um signo são vigentes em pelo menos dois eixos, de acordo com o *Curso* – e junto a estes nos autorizamos a lançar mão de um terceiro. De início, não haveria quaisquer indicações ou relações necessárias que unam um significante a um significado. Nem mesmo no exemplo das onomatopéias, cuja proposta, em teoria, é mimetizar sons vindos de objetos ou animais, sustenta esta colagem caso compararmos as diferentes escritas de um *latido*, por exemplo, nas diferentes localidades das diferentes massas falantes – *au au* e *woof woof*. O significante é, nas palavras de Saussure, “*imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade”¹⁰⁰.

A outra indicação que pode ser pensada implicada pela arbitrariedade dá-se no desacordo já mencionado antes entre o signo linguístico e a coisa que é intuída representada ou descrita¹⁰¹. Desde aí somos impedidos de pensar na relação entre as palavras e as coisas tal como uma nomenclatura, afinal, não há uma qualidade ou indicação intrínseca ao objeto *livro* que o encarcere a esta sequência de fonemas. Por consequência, impossibilita-se a compreensão idealista da língua, onde uma suposta *Ideia*, localizada em determinado plano transcendente, perfeita-em-si, constituiria uma correspondência fraca ao que reside no mundo. Nesta concepção, ao modo platônico, a

⁹⁸ Saussure, F. (1916/2012) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. (p.43).

⁹⁹ *Idem*, p. 148.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 109.

¹⁰¹ Mais tarde nos perguntaremos caso a coisa não seja performada, engendrando-se neste processo retroativamente.

Ideia de Cadeira nunca encontra seu paralelo equivalente segundo a significação dos falantes. Assim, *cadeira*, funcionaria apenas enquanto cópia degradada ou mero simulacro.

Por fim, faz-se lógico atribuir também ao campo da clínica a incidência da noção de arbitrariedade. Ao levarmos em consideração a cadeia associativa do analisando, malgrado certas cristalizações discursivas fazerem semblante de necessárias, fazemos o entendimento de que o que está encadeado no discurso o está por conta de relações contingenciais – logo, passíveis de serem trabalhadas. Caso não levarmos isso em consideração, estaríamos em franca relação de poder com aquele que escutamos, na medida em que uma suspensão imprudente do princípio da arbitrariedade leva na maioria dos casos à suposição de um para além da fala, agora articulada pelas associações determinadas por aquele que escuta. Lacan é bastante enfático sobre este ponto no escrito sobre *A Direção do tratamento e os princípios do seu poder*¹⁰², onde toma por catastróficas as análises onde o analista intenciona colocar-se como modelo identificatório, e assim emprestar o seu ser maturado ao analisando.

Feita esta análise das incidências do princípio linguístico da arbitrariedade, é importante apontarmos que Saussure o utiliza igualmente para sustentar a radicalidade da dimensão cultural do signo linguístico. Na medida em que o aparelho fonador possibilita o signo somente em suas condições materiais de fala, outras condições foram necessariamente convocadas. Neste espírito, é em mais de um momento que o autor ressalta a dimensão social do signo, ensaiando e antecipando sua teoria do sistema linguístico:

Se pudessemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala por todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.¹⁰³

¹⁰² Lacan, J. (1966 [1958]/1998) *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*. In *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

¹⁰³ Saussure, F. (1916/2012) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. (p.45).

Apesar de correlacionar a consistência da língua a uma utópica massa cerebral, é a dependência da língua à turba de falantes que caracteriza seu funcionamento. Assim, unindo o fato social à arbitrariedade depreendemos que a consistência ou o fechamento dos signos tem sua efetivação por um tipo de hábito ou convenção coletiva, transmitida através das gerações. Afinal, nada impediria chamar o que se contratou por *livro* de *bola*. Paradoxalmente, este fator contratual acaba por estabilizar um regime vigente de signos, que pelas próprias prerrogativas da arbitrariedade adquirem um empuxo a conservar seu *status quo*. Isto ocorre devido à inércia do signo, porque socialmente sancionada – afinal, ao vincularmos arbitrariamente uma suposta coisa ou referente ao signo *livro* aparentemente não há razão alguma para substituí-lo. No *Curso* esta característica de tradição da língua é denominada de *estado de língua*, instituída pela *imutabilidade do signo*¹⁰⁴, ambos componentes do estudo sincrônico da linguística moderna.

Saussure admite que os signos mudem ao longo do tempo, tanto na parcela significante como na do significado, ou mesmo em sua junção. Contudo, admite ser impossível precisar o momento e a localização que estas alterações operam, o que se dá também pelo fato que, em sua maioria, estas mudanças caracterizam-se pequenas e vagarosas. Com fins ilustrativos, são esquematizados os três elementos que se encadeiam na relação da arbitrariedade com a imutabilidade e mutabilidade dos signos, a saber, *língua*, *massa falante* e *tempo*¹⁰⁵. Sendo assim, os falantes, alienados à língua, não têm livre escolha em seu arbítrio linguístico, porém é o elemento do tempo que parece dialetizar *língua* e *massa falante* em renovadas sínteses, ou ainda, estados de língua – como versa Saussure, “fora do tempo, a realidade linguística não é completa e nenhuma conclusão se faz possível”¹⁰⁶.



¹⁰⁴ *Idem*, ver p.112.

¹⁰⁵ *Idem*, ver p. 119.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 118.

Tendo feito essa cama conceitual a partir da noção de arbitrariedade, passamos para o segundo pilar fundamental da teoria saussuriana, sendo ele a *teoria do valor*. Esta tem sua primeira aparição em uma série de capítulos do *CLG* que abordam importantes temáticas, incluindo a noção de *sistema* e de *identidade linguística*, que, como se pode bem deduzir, servirá como chave de leitura ao conceito lacaniano de identificação.

Condição de possibilidade para o entendimento destas conceituações é percebermos o caráter linear do significante, ou seja, que é em uma cadeia falada que o significante desliza – na medida em que ele vai sendo delimitado e estabelecido em certo englobado de signos, pelo próprio processo de vinculá-lo a significados. Podemos mesmo dizer que significante e significado se cortam mutuamente no que ambos assumem forma sígnica, como indica Saussure ao abstrair dos conjuntos de significantes e de significados duas massas amorfas que somente formalizam signos sob uma operação de *inter-corte*. Como exemplo, consta no *CLG* a frase em francês *je la prends* [*eu a tomo*], que igualmente poderia ser cortada em *je l'apprends* [*eu a aprendo*]. Não deixamos de perceber que esta premissa linguística autoriza certas intervenções clínicas de orientação lacaniana, tal como a da escansão.

Indo além, mesmo estando os signos passíveis ao tempo e ao corte, é no *sistema linguístico* que estes assumem razão de ser, ou melhor, de não ser sendo em um sistema de tantos outros signos. Em Saussure, este sistema é a materialização última do seu projeto de abordar sincronicamente a língua. Para pensar em sua esquematização, temos no exemplo preliminar do tabuleiro de xadrez uma indicação preciosa da situação do signo diante de seus demais:

Mas assim como o jogo de xadrez está todo inteiro na combinação das diferentes peças, também a língua tem o caráter de um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas. Não podemos dispensar-nos de conhecê-las, nem dar um passo sem recorrer a elas; e, no entanto, sua delimitação é um problema tão delicado que nos perguntamos se elas, as unidades, existem de fato.¹⁰⁷

Neste referencial, a especificidade do elemento linguístico é estar inserido em um sistema de oposições, o que pede por maiores detalhamentos quanto a sua natureza e funcionamento. Para tanto, Saussure começa a falar de uma *identidade diacrônica* e outra

¹⁰⁷ *Idem*, grifos nossos, p. 152.

sincrônica ao tentar dar conta da pergunta pela existência ou não da ideia de unidade no sistema da língua. A primeira identidade corresponde à semelhança sintagmática, que une palavras diferentes, porém de fragmentos morfológicos parecidos (*cobra* e *cobrança*). Ainda mais interessante é o segundo exemplo, o da identidade sincrônica, que consiste em detectar o mesmo elemento em frases diferentes, supostamente investidos da mesma significação (tal como a partícula negativa *não*, disposta nos mais diferentes enunciados). Naturalmente, não esperaríamos que assim, pela via das identidades, o ser das unidades contidas no sistema linguístico estivesse positivamente garantido.

Remanejando a perspectiva identitária, refere o autor que o “mecanismo linguístico gira todo ele sobre identidades e diferenças, não sendo estas mais que a contraparte daquelas”¹⁰⁸. Ou seja, sendo a diferença o outro íntimo da identidade, é indo ao encontro do que aparenta ser a mais radical relação de identidade entre elementos que nos será permitido ver como tal conceito implode em sua própria impossibilidade de ser, em sua contraparte. A saber, recolhemos este efeito em dois casos: na *tautologia* e na *repetição*.

Nesta exposição, podemos começar a reintroduzir as discussões presentes no seminário da *Identificação*, de Lacan¹⁰⁹, pensando em sua articulação direta às problemáticas saussurianas quanto à *identidade linguística*, bem como a problemática da *unidade* e do *valor* que lhe acompanha. Primeiramente e a título de diferenciação, lembramos que o psicanalista desloca o conjunto de implicações, desdobrado desde o *CLG*, da noção de signo para melhor focar o trabalho com o significante. Feita essa ressalva, passamos para a análise das reduplicações linguísticas lembrando a crítica trabalhada por Lacan da equação “A é A” – enlaçando-a, então, às indicações saussurianas sobre *tautologia* e *repetição*.

Encarando a questão da tautologia desde o campo da lógica, apontamos uma redundância evidenciada quando o predicado ou atributo constitui-se enquanto repetição do sujeito, surgindo exemplos como “*verde esverdeado*”, “*pai é pai*” ou “*guerra é guerra*”¹¹⁰. Por sua vez, a repetição se daria simplesmente onde é enunciado o mesmo elemento mais de uma vez, como quando uma criança deseja chamar os pais (“*mãe...*

¹⁰⁸ *Idem*, p. 154.

¹⁰⁹ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O Seminário – Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife.

¹¹⁰ *Idem*, p. 57.

mãe... mãe...”), ou então nas constantes perguntas dirigidos aos mesmos ao longo de uma viagem cansativa (“*Já chegamos? Já chegamos? Já chegamos?*”). Cabe agora demonstrar como o paradigma da diferença radical – proveniente de modo textual desde a linguística saussuriana – segue valendo mesmo nestes casos supracitados onde a identidade é intuída garantida.

Aqui, finalmente, a teoria do *valor* de Saussure nos será mais que útil. Através dela, a língua passa a ser reforçada enquanto “um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta somente da presença simultânea de outros”¹¹¹. Lembramos o acima colocado de que o sistema linguístico se dá por *oposições*, porém marcamos que estas não se resumem ao disruptivo, na medida em que também operam solidariedades pela simultaneidade na atribuição de valor, mesmo que por via da negatividade. Ou seja, esta negatividade de um elemento em relação aos demais nos propõe que *um é o que todos os outros não são*:

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são.¹¹²

A título de diferenciação, pensamos que os elementos linguísticos estão longe de remeter a um sistema atomista, onde cada elemento encerra-se em seu estatuto de unidade e subsiste independente de sua relação com os demais. Da mesma forma, diferentemente da *Gestalt*, em que as partes compõem o todo em seu a mais, a linguística saussuriana defende que a flutuação do todo define o valor de cada uma de suas partes. Sendo assim, a noção de valor linguístico implode qualquer noção de identidade que se pretenda resolver por uma significação, conceituação ou ideia anterior a inserção do elemento em um dado sistema. Esta é uma indicação paradigmática que ecoa diretamente na inspiração estruturalista e, conseqüentemente, na tomada lacaniana da psicanálise.

Aqui, prosseguindo o trabalho de apreender a concepção do sistema linguístico, vale citar integralmente Saussure no segundo momento em que o autor se vale do

¹¹¹ Saussure, F. (1916/2012) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. (p.161).

¹¹² *Idem*, p.164.

tabuleiro de xadrez, agora colocando em xeque a noção de identidade de acordo com a teoria do valor:

Tomemos um cavalo; será por si só um elemento do jogo? Certamente que não, pois, na sua materialidade pura, fora de sua casa e das outras condições do jogo, não representa nada para o jogador e não se torna elemento real e concreto senão quando revestido de seu valor e fazendo corpo com ele. Suponhamos que, no decorrer de uma partida, essa peça venha a ser destruída ou extraviada: pode-se substituí-la por outra equivalente? *Decerto: não somente um cavalo, mas uma figura desprovida de qualquer presença com ele será declarada idêntica, contanto que se lhe atribua o mesmo valor. Vê-se, pois, que nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e vice-versa.*¹¹³

A teoria do valor encerra uma dupla consequência, estando, não à toa, posta ao final da citação em consonância com a noção, também ambidestra, de identidade. Primeiramente, em conjunto às referências de Lacan, apontamos que a teoria do valor inspira o significante a assumir uma negatividade tal que seu eixo diferencial não se restringe somente a outros significantes, mas “depende dessa dimensão, igualmente verdadeira, de que ele não poderia ser ele mesmo”¹¹⁴. Uma afirmação como esta, de que o significante sequer seria idêntico a ele mesmo, sustenta que a operação da identificação desde o princípio articula uma quota intransponível de distância entre sujeito e significante, respeitando a máxima de que “um significante representa um sujeito para outro significante”¹¹⁵ – que será mais bem trabalhada em um momento a seguir. Assim, é por adentrar um pouco mais na complexidade da unidade linguística, anunciada enquanto signo e devidamente inserida em um sistema, que nenhuma outra natureza desta possa advir que não uma natureza *relacional, diferencial e negativa*.

Em contrapartida, seguindo ainda a ilustração do xadrez, mesmo que a noção de valor desfira um golpe irreversível à concepção de identidade, um dos efeitos do valor articulado ao seu sistema parece fazer nele surgir um complexo de posições mais ou

¹¹³ *Idem*, grifos nossos, p. 156.

¹¹⁴ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O Seminário – Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (p.57).

¹¹⁵ Lacan, J. (1968-1969). *O Seminário – Livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar.

menos fixas – *cavalo, bispo, rei, rainha*, e por aí segue. Lacan¹¹⁶ sempre se ocupou deste efeito de lugares, não deixando de localizar sua proveniência à circulação significante. Prova disso está em sua leitura da *Carta roubada*, de Poe, na qual pensa na carta enquanto significante puro, cuja mudança de posse não deixa de conservar uma mesma estrutura de posições – para facilitar as lembrarmos como a posição do *rei* e da *polícia*, do *ministro* e do *inspetor*¹¹⁷.

Em suma, não é nosso objetivo de agora desmembrar o ensino da *Carta roubada*, mas sim apontar o seguinte: mesmo um sistema conjugado a um paradigma completamente avesso ao estabelecimento de identidades, como constatamos ser da natureza da teoria do valor, inevitavelmente acaba constituindo lugares, semblantes e consistências¹¹⁸. Isso tem a ver com um giro não vislumbrado na obra saussuriana, mesmo tendo o autor considerado uma indubitável dimensão social em sua ciência. Tal giro a mais não se restringe somente ao funcionamento *per se* da linguagem, tratando também de suas formalizações em *discursos* – aos quais Lacan¹¹⁹ dedica uma boa parte de seu ensino para desmembrar seus efeitos e conjugar seus elementos. Não à toa o seminário do *Avesso da psicanálise*, comumente chamado de seminário dos discursos, foi ministrado no seio de fervorosas discussões a respeito dos movimentos do *Mai de 68* francês. Também representado pelo diálogo próximo de Lacan com as ideias de Marx, queremos dizer com estes apontamentos que algo da ordem política se fez presente de uma forma ainda não vista em psicanálise.

Os discursos, fundadores de *realidades e laços sociais*¹²⁰, abrangem uma complexidade de situações políticas e de condições de emergência do sujeito que ultrapassa em muito, por exemplo, a ideia de coligação social que sugere o funcionamento de massas freudiano. Na medida em que neste segundo é um conglomerado onde as diferenças se encontram suspensas em prol de um objeto eleito ideal – podendo ser um mestre, uma ideologia ou ideia abstrata que ocupa a função deste *um* homogeneizante (U [I + I + I etc.]) –, haveria na operação dos discursos um modo de coordenação das diferenças por

¹¹⁶ Lacan, J. (1966[1955]/1998). O seminário sobre "A carta roubada". In: *Escritos* (pp. 13-68). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

¹¹⁷ Ponto que trabalharemos mais extensamente no último capítulo deste trabalho.

¹¹⁸ Seria o *falo*, várias vezes indicado no estatuto de "significante puro" (1956), que acionaria a delimitação dos lugares por vezes tomados pelas identidades de gênero?

¹¹⁹ Lacan, J. (1969-1970). *O Seminário – Livro 17: Avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

¹²⁰ Ambos os termos referem a citações textuais em Lacan, retomadas no ponto 2 deste trabalho.

um semblante que faz a função de nomear e efetivar cada um deles em suas especificidades (S [*a + b + c etc.*])¹²¹. A psicanalista Colette Soler nos ajuda neste ponto:

Tudo isso para dizer que, para Lacan, um discurso é um cão entre dessemelhantes, diferenças, isto não consiste simplesmente em estar em comunicação, conectados, em uma rede, nem mesmo em se avizinhar em um mesmo espaço, como se parece crer hoje em dia. Isso não se define pelo reagrupamento, mas pela organização, a articulação de suas diferenças, o que deixa, portanto, lugar para uma margem de liberdade, digamos, opções variadas, mais ou menos subversivas, e que manejam as evoluções possíveis.¹²²

Em outro ponto trabalharemos especificamente a teoria dos matemas discursivos em Lacan, articulada ao conceito de semblante – que é um de seus componentes chave. Por agora, coube antecipar as dimensões de trabalho que propomos ao ressaltar a compreensão do ensino lacaniano como uma teoria que considera, dentro do paradigma psicanalítico, *a radicalidade do significante re-arejada em suas incidências discursivas*.

Mas, afinal, não se tratando do *um* homogeneizante tampouco do *um* esférico, ao qual contrapomos acima, deveríamos nos ocupar do *um* que Lacan efetivamente propõe desde o seminário da *Identificação*. Assim, além do fato da identificação constituir-se forçosamente como identificação do sujeito ao significante, outra consideração importante à nossa pesquisa, proveniente deste mesmo seminário, é a crítica do estatuto do *um*, tanto pela via topológica como pela entrada do conceito de *traço unário*. Sobre este último, já comentamos que Lacan o retira do segundo tipo de identificação freudiano, aquele que opera sua relação com uma parte ou característica específica do objeto visado. Lembramos também que Lacan começa a trabalhar com o conceito ainda sem tradução fixa: no seminário da *Transferência* ele está no alemão, como *einzigster Zug*, e é depois reintroduzido no seminário sucessor, ainda nas primeiras lições, pela tradução intuitiva e literal do alemão, ou seja, por *traço único*.

O *um* do traço vai estar sempre referido ou em relação ao significante, porém temos que ter o cuidado de não o tomar enquanto protosignificante, tanto por motivos de

¹²¹ Poderíamos ainda trazer outros dois exemplos de distinção em relação ao discurso, sendo eles: a) os grupos de *militância*, por onde pensamos funcionar uma balança entre identidade e diferença marcada por fins político-estratégicos; e b) o que se chama de *Cultura*, conceito difuso e totalizante, com o qual o discurso rivaliza no sentido de apontar a inexistência de um universal e propor laços sociais localizados – em uma época e território também específicos.

¹²² Soler, C. (2018). *Rumo à identidade*. São Paulo: Aller. (p. 129).

rigor conceitual como pela aversão das digressões lacanianas ao estabelecimento de causas ou origens explicativas. Desta maneira, não é que o traço seja o *um* do significante que é *dois*, mas o traço é o *um* que faz lastro ao seu estabelecimento. A título de precisão, junto a tudo que nos legou Saussure, lembramos que o significante não é a palavra, e nos parece que tampouco a mera contraparte sonora do conceito, mas sim o elemento diferencial que remonta a um sistema configurado por oposições. Assim associa Lacan ao tratar pela primeira vez da relação entre traço e significante:

a originalidade que carrega o traço, digamos, de serialidade que ele [**significante**] comporta, traço discreto quero dizer, de corte, isto que Saussure não articulou melhor, nem de outra maneira, a não ser dizendo que o que os caracteriza como cada um, é ser o que os outros não são.¹²³

Para o traço, a unicidade que lhe corresponde está referenciada ao que todo significante tem de comum, que é justamente ser o que o outro não é. É neste sentido que Lacan atribui importância ao traço enquanto “função do um”¹²⁴, a saber, como aquilo que indica no significante o lugar em que se encontra suspensa sua própria garantia, sua própria função. Lemos no traço a condensação do que culmina da teoria do valor e da identidade linguística saussuriana, porém, e é isso que, sobretudo, nos interessa, significante e traço agora se encontram expressamente relacionados a uma teoria do sujeito. É nesta medida que se desenrola o ponto “perfeitamente *concreto* de identificação inaugural do sujeito com o significante radical, não do um plotiniano, mas do traço único como tal”¹²⁵.

Nisto está compreendido um par de esclarecimentos: 1) que a identificação não mais se propõe a unificar um dado sujeito, ou mesmo incitá-lo a encarnar tal e qual pessoa, animal ou objeto; 2) que o traço não é uma identificação secreta e inacessível do sujeito, que remeteria a uma gramática do originário ou do que haveria de mais autêntico em cada um de nós; e 3) que o traço unário não funciona como um código de barras ou *DNA*, ou seja, como um conjunto de inscrições cuja montagem faz a escrita singular *per se* daquele ou deste sujeito. Repetimos, tentando não trazer apenas exemplos apofáticos, que o

¹²³ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O Seminário – Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (p.28).

¹²⁴ *Idem*, p. 39.

¹²⁵ *Idem*, grifo nosso, p. 35.

traço unário é o elemento por onde se deduz a diferença e a mesmidade significante. Seguindo esta linha apresentamos um tolo exemplo: a contraparte identificatória de alguém que se veste como Elvis Presley não é o astro por inteiro, ele mesmo como modelo totalizante, mas sim *um* ou *alguns* significantes que se enlaçam solidariamente ao sujeito e delimitam todo um empuxo àquela dada imagem.

Sob este projeto cuja linhagem é contrária à unicidade, de Freud a Saussure, Lacan passa a deslocar o entendimento do *einzigster Zug* enquanto *traço único* para *traço unário* [*trait unaire*]¹²⁶, produzindo uma asserção bastante diferente do conceito. Trocando *único* por *unário*, o ensino lacaniano lança um de seus primeiros compromissos com a teoria matemática dos conjuntos, de onde o termo provém em sua utilização técnica. Nestes primeiros e renovados delineamentos, o traço unário é teorizado como um elemento mais que diminuto, ou seja, como redução extrema de tudo o que se poderia apontar nas mais variadas *diferenças qualitativas*: “desse termo que os lógicos se servem, quando se trata de definir a identidade”¹²⁷ – *baixo, magro, comunista, americano etc.*:

Esse apagamento das distinções qualitativas só está aí para nos permitir apreender o paradoxo da alteridade radical designada pelo traço e, afinal, é pouco importante que cada um dos traços se pareça com o outro.¹²⁸

O traço, assim, passa a ser remetido ao gesto literal da feitura repetida e linear de bastões, tanto fazendo se verticais ou horizontais. Dessa maneira, não se trata de elidir a diferença, já que mesmo na serialização de bastão a bastão não encontraríamos sequer um que fosse idêntico a qualquer outro, mas se trata de especificar a distinção que o significante apresenta em relação à diferença qualitativa. Lembramos, ainda, que o significante não é o traço, esse último sendo a garantia e o lastro de sua diferença – o que não quer dizer que o significante em cadeia não constitua solidariedades com alguns vários outros, como também atesta Saussure.

Novamente, verificamos que Lacan está preocupado em pensar o traço para logo em seguida articular seus achados à lógica significante, resultando que a esta é também estendida a inabilidade para representar conjuntos qualitativos. Paradoxalmente, mesmo

¹²⁶ *Idem*, p. 58.

¹²⁷ *Idem*, p. 59.

¹²⁸ *Idem*, p. 75.

o traço denunciando a des-identidade significativa, nem por isso deixa de fornecer o que seria sua *mesmidade*, ao passo que “a mesmidade é constituída assim, justamente porque o significativo como tal serve para conotar a diferença em estado puro, e a prova é que, em sua primeira aparição, o um, manifestamente designa a multiplicidade atual”¹²⁹. Entendemos ser importante vincular esta passagem a outra, anterior no seminário, que coloca que “o *Um como tal é o Outro*”¹³⁰, tanto na acepção de uma alteridade radical cujo tesouro faz possível a multiplicidade, bem como no sentido de certa *dimensão* desta diferença, ou seja, que “é no Outro que o A, do *A é A*, o A maiúsculo, como se diz, a grande palavra, *está dito*”¹³¹.

O que está dito no Outro, ou desde o Outro, não pode confundir-se com um signo lido à moda lacaniana¹³² - no sentido de um elemento significativo soldado a uma significação. Esta é uma das críticas ao *um* único e unificador que trouxe Lacan, tanto em seus primeiros seminários como nos escritos em que inverteu o panorama sógnico de Saussure, advogando pela primazia do significativo em relação ao significado, logo ao comportamento do signo ele mesmo. A partir disso nos autorizamos a comentar os conhecidos aforismos a respeito do signo e do significativo, colocados integralmente neste seminário e condensados na seguinte citação: “significante, ao contrário do signo, não é o que representa alguma coisa para alguém, é o que representa, precisamente, o sujeito para um outro significativo”¹³³.

O significante é o que representa o sujeito para outro significante é reconhecido por sua circularidade, na medida em que significante e sujeito parecem esgotar suas definições biunivocamente. Ainda assim, podemos apontar que, sendo marcado, logo de largada, que a identificação é uma operação que necessariamente se estabelece em relação ao significante, ao sujeito é legado um estatuto diferencial tal qual retém o elemento linguístico. Lacan endossa esta íntima articulação, evidenciada na tautologia do aforismo, ao dizer estar “bem claro que é necessário que encontremos o sujeito na origem do próprio significante”¹³⁴. Para tanto, o autor ousa jogar com uma tarefa a qual não encontramos

¹²⁹ *Idem*, p. 61.

¹³⁰ *Idem*, p. 49.

¹³¹ *Ibidem*, grifo nosso.

¹³² Lembramos aqui o alerta reiterado por Waldir Bevidas (2009) sobre a leitura lacaniana parcial para com o signo linguístico, o que neste momento vemos como uma escolha de leitura de Lacan.

¹³³ *Idem*, pp. 65-66.

¹³⁴ *Idem*, p. 135.

paralelo no *CLG*, pelo fato deste não se interessar em indagar pela lógica de origem de seu elemento.

Para tanto, é trazido à baila um trecho descrito no livro de Daniel Defoe, *Robson Crusoe*. Sobre o livro, interessa situar que o personagem principal, cujo nome intitula a obra, por motivos trágicos encontra-se literalmente ilhado em um isolado pedaço de terra, onde permanece alienado de qualquer contato humano. Utilizado algumas vezes por Lacan, o exemplo paradigmático se dá quando este homem detecta uma pegada na praia por onde andava – um traço¹³⁵, um indício qualquer. Porém, em um segundo momento, este mesmo homem não mais vê a pegada com a qual havia se encontrado anteriormente, apenas se defrontando com o vazio ali antes preenchido. É na medida em que se convence que aquele indício tinha sido apagado, que Robson Crusoe supõe neste ato a presença de vida humana, de um traço de sujeito.

Transmutando esta anedota às nossas finalidades teóricas, procuramos esquematizar os três tempos para o estabelecimento significante, que só ocorre a partir de um apagamento, de uma rasura: “no primeiro tempo a pegada deixada pela passagem de uma experiência; no segundo, o apagamento dessa pegada e, no terceiro, o rastro produzido pelo apagamento dessa pegada que produz, nesse lugar, um registro de outra ordem”¹³⁶. Naturalmente, em se tratando de Lacan, teríamos uma sucessão de tempos logicamente constituídos, e não de uma origem causalmente calcada, onde os primeiros passos são pensados retroativamente através do último. Neste sentido ressaltamos mais outra vez que o traço não é um proto ou pseudosignificante, mas sim o lastro de seu estabelecimento.

Agora passamos ao tratamento do aforismo seguinte: *o signo é o que representa alguma coisa para alguém*. Este *alguém*, correspondente do signo, pode ser tomado enquanto agente inespecífico que garante a comunicação, ou seja, pelo sujeito suposto crer na significação. Somado à crítica do traço enquanto traço sem qualidades, temos a indicação de que *burro*, *inteligente* ou *tímido* não operam terceirizados e distanciados do estabelecimento do sujeito. Se assim fosse, estas qualidades ou representariam o sujeito por completo, ou seriam componentes de uma suposta personalidade e caráter. Mais ainda, referenciamos que a psicanálise não trabalha desde estas abstrações psicológicas

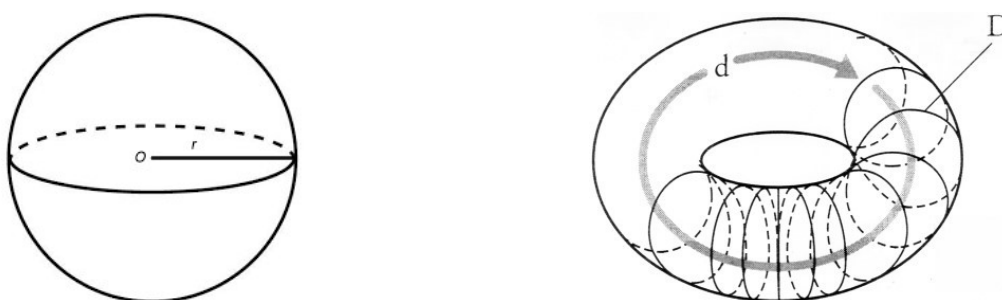
¹³⁵ No francês o *trace* carrega o sentido de *rastro*, *vestígio* e *pegada*.

¹³⁶ Jerusalinsky, J. (2014). *A criação da criança – gozo e fala entre a mãe e o bebê*. Salvador: Agalma. (p. 51).

de um *alguém* – *tesouro de qualidades substanciais* –, mas sim que ela supõe a presença do *Outro* em suas leituras e intervenções como aporte e lugar da linguagem – *tesouro dos significantes*. Aqui estamos adiantando uma das críticas fundamentais feita por Politzer¹³⁷ quanto à tomada do sujeito em terceira pessoa, que o acaba levando, inevitavelmente, ao processo de sua psicologização – tópico a ser mais bem aclarado no próximo subcapítulo.

* * *

Independente da especificidade do desdobramento, todas estas reviravoltas do estatuto do *um* e da totalidade são de suma importância ao longo do seminário. Tendo em vista nossa temática em obra, iremos encaminhar a última consideração, nesta seção, sobre o conceito de identificação em Lacan. Como expomos, as questões do *um* são primeiramente tratadas através do desenvolvimento conceitual do traço unário como um dos eixos deste seminário que pensamos ter sido importante trabalhar. Contudo, a questão tem amplo prosseguimento e culmina em construções topológicas das mais interessantes para uma crítica à sustentação da identidade ainda mais pungente, na medida em que Lacan propõe-se trabalhar com a peculiar topologia dos toros em contraposição à topologia esférica. Esta última, caracterizada por ser *auto-idêntica*, *concêntrica*, *una*, *bi-facetada* e *causadora de um interior*, não está apta para fazer pensar o modelo de sujeito lacaniano.



Sob a inspiração destes modelos topológicos, podemos conceber com mais clareza a distinção trazida em vários momentos do seminário a respeito da unidade unificante

¹³⁷ Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Lisboa, Portugal: Presença.

versus a unidade distintiva¹³⁸. Porém, como fomos traçando uma crítica sistemática à noção de unificação, cabe agora passarmos ao modelo do toro no que ele nos permite pensar sobre o *sujeito* e a *repetição* – atributos que ficam evidenciados desde a noção lacaniana de traço, vindo a representar avanços e invenções à inspiração saussuriana.

Comumente ilustrado por *pneus, boias de piscina e bambolês*, o toro é uma figura topológica descrita como constituída de “revoluções engendrada pela revolução de uma circunferência em torno de um eixo situado em seu plano”¹³⁹, ou melhor, “é uma superfície de revolução deste círculo em torno de um eixo, e o que é engendrado é uma superfície fechada”¹⁴⁰. Primeiramente, é interessante conceber o quanto uma estrutura aparentemente fechada é relacionada natural e constantemente à noção de superfície. Isso compõe o intento lacaniano de escapar ao paradigma da interioridade e de jogar os holofotes para outras concepções de sujeito, sem recorrer apenas ao simplismo da figura do plano – chato em sua potência explicativa dos fenômenos que lemos como sendo do sujeito. Como refere Lacan:

O toro tem essa vantagem considerável sobre uma superfície, todavia bastante boa para se degustar, que se chama esfera, ou simplesmente plano, de não ser de forma alguma *Umwelt* quanto aos *laços*, quaisquer que sejam.¹⁴¹

O fechamento que se dá no toro é o que ocorre pela progressão continuada das voltas que, ao fechar, não deixam de igualmente produzir uma abertura – posteriormente identificada ao objeto *a*. Nas voltas do toro podemos realizar a conjugação dos elementos até então trabalhados, a saber, a relação do sujeito com o significante, agora explicitada sob o regime do automatismo da repetição. Sendo irrelevante e impossível a contagem numeral de cada volta realizada, o que se imediatamente ressalta é a ideia de que cada repetição, de cada volta, trata-se de uma “repetição unária”¹⁴². Assim a repetição é

¹³⁸ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O Seminário – Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (ver p.170).

¹³⁹ *Idem*, p.182.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ *Idem*, p. 183.

¹⁴² *Idem*, p. 186.

caracteriza na medida em que a figura do toro é convocada sob a “necessidade de definir cada uma das voltas com um *um* irredutivelmente diferente”¹⁴³.

Em relação às voltas o sujeito é perdido na conta, assim como o caçador não mais sabe quantas caçadas em sua vida praticou, nem mesmo consegue descrever em aspectos qualitativos a diferença da nona caçada para com a trigésima sétima. Soma-se a essa dimensão do unário que, ao término da revolução e no conseqüente fechamento do toro, acaba estabelecendo uma volta a mais, ou a menos – que diz de um erro, de uma volta que não se pôde contar (-1). Neste sentido, a estrutura do toro atualiza a ideia de que há um ponto fundamental do sujeito fora do regime de saber, ao mesmo tempo em que indica que este ponto não é constituído a despeito de qualquer formalização. Para tanto, Lacan vai falar das *voltas cheias da demanda*¹⁴⁴, estas que de fato constroem o corpo do toro enquanto movimentos de endereçamento ao Outro, clamando por objetos cuja natureza metonímica, por definição, *nunca são*. Neste espírito, a demanda é localizada no domínio da frustração, que acaba sendo a força motriz de suas incansáveis voltas. A demanda é frustrada na medida em que não é mais a apropriação de um objeto que conota a importância definitiva para o sujeito, mas sim a relação que estabelece com o Outro.

Em contrapartida, visualizamos a volta não contada correspondente ao círculo ou *volta vazia* que é criada desde o bordejar das voltas da demanda, propriamente das voltas que constituem o corpo do toro. Vazio este que não só abre o espaço necessário para situar discussões sobre a *falta-a-ser*, o objeto *a* e o *desejo*, mas que fundamentalmente serve para localizar o ponto de imbricamento ou indissociabilidade entre o sujeito e o Outro. Assim é anunciado, por Lacan, quando trata da relação dos dois tipos de volta que pensa o sujeito, sendo

estrutural do sujeito, que, ainda que ele tenha dado só uma volta ele simplesmente deu duas, a saber: a volta do círculo pleno do toro e ao mesmo tempo a volta do círculo vazio; e que, assim, essa volta que falta na conta é justamente isso que o sujeito inclui nas necessidades de sua própria superfície de ser infinitamente plano, que a subjetividade não poderia apreender senão por meio de um desvio: o desvio do Outro.¹⁴⁵

¹⁴³ *Idem*, p. 196.

¹⁴⁴ A demanda é trabalhada em diversos momentos por Lacan. Ainda que fuja do escopo deste trabalho de fazer este recolhimento, cabe lembrarmos que, no francês, *demande* significa tanto *pergunta* como *pedido*.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 188.

A inserção do Outro topologicamente acontece a partir do posicionamento de um segundo toro precisamente no círculo vazio do primeiro, ficando como que encadeados, enganchados. Esta manobra resulta então em dois toros conjugados um ao outro, perpassando-se mutuamente em seus respectivos furos – demonstrando o transitivismo que opera quanto à demanda e ao desejo entre o par sujeito/Outro. Nesta passagem puxamos igualmente o aporte que traz outra figura topológica que é apresentada recorrentemente no ensino lacaniano, a saber, a fita de *moebius*. Correlacionando a *fita* ao *toro*, pensamos que enquanto este último ressalta as relações entre demanda e desejo no par sujeito/Outro, a primeira coloca em evidência a necessária continuidade entre ambos.

Mesmo sendo de simples aparência, a fita de *moebius* sugere que a concepção de um sujeito infinitamente plano não exime a necessidade de pensá-lo em sua própria complexidade topológica – que muito difere de outros modelos de situação do sujeito. Por exemplo, percebemos a partir da proposta moebiana uma superfície bastante distinta da que observamos tanto no paradigma esférico como em modelos como o da *tabula rasa*, ambos implicando em uma demarcada descontinuidade do sujeito com o que lhe é externo, estrangeiro ou alteritário. Isso tem por consequência a impossibilidade de pensarmos em uma substância que seria anterior à constituição do sujeito na linguagem. A partir disso, Lacan joga que a única essência possível é a “inter-essencialidade”¹⁴⁶ do sujeito com o Outro.

Neste sentido, pensamos que a topologia presente no seminário da *Identificação* leva ao entendimento de uma série de conceitos e categorias da psicanálise lacaniana, dos quais pensamos ter conseguido tratar ao longo desta seção. Contudo, não é demais apontar que a lição de maior importância à temática das identidades, condensando tudo o que pudemos trabalhar até então, é a quebra irrecuperável de uma ideia ingênua de autonomia do sujeito – dada sua relação *êxtima*¹⁴⁷ e necessária com o Outro –, nem mais sendo lícito referir-lhe a uma dialética entre interior e exterior, pelo menos à moda tradicional.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 208.

¹⁴⁷ A *êxtimidade* é um neologismo lacaniano que aparece, em primeira mão, no seminário da *Ética* (Lacan, 1959-60, p. 173), servindo para condensar as denotações de exterior e intimidade a um só tempo.

Este tipo de contraposição nos abre caminho não só para operar uma desconstrução da noção clássica de identidade desde um conceito forte da psicanálise como é o da identificação, mas também indica por quais vias teremos que prosseguir e respeitar na montagem das relações da *performatividade* com o aporte psicanalítico. Como iremos trabalhar, o performativo, em seus desenvolvimentos, é um conceito que igualmente opera uma torção de vários critérios da ordem do panorama filosófico clássico. São eles concepções tais como a da *verdade* absoluta, da *essência* auto-sustentada e da *substância* anterior, características que facilmente estendemos às leituras mais ligeiras e consensuais sobre a *identidade*.

Sumarizando, nesta seção objetivamos trabalhar na elucidação de pontos importantes sobre a identificação e seu estatuto em Freud e Lacan. Este quadro conceitual possibilita com que avancemos advertidos na pesquisa quanto à indissociabilidade do sujeito em relação ao significante e ao seu tesouro – permanecendo estas diretrizes postas desde então. Ainda assim, no intuito de passarmos para o *semblante*, conceito fundamental na tessitura do performativo psicanalítico, pretendemos permitir que um intruso se apresente – Georges Politzer¹⁴⁸ e sua obra *Crítica aos fundamentos da psicologia*.

Por mais que tal escolha metodológica represente um breve desvio, reforçamos a importância em retrazar alianças com algumas das principais forças inspiradoras do projeto lacaniano, tal como fizemos com Saussure e a linguística moderna. Em Politzer, iremos pinçar uma série crítica dirigida ao que é que da psicanálise resiste como *psicologismo*, de modo a reforçar ainda mais a impossibilidade de referir o sujeito a uma suposta interioridade – indicação caríssima à virada de paradigma representada pelo performativo. Pelo lado propositivo, encontramos no texto politzeriano algumas conceituações que ajudarão na ideia do performativo, tais como a *psicologia concreta* e os atos e narrativas em *primeira pessoa*.

b. O Intruso Politzer e a Psicologia Concreta

De origem húngara, Georges Politzer foi um filósofo e teórico estabelecido no meio francês de sua época. Seu referencial maior consistiu na teoria marxista que, apesar

¹⁴⁸ Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Lisboa, Portugal: Presença.

de não aparecer citada diretamente em sua *Crítica aos fundamentos da psicologia*, supomos servir como uma incubadora do conceito de *concreto* ao qual o autor tanto se ocupou. Essa vinculação é percebida quando Politzer diz do paradigma *interiorista* da psicologia clássica como uma “religião burguesa”¹⁴⁹, indicação que a estudiosa contemporânea das transformações da subjetividade Paula Sibilia¹⁵⁰ não deixaria de concordar.

A obra em vista, que passaremos a chamar sucintamente de *Crítica*, foi de grande impacto – sua maior contribuição consistindo no contágio de seus levantamentos a Lacan, Althusser, Sartre e Merleau-Ponty¹⁵¹. Não só importante pelo desenvolvimento de suas ideias próprias, a *Crítica* fez circular diante destes pensadores uma leitura da psicanálise freudiana com a qual eles puderam mais facilmente se identificar de acordo com seus posicionamentos teóricos – versão esta que analisaremos a seguir. Dessa forma, muito além de um fervoroso crítico, o autor em questão foi um potente difusor das ideias freudianas no cenário intelectual francês. Interessante, então, de situar o ano de publicação da *Crítica* junto às produções vigentes de Freud.

A saber, já em 1928 contávamos com a totalidade dos textos fundamentais da *metapsicologia*, *escritos técnicos*, *estudos de caso*, e, inclusive, os trabalhos reconhecidos pela instituição da *segunda tópica*, notavelmente *O Eu e o Isso*¹⁵². Alguns dos únicos trabalhos de ampla circulação que a construção da *Crítica* indubitavelmente não pôde ter acesso fora o *Mal-estar na cultura* (1930) e o escrito sobre a *Sexualidade feminina* (1931) – com apenas alguns anos de distância. A título de localização, em 1928 apontamos que o que de maior importância havia sido recém escrito por Freud é o par *O futuro de uma ilusão* e o *Fetichismo*, ambos datados no ano de 1927. Naturalmente, apenas podemos ter certeza do que efetivamente foi lido por Politzer a partir da seleção de textos comentados pelo autor.

Ao selecionarmos a *Crítica* acreditamos que, mesmo por vezes se valendo de um jargão inatual ou misturar conceitos consagrados no contemporâneo, neste escrito

¹⁴⁹ *Idem*, p. 31.

¹⁵⁰ Sibilia, P. (2016). *O show do Eu – a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

¹⁵¹ Furlan, R. (1999). Freud, Politzer, Merleau-Ponty. In: *Psicologia USP* (v. 10, nº 2, pp. 117-138).

¹⁵² Freud, S. (1923/1990). O Eu e o Isso. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.

encontramos um posicionamento epistemológico e uma teoria da enunciação das mais interessantes a um ensaio precoce de aproximação da performatividade com a psicanálise – justamente no que opera de uma bifurcação crítica desta última a partir de uma revisão crítica dos fundamentos e proposições freudianas. Estes caminhos que se abrem desde Freud, tão incongruentes entre si, estariam representados, na visão de Politzer, pela ineficiente *psicologia clássica* contra a tão jovem e defendida *psicologia concreta*.

Um pouco antes de irmos ao osso de tal oposição, precisamos esclarecer como a *Crítica* entendeu a psicologia de até então. Adiantamos que a escrita de Politzer é bastante esquemática, no sentido de eleger algumas características e a estas se manter fiel – de modo a seguir trabalhando e retrabalhando determinado campo sob o mesmo regime de qualificadores. Este modelo é de bastante serventia para fixar não só uma ideia global de psicologia, mas sim, principalmente, para delimitar o conjunto de características alvo da *Crítica* que ainda resistem na psicanálise.

A título de comprovação, procuramos dispor o desfile de palavras, mais ou menos por ordem crescente de relevância e aparição, que adjetivam a ideia politzeriana da psicologia clássica. Logo aqui, seguem as características elencadas que pretendemos trabalhar à medida que forem reaparecendo durante nossa exposição: *objetivismo*, *interiorismo*, *introspectivismo*, *formalismo*, *abstracionismo* e *realismo*. Vale dizer que estes elementos, componentes da psicologia clássica, encontram-se fortemente interligados, cada um complementando a compreensão do outro no que formam efetivamente um paradigma.

Dando início, lembramos que Politzer situa a psicologia clássica nos cinquenta anos antecedentes à publicação da *Crítica* – ou seja, desde a proposta de uma psicologia científica cunhada por Wilhelm Wundt. O autor refere que, nesta tentativa de mensurar e categorizar uma série de fenômenos de ordem psicofisiológica, ocorre de pronto pelo menos uma *confusão* e uma *impotência*.

Começando por esta última, a *Crítica* diz que com o modelo clássico nada mais se obtém do que uma psicologia “sem alma”¹⁵³, ao passo que os dados que ela propõe recolher e organizar produz um “formalismo insípido”¹⁵⁴. Lembramos que o formalismo tanto pode levar a ideia de um conjunto formal de regras, rigores e métodos, como

¹⁵³ Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Lisboa, Portugal: Presença. (p. 17).

¹⁵⁴ *Ibidem*.

igualmente se encontra vinculado à filosofia transcendental kantiana, que em prol de uma moral categórica exclui o sujeito em sua singularidade – como no caso paradigmático de seu *imperativo*. De um jeito ou de outro, não é difícil perceber que este tipo de formalismo não guarda relações com as concepções psicanalíticas sobre o sujeito com a qual recortamos. Contudo, Politzer irá apontar o que ainda insiste destas e outras características da psicologia clássica no projeto e desenvolvimentos freudianos.

Seguindo agora para o outro eixo, tomamos nele a *confusão* presentificada na própria concepção metodológica desta psicologia. Neste sentido, mesmo sob o afã estritamente objetivo dos cálculos laboratoriais, a confusão de que se trata aponta para o “monstro vingativo da introspecção”¹⁵⁵, que retorna disfarçado sob outra nomenclatura em princípio respaldada pela ciência. Sobre este ponto, inferimos junto a Politzer que o preço pago pela ideia não problematizada de objetivismo é sofrer o rebote de seu suposto contrário. A ingenuidade do objetivismo se traduz pela própria necessidade da construção de noções psicológicas introspectivas como a de *lugares mentais*, *faculdades psicológicas*, etc.¹⁵⁶. Ao funcionarem como as abstrações necessárias à condução, e mesmo à existência, de determinadas testagens, os constructos psicológicos tais como *atenção*, *memória* e *julgamento*, acabam por desmentir a pureza do objetivo ao qual a psicologia clássica pretende poder mensurar.

Como já podemos constatar, ao longo de todo o livro, Politzer se revela um crítico mordaz da psicologia clássica – e, novamente, é incansável ao trabalhar o que toma por sua *impotência* e sua *confusão*. Ainda no tocante a esta última, citamos a parte em que o autor propõe uma genealogia entre a noção de interioridade em relação ao cristianismo:

O culto da alma é essencial para o Cristianismo. O antigo tema da percepção nunca teria bastado para gerar a psicologia: é da religião que vem a força desta última, a teologia da alma, uma vez constituída em tradição, sobreviveu ao Cristianismo e continua hoje a viver do alimento habitual de todas as escolásticas. O respeito de que se conseguiu rodear graças ao disfarce científico, permitiu-lhe vegetar ainda um pouco, conseguindo sobreviver a si mesma graças a este artifício.¹⁵⁷

¹⁵⁵ *Idem*, p. 18.

¹⁵⁶ De forma similar, Canguilhem (1958), em sua clássica conferência sobre *O que é a psicologia?*, critica a falta de revisão filosófica da psicologia, “porque eclética sob pretexto de objetividade” (p. 1)

¹⁵⁷ *Idem*, p. 30.

Advogando que esta tradição de pensamento não implica relação com qualquer faceta da “vida verdadeira”¹⁵⁸, o autor segue denominando este paradigma de “religião da vida interior”¹⁵⁹ – que na época moderna adquire outros contornos já que aliada aos discursos científicos. Endossando esta percepção, a pesquisadora Paula Sibilia propõe a figura do homem moderno desdobrada em *homo psychologicus*¹⁶⁰ e, complementar a este, *homo privatus*¹⁶¹, justificando sua terminologia não só a partir do cristianismo, mas também das metamorfoses econômicas, políticas e tecnológicas da sociedade ocidental. Forçosamente influenciado pelo estilo de vida burguês do século XIX, a *religião da vida interior*, que Sibilia irá traçar tanto pelas “tirantias da intimidade” como pelas “subjetividades introdirigidas”¹⁶², remete a uma rede complexa de influências que neste momento do trabalho apenas podemos fazer notada.

Estando igualmente criticada nas seções anteriores e tratada como parte vital ao presente trabalho, será sob a égide da crítica da interioridade e dos qualificadores que a sustentam que Politzer delinea sua contraproposta a tal modelo. Assim, surge a noção de *psicologia concreta*, cuja gramática nos leva ao verdadeiro da “vida dramática do homem”¹⁶³, bem como às *narrativas e atos em primeira pessoa*. O filósofo lamentava que esta dimensão ainda estivesse quase que totalmente restrita às artes, notavelmente à literatura – não deixando de afirmar que mesmo algumas literaturas haviam cedido para a “falsa psicologia”¹⁶⁴ e sua noção secular de *alma*, sustentada pelo introspectivismo.

Apesar de supormos que haja uma positivação da noção politzeriana de *concreto* através do materialismo dialético marxista, será por oposição que melhor podemos apreendê-lo – mesmo porque ao longo da *Crítica* não encontramos um momento-chave onde o *concreto* é explicitamente exposto em sua conceituação. Para tanto, iremos retomar brevemente cada um dos qualificadores da psicologia clássica em seu desacordo

¹⁵⁸ *Idem*, p. 31.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

¹⁶⁰ Sibilia, P. (2016). *O show do Eu – a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. (p. 125).

¹⁶¹ *Idem*, p. 126.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Lisboa, Portugal: Presença. (p. 27).

¹⁶⁴ *Idem*, p. 28.

nodal com a psicologia concreta. Em relação ao *objetivismo*, temos a ideia bastante atrelada ao concreto de singularidade, que diz de uma dramática própria de cada história pessoal em suas especificidades. Em relação ao *interiorismo*, apontamos que a psicologia concreta desconsidera a perspectiva do *introspectivismo*, ou seja, de um vasculhar profundo dos conteúdos mentais – passando então a privilegiar um viés pragmático específico diante dos atos do indivíduo. Em relação ao *formalismo* e ao *abstracionismo*, a psicologia concreta terá divergências no que ambos servem ao estabelecimento de faculdades psicológicas, na medida em que as produções de um dado indivíduo não mais devem servir a tais abstrações formais, mas à sua singularidade¹⁶⁵.

Em relação ao *realismo* temos pela frente uma perspectiva bastante interessante de elucidação, já que, intuitivamente, esta característica parece assemelhar-se com a noção de concreto – ao menos no plano semântico. Condensando todos os outros qualificadores índices da psicologia clássica, a noção de realismo em Politzer diz da culminação de um tipo de “parafísica”¹⁶⁶, uma espécie de mundo interno composto por espaços mentais, onde representações de coisas e de palavras são devidamente organizadas por um conjunto de funções abstratas, ou bem dizendo, faculdades psicológicas. Assim, diz a *Crítica* que “subtrair ao fato psicológico o sujeito que o subentende corresponde a aniquilar a sua condição de *psicológico*”¹⁶⁷. Ou seja, o realismo opera em *terceira pessoa*¹⁶⁸ ao deslocar a responsabilidade de determinados atos e produções do sujeito para um conjunto de funções abstratamente concebidas e alojadas em um espaço mental mimético da realidade externa.

À medida que formos adentrando na digressão central da *Crítica*, correspondente ao fértil diálogo de Politzer com o corpus freudiano, a distinção entre psicologia clássica e psicologia concreta irá tomando contornos de alto interesse às questões do performativo e ao desmonte da ideia substancial e interiorista da identidade. Logo, no sentido de cadenciar este escrito com palavras de síntese do próprio autor, e antes de trabalharmos o longo comentário deste filósofo a respeito da psicanálise, citamos integralmente uma de suas passagens:

¹⁶⁵ Esta distinção entre o *formalismo/abstracionismo* e os preceitos da psicologia concreta se atualiza sob a diferença entre a *terceira* e a *primeira pessoa*, como quer Politzer.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 65.

¹⁶⁷ *Idem*, grifo do autor, p. 66.

¹⁶⁸ Segundo Politzer, toda e qualquer referência a terceira pessoa gera uma explicação de *coisa para coisa* (ver p. 166).

A psicologia clássica esforça-se então para poder considerar a mesma coisa duas vezes na terceira pessoa: projeta o exterior no interior, de onde tenta em seguida, mas em vão, fazê-lo sair; desdobra o mundo para construir uma ilusão e tentar depois fazer dessa ilusão uma realidade, cansa-se finalmente dessa “alquimia”, declara que se está apenas em presença de falsos problemas, cala-se inocentemente ou lança-se no campo das diferenças qualitativas e dos “atos de vida” e, professando um profundo fastio pela metafísica, há cinquenta anos que não faz mais do que correr de uma metafísica para outra; tal como é, não consegue abordar nenhuma questão sem que brote imediatamente um problema metafísico.¹⁶⁹

* * *

Estando ainda nos moldes freudianos, não é à toa que a psicanálise apareça como o ator principal da *Crítica* – o que se deve à sua própria ambiguidade quando posta em revisão pelos esquemas e qualificadores politzerianos. Sendo a psicanálise o representante máximo deste novo paradigma, que Politzer entende ser a ciência emergente de maior correspondência a sua ideia de psicologia concreta, por outro lado o filósofo alerta que a psicanálise freudiana não se apercebeu “de que escondia no seu seio a velha psicologia”¹⁷⁰. Para tanto, o autor irá extrair a maior parte destas suas análises diferenciais partindo do trabalho da *Interpretação dos sonhos* – texto freudiano mais que paradigmático.

De largada, nos permitimos tocar pela aposta contra-intuitiva da *Crítica* em querer delinear o *concreto* desde uma teoria dos *sonhos*, escolha essa que acaba contribuindo para melhor conceber o concreto na acepção politzeriana. Debruçando-se sobre a teoria dos sonhos, Politzer tem em mãos um trabalho basal da teoria psicanalítica, estando acompanhado por uma ampla parte da gramática freudiana – contando com os conceitos e noções, alguns ainda em germe, de *recalque*, *representação*, *inconsciente* e *desejo*. Igualmente cabe lembrarmos que a *Interpretação dos sonhos* compreende uma ampla discussão de Freud com as ciências neurológicas e psicológicas de sua época, o que muito interessou a Politzer. De modo a ilustrar este cenário, trazemos as retificações de Freud dirigidas ao neurologista alemão Adolf Von Strümpell.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 34.

Tal qual a totalidade de outros doutos cientistas de sua época, Strümpell entendia que o sonho se constituía desde um regime psicológico caótico, disfuncional e confusionado, ou seja, sob uma pane geral das faculdades mentais do indivíduo. Isso faz do sonho um produto psíquico mal-feito ou quebrado, traçando o absurdo e o não-senso que os sonhos representavam para toda e qualquer vida mental. Strümpell fornece uma imagem bastante precisa de como a lógica científica da época entendia o sonho, a saber, na figuração de um piano cujas teclas são tocadas completamente ao acaso. Sobre isso, Freud comenta que este tipo de discurso com o qual se defrontou destina-se

a demonstrar que os sonhos não merecem ser classificados como processos psíquicos. O sonhar tem sido muitas vezes comparado com "os dez dedos de um homem que nada sabe de música, deslocando-se ao acaso sobre as teclas de um piano"; e esse símile mostra, melhor do que qualquer outra coisa, o tipo de opinião que geralmente fazem do sonhar os representantes das ciências exatas. Sob esse prisma, o sonho é algo total e completamente impossível de interpretar, pois como poderiam os dez dedos de alguém que não soubesse música produzir uma peça musical?¹⁷¹

De forma parecida que em relação aos sonhos, Freud foi contra o *formalismo* corrente das leituras de teor deficitário dirigidas aos fenômenos psíquicos desviantes, dando destaque enfim ao “sujeito que lhe está na origem”¹⁷². Mais ainda, uma ampla gama de elementos que tencionavam a racionalidade da época ou eram simplesmente por ela negligenciados, como as neuroses, os atos falhos, os esquecimentos e a sexualidade infantil, através da psicanálise não mais podiam ser explicados em *terceira pessoa*. Isso significando que estes fenômenos não esgotam sua determinação no sentido de uma imperfeição funcional, responsável a um desempenho psicológico qualquer.

Aqui captamos e adicionamos outro sentido à noção de concreto, se dando por oposição ao *impessoal*. De acordo com a *Crítica*, esta preocupação freudiana com a particularidade do sujeito se dá pela atribuição de sentido a suas manifestações, transformando o que antes era lido negativamente de modo a lhe conferir estatuto positivo, ou melhor, *concreto*. Isso torna a psicanálise teoricamente apta a conceber um sujeito cujas manifestações se dão em *primeira pessoa* – configurando assim o cerne do

¹⁷¹ Freud, S. (1900/2001). *Interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago. (p. 95).

¹⁷² Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Lisboa, Portugal: Presença. (p. 57).

que há na psicanálise de psicologia concreta. Assim, diz Politzer que “Freud considera o sonho inseparável do “eu”, como sendo essencialmente uma “modulação” desse *eu* que lhe está intimamente ligada e o exprime”¹⁷³. Desde este comentário pinçamos a expressão de uma modulação do eu (*forma*) que se encontra em vias de um trabalho (*per*) que não parece ter por consequência uma finalização absoluta.

Naturalmente, o *eu*¹⁷⁴ para Politzer assume roupagens próprias. Porém, ele fundamentalmente virá a funcionar como uma das chaves distintivas em relação às tendências epistemológicas freudianas. Por exemplo, em Freud, verificamos que a construção conceitual do eu dificilmente não irá assumir um modelo afim ao das instâncias psicológicas. Em alguns momentos detectamos uma aproximação diferente, como quando o eu é conceituado como uma *superfície*¹⁷⁵, ou mesmo enquanto *acúmulo de identificações*¹⁷⁶ – porém, estes tipos de exemplos aparecem fundamentalmente a título de passagem, se tornando rarefeitos quando acompanhamos o tipo de projeto psicológico que Freud acaba por edificar para o Eu.

Apontamos como sendo o ápice da psicologização do Eu sua reestruturação dentro do panorama da segunda tópica. Para a *Crítica*, a nomeação de um aparelho psíquico dividido em três instâncias (*Eu*, *Supereu* e *Isso*) representa um retorno conservador passível de congregar a totalidade dos qualificadores da psicologia clássica – notavelmente o *abstracionismo* e o *formalismo*. Não satisfeito, aponta para a metapsicologia da *Vorstellung*, da representação, como um operador conceitual mantenedor do *realismo* e do *interiorismo* psicológicos. Sobretudo, Politzer intenta indicar as alianças entre conceitos e noções freudianas cujo fio condutor se dá pela instalação de uma individuação psíquica, ou ainda, de uma identidade psicológica – mesmo que de ordem conflitual e tripartida.

Notemos, então, que determinada conceituação de eu reflete em todo um projeto de construção teórica, e vice-versa. Mesmo dito isso, pensamos que uma leitura crítica possibilita depreender que um campo não é definido somente por seus conceitos e os fenômenos que abarcam, mas também do uso e vinculação destes mesmos conceitos a

¹⁷³ *Idem*, p. 59.

¹⁷⁴ Diferimos o *eu*, enquanto concreto, do Eu, enquanto instância.

¹⁷⁵ Conceituação prestigiada por Lacan no seminário anteriormente trabalhado, por afinar-se às concepções topológicas do sujeito.

¹⁷⁶ Freud, S. (1923/1990). O Eu e o Isso. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.

determinadas tradições. Assim, seguindo a leitura politzeriana do texto da *Interpretação dos sonhos*, percebemos que Freud igualmente pende entre dois lados quanto ao eu, sendo eles o pólo já criticado da *introspecção* e o outro pólo marcado pela *narrativa*¹⁷⁷. É por esta última via que nos é possibilitado ler em um lapso ou esquecimento algo de concreto do sujeito, ou seja, como dados articulados a sua narrativa tomada enquanto própria, ou singular. Dessa forma, Politzer é um defensor fervoroso que, desde a perspectiva freudiana, o que antes permanecia em negatividade (como uma falha de memória) passa a ser reconhecido como um ato psicológico concreto – e, novamente, verificamos que um elemento fugidio, tal como o sonho e o lapso, se encontram articulados a certa concretude do sujeito.

Em outra medida, o *eu* que Politzer percebe potente desde o aporte freudiano é aquele que só faz forma ao manifestar-se, e o faz por *um ato* mediante a suposição de *um sujeito*¹⁷⁸. Ao seguir sua formulação sobre o concreto, ele afirma que “*os fatos psicológicos devem ter a mesma natureza do “eu”, devem construir juntamente com ele algo de homogêneo, só podem ser encarnações da forma do eu*”¹⁷⁹. Assim, devemos aqui suspender a noção lacaniana de ato analítico, para entendermos que Politzer chama de ato o componente concreto de uma vida singular, “*a vida no sentido dramático da palavra*”¹⁸⁰, reiterando que até então o que nos foi apontado pelo filósofo de mais concreto ao sujeito foram elementos fugidios, que, assim, transformam o *eu*, ele mesmo, “*num ato*”¹⁸¹. Temos aqui, um *eu* totalmente vinculado ao *ato*, que opera como uma “*encarnação atual do eu*”¹⁸², ou, como dito antes, sua modulação. E, então, Politzer conclui que a psicologia concreta é “*obrigada a reconhecer o ato como único fato psicológico real*”¹⁸³.

Aqui, cabe uma pausa para lembrarmos o que se evidencia nestas passagens quanto a uma insuficiente discriminação entre *eu* e *sujeito* no projeto politzeriano. Antes de tentarmos dar conta destes elementos em sua distinção, já exaustivamente trabalhada

¹⁷⁷ Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Lisboa, Portugal: Presença. (ver p. 107).

¹⁷⁸ *Idem*, ver p. 70.

¹⁷⁹ *Idem*, grifos do autor, p. 71.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 72.

¹⁸¹ *Idem*, p. 92.

¹⁸² *Idem*, p. 93.

¹⁸³ *Ibidem*.

por Lacan¹⁸⁴, apontamos que o que neste momento do trabalho nos faz importância é a concepção de um *eu-sujeito* que se organiza enquanto *performatividade narrativa*. Com isso, coloca-se a vista um modelo de *eu* que referencia e é referenciado em *primeira pessoa*, e, desde este lugar enunciativo, é capaz de modular-se em seus atos. Atos estes entendidos enquanto entidades sustentadas por uma vida narrativa, e não psicológica.

Não somente este Eu instanciado, mas também a noção de inconsciente aos moldes de um *espaço interior, profundo*, no qual habita uma *vida psíquica*¹⁸⁵, passa a ser desbancada por Politzer. O filósofo chega a traçar uma incipiente teoria da linguagem para seguir sustentando seu modelo diferencial, ao dizer que o psicólogo clássico é aquele que se mantém na “interpretação habitual da linguagem”¹⁸⁶ – querendo com isso dizer que o psicólogo está fundamentalmente alheio ao sentido singular de um fenômeno porque não deixa de os conceber por uma via hermenêutica do senso comum.

Ainda que Freud supere em muito este modelo, a *Crítica* lamenta que, muitas vezes, o sentido singularizado seja tão logo realocado sob o julgo de uma realidade interior, de uma dinâmica do recalado, etc. A título de exemplificação, pensamos em determinadas leituras que tomam o recalque e a repressão enquanto mecanismos psicológicos. A partir disso acaba-se consolidando tanto uma retórica do disfarce, visto em vários desdobramentos conceituais como o do par *manifesto/latente*, como também corrobora com a ideia de uma anterioridade *quasi* factual de conteúdos inconscientes em perspectiva aos atos do sujeito. Esta última asserção nos leva a praticar uma psicanálise do descobrimento, que parece supor a existência de elementos da vida psíquica recalada anteriores a qualquer tipo de expressão – estando, assim, somente à espera de uma intervenção adequada para que tão logo venham à tona.

Nisso tudo, Politzer parece fazer o decreto de que a maior influência do paradigma proposto pela psicologia clássica à psicanálise é, a saber, aquela que produz dentro de seu panorama a concepção de um *inconsciente hipostasiado*¹⁸⁷. Detectamos esta tendência e concepção em Freud:

¹⁸⁴ Esta discussão seguirá no subcapítulo seguinte (2.c), ao tratar sobre o *Imaginário* em Lacan.

¹⁸⁵ Termo que aparece em Freud com certa recorrência, indicando que atividades inconscientes estão sempre em operação nos subterfúgios contrários à consciência.

¹⁸⁶ *Idem*, p. 137.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 144.

O inconsciente não é mais do que a realidade essencial do psíquico. A sua natureza é-nos tão desconhecida como a realidade do mundo exterior, e a consciência informa-nos sobre ele de uma forma tão incompleta como o fazem os nossos órgãos dos sentidos sobre o mundo exterior.¹⁸⁸

Não à toa, Lacan, leitor de Politzer, terá uma divergência bastante parecida em relação a estes termos que situam o inconsciente freudiano – tanto é assim, que tal diferença fora mitificada na lição do seminário dos *Quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, sendo intitulada de *O inconsciente freudiano e o nosso*¹⁸⁹. Nesta aula, encontramos passagens como a que refere o “*inconsciente estruturado como linguagem*”¹⁹⁰, importantíssimo por relançar o aporte forçosamente linguístico da reforma lacaniana do inconsciente, situando, então, o jogo combinatório pré-subjetivo da língua como sendo a “*estrutura que dá seu estatuto ao inconsciente*”¹⁹¹. Sob esse referencial de peso, Lacan propõe diferenciar que o “*inconsciente, conceito freudiano, é outra coisa, que eu gostaria de tentar fazer vocês apreenderem hoje*”¹⁹².

De modo a seguir recusando ao inconsciente toda uma série de qualificadores psicológicos recolhidos e catalogados por Politzer, tais como as características do *realismo* psíquico e do *interiorismo* do sujeito, Lacan as contrapõe concebendo o inconsciente como algo da ordem do *não-realizado*, ou, mesmo, do *não-nascido*¹⁹³, ao passo que o sujeito é pensando por um plano topológico de caráter bidimensional. Ainda no caso do inconsciente, o psicanalista francês sustenta a noção de uma *hiância* que possibilita o desligamento dos fenômenos inconscientes à busca de um conjunto de suas possíveis causas – colocando no lugar deste *causalismo* o funcionamento da “*lei do significante*”¹⁹⁴. Aos psicanalistas que se ocupam em definir causas e fechar sentido

¹⁸⁸ Freud, S. (1900/1987). Interpretação dos sonhos. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. V). Rio de Janeiro: Imago. (p. 637)

¹⁸⁹ Lacan, J. (1964/1985). *O Seminário – Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (ver p.25).

¹⁹⁰ *Idem*, grifo do autor, p. 27.

¹⁹¹ *Idem*, p. 28.

¹⁹² *Ibidem*.

¹⁹³ *Idem*, p. 30.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 31.

diante do que decorre em uma sessão, Lacan reserva o título de *ortopedutas*, “que se dedicam, no que *psicologizando* a teoria psicanalítica, a suturar essa hiância”¹⁹⁵.

Partindo disso, o autor elabora que a fenomenologia possível desde o estatuto de *não-realizado*¹⁹⁶ do inconsciente é a que se apresenta em *descontinuidades*, ou seja, por elementos que, mesmo que decalcáveis, assim que se abrem, tornam a se fechar novamente – lembrando o recorte analítico politzeriano dado pelo sonho e pelo ato falho. A título de fundamentação, e também por recuperar as discussões do subcapítulo precedente, agora em articulação com a recusa psicológica da psicanálise, aqui citamos extensivamente Lacan:

Será que o *um* é anterior à descontinuidade? Penso que não, e tudo que ensinei esses últimos anos tendia a revirar essa exigência de um *um* fechado – miragem à qual se apega a referência ao psiquismo de invólucro, uma espécie de duplo do organismo onde residiria essa falsa unidade. Vocês concordarão comigo em que o *um* que é introduzido pela experiência do inconsciente é o *um* da fenda, do traço, da ruptura.¹⁹⁷

Na lição seguinte, nos deparamos com a passagem clássica onde Lacan é questionado por Miller a respeito de sua ontologia¹⁹⁸, de sua teoria sobre o ser. Neste momento, responde que seu conceito de inconsciente não se presta a tal categorização, antes dizendo que a hiância do inconsciente se configura como *pré-ontológica* – “nem ser nem não ser, mas é algo de não-realizado”¹⁹⁹. Assim, o estatuto do inconsciente, cuja fragilidade no campo fenomênico é característica, passa a ser referido enquanto *ético*²⁰⁰ - na medida em que condicionado pela estrutura relacional entre o sujeito e o Outro, o que necessariamente convoca a considerarmos sua dimensão cultural e política.

* * *

¹⁹⁵ *Ibidem*, grifo nosso.

¹⁹⁶ E aqui também diríamos: *não-realista*.

¹⁹⁷ *Idem*, grifos do autor, p. 33.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 36.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 37.

²⁰⁰ *Idem*, p. 40: “Se formulo que o estatuto do inconsciente é ético, e não ôntico, é precisamente porque Freud não adianta isto quando dá seu estatuto ao inconsciente” (Lacan, 1964).

Feito este percurso, pretendíamos remontar uma importante linha de leitura da obra freudiana, cuja vertente crítica atinge e inspira Lacan em todo o seu ensino^{201,202}. Concordamos com o autor que a dicotomia entre as duas tendências psicológicas, por ele esquematizada, constituem “na psicanálise uma contradição interna que se revela a todo o instante”²⁰³. Através desta bifurcação epistemológica, podemos melhor vislumbrar um caminho em Freud que não necessariamente estabeleça uma identidade psicológica do sujeito, além de constatarmos que a psicanálise, ela mesma, não está isenta de preservar em seu sistema teórico reminiscências desse projeto.

Indo para além da crítica, nos apoiamos nas teorizações do filósofo respectivas ao *eu* em suas modulações pragmático-narrativas, e, assim, conseguimos também nos aproximar do nosso objeto de pesquisa. O autor claramente imbrica ato e narrativa à questão de uma forma que este *eu-sujeito* assume – mesmo que fugidamente. Muitas vezes, a leitura de Politzer sugere que o *sujeito* viria a constituir-se como a parte responsável pela *agência* (logo, igualmente pelo ato), enquanto o *eu* corresponderia ao precipitado dessas ações aos moldes de uma narrativa performada. Ainda assim, mesmo que sustentada sob a égide da singularidade e da particularidade, a noção politzeriana de narrativa não escapa de assumir um estatuto legivelmente individual, ou, ao menos, não trabalha explicitamente uma visada da dimensão social coletiva, como visto em Saussure, ou da alteridade constitutiva, como visto em Lacan.

Neste sentido, com Lacan podemos começar a encaminhar este trabalho para considerações teóricas que abarquem a dimensão *ética* nas construções psicanalíticas, e não somente as ônticas e fenomênicas – como sugerido no seminário dos *Quatro conceitos fundamentais*²⁰⁴. Politzer não confere a esse salto uma forma explícita, na medida em que sua ideia de constituição do *eu* se atém a sua dimensão individual. Neste sentido, questionamos até se o termo *performativo* é capaz de ser pareado nas conceitualizações politzerianas, afinal, a grande responsabilidade por demarcar a

²⁰¹ Marçal, A. C. (2013). Lacan leitor de Politzer: elementos filosóficos em torno da fundamentação de uma psicologia concreta. In: *Pólemos* (v. 2, n. 3). Brasília.

²⁰² Dunker, C. I. L. (2018). O inconsciente em Freud e Lacan In: *Um Retorno a Freud*. 1 ed. Campinas : Mercado das Letras, 2008, v.1, p. 107-122.

²⁰³ Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Lisboa, Portugal: Presença. (p. 168).

²⁰⁴ Lacan, J. (1964/1985). *O Seminário – Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

passagem da *performance* para o *performativo* fica a cargo de uma teoria dos discursos e do vislumbre de normatividades do campo social²⁰⁵.

Então, como justificar o levantamento das noções e esquemas politzerianos no escopo desta pesquisa, para além da valiosa e retrabalhada crítica à interioridade? Respondemos de pronto, a saber: com a questão do *concreto*. Por exemplo, veremos mais adiante que, a partir da teoria dos performativos em Austin, quando dizemos algo, igualmente concretizamos algo pela via de um ato – ou seja, dizer e agir ganham contornos de reversibilidade mútua. Com a finalidade de retirarmos o máximo do panorama politzeriano, retomamos a diferença entre 1) um *eu* que *conforma* e outro que *performa*; 2) um paradigma que compreende os fenômenos psíquicos em *terceira pessoa* e outro que os entende em *primeira pessoa*; e, por fim, 3) uma leitura que explica os fenômenos pelo *impessoal* e outra que realiza um *concreto*.

Já contamos com um percorrido mais que suficiente para afirmar que o concreto de Politzer nada tem a ver com dados brutos ou mesmo com os materiais de construção da selva urbana. Assim, a título de fechamento, procuramos fazer um breve levantamento da noção de concreto, no sentido de observarmos como uma palavra que assume tamanha importância ao projeto politzeriano se comporta nos ditos lacanianos e escritos saussurianos, especificamente. Nossa aposta é que eles tendam a afinar-se com o que trabalhamos até então neste subcapítulo sem termos a necessidade de neles nos demorar tanto. Vejamos, então, outras concretudes, esta primeira em Saussure:

A língua, não menos que a fala, é um objeto da natureza *concreta*, o que oferece grande vantagem para o seu estudo. Os signos linguísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro.²⁰⁶

Começamos com um parágrafo um tanto inquietante, já que o sentido conferido à noção de concreto bambeia entre uma noção organicista e, outra, que parece ir ao encontro da *consistência linguística da própria realidade*. Importante de dizer que este efeito da língua e seus elementos não remetem propriamente a um tipo de idealismo, mesmo

²⁰⁵ Austin, por exemplo, pensava na felicidade de um *performativo* necessariamente vinculado ao contexto de seu dito.

²⁰⁶ Saussure, F. (1916/2012) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. (grifo nosso, p. 46)

porque não haveria correspondência entre uma realidade anteriormente consistente e a uma posterior aplicação de um conceito, um significante, uma forma ou um pensamento. Sobre o mesmo tópico, citamos Lacan, que também comentará a respeito do concreto na linguagem nestes termos:

Não se parte de uma origem consistente, sensível, para destacar daí uma forma abstrata. Não há nada que pareça com o que quer que possa ser concebido como paralelo ao processo dito do conceito, nem mesmo apenas da generalização. Há uma sequência de alternâncias em que o significante volta a bater a água, se posso dizer, do fluxo pelas palhetas de seu moinho, sua roda levantando, a cada vez, algo que jorra para de novo recair, enriquecer-se, complicar-se, sem que nunca possamos, em nenhum momento, apreender o que domina; *a partida concreta ou o equívoco*.²⁰⁷

Ao concreto Lacan não deixa de relacionar as possibilidades de equivocidade, e aqui lembramos como condição de possibilidade do equívoco, a saber, a noção linguística de arbitrariedade. Isso corrobora ao dado teórico de que há uma *consistência* de ordem linguageira, e, por constituir-se desde esta natureza, ela se encontra passível de efeitos equivocantes. Também, abrimos um parêntesis para lembrar o neologismo lacaniano de *moterialisme*²⁰⁸, rapidamente traduzido por materialismo de palavra (*mot e materialisme*). Este termo indica a infusão inextricável de significantes ao que se toma pela realidade, fazendo do materialismo não um concreto objetivo, mas uma concretude manufaturada pela linguagem. Contudo, afora estas complexas incidências epistemológicas que certamente mereceriam um esforço de maior envergadura, nosso interesse é irmos recolhendo as incidências desta visada teórica na clínica psicanalítica.

Seguindo em Lacan, desde estas implicações nos permitimos lembrar o caso da identificação lacaniana estar forçosamente em relação ao significante, ou, nas palavras de Lacan: “isto que encontramos na identificação, naquilo que há de *concreto* em nossa experiência referente à identificação, é uma identificação de significante”²⁰⁹. Assim, mesmo não sendo puramente vinculada a uma imagem, a identificação devolve um tipo de *consistência* ao sujeito – e, desta forma, acaba por compor uma leitura essencialmente

²⁰⁷ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O Seminário – Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (grifo nosso, pp.169-170).

²⁰⁸ Lacan, J. (1975/1998). Conferência em Genebra sobre o sintoma. *Opção Lacaniana*. 23, 6-16.

²⁰⁹ *Idem*, grifo nosso, p. 25.

lingueira de suas manifestações. Sob o registro de outra gramática, a identificação lacaniana se afina aos levantamentos politzerianos que envolvem o *eu*, o *sujeito* e o *concreto* (atos e narrativa), mas, naturalmente, assumirá outros paralelos, valendo-se de noções como as de *significante*, de *sujeito* e, posteriormente, de *semblante*. Contudo, isso será trabalhado adiante²¹⁰.

Notamos então que, o concreto para ambos os autores se relaciona diretamente aos efeitos de consistência da linguagem, tomados em amplo espectro. Isso tem por consequência enriquecer em muito a ideia politzeriana, já que o próprio autor não pôde entrar em contato com as ideias da linguística moderna. A partir disso, podemos fazer o balanceamento do *indivíduo* em Politzer desdobrado nas duas dimensões singular e coletiva que a linguagem nos coloca. Por exemplo, trazendo em consideração a *teoria do sistema* saussuriano²¹¹, mesmo o significante mais aparentemente banal vai recolher seu valor, sua identidade, de um modo singular de sujeito a sujeito. Por outro lado, mesmo o significante mais aparentemente particular a determinado sujeito, só o pôde ser porque imiscuído ao Outro que lhe excede e, mesmo, lhe condiciona.

De forma a condensar estes apontamentos, trazemos Bevidas, que traz as palavras de Tullio de Mauro, um dos mais importantes comentadores do *Curso* de Saussure:

Se interessamo-nos pelo conteúdo “psicológico” (para utilizar o próprio termo de Saussure) efetivo e concreto que *guerra* comunica a cada vez, ou então ao ato fonatório concreto pelo qual *guerra* é cada vez realizado, encontramos-nos a cada vez diante de algo diferente. Haverá quem, dizendo guerra, terá em mente as fanfarras, desfiles gloriosos, bandeiras agitando ao vento; alguém entenderá um irmão morto ou uma casa destruída.²¹²

* * *

Antes de nos debruçarmos sob a teoria dos discursos e do *semblante*, segundo pilar conceitual da teoria lacaniana fundamental para tanto operar uma crítica da noção de identidade como para construir nosso objeto de pesquisa, será antes necessário retomarmos alguns outros tópicos. Da forma que o *semblante* é configurado enquanto um

²¹⁰ A ser trabalhado no capítulo 3 desta dissertação.

²¹¹ Ver capítulo 2.a; ver p. 41.

²¹² Bevidas, W. (2009). Inconsciente e Sentido: ensaios de interface: Psicanálise, Linguística e Semiótica. São Paulo: Annablume. (p. 82 - apud. Saussure [org. Tullio de Mauro], 1975, p. v/vi)

conceito bastante pontual no escopo do ensino lacaniano, faz-se importante que esteja colocado em perspectiva não só com a teoria *per se*, mas com suas utilizações posteriores. Para tanto, e respeitando os referenciais já consagrados em Lacan, pensamos em rememorar algumas das relações entre os registros, mais especificamente do Imaginário para com o Simbólico. Adiantamos que esta incursão, além de não pretender ser exaustiva, também se faz por um exercício de seleção de leitura, na medida em que pretendemos ressaltar os momentos onde os registros são pensados constitutivamente intrincados – realizar este recorte será de suma importância ao conceito de *semblante*, e, conseqüentemente, ao próprio registro em que habita o *performativo*.

c. Retomando o Imaginário

Por termos desenvolvido críticas ao modelo clássico de identidade desde a sua sustentação nas concepções de *interioridade* e *substância* (leia-se: aquilo que subjaz, que está por trás), além de termos situado o sujeito em sua dimensão topológica de superfície, passemos então a conferir um novo giro a este percurso – agora tendo em vista a dimensão da *aparência* e da *imagem*. A discussão destes termos, ambos tão abatidos pelas mais variadas tradições de pensamento, em especial a metafísica²¹³, compõe um exercício de ponte entre o conceito de *identificação*, trabalhado no início deste capítulo, e o de *semblante*, foco do capítulo seguinte.

Para tanto, faremos uma retomada suficientemente demorada no registro do Imaginário em Lacan, e, assim, situarmos algumas questões que vão seguir nos acompanhando. Uma delas, sensível ao campo de discussões lacaniano, é a recorrente sugestão de se trabalhar conceitualmente com a identificação em detrimento da utilização, mesmo que crítica, das noções de identidade ou de imagem de si – como se a primeira nada tivesse a ver com as outras. Neste tipo de leitura, encontramos oposições implicitamente estabelecidas, como o par *verdade* e *aparência*, *significante* e *imagem*, entre outras dicotomias que nada favorecem a escuta da fala enquanto ato performativo.

Como bem referencia Christian Dunker, é no seminário *De um discurso que não fosse semblante* que “o ensino lacaniano reconcilia-se com a dimensão da aparência”²¹⁴.

²¹³ Retomamos: Platão e Descartes são alguns dos exemplos mais paradigmáticos.

²¹⁴ Dunker, C. I. L. (2018) *Discurso e Semblante*. São Paulo: nVersos. (pp. 55-56)

Talvez este comentário remeta aos esforços iniciais do ensino citado, marcados por um extenso debate de confrontação com as vertentes americanas e anglo-saxônicas da psicanálise. A atualização da teoria freudiana empreendida por Lacan divergiu radicalmente dos desenvolvimentos das escolas de língua inglesa ao apontar suas restrições quanto à compreensão da dimensão simbólica do inconsciente e suas consequências à concepção de intersubjetividade.

A crítica lacaniana segue em duas vias, segundo o escrito sobre a *Direção do tratamento e os princípios de seu poder*²¹⁵, a saber, a centralidade que recebe o Eu enquanto instância pela *Psicologia do Ego* (Anna Freud) e as concepções de coesão pulsional e de identificação com o analista, decorrentes de princípios teóricos do campo das *Relações de Objeto* (Karl Abraham). Ressaltamos ainda que, mesmo filiada a Abraham e em franca disputa com Anna Freud, a valorização do Eu é igualmente desenvolvida no modelo metapsicológico de Melanie Klein.

Armada sobre outra teia conceitual, a teoria kleiniana é conhecida por pensar o trânsito entre o mundo interno, particular a cada um, e o mundo externo, tomado como a realidade fenomenológica, explicando a dinâmica e movimentações entre esses espaços desde os mecanismos de introjeção e projeção. Para Klein, tais mecanismos são os maiores responsáveis pela edificação do aparelho psíquico e, tendo igual natureza aos demais mecanismos, são operados fundamentalmente pela instância egoica. Notamos que, a partir destes autores, podemos identificar o cúmulo das tendências psicologizantes deflagradas por Politzer – no sentido de instanciar um aparelho psíquico, além de contar com uma teoria das representações e da maturação individual psicosexual.

Isso é justificado na medida em que a autora concebe um Eu primitivo anterior ao contato com a alteridade, resultando que os objetos assim postos em trânsito estariam sempre em relação simbiótica com tal instância egoica²¹⁶. As relações entre o Eu e os objetos é um argumento maior da vertente kleiniana que vai seguir inspirando múltiplos desdobramentos. Por exemplo, supõe-se uma vida mental inicial onde o Eu e o objeto seriam indistintos entre si – fator que constitui o principal índice de imaturidade dessa instância. Com o passar da maturação, o Eu estaria mais bem apto a diferenciar-se do objeto, mantendo com este uma relação adequadamente distanciada. Uma implicação

²¹⁵ Lacan, J. (1966 [1958]/1998) A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

²¹⁶ Klein, M.(1952/1986). Algumas conclusões teóricas sobre a vida emocional do bebê. In M. Klein (Org.), *Os progressos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

deste esquema teórico é a de levar a um entendimento dualista de toda e qualquer relação, provocando Lacan a contrapor “que nada jamais se esgota, pura e simplesmente, na relação com o objeto”²¹⁷.

Mais ainda, seguindo as concepções kleinianas, a construção da realidade externa, a dinâmica das relações intersubjetivas e a própria condução do trabalho analítico tomaria como chave majoritária de compreensão a proliferação e identificação das partes cindidas do Eu, ou, em outras palavras, o espelhamento narcísico e seus estilhaços. Assim, a partir do fornecimento de imagens e intervenções que favorecessem o desenvolvimento egóico, um dos objetivos do analista seria juntar os cacos, ou seja, transformar a parcialidade do sujeito em uma entidade total. Isso é mais claramente teorizado desde a passagem das posições *esquizoparanoide* para a *depressiva*, paralelo à operação de concepção dos objetos parciais em objetos totais²¹⁸.

No entendimento de Lacan, tal fator de hiperreflexividade e centramento do Eu parece “induzir no sujeito uma paranóia dirigida”²¹⁹. Diferentemente do destaque que o Eu estava assumindo na querela das escolas de língua inglesa, tomado como índice do bom desenvolvimento e integração psíquica, apontamos um dos posicionamentos iniciais de Lacan “para lembrar que o *eu*, em nossa experiência, representa o centro de todas as resistências ao tratamento dos sintomas”²²⁰. Essa afirmação compõe o espírito dos primeiros seminários e escritos, sendo reiterada quase exaustivamente no seminário dedicado ao *Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*²²¹.

Portanto, muito devido a sua associação direta com os demais campos severamente criticados, o registro do imaginário sofreu um rechaço imediato desde os princípios da formação da comunidade lacaniana – compondo a pejorativa dupla *Eu/Imaginário*. Ao retomar o semblante, não procuramos propor o resgate de algumas premissas teórico-clínicas há muito criticadas, mas antes livrar o imaginário de certas pré-conceituações a ele arraigadas. Com isso, objetivamos traçar alguns momentos em que o

²¹⁷ Lacan, J. (1957-58/1998). *O Seminário – Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar. (p. 320).

²¹⁸ Klein, M. *Op. Cit.*

²¹⁹ Lacan (1966[1948]/1998). A agressividade em psicanálise. In: *Escritos* (pp. 104-126). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 112)

²²⁰ *Idem*, p. 120.

²²¹ Lacan, J. (1954-55/1985). *O seminário. Livro 2: O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

imaginário é ressignificado, rearticulado ou mesmo conjugado aos outros registros, no intuito de construirmos sua pertinência e não o tomar como inconsistente de antemão.

O imaginário, compreendido pelas relações intersubjetivas caracterizadas pela dualidade e pelo especular, passa por suas maiores reformulações devido ao advento do simbólico enquanto estrutura terceira mediadora das relações. Como uma das primeiras implicações, ao invés do reconhecimento do outro dar-se desde a identificação de traços de coesão e maturidade individual, a prática lacaniana “será fundamentalmente uma *clínica do reconhecimento intersubjetivo do desejo*”²²². Isso quer dizer que as relações intersubjetivas cuja alteridade ficaria restrita ao encontro com o outro semelhante, passam agora necessariamente por uma instância terceira cuja alteridade é radical. Não à toa Lacan passa a inventariar uma série de aforismos que sugerem a impossibilidade de referenciar o sujeito fora do que lhe é Outro – como no aforisma “o desejo do homem é o desejo do Outro”²²³. Isso fica bem colocado, como já vimos, desde a topologia dos toros e a relação do sujeito com o significante²²⁴.

É em seu trabalho inaugural sobre o *Estádio do espelho* onde podemos reconhecer algumas das bases conceituais do imaginário em Lacan, e também apontar o que dele privilegiou-se em detrimento de enunciados pouco desenvolvidos. A leitura corrente deste texto concentra-se na precipitação do desenvolvimento do *infans* através de uma imagem do próprio corpo, produzindo sua coesão onde antes havia partes despedaçadas. Apesar de algumas vezes alocarmos este movimento imediatamente vinculado ao que a etologia nos diz sobre a maturação animal, que ocorre sempre no contato com a imagem do semelhante, devemos saber diferenciar no caso da pessoa humana a instalação da imagem. Além disso, diferentemente da ideia de maturação presente nas teorias anglo-saxônicas, a coesão do despedaçado aqui em evidência diz da instalação de uma mínima consistência do *eu* enquanto imagem para que os registros se enlacen – e assim permaneçam.

Deste modo, há de se compreender o estágio do espelho “*como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no

²²² Safatle, V. (2017). *Introdução a Jacques Lacan*. São Paulo: Autêntica. (grifos do autor, p. 39).

²²³ Lacan, J. (1962-63/2004). *O seminário. Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 32).

²²⁴ Ver capítulo 2.a.

sujeito quando ele assume uma imagem”²²⁵. Neste momento, lembramos que Lacan ainda não tinha em plenos motores a teoria significante ou o contato com a linguística, mas ressaltamos que, já neste início, o autor considerava o simbólico como um de seus axiomas mais privilegiados. Levando isso em consideração, não nos pode passar despercebida a expressão lacaniana que pensa o sujeito transformado quando *assume uma imagem*. De forma a concordar, afirma Elaine Milmann que, no estágio do espelho, “a forma total do corpo é dada como *Gestalt* em uma exterioridade onde a forma é mais constituinte do que constituída”²²⁶.

Nesse espírito, recortamos outro momento do texto quando o célebre fenômeno da assunção jubilatória em relação à própria imagem nos parece manifestar “a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito”²²⁷ – nada se entende do *Estádio do Espelho* sem estes apontamentos fundamentais. A partir disso, podemos diferenciar a imagem-para-o-animal, organicamente maturacional e gatilho dos princípios de luta ou fuga e do jogo sexual, contraposta a imagem-para-o-homem, em sua função de sustentáculo do corpo e dos primórdios do desenvolvimento simbólico.

Esta imagem-estádio é denominada enquanto *Urbild*, construção originária do corpo que será indicada no primeiro seminário enquanto *imagem real*, representando “o sujeito anterior ao nascimento do eu, e o surgimento deste”²²⁸. Sendo assim, distingue-se este pontapé inicial na constituição do sujeito e a função alienante e de desconhecimento que a estrutura do *eu* lhe coloca. Em ambos os casos, não deixaremos de marcar o que Lacan chama de “a difícil acomodação do imaginário no homem”²²⁹, fator que atribuímos ao diálogo incessante do simbólico com o registro citado.

O que se faz interessante de formalizar já neste momento são dois fatores que se destacam no escopo deste trabalho, a saber, 1) existem funções mutuamente articuladas

²²⁵ Lacan, J. (1966[1938]/1998). O Estádio do Espelho. In *Escritos* (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 97).

²²⁶ Milmann, E. (2014) *Poética do letramento: Escrita, corpo, linguagem*. São Paulo: Kuzuá. (p. 148)

²²⁷ Lacan, J. *Op. Cit.* (p. 97).

²²⁸ Lacan, J. (1953-54/1986). *O Seminário. Livro I: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 109).

²²⁹ *Idem*, p. 187.

entre o registro do simbólico e do imaginário, levando que 2) a imagem assumida pelo sujeito sempre conserva certo distanciamento, tal como nos brinda a citação de Lacan:

Mas o ponto importante é que essa forma situa a instância do *eu*, desde antes de sua determinação social, numa linha de ficção, para sempre irreduzível para o indivíduo isolado – ou melhor, que *só se unirá assintoticamente ao devir do sujeito*, qualquer que seja o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele tenha que resolver, na condição de [*eu*], sua discordância de sua própria realidade.^{230, 231}

Passamos então a alguns desdobramentos do seminário sobre *Os escritos técnicos de Freud*. Por se tratar de um diálogo direto, tal como o título sugere, com as reflexões freudianas sobre técnica, vemos abundar as correlações entre a instância do Eu, tal como pensada por Freud, e sua contraparte resistencial ao prosseguimento de uma análise – sendo um assunto também bastante trabalhado no seminário diretamente posterior. Afora isso, atentamos às construções inauguradas na aula sob o título de *A tópica do imaginário*, mais especificamente o delineamento inicial do esquema óptico.

Aqui, recolhemos os elementos para pensar algumas outras articulações entre os registros dessa vez provenientes da leitura que Lacan faz acerca dos supostos fenômenos da visão. O trabalho apoiado por uma fenomenologia *strictu sensu* é cedo dispensado pela revisão clínica lacaniana, já que identificado ao exercício diagnóstico médico, no sentido deste último constituir sua investigação em cima da perceptibilidade dos acontecimentos fisiológicos. É certo que os sintomas assim apreendidos – em sua maioria de forma tátil, visível ou mesmo fornecidos pelo relato bruto do paciente, por imagens e exames clínicos – diferem do que poderia carregar o nome de uma diagnóstica psicanalítica que, por sua vez, passa a trabalhar com o inconsciente e com o que sob esta hipótese decanta de uma fala em transferência. Porém, mesmo que o diagnóstico passe do viés fenomenológico para o estrutural, isto não exime que a teoria psicanalítica dê conta deste outro campo à sua maneira, e que talvez tal exercício carregue consigo alguns ecos clínicos.

Começamos com algumas colocações de Lacan: “Em matéria de óptica, temos muitas ocasiões para nos exercer em certas distinções que lhes mostram o quanto a

²³⁰ Lacan, J. (1966[1938]/1998). O Estádio do Espelho. In *Escritos* (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 97).

²³¹ Aqui percebemos a diferença entre [*eu*] e *eu* como uma tradução possível de *Je* e *Moi*, que será articulada posteriormente neste trabalho junto à teoria da enunciação em Benveniste.

dimensão simbólica conta na manifestação de um fenômeno”²³². Também citamos acerca do estofamento da percepção, no seminário *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*:

É aí que intervém a relação simbólica. O poder de nomear os objetos estrutura a própria percepção. O *percipi* do homem só pode manter-se dentro de uma zona de nominação. É pela nominação que o homem faz subsistir os objetos numa relação narcísica com o sujeito, os objetos não seriam nunca percebidos senão de maneira instantânea.²³³

Aqui podemos lembrar a construção lacaniana acerca da realidade, conceito que no contexto destes primeiros seminários fica indistinguível com o registro do real, mas que ao longo da obra toma forma através da *fantasia*, primeiro, e das implicações do *discurso*, em um momento mais avançado. A título de comparação, lembramos que a teorização de Abraham acerca deste conceito pregava que, para a realidade ser devidamente apreendida com o mínimo de distorção possível, o sujeito deveria atingir o ápice de seu desenvolvimento psíquico via genitalidade. No caso do ensino lacaniano, podemos verificar que o que funda a realidade são antes as relações que enredam o sujeito nas malhas do simbólico, que refere a uma ordem topológica no situar do sujeito, ou então, em “outros termos, é a relação simbólica que define a posição do sujeito como aquele que vê”²³⁴.

Assim, no esquema óptico lacaniano, o que determina todo o jogo fenomenológico será necessariamente o posicionamento do sujeito, representado pelo olho que orbita em seu canto superior esquerdo. Neste esquema não está em jogo uma teoria evolutiva ou maturacional, e sim a composição de uma estrutura, na qual o sujeito precisa ocupar um lugar e assim delimitar sua consistência – aqui desenvolvido nos termos do *eu*. Ainda, além da *Urbild* formada pelo espelho côncavo, imagem-estádio presentificada pelo vaso, e do buquê de flores que localiza os “objetos do desejo que passeiam”²³⁵ – talvez mais uma expressão para falar do mundo-realidade –, devemos apontar a função literalmente central do espelho plano neste esquema.

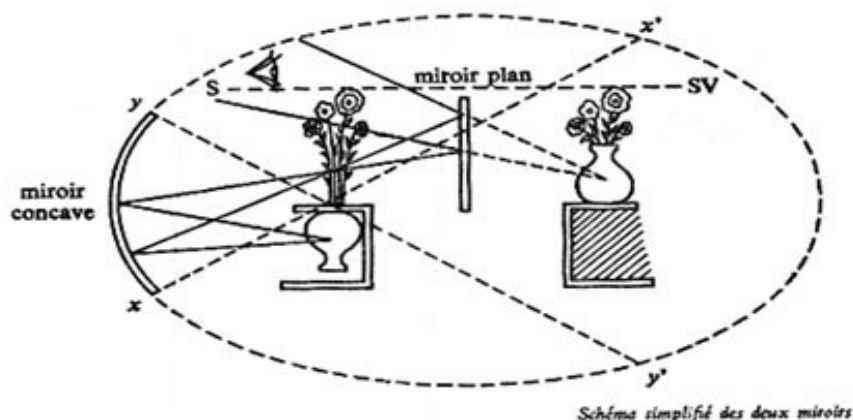
²³² Lacan, J. (1953-54/1986). *O Seminário. Livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (pp. 105-106).

²³³ Lacan, J. (1954-55/1985). *O seminário. Livro 2: O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 215);

²³⁴ *Idem*, p. 187.

²³⁵ *Idem*, p. 110.

LA TOPIQUE DE L'IMAGINAIRE



O espelho central possibilita a relação simbólica entre o olho que vê e a imagem que lhe compete, formada no plano virtual como que interior ao espelho. Lacan vai tecer uma série de comentários quanto à influência fundamental neste jogo de imagens que provém do *outro*²³⁶, aqui concebido como o agente que põe em marcha a mediação simbólica entre falantes. A este *outro*, protótipo do então chamado *grande Outro*, compete variar à inclinação deste espelho de modo a produzir alterações não só na organização dos objetos por ele enquadrados, mas igualmente nas formas que o sujeito pode vir a assumir – ou então, concretizar, performar. Será no seminário sobre *A angústia* que o espelho plano marcadamente assume a denominação de “Outro”²³⁷, de forma a reiterar os apontamentos germinais que lhe são antecedentes.

Umberto Eco parece concordar com o que foi recolhido sobre o estatuto do imaginário e sua relação com o simbólico dentro das formulações basais lacanianas, partindo disso em seu ensaio *Sobre os espelhos*²³⁸. Mais ainda, ressaltando o nó inextricável entre os registros, o autor lança esforços para dar prosseguimento à questão especular, não mais buscando levantar hipóteses sobre o momento inaugural da especularidade, mas pensando sua lógica nos falantes que “já produzem signos e se sentem como indivíduos, e que, sobretudo, já tem familiaridade com as imagens

²³⁶ *Idem*, p. 187.

²³⁷ Lacan, J. (1962-63/2004). *O seminário. Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 54).

²³⁸ Eco, U. (1989) *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

especulares”²³⁹. Este outro nivelamento da imagem fica bem colocado desde o seguinte exemplo filmico:

Do mesmo modo, pode-se provocar enganos apresentando como espelhos o que não são espelhos. Num filme dos irmãos Marx, há uma cena em que Groucho se olha no espelho; mas o espelho não é um espelho, e sim uma moldura vazia, atrás da qual Harpo tenta desajeitadamente (e com efeitos cômicos) imitar os gestos de Groucho. Este fenômeno de mentira *sobre* os espelhos ou *a respeito* dos espelhos, naturalmente nada tem a ver com a imagem especular. A representação que o enganador desempenha é certamente algo que tem a ver com a ficção, com a significação, com a mentira através de signos, mas nada disso diz respeito à natureza da imagem especular.²⁴⁰

Surpreendentemente, o autor parece indicar certa imprecisão em referir à imagem do outro ao imediato especular, cogitando se o padrão estático de uma imagem congelada poderia operar, mesmo enquanto metáfora, no caso das relações intersubjetivas. Para isso, nos servindo com o cômico exemplo dos irmãos Marx, coloca-se a questão caso não estaríamos tratando a imagem viciadamente através do espelho sendo que a moldura talvez nunca o tenha carregado de fato, sendo que a moldura talvez sempre estivesse vazia. Dessa forma, a identidade que supomos operante no outro é igualmente um efeito de linguagem, também proveniente do registro simbólico. Sua construção não é justificada exclusivamente pelo registro de uma imagem estática, e defendemos que esta afirmação nos informa melhor sobre a natureza da consistência que decanta nos constructos identitários.

Outro tipo de respaldo dentro do colóquio lacaniano é localizado na *moldura sem espelho* da fantasia, chamada de *janela*, no sentido de indicar o tipo de relação que mantemos com o mundo, seus fenômenos e o outro. Desde o enunciado freudiano de não acreditar mais em sua neurótica, a fantasia opera como um pilar da psicanálise que denuncia a verdade em sua estrutura de ficção. Tal enunciado está explícito desde o

²³⁹ *Idem*, p. 13.

²⁴⁰ *Idem*, p. 19.

seminário das *Relações de objeto*²⁴¹, mas encontra múltiplos desdobramentos ao longo dos seminários.

Adicionando outra camada de complexidade, mas concordando com a concepção intrincada dos registros aqui trabalhada, um novo elemento também surge no seminário da *Angústia*, a saber, o *quadro*. Apesar de a janela ter a ver com nossa reflexão sobre a moldura, cabe apontar que, nesta divagação, nossa visão nunca se encontra com a paisagem por conta de um suposto quadro que tapa seu para além, ou seja, “trata-se de não ver o que se vê pela janela”²⁴².

Além da moldura sem espelho, e do fato que ela seja de uma janela, o que acabamos por ver, indica Lacan, é uma pintura que cobre a suposta paisagem – pintura ao mesmo tempo imajada e significante. Este cenário denuncia a impossibilidade em se ter acesso ao real, na medida em que posiciona um objeto que é construído parcialmente pelo sujeito e parcialmente pelo Outro, que é um pouco verdadeiro e um pouco mentiroso, que sabemos ser demovível ao mesmo tempo em que não ousamos mexer em seu cavalete. Aqui colhemos alguns elementos para aproximarmos este quadro que se pinta do outro do que temos referido por *identidade* – e, com isso, tornamos a reiterar que este fenômeno não esgota seu sentido e funcionamento na imagem estática, como quer o espelho.

Terminamos o capítulo com esta retomada sobre o imaginário, intencionando que tal esforço opere enquanto ponte para o capítulo precedente. Já tendo este trabalho feito, podemos nos movimentar mais livremente com o conceito de *semblante*, não somente no modo em que ele é inserido no ensino lacaniano *strictu sensu*, mas igualmente em suas utilizações contemporâneas – na maioria das vezes estando vinculada aos debates entre psicanálise e as teorias de gênero. A concepção de um semblante agente de um discurso, tal como seu ponto de consistência e efetivação, nos será fundamental para seguir pensando nos termos do performativo. A título de antecipação, além de indicar mais uma potência performativa do campo psicanalítico, o semblante servirá para introduzirmos Butler em nossa construção²⁴³.

²⁴¹ Lacan, J. (1956-57/1995). *O seminário. Livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (ver p. 259).

²⁴² Lacan, J. (1962-63/2004). *O seminário. Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 85).

²⁴³ Ver capítulo **3.b**.

O Semblante da Psicanálise e o Semblante do Psicanalista

a. O Semblante, o Discurso e o Psicanalista

Compreendemos que o conceito de semblante se apresenta a partir de dois enlaces, ambos interessantes à nossa discussão proposta. O primeiro diz de sua específica inserção nos *matemas* formulados na teoria lacaniana dos discursos, enquanto o segundo nos remete a sua relação com a noção de *identidade de gênero*. Na medida em que a teoria dos discursos é um passo necessário para pensarmos o performativo em conjugação com as formações culturais de linguagem, a interlocução com as teorias de gênero mais atuais nos é valiosa por constituir-se como um nicho propulsor do conceito de performatividade – especialmente com as digressões conceituais da filósofa Judith Butler.

Assim, tendo em vista a mobilização do conceito de *semblante* como um operador de peso ao adentrarmos tanto no debate referente às questões identitárias e performativas, bem como às discussões de gênero que lhe acompanham, convidamos o leitor a um debruçar-se mais demorado neste nicho da divagação lacaniana. Partindo disso, procuramos realizar uma revisão do conceito de semblante e dos enunciados em que ele habita de forma a não o tomar imediatamente enquanto relegado ao *puro imaginário*, ou mesmo como um termo acessório e intermediário às *fórmulas da sexualização*²⁴⁴.

O semblante pode vir a ser um operador conceitual que favoreça o estabelecimento de uma clínica atenta e, portanto, advertida quanto aos esquemas de inteligibilidade sociais, como no exemplo do circuito que engloba as identidades produzidas pela normatividade de gênero. Sendo assim, não é possível distinguir o atravessamento das discussões atuais no campo dos estudos de gênero do esforço aqui pretendido de relançar o semblante, agindo à maneira de um importante disparador e atualizador deste presente intento – por mais que as questões de gênero só assumam o palco no subcapítulo seguinte.

* * *

Lacan, justamente na lição introdutória do seminário, vai tecendo sua fala convocado pelo título que confere ao conjunto de aulas porvir, devidamente registrado a giz no quadro negro, visível a todos os seus ouvintes. Neste performático e performativo

²⁴⁴ Esta, por sua vez, maturada posteriormente no escrito *O Aturdido* (1972) e no seminário intitulado *Mais, ainda* (1972-73).

gesto, as aulas passam a ser conhecidas como *De um discurso que não fosse semblante*. Por diferentes vias, as questões que do título brotam se atualizam com o andar das aulas, cadenciando-se a maneira de um agente que organiza e impele os desdobramentos de alguns dos principais tópicos do seminário – o título aí funciona como que um verdadeiro refrão lacaniano.

Seria de uma estreiteza considerar este movimento de perscrutação do título enquanto algo corriqueiro, algo da condução do ‘nosso seminário de cada dia’, ou mesmo atribuí-lo à maneira de ser das introduções em geral – mesmo porque, lembrando o que diz o psicanalista Christian Dunker, é neste seminário que “o ensino lacaniano reconcilia-se com a dimensão da aparência”²⁴⁵. Sendo assim, já que neste momento se trata de pensar o semblante, quando há uma dedicação mais demorada na maneira em como a questão, em ato, se *apresenta* e se *intitula*, pode-se pensar que algo do objeto conceitual ali encontra sua manifestação, um modo deste *encarar-se* em se tomando de certa consistência teórico-discursiva.

Aqui, abrimos um parêntesis no intuito de apresentar algumas faces semânticas do semblante, cabendo neste início brincar a partir do verbo acima utilizado: *encarar*. Na esteira de seu sinônimo, *arrostar*, ele possibilita uma intrigante e precisa escansão no sentido de *en-carar* – como que dar ‘cara’ a alguma coisa. Lembra-se desde aí algumas das definições lexicais do semblante que se encontra em qualquer dicionário, consistindo justamente em sua significação enquanto *rosto*, *fisionomia*, *face*, *aparência*, *aspecto exterior*, entre alguns outros. Tais definições remetem a um desfile de palavras que imediatamente se conjugam no plano semântico, mas que, ao mesmo tempo, guardam cada uma a capacidade de desdobrar discussões em sentidos por vezes heterogêneos.

“*Semblant* etimologicamente vem de *similus*, semelhante, similitude, simulacro, é aquilo que se assemelha a algo”²⁴⁶, nos lembra Antonio Quinet. É neste parentesco sígnico do semblante em relação a tudo que é da ordem do parecer que fez com que na França – onde há um uso corriqueiro de expressões do tipo “*faire semblant*” – a palavra ficasse associada pejorativamente ao fingimento, à falsidade, à mentira e ao radicalmente oposto do que é verdadeiro (ou até como a causa mesma do velamento desta verdade verdadeira).

²⁴⁵ Dunker, C. I. L. (2018) *Discurso e Semblante*. São Paulo: nVersos. (pp. 55-56).

²⁴⁶ Quinet, A. (2017). In: Rivera, T., Celes, L. A. M. & Sousa, E. L. (Orgs.) *Coleção ensaios brasileiros contemporâneos: Psicanálise* (pp. 391-403). Rio de Janeiro: Funarte. (p. 391).

Indo ao título ele mesmo, a tradução de maior circulação para o português *De um discurso que não fosse semblante*, que está no original francês *D'un discours qui ne serait pas du semblant*, comparativamente acaba por elidir a partícula *du* – prontamente traduzível ao português por *do* –, cuja subtração precisamente faz alusão ao ponto nodal referente às relações que compõe e compõem o semblante em relação ao discurso. Embora seja um apontamento no qual o leitor que conta somente com o título em português²⁴⁷ não se sinta imediatamente em sintonia, este faz parte de uma questão latente que vai constituindo corpo ao longo das lições, e que logo nos primeiros delineamentos das primeiras aulas faz-se presente.

Esta questão, então, gira em torno da função genitiva da partícula *du/do*, cujo posicionamento na frase, sua colocação sintática, produz uma duplicidade nas possibilidades de sua interpretação. A título de ilustração, a duplicidade que o genitivo produz fica mais facilmente evidenciável no par sexista de exemplos: ‘a galinha *da* tua irmã’ e ‘o cachorro *do* teu marido’. No caso, a utilização do genitivo cria um caminho bifurcado que se abre em duas maneiras de se encarar o título do seminário, especificamente quanto à relação entre *semblante* e *discurso*:

- 1) No sentido *genitivo subjetivo* o discurso seria tomado como posse do semblante – discurso *do* semblante –, de onde se conclui que há discursos que não o sejam, ou, melhor dito, discursos que estejam desligados de qualquer interação ou implicação com o semblante. Seria de um discurso sobre o semblante, ou ao seu respeito, operativo desde antes dele.
- 2) No sentido *genitivo objetivo*, discurso e semblante não possuem autonomia um em relação ao outro, indicando uma relação inextricável e equitativa, de modo que Lacan afirma: “*De um discurso que não fosse semblante* afirma que o discurso, tal como acabo de enunciá-lo, *é* semblante”²⁴⁸. Seria o semblante quem faz discurso, na medida em que este último imediato e tautologicamente também o faz.

²⁴⁷ Isso se deve ao fato de que a edição de maior circulação da língua portuguesa tem o título formulado dessa maneira, ainda que, de maneira consensual, na maioria das outras edições países afora se mantém a partícula genitiva (Dunker, 2017, ver p.63).

²⁴⁸ Lacan, J. (1971/2009). *O seminário. Livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 19).

De largada é deixado claro qual a opção que melhor se afina com os preceitos da psicanálise lacaniana, a saber, que a leitura indicada é a da forma genitiva objetiva (2). Lacan é categórico: “Aqui o *semblante* não é semblante de outra coisa, mas deve ser tomado no sentido do genitivo objetivo”²⁴⁹. A escolha por esta modalidade genitiva passa a ser reforçada quando vislumbrada a íntima correlação entre a forma genitiva subjetiva (1) e o posicionamento lógico-positivista. Este último implica em uma concepção tosca dos tensionamentos entre semblante e discurso, justamente no que ela evoca enquanto possibilidade de um “*semblante de discurso*”²⁵⁰, ou seja, de um discurso aparente, falso, que, conseqüentemente, acabaria criando a demanda por um discurso cujo valor de verdade lhe fosse intrínseco. Este movimento teórico é de cunhagem metalinguística, já que supõe discursos pelos quais se pode medir a veracidade dos outros.

O rechaço das implicações dadas pelo genitivo subjetivo deve-se à premissa de que não existe um discurso sobre o semblante que não se dê desde o semblante, ele mesmo. Lembramos que os significantes se encontram dispostos em uma cadeia também organizada pelos discursos enquanto criações cristalizadas de jogos de linguagem, implicando que os significantes não estão posicionados de antemão ou, mesmo, hierarquicamente de acordo com uma verdade verdadeira. Partindo daí se pode apontar que o sentido genitivo subjetivo “deve ser repellido, pela simples razão de que o sujeito só aparece depois de instaurada em algum lugar a ligação dos significantes.”²⁵¹. Já aqui se arma uma interessante correlação entre o *semblante* e o *significante*, que envolve a anterioridade lógica destes últimos em relação ao aparecimento do sujeito.

O que acima se deflagra encontra seu respaldo nos desenvolvimentos do seminário diretamente anterior, *O avesso da psicanálise*, onde se faz possível detectar algumas das heranças que serviram como base na composição da relação semblante-discurso. Neste, o último é referido como sustentáculo de certas relações fundamentais que não se mantêm fora da linguagem enquanto sua matriz de fundo, de modo a instaurar “um certo número de relações estáveis, no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas”²⁵².

²⁴⁹ *Idem*, p. 18.

²⁵⁰ *Idem*, p. 13.

²⁵¹ *Idem*, p. 18.

²⁵² Lacan, J. (1969-70/1992). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 11).

Demonstrando as reverberações da época, cabe lembrar que é no mesmo ano de decorrência do seminário supracitado que Michel Foucault publica seu trabalho *A Arqueologia do saber*²⁵³, onde igualmente se debruça sobre as questões do discurso. Na obra, este é concebido como um conjunto finito, diferentemente da linguagem e de sua organização linguística, estes últimos sendo caracterizados como um conjunto de infinitas possibilidades. Afinando-se ao espírito também presente no pensamento lacaniano, o autor aponta que o discurso se efetiva ao mesmo tempo em que ultrapassa os “acontecimentos enunciativos”²⁵⁴ que o compõe – atribuindo a este uma consistência autônoma que escapa às determinações da obra de um autor, aos atos de fala singulares ou mesmo aos saberes sistematicamente constituídos.

Igualmente, na esteira de consolidar ainda mais a tessitura conceitual por onde queda o discurso, cabe reexpor a seguinte premissa apresentada no seminário dos *Quatro Conceitos Fundamentais*, de que “a linguística, cujo modelo é o jogo combinatório operando em sua espontaneidade, sozinho, de maneira pré-subjetiva – é essa estrutura que dá seu estatuto ao inconsciente”²⁵⁵. Aqui, o projeto lacaniano de imbricar psicanálise com algumas premissas do estruturalismo é reiterado. O afã desta modalidade teórica, que “consiste em mostrar como o verdadeiro objeto das ciências humanas não é o homem enquanto centro intencional da ação e produtor de sentido, mas as estruturas sociais que lhe determinam”²⁵⁶, inspira todo um projeto psicanalítico que toma o advento do sujeito como logicamente posterior a um sistema complexo de relações que opera por si mesmo – *isso fala, ça parle*.

O sujeito determina-se desde tais conformações particulares e diacrônicas, dada a capacidade que uma estrutura tem de se autoregular, concatenando-se ao sabor dos acontecimentos que modificam ou realocam um de seus elementos, causando uma reestruturação global do sistema. Dessa forma, contraria-se uma expectativa quase intuitiva de que o sujeito seria autor de um discurso que lhe é próprio, construída tanto pela tradição do pensamento ocidental como reiterada pelo empuxo contemporâneo de empreender a si. É na premissa de que nenhum discurso pode ser capaz de referir algo

²⁵³ Foucault, M. (1969/2017). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

²⁵⁴ *Idem*, p. 35.

²⁵⁵ Lacan, J. (1964/1985). *O Seminário – Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (ver p.25).

²⁵⁶ Safatle, V. (2017). *Introdução a Jacques Lacan*. São Paulo: Autêntica. (p. 45).

sobre sua autoria, que este, então, coloca-se impossível de ser absolutamente particularizado – nem atribuído a determinada pessoa real, nem ao esforço individual ou de grupos em suas respectivas intencionalidades.

Apoiando-se também na leitura dos seminários XVII e XVIII, depreende-se que, ao passo que o sujeito permanece referido à linguagem e ao esquema linguístico de preponderância significante, o discurso encontra o seu correlato na noção de agente. Se o *sujeito* é o que pulsa nas articulações infinitamente significantes, se é o que se situa nos interstícios da língua, por sua vez o *agente* é este que marca uma posição estatutária de organizador de um discurso. Esta diferenciação contraria a ideia de que, no discurso, haveria um sujeito que toma totalmente o controle da palavra e de seu intento. Antes de se supor uma função de autor ao ‘*sujeito que discursa*’, ocorre o inverso, da maneira que “o que é discurso, propriamente dito, não poderia de modo algum ter por referência um sujeito, embora o discurso o determine”²⁵⁷.

Reiterando então: o discurso tem por referência organizadora um agente que o faz operar, agir, efetivar-se. Por mais que o agente se sustente em significantes, ele reivindica para si um grau de consistência não só concordante com as condições de efetivação dos discursos, mas também com a finitude combinatória particular a cada um destes. Sendo assim, é na decorrência de uma formalização maior do aparato linguístico, através de uma formação discursiva, que se institui, imanente a essa montagem mesma, a função do agente. Aqui, fazemos valer a discussão precedente a respeito da noção de concreto em Politzer²⁵⁸, localizada em um *eu* cuja matéria performada era composta de narrativas e ações lidas em *primeira pessoa*. Desde lá tínhamos problematizado as prerrogativas individualistas de Politzer, por mais que não mais referenciadas a um sujeito tido enquanto uma identidade psicológica. Passamos, então, com alguns dos referenciais lacanianos, a outro patamar juntamente junto a uma teoria que vislumbra a dimensão discursiva da consistência performada (*agente, semblante*).

Defendemos que, ainda que o sujeito circule, como elemento, em posições diferentes em cada discurso, é o agente que neste possui compatibilidade estrutural, já que ele age de maneira fixa em todo e qualquer discurso – tal como evidencia o matema formulado em *O avesso da psicanálise*. Sendo enfático: o agente compõe-se como um

²⁵⁷ Lacan, J. (1971/2009). *O seminário. Livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 10).

²⁵⁸ Ver ponto **2.b**.

fator estrutural e estruturante do discurso. Ainda assim, o agente também coloca em xeque a função de autoria dentro do paradigma discursivo, sendo que, ao invés de *autor*, ele melhor é pensado em sua função de *ator* – daquele que efetiva um papel, no sentido pragmático do termo. Ou seja, trata-se do elemento que possibilita a atuação e efetivação do discurso, cujo único vínculo com uma suposta autoria é de parecer o “proprietário da linguagem, uma aparência que, no fundo, é transferência de autoridade”²⁵⁹.

Como disposto por Lacan, a estrutura matemática do discurso é definida por quatro lugares dispostos em duas frações cujas funções independem do elemento que as ocupa, sendo eles: *agente*, *Outro/outro*, *produção* e *verdade*.

$$\frac{\text{agente}}{\text{verdade}} \rightarrow // \frac{\text{outro}}{\text{produção}}$$

Destacamos sua parte esquerda: fração que compreende o agente e a verdade conjugados, dispostos respectivamente enquanto numerador e denominador, sendo por aí que se tecem muitos dos desdobramentos da relação entre o semblante e a verdade. Assim o é porque o lugar do agente, determinador de quem organiza e dá título ao discurso, é complexificado no seminário posterior no qual passa a ser encarado a partir deste como o lugar do semblante. Veremos isso a seguir.

Ainda no seminário precedente, Lacan se utiliza, antes de qualquer outro, do termo *dominante* de modo a distinguir os discursos, nomeando assim a posição do *universitário*, do *mestre*, da *histórica* e do *analista*. Tão logo, é deixado claro que o termo não remete à dominância que poderíamos associar ao poder ou à mestria, mas que está aí somente para conferir uma *nomeação* aos discursos, ainda “não podendo dar imediatamente um outro valor a este termo”²⁶⁰. A partir disso, podemos inferir que o elemento dominante é justamente o que prevalece e funciona como arauto de um discurso.

Aproximadamente na metade do seminário, uma segunda denominação sobrevém. Nesse momento, o lugar do numerador esquerdo passa a ser identificado ao *desejo*,

²⁵⁹ Dunker, C. I. L. (2018) *Discurso e Semblante*. São Paulo: nVersos. (p. 35).

²⁶⁰ Lacan, J. (1969-70/1992). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 44).

compondo a leitura, quando conjugada ao numerador direito ocupado pelo *Outro*, da seguinte máxima: “o desejo do homem é o desejo do Outro”²⁶¹. A título de apontamento, não seria a primeira vez que desejo e aparência se colocam interligados no ensino lacaniano: no seminário sobre *As formações do inconsciente*, justo no capítulo intitulado de *As máscaras do sintoma* postula-se “que o desejo está ligado a alguma coisa que é sua aparência e, para dizermos a palavra exata, sua máscara”²⁶². Já neste momento mais inicial de sua obra, Lacan está apontando as condições de um enquadre necessário à manifestação e reconhecimento do desejo, onde, mais uma vez, ressaltamos uma quebra em relação ao colóquio que rechaça a dimensão²⁶³ do parecer.

Contudo, é mais adiante que o termo *agente* passa a ser utilizado para nomear o lugar numerador esquerdo de um modo mais definitivo, compondo o itinerário que vai da *dominante* ao *desejo*, para depois se fixar no *agente*, que sabemos desembocar, finalmente, no *semblante*. Como visto desde a língua portuguesa, o agente carrega o sentido daquele quem *atua e opera*, assim como daquilo que *desencadeia um efeito*, tal como na química e no programa de intervenções médicas-farmacêuticas. Mesmo que seu campo semântico remeta diretamente à atividade, Lacan opera um distanciamento pelo que ele próprio chama de *enigma da língua*, apontando que “o agente não é forçosamente aquele que faz, mas aquele a quem se faz agir”²⁶⁴. Sugere, assim, que algo o coloca em ação, que algo faz agir o agente – *isso fala* antes de qualquer possibilidade de autoria, mas, sobretudo, por conta *disso falar, isso faz fazer, isso faz agir*²⁶⁵.

A reflexão em cima do agente recolhe o que antes fora trabalhado acerca do discurso, ressaltando que o ato não preexiste em relação a este, ou seja, não há ato que deixe de referenciar a articulação significante. Jogando com a polissemia do verbo *agir*, Lacan põe em questão a autonomia do ato em sua relação com o discurso: “será que o ativista não se define, falando propriamente, por considerar-se, antes de mais nada,

²⁶¹ *Idem*, p. 97.

²⁶² Lacan, J. (1957-58/1998). *O Seminário – Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar. (p. 331).

²⁶³ Logo em seguida constataremos a valência que a palavra *dimensão* assume neste momento do ensino lacaniano.

²⁶⁴ Lacan, J. (1969-70/1992). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 179).

²⁶⁵ Conforme a teoria que vislumbra uma atividade performativa da linguagem, falar e fazer apresentam-se mutuamente reversíveis – como bem trabalharemos no capítulo 4.

instrumento de alguma coisa?”²⁶⁶. Para calcularmos a herança desta reflexão presente no seminário do *Avesso da psicanálise*, há de retornarmos o estabelecimento do matema, agora tendo estabelecido o semblante em seu mais novo e devido lugar.

Sob a influência da retórica do recalcado e da genealogia hierárquica do pensamento, que em primeira vista envereda a leitura de que a verdade estaria suprimida ou devidamente encoberta pelo agente-semblante, já que situada abaixo-da-barras²⁶⁷, é numa leitura bidimensional do matema, ou seja, em seu caractere escrito, que o seguinte se coloca: *o lugar da verdade não recobre, e sim sustenta este que é o lugar do semblante*. Dessa maneira, aponta-se que, implodindo o sentido tanto mais corriqueiro bem como aquele metalinguístico – supositório de uma construção hermenêutica ingênua acerca da “verdade encoberta”, “verdade verdadeira”²⁶⁸ –, a dimensão do semblante com a da verdade encontra-se mais articulada do que a nossa vã imaginação permite inferir.

Ao tentarmos criar uma definição ou mesmo um estofa para esta relação, pinçamos no mesmo seminário o apontamento que tal dimensão de sustentação do semblante é composta por uma *diz-mansão* [*dit-mansion*], ou mansão do dito. Cabe mencionar que a *diz-mansão* condensa um conjunto de asserções presentes no seminário do *Semblante*, onde Lacan é categórico em tomar o conceito-título em franca articulação com a verdade, como pensado desde o matema do discurso. Sendo assim, este neologismo surge enquanto sustenta que a verdade não se opõe e tampouco é contrária ao semblante, antes apontando que a “*diz-mansão da verdade sustenta a do semblante*”²⁶⁹.

Como bem podemos reiterar, o fato de que a verdade se encontra localizada abaixo da barra não quer levar ao entendimento de que ela se encontra recalcada ou suprimida por uma aparência, por um mero semblante. A própria ideia de sustentação nos retira da retórica platônica que um regime de verdade subjaz às falsas aparências. Portanto, há nisso um apontamento precioso para pensar o semblante, cuja *diz-mansão* nos leva a outra maneira de compreender o *parecer* mais próximo ao intrincamento entre os registros, em especial o registro do simbólico com o do imaginário.

²⁶⁶ *Idem*, p. 132.

²⁶⁷ Diz Calligaris que a “distinção latente/manifesto é uma distinção pouco lacaniana” (1991, pp. 178-179).

²⁶⁸ “Entrementes, não existe semblante de discurso, não existe metalinguagem para julgá-lo, não existe Outro do Outro, não existe verdade sobre a verdade.” (Lacan, 1971, p.14)

²⁶⁹ Lacan, J. (1971/2009). *O seminário. Livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 26).

Contra-pondo-se radicalmente à lógica conceitual purista, não é em apenas um momento deste décimo oitavo seminário em que o semblante, nada mais nada menos, é equacionado ele mesmo ao próprio significante: o significante enquanto “semblante por excelência”²⁷⁰. Isto pode nos colocar em melhor perspectiva ao funcionamento da identificação, na medida em que esta nunca ocorre de forma pura em relação a uma imagem, mas forçosamente articulada a significantes²⁷¹. Resignificando este postulado do seminário da *Identificação*, podemos colocar ao lado da imagem o fenômeno especular, enquanto que ao lado do significante o semblante. Aproveitamos também para inferir que neste par opera uma transliteração um do outro, ou seja, entre um e outro se estabelece uma leitura possibilitada na passagem de um registro de escrita para outro²⁷².

Ainda assim, compartilhamos do espanto de Ricardo Goldenberg em não perceber suficientemente elaborada ou mesmo tomada enquanto questão pelo campo de estudos lacaniano esta equivalência no mínimo inusitada. Indo na contramão de algumas intuições mais estabelecidas do campo lacaniano, o ‘*signifiant comme semblant par excellence*’ é cogitado por este autor como a “real novidade de *Lituraterre*”²⁷³, tendo a potência de ofuscar conceitos aclamados como *letra e litoral*.

Cabe a Jacques-Alain Miller uma postura radicalmente diferente em relação ao semblante, envolvendo-o em suas elucubrações reconhecidas por se basearem em uma concepção hierarquizada dos registros, primando o registro do *real* na teoria e na clínica. A título de comparação, captamos um produto de seu pensamento, quando o autor estabelece uma cronologia entre gozo e significante:

E, ao mesmo tempo que reduz o significante a semblante, o caráter real do gozo se afirma. Portanto, o simbólico encontra-se como que rebaixado ao nível do imaginário. [...] a estrutura do discurso encontra-se reduzida ao semblante.²⁷⁴

²⁷⁰ *Idem*, p. 114.

²⁷¹ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O Seminário – Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (ver p.25).

²⁷² Allouch, J. (2007). *A clínica do escrito*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.

²⁷³ Goldenberg, R. (2014). *CARTA ABERTA (o significante como semblante)*. Disponível em: <https://ricardogoldenberg.com.br/2014/08/23/significante-semblante/>

²⁷⁴ Miller, J-A. (2005). *Silet: os paradoxos da pulsão*. Rio de Janeiro: Zahar. (p. 125).

Não nos estendendo, apontamos que a totalidade desse trecho da teoria milleriana advoga e mesmo representa toda uma série de pressupostos com os quais tentamos problematizar ao longo desta seção – tal como a lógica de desmascaramento da verdade por trás da aparência, bem como a desvalorização *a priori* do imaginário. Afora isso, concordamos unicamente com o autor quando este indica que ao longo do ensino lacaniano parece ter havido uma aproximação cada vez mais candente entre os registros do simbólico e do imaginário. Contudo, atribuímos a este movimento tanto algo que na teoria esteve sempre em germe, bem como constituir-se como consequência da complexificação da teoria, favorecendo determinada conceitualização do discurso que seriam de difícil transmissão sem essa manobra teórica.

De modo a condensar uma crítica e já fazer uma possível ponte para a seção seguinte²⁷⁵, postulamos que não seria somente algo do real que faria a vez de uma substância, mas também que os próprios discursos fixam identidades, no sentido daquilo que se acredita permanente, indivisível e constante. Precisamente porque o discurso não deve ser confundido com a linguagem ela mesma, que a partir dele são produzidos modos de inteligibilidade cuja reiteração leva à fundamentação também de lógicas identitárias²⁷⁶.

* * *

Retornamos aos matemas, na medida em que um dos caminhos necessários para a retomada do semblante como um potente operador conceitual, é o que passa pelo reconhecimento de sua importância no funcionamento do *Discurso do Analista* (DA). Para começar a mapear esta proposição é pertinente lembrar a parte esquerda da fração do DA, que conta com o objeto *a* no lugar do semblante e com o saber (S2) ocupando o lugar da verdade – neste caso, o saber é o saber do inconsciente, o saber que não se sabe e que se supõe porvir, já que da ordem do *não-realizado*²⁷⁷.

Esta configuração discursiva situa-se de maneira especial ao modo como são dispostos os elementos no *Discurso do Mestre* (DM). Em relação a este último, o DA é obtido a partir de sucessivos giros até o ponto em que esta reordenação, nas possibilidades

²⁷⁵ Ver subcapítulo seguinte (3.b).

²⁷⁶ Neste ponto, a leitura cruzada de Lacan com Butler nos fornece alguns importantes elementos de leitura, na medida em que neles iremos melhor estofar o conceito de semblante duplamente, partindo da questão do ‘homem’, da ‘mulher’ e do performativo.

²⁷⁷ Lacan, J. (1964/1985). *O Seminário – Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (ver p.25).

combinatórias da estrutura tetraédrica do discurso, estabeleça o completo avesso do DM – em se tratando do posicionamento de cada elemento. Mesmo assim, cabe lembrar que o DM e o DA não guardam uma relação de oposição, na medida em que não “há discursos que não tenha que receber seu sentido de outro”²⁷⁸ – como bem apontam as premissas fundamentais do registro do simbólico, tornando possível, por exemplo, a metodologia arqueológica foucaultiana, que igualmente supõe esta mesma operação transferencial entre os discursos.

$$\begin{array}{ccc} \frac{S1}{\$} & \rightarrow & \frac{S2}{a} \\ & & DM \end{array} \qquad \begin{array}{ccc} \frac{a}{S2} & \rightarrow & \frac{\$}{S1} \\ & & DA \end{array}$$

Como consequência de ter posicionado o significante primordial (S1) no lugar do organizador discursivo, pode-se pensar que o semblante-mestre a todo o tempo pretende operar por um furor criacionista. Para tanto, ele se baseia no estabelecimento de um plano de *regulação ontológica* – outro nome para dizer das concepções essencializantes ou da instalação de uma *Weltanschauung* totalizante que lhe compete. Ainda assim, podemos argumentar que o ímpeto do mestre corresponde a isto que é necessariamente o efeito dos discursos de uma maneira geral, colocando em evidência que há “algo que se presentifica pelo fato de que toda determinação de sujeito, portanto de pensamento, depende do discurso”²⁷⁹ – ou seja, o discurso erige *consistências e posições concretas*. Desta forma, particular ao circuito deste discurso, remetemos à homofonia presente no jogo de palavras presente pela língua francesa: *maître* guarda a mesma sonoridade que *m’être*²⁸⁰, tendo o seguinte como uma possível e mancada tradução: *mestre e me-ser*.

Neste escopo, a operação que possibilita o discurso do analista consiste em fazer esta lógica identitária aturdir [*étourdir*], em um espírito próprio aos seus aturditos [*les étourdités*], aos seus atos *ditos*. Permite-se assim torcer algumas antigas dicotomias

²⁷⁸ Lacan, J. (1972-73/1985). *O seminário. Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 48)

²⁷⁹ Lacan, J. (1969-70/1992). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 161).

²⁸⁰ Ver a lição 13/02/1973 do seminário *Encore* (em português: o seminário, livro 20: *Mais, ainda*).

condensadas pelo par aparência, de um lado, e ser, de outro – derivando nisso que passeia pelo texto *Aturdito* lacaniano sob o título de *pareser* [*parêtre*]²⁸¹. Defendemos que a fórmula do *pareser* não foge das implicações vistas desde a fração esquerda do matema dos discursos, ou melhor, as condensa sob uma forma mais explicitamente combativa à metafísica ocidental. Mais ainda, Lacan vai mencionar a relação dos efeitos da linguagem com a ontologia na medida em que se estabelece um *para-ser* [*pare-être*]²⁸², significando um ser *lateral*, *próximo*, como que nunca se constituindo por completo.

Aqui temos uma parte preciosa do ensino lacaniano que nos ajuda a conceber a desconstrução ou, que talvez seja o outro lado da mesma moeda, a consistência possível de uma identidade – o que aqui chamamos e seguiremos chamando de *apreensão crítica da identidade*. A noção de não perdermos de vista que os fenômenos são lidos desde significantes, e que a identidade não precisa ser rechaçada caso a remetemos ao par *pareser* e *paraser*, contando ainda com a articulação de ambos a uma teoria dos discursos: cá contamos com um verdadeiro aparato para pensarmos a performatividade dentro do escopo lacaniano. De modo a realçarmos esta conjunção, citamos Lacan em extensão:

Ao que temos que nos romper, é a substituir esse ser que fugiria pelo *para-esser*, digamos, o *para-ser*, o ser na lateral.

Digo o *para-esser* e não o parecer, como sempre se disse o fenômeno, aquilo para além do que haveria essa coisa, o noumeno – que, no menos, no menos nos levou a todas as opacificações que se nomeiam justamente por obscurantismo. É no ponto mesmo de onde brotam os paradoxos de tudo que chega a se formular como efeito da escrita que o ser se apresenta, se apresenta sempre, por para-esser. Seria preciso aprender a conjugar como se deve – eu para-sou, tu para-és, nós para-somos, e assim por diante.²⁸³

Contraposto ao regime eidético das identidades fixas, indivisas, coerentes, profundas e aristotélicas, pretensamente instituído pelo mestre – já que do alto de seu semblante –, o analista deve servir-se de outra maneira em relação às afinidades performativas do discurso, na medida mesma em que concebe sua efetividade somente se

²⁸¹ Lacan, J. (1972/2003). O aturdito. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (p. 493).

²⁸² Ver a lição 16/01/1973 do seminário *Encore* (em português: o seminário, livro 20: *Mais, ainda*).

²⁸³ Lacan, J. (1972-73/1985). *O seminário. Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (pp. 50-51)

aliada a este quê instituinte e teatral. Dessa forma lhe cabe uma tarefa *quasi* impossível: sem sair do discurso e do semblante, o “próprio analista tem que *representar* aqui, de algum modo, o efeito de rechaço do discurso, ou seja, o objeto *a*”²⁸⁴.

Dessa maneira, nos enveredamos para a montagem e condições específicas em que opera do discurso do analista. Já neste momento, é importante grifar que o DA, enquanto uma das escassas formalizações ou indicações de cunho técnico, presentes no ensino lacaniano, igualmente depende do advento do semblante como sua parte fundamental. Neste sentido, Dunker frisa tanto a utilidade clínica do conceito do semblante bem como sua pertinência e potência articuladora no campo conceitual lacaniano:

A interpretação, toda e qualquer interpretação, vem da posição do semblante, no caso, do analista. Não há interpretação que daí não venha. Todos que recebem pacientes sabem que o difícil não é pensar no que dizer, *mas entender o lugar de onde é possível dizer, de onde a interpretação funciona*. Se o analista se coloca fora do lugar do semblante, a interpretação não se mostrará eficaz e, mais ainda, não irá produzir efeito de verdade.²⁸⁵

Feito todo um percurso, podemos agora melhor trabalhar a fração direita do matema do DA. Nela fica indicado não só que o lugar do outro/Outro a quem o agente dirige-se deve estar ocupado pelo sujeito, mas também que o produto decantado a partir das operações deste discurso é um significante primordial (*S1*) – não advindo tanto a título de uma mestria, mas sim da produção de um significante disruptivo que venha a reconfigurar determinada cadeia em sua novidade acontecimental. Importante de frisar, *produção* esta que sempre guarda uma medida de *reprodução* pelo fato de que não haveria tal operação qual enxertar um significante que já não estivesse articulado a um sujeito linguisticamente determinado como que *ex nihilo*.

Isso se deve porque o semblante no DA é ocupado por um objeto dito irreflexivo, ou seja, impassível ao registro especular. O objeto *a* seria como um furo no espelho; ele é o pedaço que aponta a falta de formalização do ser, denunciando assim o ponto de fuga e inconsistência no seio das identificações e imagens vinculadas a um sujeito. Seguindo

²⁸⁴ Lacan, J. (1969-70/1992). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (grifo nosso, p. 45).

²⁸⁵ Dunker, C. I. L. (2018) *Discurso e Semblante*. São Paulo: nVersos. (grifo nosso, p. 53)

tais indicações matemáticas, que de certa forma literalizam²⁸⁶ o ato analítico, não se pode contornar a premissa de que o analista funciona e efetiva sua prática enquanto semblante de objeto *a*, ou seja, de que o analista opera sob uma lida específica do semblante²⁸⁷ - pensando na própria condução de uma análise. De modo a torcer possíveis tautologias identitárias, também é interessante de apontar que o analista não faz semblante de analista, o que acabaria por representar algo da ordem de uma caricatura, de um dever-ser tal modelo de analista. Portanto, reiteramos: o analista faz semblante de objeto *a*.

A teorização deste conceito se apoia na correlação do *desejo* com a *falta* e de sua conversa dentro dos paradigmas teóricos que propõe pensar nas indeterminações, ou seja, com uma gramática do negativo pouco a pouco complexificada e adotada por um grande recorte do colóquio lacaniano. Assim, se para o Lacan dos anos 50 o desejo qualificava-se como pura negatividade, a partir dos anos 60 ocorre uma virada teórica que lhe atribui como causa um objeto bastante específico²⁸⁸. De forma a *encarar* o negativo, o objeto *a* coloca-se como um objeto constitutivamente paradoxal, porque não empírico e não sensível. Sua concepção reforça o complicado registro performativo em que o analista é ator e produto a um só tempo.

Sendo assim, o performativo psicanalítico consiste em operar um semblante tal que defronta o sujeito a “um reconhecimento de si na materialidade opaca de um objeto que não é mais pólo de projeção narcísica (refiro-me à identificação do sujeito com o *objeto a*, como resto, no fim de análise)”²⁸⁹. Como nos rostos desfocados dos mais impressionantes quadros de Monet, o analista encena uma alteridade radical, tentando tomar para si uma máscara que não deixa de assumir os paradoxos de um objeto negativo.

Por conta disso, o analista tenta excluir-se do registro especular para tão logo adentrá-lo desde outra posição: o semblante-analista é o Outro da imagem que ao mesmo tempo não escapa ao seu registro. Mesmo sendo esperado que o objeto *a* funcionasse, por natureza, avesso ao estabelecimento de um semblante, é desde um apontamento como este que lembramos também que o semblante se diferencia enquanto conceito por

²⁸⁶ No sentido de *letra* fornecido no seminário, mas também presente em *Lituraterra* (2003), ou seja, como um exercício de decantação mínima de uma estrutura que resulta em sua escrita.

²⁸⁷ Comparado aos outros discursos, Quinet lembra que “o chefe faz semelhança de sustentar o poder; o professor faz semelhança do que sabe; o histórico faz semelhança de sujeito dividido; e o analista faz semelhança de objeto *a*” (2018, p.392).

²⁸⁸ Safatle, V. (2003). *A paixão do negativo*. São Paulo: UNESP.

²⁸⁹ *Idem*, p. 155.

conseguir articular e acolher uma variedade conceitual que seguirá sendo desdobrada dentro do espírito deste trabalho.

* * *

Contribuindo ao debate, já no escrito sobre *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*²⁹⁰ são colocadas algumas das distinções de entendimento quanto à figuração do psicanalista e as respectivas decorrências clínicas de tais concepções. Neste trabalho, Lacan denuncia as aspirações desenvolvimentistas caras a vários dos psicanalistas integrantes da escola inglesa (*Relações Objetais; Abraham*) bem como da americana (*Psicologia do Ego; Anna Freud*). Salvo algumas pequenas diferenças, o protótipo de analista por estes concebido é aquele quem galgou o ápice de sua maturação psíquica, fazendo com que suas relações de objeto se organizassem sob o crivo último da fase genital – segundo os critérios do bom desenvolvimento psicosexual freudiano.

Para este analista considerado exemplar em sua coesão interna e desenvolvimento pleno de suas instâncias psíquicas, lhe é licenciado atuar diante do paciente como modelo identificatório – autorizado pela suposição mesma de ter bem trilhado a teleologia do ser. Não à toa, o final de análise pensado nesta perspectiva consiste na derradeira identificação com a figura do analista. Traçando uma distinção neste panorama a partir da referência ao semblante, Quinet pensa neste tipo supracitado de analista como aquele que faz “semblante de analista”²⁹¹, ao passo que o ofício transferencial demandaria ao analista fazer semblante de objeto *a*.

Longe de pretender ou mesmo crer em tais conquistas (sempre remetidas a uma arena psicológica), antes o analista estabeleceria em cena uma lógica da falta-a-ser, instalando outra economia interpretativa e de intervenções – salvaguardadas de “uma afirmação como esta: a de que o analista cura menos pelo que diz e faz do que por aquilo que é”²⁹². Aqui, de perto, percebemos alguns dos perigos em fecharmos o psicanalista em uma identidade pensada em termos ontológicos de fundo triunfante. É justamente na brecha do ser que os personagens a se colocar encarados pelo analista são jamais dados

²⁹⁰ Lacan, J. (1966 [1958]/1998) *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*. In *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

²⁹¹ Quinet, A. (2017). In: Rivera, T., Celes, L. A. M. & Sousa, E. L. (Orgs.) *Coleção ensaios brasileiros contemporâneos: Psicanálise* (pp. 391-403). Rio de Janeiro: Funarte. (p. 400).

²⁹² Lacan, J. *Op. Cit.* (p. 593).

de antemão – na medida em que é o paciente que nele irá fazer trabalhar os significantes guias do processo transferencial. O semblante do analista é este retrato difuso²⁹³, potencialmente polimorfo, passível de acolher as formalizações demandadas em transferência. Captamos, assim, as peculiaridades *performativas* do analista no trabalho de escuta.

Enquanto algumas visões pregam o fortalecimento da instância egoica – o Eu –, por outra via, são nas condições estruturadas pelo advento metonímico do desejo e das leis significantes, que este *eu* passa a ser tomado enquanto montagem, aparência sustentada em determinado amálgama discursivo. Dessa forma, traduzindo a desconstrução deste *eu* quando acometido pelo desejo, podemos citar que o “verdadeiro dessa aparência é que o desejo é a metonímia da *falta-a-ser*”²⁹⁴. Logo, a falta-a-ser é um conceito que aqui pode atualizar-se à condição de hiância imanente ao *para-ser* possível ao *pareser*, con-*formado* em sua consistência linguística – presença que só se dá sob um fundo de ausência, e vice-versa.

Como adendo, é evidente que Freud já tinha se ocupado sobre a figuração do analista no decorrer dos atendimentos, esforço que se encontra delineado em seus escritos técnicos. Um dos exemplos mais clássicos a respeito disso encontra-se em suas *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*²⁹⁵, onde evoca uma personagem para versar sobre a neutralidade²⁹⁶ do analista e sugerir um *modus operandi* adequado aos preceitos da presença do analista em sessão. De modo a não passarmos ao largo da temática aqui trabalhada, podemos inferir que é na figura do médico cirurgião que o pai da psicanálise credita ao psicanalista um semblante desde onde agir²⁹⁷. A partir disso, Freud quis marcar que, no processo analítico, se devem colocar em suspensão referências próprias à subjetividade do analista, além de basear-se em um modelo identificatório de fundo científico – *o médico cirurgião* –, intentando assim delimitar a *doxa* da época, suas opiniões e valores morais.

²⁹³ A inspiração da expressão advém do capítulo introdutório de Safatle, no *Grande Hotel Abismo* (2012).

²⁹⁴ *Idem*, p. 629.

²⁹⁵ Freud, S. (1912/1980). *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago.

²⁹⁶ Se for o caso, mais tarde trabalharemos a distinção entre *neutralidade* e *abstinência* do analista.

²⁹⁷ *Idem*, p. 128.

Mesmo que Freud tenha pensado nos termos do neutro e da neutralidade, a colocação maior do semblante é apontar a dimensão do *distanciamento* como operação basal que se estabelece em relação a ele próprio – o que corresponde a uma ética afinada aos processos de destituição subjetiva evocados desde o campo e gramática lacaniana²⁹⁸. Trata-se do analista advertido em relação à hiância fundamental de toda e qualquer identidade. Neste momento faz-se pertinente o uso das palavras de Quinet quanto à técnica e a interpretação, tratadas acima por Dunker, conferindo-lhe um novo giro performativo:

A utilização do termo “interpretação” para referir o ato da fala do analista causa confusão, pois o situa no âmbito da hermenêutica, ou seja, da atribuição de sentido. Todas as indicações de Lacan vão na direção de desqualificar seu sentido hermenêutico, pois insistem em apontar que a fala do analista não dá o sentido, tampouco visa o sentido. *Para escapar de seu sentido hermenêutico, podemos tomar o termo “interpretação” no sentido teatral.*²⁹⁹

b. Não há tal coisa como ‘semblante de gênero’

É bastante comum na atualidade que o conceito de semblante seja convocado nos encontros e desencontros entre teoria de gênero e o aporte psicanalítico. Assim, tendo historiografado tal conceito em seu respectivo seio teórico e clínico, pensamos que neste momento é de interesse situarmos a questão no intuito de lapidá-lo face ao diálogo com o conceito de performatividade lido butlerianamente. Com este subcapítulo, pretendemos tanto revisitar criticamente as utilizações do conceito de semblante assim como introduzir a noção de performatividade com a qual trabalha a ilustre filósofa. Lembramos desde já que esta discussão retornará sob outro destaque no capítulo sobre o *Beabá do performativo*³⁰⁰, no qual, tendo estabelecido as bases filosóficas e linguísticas do conceito

²⁹⁸ Safatle, V. (2012). *Grande Hotel Abismo*. São Paulo: Martins Fontes.

²⁹⁹ Quinet, A. (2017). In: Rivera, T., Celes, L. A. M. & Sousa, E. L. (Orgs.) *Coleção ensaios brasileiros contemporâneos: Psicanálise* (pp. 391-403). Rio de Janeiro: Funarte. (grifo nosso, pp. 395-396).

³⁰⁰ Ver capítulo 4.

de performatividade, será possível retomá-lo tanto em maior complexidade como em sua vida autônoma no que se refere à problemática do semblante.

Esperamos ter sustentado até então que a empreitada teórica lacaniana foi responsável por distanciar a psicanálise de quaisquer referenciais estritamente biológicas ou organicistas na concepção e constituição do sujeito psíquico. Se transitarmos no conjunto de inspirações que Lacan se utilizou ao relançar a psicanálise, em especial a linguística saussuriana, verificamos sua edificação calcada pela morte do referente. Como nos lembra Elaine Gilman, o advento linguístico implica que o “referente é inapreensível, as palavras não representam as coisas, e não chegamos ao real a não ser pelas bordas do simbólico”³⁰¹. Ou seja, uma importante premissa da psicanálise linguisticamente advertida é a indicação da impossibilidade, e mesmo da irrelevância, de operar com uma suposta objetividade dos fatos, concretude da natureza, ou seja, “em não recorrer jamais a nenhuma substância, em não se referir jamais a nenhum ser”³⁰².

A filósofa Judith Butler, mesmo não se valendo das mesmas categorias trabalhadas em psicanálise, parte de princípios afins quando pensa nos problemas de gênero³⁰³. De pronto, o conceito de *gênero* já parte problematizando a colagem do sexo ao paradigma biológico. Igualmente, em relação à lógica identitária, Cossi e Dunker comentam que há “algo de indiscernível, inerente ao conceito de gênero, que corrompe o fundamento identitarista das relações sociais”³⁰⁴. Sendo assim, os estudos de gênero favorecem o estabelecimento de um campo crítico por onde apreendemos uma perspectiva histórico-cultural da construção e reiteração de algumas das identidades que há muito infiltram todas as esferas da realidade social. Defendemos que destacar este tipo de análise por si só opera um distanciamento em relação à identidade classicamente concebida que se afina ao funcionamento performativo do semblante.

É seguindo neste sentido que Butler desubstancializa as categorias de gênero organizadas de forma binária em feminino e masculino, propondo antes que analisássemos suas matrizes de produção e sustentação do que sair a procura de uma

³⁰¹ Milmann, E. (2014) *Poética do letramento: Escrita, corpo, linguagem*. São Paulo: Kuzuá. (p. 207).

³⁰² Lacan, J. (1972-73/1985). *O seminário. Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

³⁰³ Butler, J. (1990/2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

³⁰⁴ Cossi, R. K. & Dunker, C. I. L. (2017a). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (33), e3344. (p. 2).

origem cuja causa fosse dada por uma natureza ou por uma transcendência qualquer – este último configurando um problema mais presente aos estudos que se dedicam às humanidades. Desse modo, faz-se mais relevante ao platô de discussões e revisões teóricas na qual a psicanálise se encontra poder apontar que a fixidez das identidades, ainda que mais apropriada à retórica naturalista, também acaba se estabelecendo através de uma determinada conceituação do simbólico que o toma enquanto estrutura imutável.

Sendo esta crítica bem exposta por Cossi e Dunker, os autores concordam sobre a insistência de um certo recorte do pensamento lacaniano em pretender fazer do simbólico um esquema transcendental – fornecendo diretrizes de sentido e coordenadas sociais atemporais. Inclusive, ressaltando a paradoxal delimitação de uma ‘*natureza-simbólica*’, chegam a claramente traçar o seguinte tipo de alerta: “Categorias psicanalíticas como ordem simbólica e diferença sexual impõem regras de inteligibilidade cultural que são tomadas como se fossem transcendentais e imunes a transformações sociais”³⁰⁵.

Butler³⁰⁶ vai localizar esta tendência de leitura a um eixo da antropologia estrutural levistraussiana, que, como bem se sabe, inspira Lacan quando se serviu desta e de outras teorias em sua retomada dos princípios freudianos. Desde aí podemos passar a colocar em questão alguns dos preceitos estruturalistas que advogam pelo reconhecimento de *posições simbólicas* funcionando à maneira de constantes universais, ou seja, que nada teriam a ver com posições configuradas e reiteradas no campo discursivo do social. Colocando-se fora de tais processos, estas *posições simbólicas* permaneceriam em sua mesmidade identitária, agindo como uma superestrutura sobreposta às inteligibilidades sociais, ao mesmo tempo em que as proporia refletir:

Os lacanianos quase sempre insistem que uma posição simbólica não é o mesmo que uma posição social, e que seria um erro tomar a posição simbólica do pai, por exemplo, que é, afinal, a posição simbólica paradigmática, confundindo-a com uma posição socialmente constituída e mutável que os pais assumiram ao longo do tempo.³⁰⁷

Quando confrontada às reconfigurações políticas do contemporâneo, é tal estabilidade do simbólico que entra em xeque. Arriscando uma aproximação entre constelações conceituais distintas, sustentamos a inferência de que a referência de Butler

³⁰⁵ *Idem*, p. 3.

³⁰⁶ Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, (42), pp. 249-274.

³⁰⁷ *Idem*, p. 257.

pelo termo *cultura* aproxima-se ao que Lacan seguirá constituindo de modo mais notório pela via conceitual dos discursos, e que aqui chamaremos provisoriamente de *compêndio simbólico-imaginário*. É neste debate que podemos voltar a atestar uma necessária conjugação entre os registros, principalmente no que concerne à constituição da realidade como um efeito de discurso. Referendamos esta ideia em constatações lacanianas a respeito do discurso enquanto “liame social [*lien social*], fundado sobre a linguagem”³⁰⁸, ou mesmo nas indicações seguintes – ambas presentes no seminário *Mais, ainda*:

Não há a mínima realidade pré-discursiva, pela simples razão de o que faz coletividade, e de que chamei os homens, as mulheres e as crianças, isto não quer dizer nada como realidade pré-discursiva. Os homens, as mulheres e as crianças não são mais do que significantes.³⁰⁹

Contudo, prosseguindo ao próximo patamar da discussão, pensamos existir no ensino laciano vários desvios, questões e complexificações quanto ao enunciado de que ‘*homens e mulheres não são mais do que significantes*’. Pensando nisso, procuramos algumas utilizações contemporâneas do conceito de semblante por alguns psicanalistas (Cossi e Dunker; Dunker; Teixeira; Ambra) articuladas e problematizadas a alguns pontos basais da teoria butleriana. Pensamos que a noção de *performatividade* fornece vários pontos de conexão entre os dois campos de pensamento.

Cossi e Dunker traçam um compilado de contribuições da autora no estabelecimento de uma crítica contundente à identidade, apontando que “a filósofa denuncia a instabilidade e a a-naturalidade das identidades”³¹⁰. Antecipando algumas das reiteradas críticas que sofre, a teoria butleriana não se restringe somente a uma análise desconstrutivista das identidades e dos dispositivos hétero-compulsórios, mas propõe uma categoria conceitual que permite melhor apreender aquilo que podemos associar à ‘crença’ identitária – tal como explicitamos no seminário da *Identificação*³¹¹. De acordo com esses fins, encontramos uma definição deste conceito na denúncia da matriz

³⁰⁸ Lacan, J. (1972-73/1985). *O seminário. Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 24).

³⁰⁹ Lacan, J. (1972-73/1985). *O seminário. Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 38).

³¹⁰ Cossi, R. K. & Dunker, C. I. L. (2017a). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (33), e3344. (p. 2).

³¹¹ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O Seminário – Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (p.51).

identitária que se crê natural e fomenta esta ilusão a um só tempo, a saber, o conceito butleriano de *performatividade*:

Atos repetidos de uma forma estilizada produzem efeito de ontologizar os gêneros auto-justificando a crença na existência de o homem ou a mulher. É assim que corpos, em si infinitamente diferentes, adquirem aparência de gêneros fixos e idênticos.³¹²

A ideia de performatividade já se encontra em um artigo prévio ao canônico *Problemas de gênero*, onde também se encontra conectado junto às temáticas do feminismo e da subversão da identidade³¹³. Neste momento anterior, Butler reitera a dimensão de crença que opera o performativo – “of belief”³¹⁴ –, estruturada por um contínuo de repetições sistematicamente sancionado.

Tendo isso em mente, sustentamos a aposta contra-intuitiva da filósofa, cuja sugestão estratégica para que se subverta a lógica identitária é a de utilizarmos os mesmos mecanismos que lhe estabelece, a saber, pela via mesma da performatividade – na medida em que o *insight* da performatividade ressalta a dimensão arbitrária de seu estabelecimento. Nas palavras da autora: “the possibilities of gender transformation are to be found in the arbitrary relation between such acts, in the possibility of a different sort of repeating, in the breaking or subversive repetition of that style”^{315, 316}.

Não à toa, a *arbitrariedade* é um conceito saussuriano caro à psicanálise justamente no que fundamenta todo o projeto anti-naturalista da linguagem em que ela pode propor operar. Retomando³¹⁷, a noção de arbitrariedade indica que o amálgama entre significante e significado, componentes do signo linguístico, não encontra justificativa de ser que não em uma junção radicalmente arbitrária³¹⁸. Lacan retoma com relativa frequência este conceito no seminário *Mais, ainda* ao embasar o argumento da

³¹² Cossi, R. K. & Dunker, C. I. L. *Op. Cit.* (p. 3).

³¹³ Subtítulo do livro *Problemas de gênero* (2003).

³¹⁴ Butler, J. (1988) Performative acts and gender constitution. *Theatre Journal*, (40), pp. 519-531. (p. 520).

³¹⁵ Butler, J. (1988) *Op. Cit.* (p. 520).

³¹⁶ Nota de tradução **1**, localizado antes das referências.

³¹⁷ Trabalhamos o conceito no capítulo **2.a**.

³¹⁸ Saussure, F. (1916/2012) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. (ver p. 108).

impossibilidade do ser aristotélico, momento em que o desloca para a ideia de *contingência*³¹⁹.

A partir disso, pensamos que uma das operações que aproximariam a psicanálise da teoria butleriana seria a subversão do “homem” e da “mulher” quando tomados enquanto signos sociais³²⁰. Sistematizado como que em um jargão combinado entre Lacan e Butler, esta tarefa pode ser dita realizada na passagem 1) da expressão de uma verdade interna para o performativo; 2) do signo para o significante; e 3) da identidade para o semblante. Seguiremos, então, neste caminho de vislumbrar ‘homem’ e ‘mulher’ na psicanálise lacaniana.

Retornando então o seminário do *Semblante*, tendo antes referido que “o que Freud revelou do funcionamento do inconsciente nada tem de biológico”³²¹, Lacan é categórico em sua distância em relação à natureza, afirmando embasado por sua leitura de Robert Stoller que a identidade de gênero seria análoga ao que ele toma pelos termos de ‘homem’ e ‘mulher’³²². Afinando-se antecipadamente a esta linha de pensamento com a qual identificamos como a performatividade, seu argumento prossegue referindo que o que define o homem é pura e simplesmente a sua relação com a mulher, e vice-versa:

Para o menino, na idade adulta, trata-se de parecer-homem. É isso que constitui a relação com a outra parte. É à luz disso, que constitui uma relação fundamental, que cabe interrogar tudo o que, no comportamento infantil, pode ser interpretado como orientando-se para esse parecer-homem. Desse parecer-homem, um dos correlatos essenciais é dar sinal à menina de que se o é. Em síntese, vemo-nos imediatamente colocados na dimensão do semblante.³²³

Nesta trilha, Lacan renova as diferenças entre a sexualidade na pessoa humana em relação à animalidade, mencionando que a “única coisa que o diferencia dela é que esse semblante seja veiculado num discurso”³²⁴. Porém, é digno de crítica que em nenhum

³¹⁹ Lacan, J. (1972-73/1985). *O seminário. Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (ver p. 46).

³²⁰ Butler, J. (1988) *Op. Cit.* (ver p. 522).

³²¹ Lacan, J. (1969-70/1992). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 29).

³²² *Idem*, ver p. 30.

³²³ *Idem*, p. 31.

³²⁴ *Ibidem*.

momento se apresenta citado um *parecer-mulher* da mesma maneira como é trabalhado um *parecer-homem*. Para Lacan, isto localizaria a relação ambígua que a mulher tem em relação ao discurso em sua teoria, além de também fazer a inferência de que o semblante não funciona da mesma maneira para ambos os sexos. Pensamos que nesta divergência se esvai a importância psicanalítica da noção de arbitrariedade e de contingência.

Sustentamos que isso não é suficientemente reconhecido por autores como Teixeira, Cossi e Dunker, quando evocam o semblante na argumentativa de seus trabalhos. Em seus esforços, estes psicanalistas parecem muito rapidamente identificar o *modus operandi* dos gêneros ao funcionamento do semblante. Assim, é preciso lembrar que mesmo sendo nominalmente citado, no seminário do *Semblante*, a interessante equação entre *identidade de gênero* e as noções de ‘homem’ e ‘mulher’ em psicanálise, estes votos não são renovados ao largo do desenvolvimento do *parecer* e das especificidades que o ensino lacaniano faz surgir em relação à mulher.

Por exemplo, os autores referem sem quaisquer ressalvas que “Lacan passa a designar *o homem* e *a mulher* como semblantes”³²⁵, ou ainda que os “semblantes imaginários ou dêixicos performativos, situados no primeiro andar das fórmulas da sexuação como “homem” e “mulher”, aproximam-se da concepção de gênero em Butler, que os define como performativo”³²⁶. Evidentemente concordamos em cruzar as perspectivas do semblante com a da performatividade, mas nesta intenção não podemos perder de vista o esforço aqui empreendido em descolar o semblante do puro imaginário tal como querem os autores. Tentamos mostrar em seções anteriores deste trabalho³²⁷ o quanto a premissa de um simbólico livre de cristalizações, necessariamente fluido e plural, só se sustenta quando pensado radicalmente alheio ao registro do imaginário.

(Especificamente neste sentido, Teixeira traz articulações parecidas, porém diverge da postura dos outros autores na medida em que nestas respostas o autor não se coloca disposto a conversar com teorias exógenas à psicanálise, supondo que o exercício traria efeitos “de empobrecimento do empreendimento teórico de Lacan e da própria

³²⁵ Cossi, R. K. & Dunker, C. I. L. (2017a). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (33), e3344. (p. 5).

³²⁶ Cossi, R. K. & Dunker, C. I. L. (2017b). Psicanálise sem Gênero? (Disponível em <https://pt.scribd.com/document/367472550/Christian-Dunker-Rafael-Cossi-Psicanalise-sem-genero>) (p. 2).

³²⁷ Ver capítulo 2.c.

transmissão da psicanálise”³²⁸. Pensamos que esta postura constitui um desserviço à potência da psicanálise no conjunto de debates contemporâneos.)

Salientamos que o mesmo seminário que consagrou ao semblante a diz-mansão e o parecer foi também o que lhe obrigou a assumir uma forma específica a cada sexo. Mais ainda, o mesmo seminário que brinca com a ideia de que não precisamos esperar Édipo ou a fase fálica para distinguir o menino da menina³²⁹ – já que se encontram tão logo embebidos no discurso –, é o que vai posicionar a mulher como aquela que desmascara o homem, tal “como suporte dessa verdade, suporte do que existe de semblante na relação do homem com a mulher”³³⁰.

No argumento lacaniano, isto volta a girar em torno do falo, que passa à definição de “gozo sexual como coordenado com um semblante, como solidário a um semblante”³³¹. Especificamente, a mulher consegue denunciar o disjuntivo entre gozo e semblante, além de possuir uma “enorme liberdade com o semblante”³³², conseguindo “dar peso até a um homem que não tem nenhum”³³³. Podemos supor nestes comentários uma estranha mistura nunca anunciada entre *histeria* e *mascarada*, além da ideia que nos remeteria à mulher por trás do homem, fundando um par supostamente complementar entre *semblante-homem* e *mulher-verdade*.

Neste assunto, faz-se importante verificarmos o posicionamento butleriano acerca das relações entre ‘homem’ e ‘mulher’. Ao contrário do entendimento apressado de certas leituras, o argumento butleriano é contrário a entender que a totalidade dos esquemas simbólicos são organizados em privilégios masculinos no quais os *homens*, eles mesmos, apareceriam como os legítimos responsáveis, ou mesmo a realizar referências demonizantes a um discurso dito *masculino*. Quanto a estes pontos, o embasamento da autora diverge de alguns setores teóricos do feminismo, mencionando criticamente que grande “parte da teoria e da literatura feministas supõe a existência de um “fazedor” por

³²⁸ Teixeira, M. R. (2017a) A diferença entre Butler e Lacan acerca da diferença sexual. (Disponível em: <http://www.agalma.com.br/wp-content/uploads/2017/12/Oitava-aula-do-curso-Os-gozos-2017.pdf> (p. 13).

³²⁹ Lacan, J. (1969-70/1992). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (ver p. 30).

³³⁰ *Idem*, p. 33.

³³¹ *Idem*, pp. 32-33.

³³² *Idem*, p. 34.

³³³ *Ibidem*.

trás da obra”³³⁴ – prerrogativa fundamental que não só repensa a figuração do *homem*, mas toca no estabelecimento mesmo das diretrizes do conceito de performatividade.

Entendemos, junto com a crítica da autora, que esta linha de pensamento traria como consequência às relações de gênero a ideia de uma economia significativa masculina recobrando de sentido a mulher, e isto implicaria uma dupla consequência. Não só estaríamos interpelando a mulher enquanto a *boa selvagem* cuja natureza é tanto velada como corrompida pelo masculino, assim como se abre no outro polo um espaço para que advenham concepções místicas bem exemplificadas pelo ‘*continente obscuro*’ freudiano. Em alguns momentos Lacan vacila em direção a esta lógica:

O homem, o macho, o viril, tal como o conhecemos, é uma criação de discurso – nada, pelo menos, do que dele se analise pode ser definido de outra maneira. Não se pode dizer o mesmo da mulher. Contudo, nenhum diálogo é possível se não se situar no nível do discurso.³³⁵

É ilustrativo que, logo apenas um par de parágrafos após esta citação, Lacan comece a discursar sobre a figura da histérica, sua implicação no discurso e sua relação com a verdade³³⁶. Ficamos com a pergunta caso não estaria nesta associação uma mulher excessivamente formalizada, e ainda por cima aos modos de figuração da histérica.

Ainda que vários dos posicionamentos de Teixeira devam ser criticados, o autor parece manter-se estritamente em cima dos ditos lacanianos. Como exemplo, enquanto Cossi e Dunker afirmam serem semblantes o ‘homem’ e a ‘mulher’ no que constituem um andar *estritamente imaginário* das fórmulas da sexuação, Teixeira lembra, de modo a concordar com o desenvolvimento de Lacan acima disposto, as “inúmeras passagens dos seminários onde Lacan se refere a “homens” e “mulheres” deixando claro que não se trata de meros semblantes”³³⁷. Questionamos caso estaria todo este emaranhado conceitual concordando com o seguinte argumento laciano:

³³⁴ Butler, J. (1990/2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (p. 56).

³³⁵ Lacan, J. (1969-70/1992). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 57).

³³⁶ *Idem*, ver p. 57.

³³⁷ Teixeira, M. R. (2017) A diferença entre Butler e Lacan acerca da diferença sexual. (Disponível em: <http://www.agalma.com.br/wp-content/uploads/2017/12/Oitava-aula-do-curso-Os-gozos-2017.pdf> (p. 9).

O desejo do homem, como acabo de dizer, está ligado muitas vezes, ele se origina no campo de onde tudo parte, todo efeito de linguagem: no desejo do Outro, portanto. A mulher, no caso, percebe-se que ela é que é o Outro. Só que ela é o Outro de uma alçada inteiramente diferente, de um registro totalmente diferente de seu saber, seja ele qual for.³³⁸

Evidentemente, não estamos alheios que, neste momento de sua obra, Lacan ensaia o que posteriormente tomará corpo nas *fórmulas da sexuação*, nas quais no *lado homem* se lê a formação de um conjunto todo-fálico sustentado por ao menos um [*ahomenosum*] que funciona enquanto exceção à função fálica, ao passo que no *lado mulher* se lê que não há nenhuma que escape à função fálica, ao mesmo tempo em que ela é não-toda [*pas-toute*] nesta mesma função³³⁹. Salientamos que temos em mente o compêndio de autores que fazem uma leitura rigorosa e bastante interessante das fórmulas da sexuação, como La Tessa³⁴⁰ e Dunker³⁴¹. Contudo, nosso exercício aqui segue sendo duplo: 1) destacar criticamente o conceito de semblante, o que implica para o colóquio lacaniano deslocá-lo do lugar de puro ou estrito imaginário; e, de quebra, 2) não tomá-lo como termo acessório das fórmulas da sexuação, mostrando que sua construção não está imune a críticas e leituras generificadas só porque escudada por sua logicidade.

Para prosseguirmos, podemos retomar a formalização da relação ambígua da mulher com o discurso, como constatamos presente já no seminário do *Semblante*, na medida em que ela é não-toda na *função fálica* – conceito onde Lacan novamente confere outra roupagem ao falo, dessa vez o vinculando ao trio significante-semblante-discurso. Joel Birman³⁴², que em seu livro *Gramáticas do erotismo* reconstrói uma genealogia do feminino indo dos gregos à racionalidade freudiana, reitera como em diferentes regimes discursivos históricos à mulher coube ser desenhada a partir do homem – desde a sua figura ou anatomia. Contudo, faz parte destas mesmas explicações guardarem sempre um certo porém, uma zona incognoscível, uma parte demoníaca, ou, se assim quisermos, para cada mundo um *continente obscuro* que não bem lhe cabe.

³³⁸ Lacan, J. *Op. Cit.* (p. 66).

³³⁹ Lacan, J. (1972-73/1985). *O seminário. Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

³⁴⁰ La Tessa, M. (2017) Em Mariano Daquino. *A Diferença Sexual: Gênero e Psicanálise* (pp.43-60). São Paulo: Agente.

³⁴¹ Dunker, C. I. L. (2017). Em Mariano Daquino. *A Diferença Sexual: Gênero e Psicanálise* (pp. 95-124). São Paulo: Agente.

³⁴² Birman, J. (2016). *Gramáticas do erotismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Por exemplo, o autor lembra o paradigma da antiguidade que partiu de Aristóteles e teve a palavra final com o romano Galeno, o primeiro se baseando na teleologia causal (na geração, a mulher seria a causa material e o homem a causa eficiente), o segundo calcava-se no argumento aristotélico que à mulher faltaria o fogo que fizesse os órgãos genitais descenderem e formar o pênis. Ambos reforçam a inferioridade da mulher necessariamente regulada à perfeição da figura masculina, porém, o que é digno de nota, é a ideia por muito vigente de um *sexo único*³⁴³. Ou seja, é o mesmo sexo que poderia bem desenvolver-se, ou não, por conta de uma falta que seria elementar a tal processo.

Uma troca de paradigma surge quando entra em vigência o ideário igualitário proveniente da revolução francesa, momento em que a diferença entre homem e mulher teria que realojar-se em outro regime discursivo, caso contrário o *status quo* e a rede de privilégios dos homens se encontrariam gravemente ameaçados. Consequentemente, uma infinidade de enunciados bem fundamentados no fato biológico posicionou a mulher no *locus* doméstico, privado, privilegiando nela o empuxo a ser mãe e cuidar da prole. Ao passo que o homem teria livre passagem no registro do público, do prestígio e da política, além de poder regular sua estabilidade marital no que frequentava cabarés e prostíbulos. Dessa maneira, vale depreender desta fenomenologia a estrutura e ontologia de fundo que não cessa de se escrever em suas mais variadas formulações. Encontramos tal conjugação mínima e repetitiva na dicotomia que propõe Birman:

Enfim, entre os polos do sentimento e da razão, ou então entre natureza e civilização, esboçou-se, no imaginário coletivo, a cartografia moral da diferença sexual, que seria sempre a consequência direta da natureza biológica diferenciada entre o ser do homem e o ser da mulher.³⁴⁴

Não à toa, podemos nos reportar diretamente ao psicanalista Ricardo Rodulfo, que se ocupa de uma crítica da universalização e da utilização irrefletida do complexo de Édipo nos mais variados fronts da compreensão psicanalítica. O autor vai mostrar que a mesmíssima polaridade entre cultura e natureza, chamado de “el mito anterior”³⁴⁵, sustenta igualmente o mito edípico: a mãe natureza-irracional deve ser barrada pelo pai

³⁴³ *Idem*, p. 33.

³⁴⁴ *Idem*, p. 56.

³⁴⁵ Rodulfo, R. (2001). Para una desconstrucción del (complejo de) Edipo y su emplazamiento em el psicoanálisis tradicional. *Natureza humana*, 3(2), pp. 215-231. (p. 229).

da cultura. Tendo isso em mente, seguimos pensando em algumas consequências e desenvolvimentos da reiteração desta estrutura mítica.

Construção basal da racionalidade freudiana, o complexo de Édipo faria um curioso retorno ao monismo sexual dos antigos, ainda que em coexistência ao paradigma da diferença sexual. Isso passa a ocorrer devido ao primado do pênis e do complexo de castração em seu decurso, que, a um só tempo, estabelece uma hierarquia entre os sexos (*penisneid*) assim como coloca ambos estes referendados ao mesmo elemento no desenvolvimento psicosexual, a saber, o pênis como signo da anatomia masculina. É exemplar seguirmos os destinos da feminilidade proposto por Freud, com especial destaque aos diretamente relacionados ao falicismo incorporados pela assunção da virilidade ou na geração de um filho preferencialmente homem. Assim, podemos apontar

que a teoria freudiana da diferença sexual e da sexualidade feminina chega finalmente a um impasse e a um paradoxo, como indiquei acima, pois não consegue sair da circularidade do registro fálico. O **monismo fálico** estaria, pois, sempre presente.³⁴⁶

Esta retomada de alguns fundamentos freudianos é importante na medida em que as fórmulas da sexuação podem ser inesperadamente criticadas desde este mesmo viés, justamente levando em consideração o postulado de que *não há relação sexual*. Resguardando tal aforismo de Lacan, cuja importância não se restringe à sexuação, questionamos caso as fórmulas em si não remeteriam a algo de uma relação possível, já que, como referenciado em Freud, ambos os lados ‘homem’ e ‘mulher’ encontram sua equação em relação a um mesmo e só elemento, a saber, Φx , a *função fálica*. A título de nota, foge ao espaço deste escrito referendar a pluralidade de conceituações que o ensino lacaniano faz em cima do falo, porém dedicamos um breve lembrete de como este conceito vacila por entrever-se em referências assaz freudianas³⁴⁷.

Ora, Dunker e Cossi apontam que não se pode presumir que as fórmulas da sexuação operam “sem nenhuma antropologia de base, sem nenhuma tradução aos usos locais da língua, sem nenhuma paridade com o plano dos discursos (onde nasce o conceito

³⁴⁶ Birman, J. (2016). *Gramáticas do erotismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (negrito do autor p. 218).

³⁴⁷ Lacan, J. (1966[1958]/1998) A significação do falo. In *Escritos* (pp. 692-703). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (ver p. 699 em diante).

de semblante)”³⁴⁸. Digno de transliteração, no que os autores reivindicam como antropologia poderíamos igualmente chamar de mítica. No lado “homem”, o que constatamos, vale dizer, em sintonia com os autores³⁴⁹? Vemos *Totem e Tabu*, mito responsável por fundamentar filogeneticamente o complexo de Édipo sob o ponto de vista masculino. E no lado “mulher”? Lembramos que acima pontuamos, junto a Birman, uma consistente mítica em torno da mulher que estaria sempre correlacionada ao obscuro, ao inefável, ao irrepresentável, ao negativo, ao irracional. Desde aí questionamos caso não estaria aproximado desta mesma mítica o *não-todo* da mulher – já que presente em relação ao significante e ao discurso.

Prosseguimos com uma das últimas contribuições de Dunker em relação a este assunto. Neste trabalho o autor propõe o que seria uma *transleitura* das fórmulas da sexuação, afirmando que a grande questão do lacanismo estaria em divisá-las segundo dois paradigmas de leitura, o *cis* e o *trans*. Como ele mesmo aponta, haveria nos ditos e escritos lacanianos cinco apresentações distintas das fórmulas da sexuação³⁵⁰. Assim, pensa nas fórmulas da sexuação referentes ao gozo somente como *um* dos eixos horizontais de um prédio mais amplo, composto também pelo eixo do semblante (“homem” e “mulher”) e da fantasia (contendo a gramática das relações do sujeito, objeto e Outro). Desta maneira, a leitura *cis* indicaria a colagem do ‘homem’ junto à modalidade de gozo *Totem e tabu*, cuja fantasia seria tomar-se enquanto sujeito diante do objeto. Propondo uma leitura *trans*, Dunker propõe a existência de combinatórias que iriam muito além de uma montagem binária da sexuação, já que nenhum andar estaria guardando uma relação necessária em relação aos outros – como vemos na leitura *cis*³⁵¹. É sustentando esta independência dos quadrantes assim destacados e recombinações, que ao autor é permitido comentar sobre um dos eixos horizontais: “É preciso dizer que, nesse caso, “homem” e “mulher” não são referências a semblantes, nem a modalidades de gozo, mas a fantasias”³⁵².

³⁴⁸ Cossi, R. K. & Dunker, C. I. L. (2017b). Psicanálise sem Gênero? (Disponível em <https://pt.scribd.com/document/367472550/Christian-Dunker-Rafael-Cossi-Psicanalise-sem-genero>) (p. 3).

³⁴⁹ Cossi, R. K. & Dunker, C. I. L. (2017a). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (33), e3344. (ver p. 6).

³⁵⁰ Dunker, C. I. L. (2017). Em Mariano Daquino. *A Diferença Sexual: Gênero e Psicanálise* (pp. 95-124). São Paulo: Agente. (ver p. 117).

³⁵¹ *Idem*, ver p. 121.

³⁵² *Idem*, p. 120.

Aqui, encontramos brecha para lançarmos o seguinte questionamento: quando é sugerido que os eixos do prédio da sexualidade (semblante, gozo e fantasia), com suas particularidades verticais ('homem' e 'mulher', no caso do semblante), estariam *trans-desimplicados* um em relação aos outros, parece que esquecemos a dedução de que a escrita correspondente às fórmulas do gozo estaria calcada em uma mítica de matriz reconhecidamente *cis-heteronormativa*. Seria como se adentrássemos neste complexo, elencássemos alguns de seus elementos mínimos de funcionamento e propuséssemos embaralhá-los. Tal feito poderia oferecer uma leitura por demais afastada da visada pragmática que traz o semblante em sua dimensão [*dit-mansion*] performativa, na medida em que sua instalação ocorre através de mitos cuja forte genealogia não deixa de se impor.

* * *

Fazendo aliança ao uso do genitivo no título do seminário, advogamos pelo uso da expressão *de um semblante que não fosse do gênero*. Nos comentários de Lacan sobre a titulação do seminário do *Semblante* é clara a sua indicação em não utilizar o genitivo em sua forma subjetiva, na medida em que isso criaria a concepção do discurso como anterior ao semblante, ou mesmo de um discurso *sobre* ou *a respeito* do semblante – passando a ideia de que haveria discursos desligados ou mesmo a despeito do semblante. Da mesma forma que “o discurso, tal como acabo de enunciá-lo, é semblante”³⁵³, não podemos desvincular nunca que o que quer que se enuncie sobre gênero se dá desde um discurso, desde uma mítica – e isso é semblante.

Neste subcapítulo, nosso caminho consistiu em realizar um descolamento do semblante como puro imaginário, tanto na frente teórica interior ao colóquio lacaniano como abrindo espaço para algumas de suas incidências tendo em vista as várias leituras do que se constitui enquanto 'homem' e 'mulher', especialmente no percurso que desemboca nas fórmulas da sexualidade. Reiteramos a distinção entre estes dois para com relação ao semblante, e que isto que é nominal em Lacan não parece considerado pelos comentadores em suas consequências naturalizantes – indo, então, na contramão de vários dos desenvolvimentos paradigmáticos do psicanalista francês.

³⁵³ Lacan, J. (1969-70/1992). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 19).

Beabá da Performatividade

a. O Teórico Ordinário

Eu dou por iniciado este capítulo – começamos assim apresentando uma fórmula impecavelmente performativa de acordo com os termos austinianos iniciais. Aqui, referimos pelo qualitativo “*iniciais*” o fato de que as aulas do professor John Longshaw Austin, tendo ocorrido em 1955 e postumamente compiladas em 1962 no livro *How to do Things with Words*, constituem um percurso de doze lições por onde a teoria dos atos de fala sofrem muitos desvios, complexificações e ressignificações. Neste primeiro momento, que localizamos em torno do primeiro terço de suas conferências, um dos critérios definidores de uma sentença performativa é o fato de que esta esteja formatada nos seguintes termos: *primeira pessoa do singular seguida de verbo correspondente ao presente do indicativo da voz ativa*³⁵⁴.

De pronto, se tomarmos de exemplo o leitor contemporâneo mais alinhado à amplidão das cogitações da filosofia continental ou à efemeridade das definições dos operadores conceituais lacanianos, este suposto leitor deve ao menos que ligeiramente espantar-se com um enquadramento aparentemente tão restritivo em relação ao performativo. Não é por uma filiação apressada à racionalidade destes grupos que procuraremos aqui estender as condições e estabelecimento da performatividade em se tratando da linguagem, mas, antes de tudo, tomaremos este caminho sustentados por uma leitura de *How to do Things with Words* que assim o faz³⁵⁵.

Logo, ao adiantarmos que o próprio Austin acaba por tantas vezes revisar e alargar as roupagens da performatividade, nos permitimos afirmar junto ao autor que é insustentável regular a dimensão performativa da linguagem através de uma fórmula gramático-sintática estrita – indo na contramão de alguns dos desenvolvimento teóricos dos atos de fala realizados pelo filósofo John Searle³⁵⁶, uma das referências maiores neste campo temático. Assim, levando também em conta a pluralidade quanto à tratativa destes conceitos, é na medida do que pensamos interessar a esta pesquisa que iremos

³⁵⁴ Austin, J. L. (1962). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas.

³⁵⁵ Leitura que é a nossa, naturalmente – ainda que apoiada em alguns outros.

³⁵⁶ Searle, J. (1969). *Speech Acts*. New York: Cambridge University Press.

recuperando os pontos fundamentais de discordâncias e desenvolvimentos da teoria da performatividade e dos atos de fala.

Dito isso, ainda assim é válido apontar que algo da noção de *primeira pessoa* interessa ao ponto que temos tentado capturar junto à psicanálise, à influência de Politzer e à consideração pela noção de identidade, a saber, *pensar o eu narrativo politzerianamente inspirado em relação ao comparecimento do sujeito na linguagem*. Para tanto, é preciso primeiramente compor um consistente e fidedigno vocabulário em Austin para então passarmos aos desenvolvimentos que consolidarão a concepção de performatividade com a qual apostamos dialetizar no campo psicanalítico.

É importante situar que nesta parte que segue se fará necessária uma mudança sensível em relação ao ritmo constatado até então em nosso trabalho. Se antes conseguimos já trançar um conjunto conceitual que orbitou a *identificação* e o *semblante*, à serviço de delimitar criticamente a questão da *identidade*, agora é preciso operar certa paragem para bem compreendermos a segunda grande chave conceitual deste escrito, a saber, a *performatividade*. Mais ainda, pensamos ser importante assim construir a primeira seção deste capítulo já que a questão do performativo representa uma noção muito convocada para vários dos debates contemporâneos, porém não o verificamos referido desde sua raiz epistemológica. Contudo, se neste intento nos determos em um movimento de fineza conceitual, este não é sem relação com nosso projeto, afinal, a própria extração de certas passagens se propõe a refletir os pontos que lhe importam.

* * *

Austin é um teórico inserido na tradição da *filosofia analítica*, comumente contraposta à produção de pensamento dita *continental* – esta última reunindo de forma mais expressiva o conjunto da filosofia francesa e alemã dos séculos XIX e XX. Enquanto a primeira fica equacionada ao raciocínio de precisão diminuta, inspirado pela lógica-matemática e pela aspiração científica, a segunda é tomada por sua estilística literária, por sua preocupação política e por ser tematicamente multidirecionada. De pronto associamos à tentativa de confluência destas duas tradições no próprio texto lacaniano, que, além de se interessar e efetivamente trabalhar com as topologias e as matemáticas, trava interessantes discussões com as figuras mais paradigmáticas da filosofia analítica, sendo eles Bertrand Russel, Ludwig Wittgenstein e Gottlieb Frege – influente figura para a instauração do pensamento e categorias da lógica em Lacan.

Apesar de se suporem várias demarcações entre estas duas regiões da filosofia, demarcações estas sempre contestáveis, o elemento comum apresentado por ambas se faz notável. Este ponto é a relevância da linguagem nos termos de cada autor e de cada tradição conceitual, o que inclusive acaba por extrapolar o campo disciplinar filosófico de sua época. De igual forma, haveríamos de pensar em pelo menos dois *linguistic turns*, a saber, aquele do qual nos documenta Richard Rorty³⁵⁷ e que toca a filosofia analítica em seus esforços primeiros, mas também aquele produzido pelo impacto do ideário saussuriano no seio intelectual francês, cuja releitura passou a ser referida pela “linguística estrutural”.

Austin não é exceção, ocupando-se com suas questões desde este mesmo momento e macroparadigma. Paulo Ottoni, cuja tese seguirá sendo referenciada, nos brinda com uma descrição da envergadura da produção sobre linguagem na época em que Austin igualmente lança suas ideias:

Que cenário e momento históricos são estes tão precisos? O cenário é a discussão sobre a linguagem surgida na Inglaterra pela chama escola de Oxford, e o momento, as décadas de 40 e 50. Austin morre inesperadamente em fevereiro de 1960, com 48 anos, em pleno vigor de seu trabalho. No início dos anos 50, coincidentemente, um linguista norte-americano está propondo a gênese do que vai ser mais tarde um dos maiores empreendimentos linguísticos na história desta ciência: a sintaxe. Trata-se de Noam Chomsky. Nesta mesma época, desenvolvia-se, na França, liderado por Emile Benveniste, um importante trabalho sobre a linguagem humana que tinha a semântica como centro das discussões. É importante lembrar que, na França, além de Emile Benveniste, muitos pensadores, como Michel Foucault, Jacques Derrida entre outros, estavam trabalhando sobre a linguagem humana. Também neste mesmo período, Jacques Lacan estava desenvolvendo um vigoroso trabalho de releitura da obra de Freud e, através dos seus “seminários” e “escritos”, vai não só rediscutir a psicanálise, mas influenciar grande parte das áreas que estudam a linguagem humana.³⁵⁸

Tendo os estudos da linguagem constituído um movimento tão abrangente, devemos apontar ainda melhor as especificidades da inserção de Austin em tal trama.

³⁵⁷ Rorty, R. (1967). *Metaphilosophical Difficulties of Linguistic Philosophy*. In: *The Linguistic Turn*. Chicago: The University of Chicago Press.

³⁵⁸ Ottoni, P. (1990). *John Longshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem Humana*. Tese de doutorado, UNICAMP. (pp. 11-12).

Uma primeira informação a respeito das raízes epistemológicas do autor diz da diferença, agora própria ao interior da filosofia analítica, entre os filósofos de *Cambridge* e os de *Oxford*³⁵⁹, já adiantando que Austin se encontra filiado a esta segunda. A título de curiosidade, sabe-se que Cambridge é o seio da recepção dos trabalhos de Chomsky conhecidos pelo nome de gerativismo, o que nos ajuda a identificar sua tradição mais voltada ao contato rigoroso com as ciências ditas duras e matemáticas – temos em Russel um adequado representante da primeira metade do século. Já a Oxford daquela época compreendia um demorado estudo ao redor das humanidades clássicas, tal como, por exemplo, a lógica proposicional aristotélica. Através desta segunda bifurcação podemos recolher um traço do ambiente intelectual em que Austin conviveu e contrapôs-se³⁶⁰.

Passamos pelo panorama geral da dicotomia das filosofias *continental* e *analítica*, bem como por *Oxford* e *Cambridge*, e, ainda assim, podemos prosseguir um pouco mais na tarefa de especificação do autor. Apesar deste apresentar-se como um grande crítico das fronteiras entre as disciplinas, especialmente no que tange a filosofia da linguagem e a linguística³⁶¹, colocamos que o autor responde por erigir e enriquecer o campo de estudos chamado de *filosofia da linguagem ordinária*. Em sua emergência, também localizada ao redor da metade do século XX, esta linha representou uma nova aproximação ao conjunto de problemas canônicos da filosofia e era vista como um passo promissor neste sentido³⁶².

De início, podemos caracterizar metodologicamente a filosofia da linguagem ordinária em sua forte refutação à tomada dos conceitos por correlatos metafísicos – tradição esta que se propõe a entender noções como *verdade*³⁶³ ou *juízo* através de um viés transcendental. Contraposto a isto, tal como o nome da disciplina sugere, o programa crítico da linguagem ordinária procura produzir conhecimento através da análise do uso *corrente* das palavras, bem como de suas respectivas condições de possibilidade e contextos de enunciação, fatores que muito interessam a esta pesquisa. Tal exercício aparece mais claramente caso pegarmos de exemplo um artigo de Austin

³⁵⁹ *Idem*, ver p. 21.

³⁶⁰ Segundo Ottoni, no período do entre e pós-guerra, enquanto Wittgenstein foi o filósofo mais importante de Cambridge, Austin o foi em Oxford.

³⁶¹ *Idem*, ver p. 20.

³⁶² Baz, A. (2012). *When Words are Called for*. Cambridge: Harvard University Press. (ver p. 1)

³⁶³ Avner Baz dedica um subcapítulo para documentar os esforços de Peter Strawson (1949-50) em sua tratativa dos usos da palavra *verdade* sob o viés ordinário da linguagem (ver p.22).

chamado *A Plea for Excuses*³⁶⁴, publicado um pouco antes às conferências sobre os atos de fala.

Neste texto, seu objeto de estudo são as *excuses*, que bem podemos traduzir por *escusa* caso circunscrita ao campo semântico jurídico, aproximando-se, então, dos termos *defesa*, *justificativa* e *apelo* – aos quais Austin vai especificando ainda melhor ao longo de seu texto. Contudo, o que nos interessa é perguntarmos por *onde* que o autor se debruça no tema das escusas, a saber, não ao partir da concepção de um sujeito transcendental com deveres ideais³⁶⁵ (em se tratando de Justiça), mas sim ao figurar um sujeito tocado pelo discurso corrente. Neste artigo, tal prerrogativa levou a análise austiniana a considerar alguns conjuntos de falas documentadas em julgamentos e processos, mas não só. Dentre vários outros exemplos referentes à escusa, Austin também se valeu de um exercício imaginativo do que se poderia dizer por pisar desavisadamente em um caramujo, ou por deixar um objeto qualquer se espatifar no chão ao ter esbarrado em uma criança incontrolável.

O que possibilita ao autor conceber situações tão ricas e precisas para sua arguição, e, ainda mais importante, situações que soam verossímeis e identificatórias, é o que podemos referir pelo *exercício imaginativo* – aqui não entendido enquanto uma faculdade psicológica, mas enquanto aquilo cuja função ressalta os meandros linguísticos e discursivos que compõem a realidade e as possibilidades de lhe ocupar. Com seu estilo característico, Austin explicita este ponto ao mesmo tempo em que comenta criticamente a respeito da linguagem ordinária e das repartições disciplinares que vimos até então:

In view of the prevalence of the slogan “ordinary language”, and of such names as “linguistic” or “analytic” philosophy or “the analysis of language”, one thing needs specially emphasizing to counter misunderstandings. When we examine what we should say when, what words we should use in what situations, we are looking again not *merely* at words (or “meanings”, whatever they may be) but also as the realities we use the words to talk about: we are using a sharpened awareness of words to sharpen our perception of, though not as the final arbiter of, the phenomena. For this reason, I think it might be better

³⁶⁴ Austin, J. L. (1957-58). *A Plea for Excuses*. In: *Philosophical Papers*, pp. 175-204.

³⁶⁵ Ligeira referência à deontologia de Kant.

to use, for this way of doing philosophy, some less misleading name than those given above – for instance, “linguistic phenomenology”, only that is rather mouthful.^{366, 367}

Dito de outro modo: podemos conceber exemplos variados de posicionamentos de fala ou de utilização de termos e sentenças porque nos encontramos inseridos em uma estrutura de linguagem comungada – onde as palavras nunca são *meras* palavras, mas sim referenciais de uma fenomenologia particular. Logo, é importante apontar que a própria feitura deste artigo de Austin consegue basear-se nos intentos e fundamentos da filosofia da linguagem ordinária, sendo este não menos que uma demonstração em ato de sua fecundidade epistêmica e metodológica.

Avner Baz, teórico que se ocupa em responder às mais variadas represálias que recebe o campo supracitado, elenca como sendo a objeção mais comumente lançada a este a ideia de que os filósofos que trabalham nesta perspectiva confundem, ou misturam, o “sentido” e o “uso” das palavras que estudam³⁶⁸. Por ser um exame direcionado às proposições de estudo filosófico que partem do *ordinário* na linguagem, é bastante provável que nestas críticas residam um quê de elitismo intelectual implícito em se tratando de um método tão avesso às investigações tradicionais. Assim, os críticos parecem espantar-se com o fato de que seja pela via do ordinário que os filósofos que assim trabalham pretendem resolver algumas das questões mais canônicas e cabeludas do discurso filosófico – ou seja, através de um método que, em suas concepções, é caduco de coerência e desnobre em seus princípios.

Antes de dar conta de qualquer outra injúria, Baz³⁶⁹ afirma a despreensão do método da linguagem ordinária em estabelecer a palavra final sobre quaisquer uma destas de peso filosófico, tal como “fato”, “realidade”, “existência”, “crença”, “objetividade”, “alma”, “sentido”, “verdade”, “saber” etc.³⁷⁰ – mesmo porque não há tal coisa como uma *palavra final*. Em seguida, o autor vai dizer que as acusações anteriores se entremeiam por conta de um problema intrínseco ao pensar filosófico tradicional, a saber, trabalhar o

³⁶⁶ *Idem*, p. 183.

³⁶⁷ Nota de tradução 2, localizada antes das referências.

³⁶⁸ Baz, A. (2012). *When Words are Called for*. Cambridge: Harvard University Press. (ver p. 9)

³⁶⁹ *Idem*, p. 11.

³⁷⁰ Algumas das várias palavras tradicionalmente disputadas entre as filosofias recolhidas ao longo da primeira parte do livro de Baz (2012).

sentido como sendo uma propriedade inata, anterior e corretamente correspondente às palavras.

Baz, então, levanta alguns pontos que considera organizadores desta lógica da filosofia tradicional, dos quais destacaremos os dois primeiros:

- 1) *para cada palavra há um sentido próprio que é teoricamente separável de suas utilizações correntes; o que*
- 2) *ocorre da mesma forma para uma sentença, ela guarda um sentido autônomo em relação aos seus usos possíveis.*³⁷¹

Achar o estado final de sentido para cada palavra e para cada sentença: eis o fator que sustenta tamanha preocupação quando o método da linguagem ordinária minora e questiona o apelo ao sentido em detrimento de uma pragmática.

Para tanto, afinado a uma série de prerrogativas da disciplina linguística saussuriana³⁷², os estudos da linguagem ordinária não autorizam uma tomada idealista da linguagem – nem pelo viés de uma metafísica, nem pelo viés de uma gramática normativa, ou seja, “falar certo” ou “falar errado” parte de um juízo de valor que não tem cabimento dentro destes paradigmas. Podemos afirmar que o *valor* que para estes interessam não foge àquele teorizado por Saussure, constituindo a noção mesma que postula que em uma estrutura de linguagem pensada enquanto sistema não se pode isolar nenhum de seus elementos componentes – estando estes elementos significados apenas em relação. Assim sendo, defensora nem de uma regulação ontológica da linguagem, nem das boas regras de civilidade em relação a seus enunciados, o que importa a estas disciplinas é o registro *do que se diz*.

Borrando um pouco as linhas disciplinares entre linguística e filosofia da linguagem, daremos agora este passo austiniano ao lembrar o que Jean-Claude Milner³⁷³ refere pelo estatuto do *exemplo* em se tratando das ciências da linguagem. Justamente em um subcapítulo intitulado de *Cela se dit*, ou *Isso se diz*, o epistemólogo se ocupa de pensar na dimensão empírica possível para o campo da linguística – cômico das dificuldades em

³⁷¹ *Idem*, pp. 13-14.

³⁷² Lembramos aqui da expressão conceitual *Estado de Língua*, ou seja, uma língua é o que é em seu tempo – não há um estado ideal de língua (ver p.112 do *Curso de Linguística Geral*).

³⁷³ Milner, J-C. (1989). *Introduction à une Science du Langage*. Paris: Editions du Seuil.

localizar o dado linguístico no espaço e no tempo, tal como uma ciência experimental o faz com relativa segurança. Assim, apesar de levantar uma série de problemas, objeções e questionamentos em cujo rigor não poderemos nos deter, o autor propõe que, de maneira geral, “le caractere empirique de la science linguistique est attesté par le fait qu’elle travaille sur des exemples”³⁷⁴. Logo na página anterior, o autor é ainda mais enfático, proclamando que “Le nom spécifique de la donnée observable en linguistique est l’exemple”^{375, 376}.

Mesmo nos sendo útil e interessante captar este funcionamento da linguística, onde o exemplo se vale por ser *construído e repetível*³⁷⁷, cabe lembrarmos que esta última característica apresenta especificidades diferentes de acordo com os propósitos da linguística segundo Milner. Por exemplo, o fator da repetibilidade para este paradigma dispensa precisar o lugar e instante de proferimento de uma sentença, sequer importando quem que a proferiu. Assim sendo, a noção de *enunciação* não vai aqui adquirir uma relevância, por ser ela mesma entendida como o não-repetível que acompanha um enunciado³⁷⁸. Se nestes fatores está compreendida uma necessidade epistemológica própria à linguística – tal como trabalhado por Milner –, através tanto da psicanálise como da filosofia da linguagem ordinária pensamos ser possível o trabalho com o repetível que toque justamente na ordem da enunciação e do proferimento.

Tendo colocado estas diferenças, não negligenciaremos a lição comum: o estatuto do *exemplo* (da epistemologia da linguística) somado ao *exercício imaginativo* (da filosofia da linguagem ordinária) nos ajuda a compreender não só como a realidade discursiva comparece aos falantes e através dos falantes, mas também como ambas permitem indicar, ou enfatizar, a dimensão contextual do sujeito da linguagem³⁷⁹ – afinal, em *Plea for Excuses*, Austin não trabalha com ditos e dizeres quaisquer, ao passo que se utiliza especificamente de exemplos com os quais circunscreve o campo jurídico e moral que compete ao seu objeto, a saber, o da escusa.

³⁷⁴ *Idem*, p. 52.

³⁷⁵ *Idem*, p. 51.

³⁷⁶ Nota de tradução **3**, localizada antes das referências – onde ambas as frases do parágrafo estão traduzidas.

³⁷⁷ *Idem*, ver p. 117.

³⁷⁸ *Idem*, ver p. 110.

³⁷⁹ Lembramos novamente da dupla tradução em línguas como o inglês (*subject*) e francês (*sujet*), tanto por sujeito como por assunto.

Aqui se faz lícito lembrar o neologismo lacaniano sobre a *diz-mansão*³⁸⁰ da verdade na linguagem, agora sob um fôlego renovado. Devido à homofonia, sua outra possibilidade de escrita que resulta em *diz-menção* [*dit-mension*] passa a ser efetivamente utilizada por comentadores e revisores dos seminários lacanianos³⁸¹. Notamos uma certa complementariedade de sentidos entre ambas, no que se refere à espacialidade ou localização de ditos (*mansão*) cujo repertório segue interpelando o sujeito que lhe habita em um funcionamento referencial, alusivo, remetente, citacional (*menção*). Defendemos que pensar a verdade no campo da linguagem em termos de menção é homólogo ao exercício da filosofia da linguagem ordinária em não medir um termo linguístico através de um filosofar excessivo, mas sim tomá-lo ao pé de suas utilizações e efeitos – o que muito parece corresponder às práticas que movimentam uma psicanálise.

Entendemos que Milner recorre à noção de *gramática* para falar dos fundamentos desta mansão-referencial de linguagem, afirmando que a hipótese que esta noção traz é de que nem tudo pode ser dito, ou seja, que em matéria de língua - ou para que um dito tenha efeito de língua - há um conjunto de ditos possível e outro impossível que se recortam mutuamente³⁸². Dito de outro modo, nem tudo cabe sincronicamente no casarão linguageiro mesmo ele contendo infinitos e mutáveis cômodos. Diremos que a filosofia da linguagem ordinária propõe um passeio por uma sala ou outra, por estes possíveis de dizer em seu exercício de dizer.

Através da contribuição específica de Austin poderemos atribuir a esta malha contextual da linguagem sua dimensão de *performatividade*, que, na teoria austiniana, irá se atualizar através dos conceitos de *performativo*, *ilocucionário* e *atos de fala*. Por hora, entenderemos estes todos circunscritos à atividade de se dizer *o que se diz*, ou seja, do sujeito *fazer com* a gramática que dispõe – corroborando o estranho paradoxo de habitar uma construção ao mesmo tempo em que se constrói esta mesma habitação. Prosseguiremos abrindo mais e, se possível, melhor estes caminhos.

Finalmente, agora que conseguimos traçar um mapeamento do panorama no qual Austin se inscreve, passemos à progressão das ideias do filósofo em seu canônico trabalho *How to do Things with Words*.

³⁸⁰ Ver p. 92 deste trabalho.

³⁸¹ Como visto em *Staferla* e em *La Cantera Freudiana*, ao menos nos seminários *Semblant e Encore*.

³⁸² *Idem*, p. 55.

* * *

Antes de tudo, pretendemos fazer presente algumas das operações específicas de nossa leitura em relação ao texto austiniano. Há uma característica inerente a este texto que parece convocar diferentes leituras e caminhos de acordo com cada intento e filiação teórica – assim demonstra Ottoni³⁸³ quando ocupa uma parte expressiva de sua tese para cartografar tensões entre paradigmas de leitura, bem como fazer notar pelo menos dez encaminhamentos diferentes do trabalho de Austin. Assim, reafirmamos não só a singularidade da presente leitura que é a nossa, mas, principalmente, ter em mente desde este princípio *as pontuações que iremos construindo sobre a noção de performatividade* – que também adiantamos ser uma declinação conceitual de ‘performativo’ com o qual o texto austiniano não se ocupa. São elas: a questão do *contexto e com texto da fala*, da *impossibilidade de gramaticalização*, e da *personalidade do proferimento*³⁸⁴.

Mesmo que de maneira breve, no início deste subcapítulo tivemos a oportunidade de introduzir algumas das condições e estrutura mínima de *How to do Things with Words*. Lembramos, então, que se trata da formatação³⁸⁵ de uma dúzia de seminários orais nos quais Austin ocupa-se em elaborar uma teoria da ação na linguagem, introduzindo, assim, conceitos originais como *performativo*, *atos de fala* e *ilocucionário*. Por conta do espírito de constante revisão que o autor emprega ao longo de cada uma de suas conferências, assim justificamos a importância de ter minimamente contextualizado o campo da filosofia analítica e a especificidade da filosofia da linguagem ordinária para que possamos vislumbrar qual motivação sustenta as várias roupagens da performatividade. No sentido de localizarmos um de seus propulsores primeiros, lembramos quando Austin delineia em suas palavras o incômodo com a tradição filosófica à qual referimos acima – incômodo este que passa a ser denominado enquanto *falácia descritiva*:

³⁸³ Ottoni, P. (1990). *John Longshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem Humana*. Tese de doutorado, UNICAMP. (pp. 39-78 e pp. 85-123).

³⁸⁴ Definições presentes na p. 141 deste trabalho.

³⁸⁵ Tal esforço, realizado por Marina Sibsà e James Urmson, também acaba por ajuntar o material de outro curso ministrado de 1952 a 1954 em Oxford, bem como de duas conferências gravadas em 1956 e 1959.

Por mais tempo que o necessário, os filósofos acreditaram que o papel de uma declaração era tão-somente o de “descrever” um estado de coisas, ou declarar um fato, o que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso.³⁸⁶

O autor aqui denuncia a pretensão de neutralidade de certos agrupamentos filosóficos que, com a ajuda de Baz, pudemos antes de tudo entender enquanto refletindo uma disputa epistemológica para arbitrar melhor o sentido desta ou daquela grande palavra, desta ou daquela grande noção teórica. Distanciando-se deste paradigma - e no intuito de demarcar sua intenção filosófica própria -, Austin começa adicionando outros vieses no entendimento de como opera a linguagem, ao entender que outros fatores podem ser considerados justamente quando se supõe que seus elementos são articulados pelo falante também enquanto ação.

Danilo Marcondes³⁸⁷, tradutor e apresentador do livro, sinaliza que Austin se vale de três termos de valores distintos que se encontram dispersos principalmente no primeiro conjunto de suas lições. Cada um destes implica um ponto-de-vista diferente que se pode depreender de uma formação frasal, sendo eles a *sentença* [*sentence*], a *declaração* [*statement*] e o *proferimento* [*utterance*]. Se a *sentença* remete exclusivamente à construção gramatical e semântica de uma frase, a *declaração* corresponde ao uso de uma sentença para afirmar ou negar algo, e, assim, considerar este algo verdadeiro ou falso – esta é uma atitude típica da avaliação lógico-filosófica tradicional de proposições, onde o índice de veracidade da frase é medido pelo que ela designa³⁸⁸.

Diretamente vinculada ao intento da filosofia da linguagem ordinária, a noção de *proferimento* é a que de fato dá o primeiro passo em direção ao estabelecimento da dimensão da performatividade, estando ela caracterizada como a “emissão concreta³⁸⁹ e particular de uma sentença, em um momento determinado, por um falante determinado”³⁹⁰. Além da dimensão do proferimento, à qual seguiremos retornando, Austin presta atenção a outras formações de linguagem que fogem do escopo da declaração e do crivo de verdade que sempre lhe acompanha, a saber, as *perguntas*,

³⁸⁶ Austin, J. L. (1962). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas. (p. 21)

³⁸⁷ Marcondes, D. (1990). Apresentação. In: *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas.

³⁸⁸ Milner, J-C. (1989). *Introduction à une Science du Langage*. Paris: Editions du Seuil. (p. 100)

³⁸⁹ Aqui remetemos à discussão acerca do *concreto*, encaminhada através de Politzer (ver p. 58).

³⁹⁰ Marcondes, D. (1990). Nota de Rodapé. In: *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas. (p. 21).

*exclamações, ordens, concessões, expressões de desejo*³⁹¹. Assim, o autor ressalta e se posiciona contra o mote da filosofia tradicional de inflar a categoria da *declaração*, bem como de nesta considerar propriedades de verificação e veracidade que funcionariam a maneira de uma descrição neutra da realidade.

Neste espírito, Austin se coloca a pensar em um novo binômio: “Nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições, razão pela qual prefiro usar a palavra ‘*constatativa*’”³⁹². Mais ainda, por vislumbrar na categoria da declaração a dimensão do proferimento, ou seja, da presença de um exercício de verdade na linguagem que é sempre contextual, o autor posiciona uma primeira indagação do que será tratado a seguir pelo termo do *performativo*:

Creio que os gramáticos ainda não perceberam tal “disfarce” e os filósofos só muito incidentalmente. Será conveniente, portanto, estudar esse tipo de declaração, inicialmente sob esta forma enganosa, para explicitar suas características, contrastando-as com as declarações factuais que elas imitam.³⁹³

Dito de outra maneira, em toda declaração opera um *semblante de fato*, que agora passa a ser lido enquanto um efeito performativo de autoridade e não como uma propriedade que lhe seja intrínseca. Logo em seguida, Austin passa a recolher alguns exemplos mais cotidianos para melhor embasar sua construção preliminar do performativo e, então, conferir o golpe de misericórdia à estrita noção de linguagem compilada pela atitude declarativa, descritiva. Talvez seu exemplo mais paradigmático é da situação de proferimento no casamento cristão, “*Aceito esta mulher como minha legítima esposa*”, enquanto o outro famoso exemplo é o do capitão que estoura uma garrafa em seu navio, bradando “*Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth*”³⁹⁴.

Entre alguns outros, todos os exemplos servem a Austin para demonstrar um para- além da descrição e do campo de decisão possível entre o verdadeiro ou falso – para- além este que é da ordem da ação. Nesta óptica, não se trata da descrição das cenas de um casamento ou do batismo de um navio, nem de conferir a estas valor de verdade, mas sim

³⁹¹ Austin, J. L. (1962). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas. (p. 21)

³⁹² *Idem*, p. 21, grifo nosso.

³⁹³ *Idem*, p. 23.

³⁹⁴ *Idem*, ver p. 24.

da composição mesma da cena e da realização mesma da ação: exemplos que tratam de *quando dizer é fazer*. Em relação a estas tais operações de fala que desmascaram as declarações e que compreendem em sua fórmula um verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa³⁹⁵, Austin especifica pelo nome de *performativos*. Vale apontar que o *performativo* é um neologismo de Austin cuja etimologia remete ao verbo inglês *to perform*, mas que o próprio autor prefere que a este não se atribua tão prontamente significados preconcebidos, para que a intenção própria ao método da linguagem ordinária também aqui venha à tona³⁹⁶.

Mas então, para casar-se, fazer uma aposta ou legar uma herança basta dizer um punhado de palavras? É nesta vereda que a noção de proferimento empresta ao performativo sua força referente ao contexto e à posição desde que é enunciado. Faz-se necessário que o falante assuma certo posicionamento institucional e discursivamente reconhecido para que a emissão de um performativo tenha efeitos de ato de fala. Austin passa a tratar este assunto primeiramente nos termos da *felicidade* de um performativo, novamente evitando de atribuir verdade para um performativo que é efetivo e falsidade para um performativo que caduca. Aos performativos infelizes, se valendo do exemplo da promessa, o autor consegue ilustrar que “o fato de dizermos que uma promessa é falsa não nos compromete mais seriamente do que falar de um passo em falso”³⁹⁷.

Em sua segunda conferência, de uma forma bastante esquematizada, Austin passa a listar as condições de felicidade de um performativo, momento em que utiliza com frequência a palavra *convencional* e a expressão *convencionalmente aceito* para se referir aos procedimentos de fala que apresentam um *efeito específico* em uma *situação circunscrita* por uma *pessoa determinada* – antes referenciados pelo autor por “circunstâncias adequadas”³⁹⁸. Quando algo neste sentido falha, malogra, falseia ou fica deslocado, ocorre então o contraponto chamado pela *infelicidade* do proferimento performativo:

³⁹⁵ *Idem*, ver p. 24.

³⁹⁶ “Mas o curioso é que, nas propostas austinianas, os dados não constituem um corpus; são elementos constitutivos da sua argumentação, não podendo ser deslocados sozinhos do seu contexto, do mesmo modo que os conceitos produzidos por Austin devem ser analisados no seu contexto.” (Ottoni, 1990, p. 101).

³⁹⁷ *Idem*, p. 28.

³⁹⁸ *Idem*, p. 30.

Em primeiro lugar, embora isto possa nos ter estimulado (ou deixado de estimular) em relação a certos atos que são, no todo ou em parte, “atos de proferir palavras”, parece evidente que a infelicidade é um mal herdado por todos os atos cujo caráter geral é ser ritual ou cerimonial, ou seja, por todos os atos *convencionais*.³⁹⁹

Pensamos que, já nesta etapa de suas lições, o autor esteja agregando com mais enfoque a dimensão institucional-discursiva à passada filosófica da linguagem ordinária. Assim, sendo uma conclusão intencional ou não na teoria austiniana, aqui nos permitimos inferir que os quantos outros enunciados com os quais agimos estão todos eles discursivamente sancionados – não restringindo-se apenas ao matrimônio, às leis de batismo marítimas e à passagem de heranças. Chegaremos lá. Por hora, é importante localizar este ponto de expansão em Austin, quando ele afirma por uma via simples, dentro da questão sobre a (in)felicidade, que pelo próprio fato de o performativo realizar ações, ele estará sujeito “às mesmas deficiências que afetam as ações em geral”⁴⁰⁰.

A título de curiosidade, talvez a questão da felicidade e infelicidade do performativo passasse mais despercebidamente ao psicanalista caso Austin não tivesse timidamente aproximado o mal-entendido e a não-intencionalidade ao rol dos performativos infelizes⁴⁰¹ – ou seja, em princípio sem eficácia enquanto ação. Como o discurso analítico compreenderia isso? Concordaria com a etapa atual do desenvolvimento da performatividade, enquadrando o mal-entendido como um mero desacerto, devido à unilateralidade de um sentido que não pôde ser compartilhado? Ou, através de uma subversão crítica, passaria a entendê-los como uma quebra identitária inevitável das ditas “circunstâncias adequadas”, que alinham *efeito, situação e pessoa*? Ou então o mal-entendido seria um produto inerentemente inconsciente de uma linha discursiva em busca de emergência, logo, outro panorama de ação e efetividade?

Ainda que seja digno de nota que o autor sempre evoque o mal-entendido e a não-intencionalidade para dizer que ainda não os pretende considerar de maneira teórica⁴⁰², deixemos estas questões em aberto por precisarmos ainda melhor apresentar a delimitação austiniana do performativo e dos atos de fala. Assim, por mais rica que seja a minúcia das

³⁹⁹ *Idem*, p. 34.

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 35.

⁴⁰¹ *Idem*, p. 36 e 35, respectivamente ao mal-entendido e à não-intencionalidade.

⁴⁰² *Idem*, p. 43.

contribuições austinianas, não sendo nossa intenção nos demorarmos em cada ponto de cada conferência - apesar destas primeiras terem assim solicitado - passemos de modo mais saltado pelos pontos de maior relevância.

É importante re-situar que, ainda neste primeiro quarto de lições, Austin se ocupa com exclusividade de “um performativo altamente desenvolvido e explícito, o único, aliás, que nos preocupa aqui”⁴⁰³, diz o autor. Contudo, logo na terceira conferência inicia a se perguntar pelos limites desta definição, ao pensar se a expressão “*Estarei lá!*” seria ou não uma promessa – tema que mais tarde desemboca na bifurcação entre performativos explícitos e implícitos⁴⁰⁴. Na quarta conferência, é a oposição entre constativo e performativo que começa a vacilar no que o autor traça um paralelismo entre os casos de insinceridade em um performativo (“*Prometo que te devolverei este objeto*”) e de descrença em um constativo (“*O governo está indo a mil maravilhas*”):

“Prometo, mas não devo fazer o que prometo” é semelhante à “é e não é”. Dizer “Prometo” sem realizar o ato prometido, é semelhante a dizer simultaneamente “é” e “não é”.⁴⁰⁵

Na quinta conferência, Austin já está se perguntando se realmente existe uma forma precisa para distinguir os constativos dos performativos, e que a fórmula dos verbos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa não dá conta de enunciados performativos em que o modo (*primeira pessoa; voz ativa*) e o tempo (*presente do indicativo*) discordam com tal enquadramento – por exemplo, uma frase impessoal como “*Adverte-se que a ponte está quebrada*” ou imperativa como “*Faça o dever de casa!*”. Deparando-se com tais formações performativas pouco ortodoxas segundo sua própria teoria, o autor se vê obrigado a decidir que estas características iniciais “falham como critérios absolutos”⁴⁰⁶. Naturalmente, esta vacilação do performativo reincide sobre a firme distinção posta entre este e a sentença de cunho constativo.

⁴⁰³ *Idem*, p. 30.

⁴⁰⁴ *Idem*, p. 66 e 77.

⁴⁰⁵ *Idem*, p. 56.

⁴⁰⁶ *Idem*, p. 60.

Neste sentido, o mais interessante da indistinção entre ambas as categorias talvez nem esteja em como se dá a gradualidade de tal processo - pela qual acabamos de registrar alguns passos -, mas sim a perspectiva de virulência que a dimensão performativa carrega. Dito em outras palavras, o que rasura as bordas entre os constatativos e os performativos é a influência e presença deste último, e não uma alimentação biunívoca entre os conceitos – sendo esta *prevalência*⁴⁰⁷ uma das maiores contribuições e inovações austinianas. Assim afirmamos, por mais que em alguns momentos a evolução argumentativa de Austin tente equivaler mutualmente a influência das duas categorias⁴⁰⁸.

Prova disto, aparecendo mais ao final desta quinta conferência, está na indicação a respeito da possibilidade de expandir cada sentença para nela conferir sua dimensão performativa. Nesta seara, Austin não só coloca em jogo a explicitação de um performativo implícito (“*Faça isto!*” que devém “*Eu ordeno que faça isto!*”), mas, mais importante, retorna a trabalhar sobre a noção de proferimento. Para o autor, este resgate implica em poder ser feito um tipo de rastreamento da *personalidade* em cada sentença. Neste sentido, em termos de uma expressão oral ele denomina este traço de personalidade por *origem* do proferimento, enquanto na escrita ele vai chamar por *assinatura*.⁴⁰⁹

A título de precisão, relembremos aqui a queixa austiniana inicial que o leva a supor a dimensão do proferimento e nomear a falácia descritiva, a saber, a intenção de puxar o tapete do filósofo que declara seus enunciados à maneira de fatos incontestáveis. Por esta razão mesma que Austin formula uma concepção de ato de fala que expusesse esta personalidade antes implícita, mas indubitavelmente atuante (“*Eu, filósofo, declaro que a verdade é um valor transcendental*”). Assim, sendo uma parte constituinte da dimensão performativa da linguagem, quando se realiza este rastreio da *personalidade do proferimento*, o “eu” que está realizando a ação entra assim, essencialmente na cena⁴¹⁰. Encontramos aí um ponto que muito nos interessa, de acordo com nosso intento de seguir pesquisando a respeito do *eu* e da *identidade*, e que voltaremos a abrir em seguida

⁴⁰⁷ Aqui igualmente pensamos na escansão *pré-valência*, no sentido de o fator da performatividade ser constituinte do valor e uso das sentenças, e, portanto, logicamente anterior.

⁴⁰⁸ “Sentir-nos-íamos muito mais inclinados a dizer que a advertência foi falsa, ou melhor, equivocada, como pode ocorrer com uma declaração. Portanto, as considerações de felicidade e infelicidade podem infectar as declarações (ou algumas delas) e as considerações de falsidade e verdade podem infectar performativos (ou alguns deles).” (Austin, 1962, p.59).

⁴⁰⁹ *Idem*, p. 62.

⁴¹⁰ *Ibidem*.

juntamente a algumas das noções de Benveniste a respeito da *personalidade* e da *subjetividade na linguagem*.

Em nossa leitura, então, o que ao mesmo tempo unifica e revela a prevalência do performativo é a personalidade do proferimento. Podemos igualmente conceber neste fator o que faz com que Austin acabe por nunca encontrar um critério gramatical definitivo que separe um constativo de um performativo - nem nesta nem em suas próximas lições. Justamente por vislumbrar esta impossibilidade, em sua oitava conferência o autor decide “recuar por um instante às questões fundamentais”⁴¹¹ e repensar o que alicerça o *fazer* com o *dizer*. Assim, correspondendo mais ou menos ao último terço de suas lições, o próximo grande evento teórico que depreendemos em *How to do Things with Words* é o trabalho de significação do trio de atos de fala *locucionários*, *ilocucionários* e *perlocucionários*. Seguiremos nesta exposição.

Em relação ao primeiro, os *atos locucionários*, Austin declara que seu interesse em esclarecer suas características consiste principalmente em distingui-lo mesmo dos outros dois, com os quais pretende se debruçar com mais acuidade⁴¹². Para tanto, ele o desmembra em três outras subpartes, que compreendem o ato *fonético*, a emissão de ruídos específicos, *fático*, o dizer as palavras em uma ordem gramaticalmente concordante, e *rétrico*, a articulação destes vocábulos em um esquema de sentido e referência. A saber, nenhum destes atos vão reportar uma novidade no grande esquema do pensamento filosófico - além de serem elencados enquanto atos -, antes, pelo contrário, eles consistem na ilustração austiniana do patamar de pensamento que a inspiração e método da linguagem ordinária pretendeu superar. É com esta intenção que o autor introduz os *atos ilocucionários*, que absorve neste momento a totalidade dos desenvolvimentos do proferimento e do performativo:

Pode-se dizer que por demasiado tempo os filósofos negligenciaram este estudo, tratando todos os problemas como problemas de “uso locucionários”, e também que a “falácia descritiva” mencionada na Primeira Conferência geralmente surge do erro de confundir um problema do primeiro tipo com um problema do segundo. É bem verdade que estamos agora superando tal confusão: há alguns anos começamos a perceber cada vez com mais clareza que a ocasião de um proferimento tem enorme importância, e que as palavras

⁴¹¹ *Idem*, p.85.

⁴¹² *Idem*, ver p. 85.

utilizadas têm de ser até certo ponto “explicadas” pelo “contexto” em que devem estar ou em que foram realmente faladas numa troca linguística.⁴¹³

Nesta introdução, o ilocucionário se distingue tanto no que corresponde a um ato realizado *ao* dizer, e não simplesmente um ato *de* dizer, como também que é referenciado por *força* e *convenção*, e não propriamente por significado, sentido e referência – trabalharemos melhor estas características. Em suma, o ilocucionário difere o *dizer* do *dito*. Por último, os *atos perlocucionários* referem a uma categoria curiosa que até então não havia sido considerada que não pela via tímida do mal-entendido, da não-correspondência e da não-intencionalidade. Ainda que os englobe, o perlocucionário não se encontra restrito a este plano específico de hiências. A partir desta categoria Austin pretendeu pensar na produção, intencional ou não, das consequências de um dizer sobre sentimentos, pensamentos e ações dos falantes entre si e entre si mesmos⁴¹⁴ – configurando assim o ato que ocorre *por* dizer.

Para demonstrarmos a conjugação de todos estes elementos de um modo mais esquemático, nos valem dos exemplos localizados ainda na oitava conferência:

- (a) Locução – “*Você não pode fazer isso*”;
- (b) Ilocução – Ele protestou contra meu ato;
- (c) Perlocução – Ele me conteve, me irritou, me fez ver a realidade etc.⁴¹⁵

Apesar do elemento inextrincável entre os atos, é notável a distância entre os dois últimos, na medida em que um ato qualificado por estar conformado a uma convenção linguístico-intersubjetiva⁴¹⁶ (*protestar*; *argumentar*) não pode garantir total previsão de suas, por vezes, múltiplas decorrências (*conter e irritar*; *convencer e subjugar*).

Mesmo neste novo programa conceitual, Austin não deixa de ser Austin⁴¹⁷. Ou seja, o autor segue tentando delimitar ainda melhor estas categorias, experimentando os limites de suas fórmulas e o quanto cada uma destas assume o que seria inicialmente

⁴¹³ *Idem*, p. 89.

⁴¹⁴ *Idem*, ver p. 89.

⁴¹⁵ *Idem*, ver p. 90.

⁴¹⁶ “O ato ilocucionários e até mesmo o ato locucionários podem estar ligados a convenções. Consideremos o caso de render homenagem. É homenagem porque é convencional e é prestada apenas porque é convencional. Compare-se a diferença que há entre dar um pontapé numa parede e dar um pontapé numa bola para fazer um gol.” (Austin, 1962, p.93).

⁴¹⁷ $A = A$.

exclusivo da outra – lhe colocando o trabalho de sugerir novos enquadres e afrouxar os que até então vigiam. É este o esforço que se apresenta em ambas as conferências subsequentes (nona e décima), onde objetiva distinguir os atos ilocucionários dos perlocucionários. Em um primeiro momento, o que se apresenta mais satisfatoriamente enquanto fator diferencial é a oposição entre *consequência e efeito*:

Até agora argumentei que podemos ter esperança de isolar o ato ilocucionário do ato perlocucionário, na medida em que este produz consequências e o outro não é, em si mesmo, uma “consequência” do ato locucionário. Agora, contudo, devo assinalar que o ato ilocucionário, distintamente do ato perlocucionário, está relacionado com a produção de efeitos em certos sentidos.⁴¹⁸

Enquanto a consequência, *porque se diz algo* ou *por dizer algo*, representa a parte de um cálculo que não pode ser totalmente antecipada - e que supomos aludir a um resto inteligível e sistematizável apenas *a posteriori* -, já o efeito *ao dizer algo* têm força e convenção porque opera ao citar uma menção de linguagem mais ou menos codificada, participe de um discurso mais ou menos sancionado. Dentro desta grade de definições, a ilocução é um ato que fundamentalmente pode ser localizado. Mais ainda, por conta de referenciar um lugar em que tal ou qual sentença está circunstanciada podemos inclusive correlacioná-la diretamente à dimensão performativa do proferimento e igualmente ao que daremos maior continuidade a respeito da concepção de enunciação – que tanto encontramos em Benveniste como, posteriormente, em Lacan.

É importante colocarmos às claras o que eventualmente vai causar certo incômodo a quem entra em contato com tais definições austiniananas, a saber, a questão da *convenção* – sendo este um significante carregado de sentidos não tão potencializantes. Logo no início de sua décima conferência, o autor marca com todas as letras que os atos “ilocucionários são atos convencionais: atos perlocucionários *não* são atos convencionais”⁴¹⁹; ainda que ao final da nona conferência declara ser “difícil dizer onde começam e onde terminam as convenções”⁴²⁰. Neste quadro, ressaltamos, antes de tudo, que não basta hierarquizarmos tais categorias através de um certo afã que aclama

⁴¹⁸ *Idem*, p. 99.

⁴¹⁹ *Idem*, p. 103.

⁴²⁰ *Idem*, p. 101.

prontamente o inesperado e o incalculável, na medida em que a noção de *convenção* alude mesmo à força de um enunciado em articulação à repetibilidade das condições de sua enunciação⁴²¹. Indo além, é preciso ressaltar que, nos terrenos epistemológicos e identitários, falar em *convenções* é diferente de falar em *determinações* – o que parece deslocar a retórica, e mesmo a relevância, de delimitar caso o discurso é determinante parcial ou completo da realidade que compõe.

Neste sentido, ao longo da leitura de *How to do Things with Words*, percebemos ser cada vez mais preciso delimitar o ilocucionário pelas noções de *força* e *convenção* e não por uma fórmula estrita, na medida em que o próprio autor acaba tanto por desconstruir à tentativa de criar grupos verbais que identifiquem esta ou outra categoria⁴²² como também parece fazer enfraquecer os limites das próprias fórmulas ilocucionária, “*ao dizer x estava fazendo y*”, e perlocucionária, “*por dizer x fiz y*”, – afirmando que ambas se comutam, se flecham e não se respeitam. O que acaba, então, permanecendo enquanto operadores possíveis para o trio de atos para além de qualquer fórmula é o *significado* do ato locucionário, a *força* do ato ilocucionário e as *consequências* do ato perlocucionário⁴²³.

Encaminhando-nos para o final desta leitura, em sua penúltima conferência, Austin faz retroagir sobre a oposição inicial performativo-constatativo o que pôde recolher até então, assim retomando a totalidade das noções com as quais havia operado. Em se tratando deste par e da retomada de suas questões iniciais, o autor trabalha mais especificamente a diferença entre ambos a respeito da impossibilidade de atribuição de verdade ou mentira às sentenças performativas – fator que desde o princípio fora colocado enquanto um divisor fundamental do par de categorias. Neste espírito, prossegue:

Uma vez que percebemos que o que temos que examinar *não* é a sentença, mas o ato de emitir um proferimento numa situação linguística, não se torna difícil ver que declarar é realizar um ato. Além do mais, se compararmos o declarar com o que dissemos a respeito do ato ilocucionário vemos que é um ato que, exatamente como ocorre com outros atos ilocucionários, exige de maneira essencial que “asseguemos sua apreensão”.⁴²⁴

⁴²¹ Tendo isso por si só muita relevância, tal como situamos acima (p. 123 deste trabalho).

⁴²² O verbo “*tentar*” é um dos vários exemplos que funcionam tanto para a ilocução como para a perlocução.

⁴²³ Poderíamos arriscar relacionar este trio respectivamente ao Imaginário, Simbólico e Real?

⁴²⁴ *Idem*, p. 115.

A ideia de *apreensão* não só trata da necessidade de um proferimento ou sentença performativa dever ser recebida e reconhecida pelo outro enquanto ato, mas gera junto a isso uma crítica ao esquema verdade-mentira que está bastante ligada ao que viemos ressaltando pela *força* e *convenção* – e que, curiosamente, faz com que possamos ensaiar um conjunto de ideias valiosas para que voltemos a vivificar em nossa pesquisa a questão da identidade.

Em nossa opinião o autor assim permite de duas formas, fazendo com que, sob o risco de exaurir o leitor, nos permitamos citá-lo outras duas vezes:

Determinar se um elogio ou uma censura são merecidos é completamente diferente de determinar se são oportunos. Cabe fazer a mesma distinção com respeito aos conselhos. *Há uma diferença entre dizer que um conselho é bom ou mau e dizer que é oportuno ou inoportuno*, mesmo que a oportunidade do conselho seja mais importante para a qualificação como bom do que a da censura o é para sua qualificação como merecida.⁴²⁵

Suponhamos que confrontamos “A França é hexagonal” com os fatos, nesse caso, com a França, suponho. Esta declaração é verdadeira ou falsa? Bem, se assim o desejarmos, é verdadeira em certa medida. É claro que se pode entender o que se quer dizer com a afirmação de que é verdadeira para certos fins e propósitos. *Talvez seja suficiente para um general, mas não o será para um cartógrafo.*⁴²⁶

Assim, não somente por sua proximidade textual ambas as citações tocam em um ponto similar, a saber, a constituição de certas figuras circunstanciadas tanto à própria possibilidade do proferimento como a sua força de efetivação. Retirando a importância de uma ordem qualquer de valoração ou quantificação, o primeiro exemplo nos permite pensar que as convenções determinam qual figura é oportuna encarnar em dado momento específico. Dito de outra forma, *aquele que pode opinar* é neste sentido análogo *àquele que pode casar outros* – o que difere este último é seu aporte institucional que o nomeia enquanto *padre*. O segundo exemplo é mais frontal ao deixar claro que diferentes esquemas de verdade e de mentira, diferentes níveis de coerência e diferentes tipos de

⁴²⁵ *Idem*, p. 117, grifo nosso.

⁴²⁶ *Ibidem*, grifo nosso.

efeito estão conformadas a certos semblantes – *padres que podem casar outrem, capitães que podem batizar seus navios, generais que cartografam, cartógrafos que generalizam.*

Explorando esta direção, percebemos que a dimensão do proferimento por vezes se mescla a estes personagens nem sempre nomeados, que operam a maneira de convocar, se não uma figuração, um tipo de personalidade que bem podemos localizar a um performativo determinado. Longe de constituírem características psicológicas, a personalidade performativa funciona a maneira do semblante, da máscara e do personagem. Longe de reportarem a essência de um indivíduo, a personalidade performativa para o sujeito é uma forma repetível e hiante – de um lado específica e de outro inespecífica. A personalidade nestes termos é tão convencional quanto um dizer é iterável – e com isso podemos tanto captar a parcialidade da identificação linguageira psicanalítica, bem como a menção ao eu politzerianamente não-psicológico que só apresenta cabimento em uma estrutura narrativa. De modo a enriquecer esta última noção do filósofo Politzer, percebemos junto a Austin que uma *narrativa* não deve e nem mesmo pode encerrar um estatuto constatativo, mas sim constitui-se enquanto ficção ativamente construída e reiterada através de determinados jogos de posições e personalidades que o sujeito ocupa.

Tendo chegado ao final das conferências, não seria demais afirmarmos novamente que este percorrido corresponde a um entendimento possível da obra, que, por sua vez, corresponde a um conjunto específico de questões – basta nos reportarmos ao empreendimento dos parágrafos acima tocante à questão da identidade. Ou seja, diante de um trabalho rico, complexo e volátil, a tentativa de até então foi de realizar *uma* leitura, mas que ao mesmo tempo pudesse alçar o decorrer da pesquisa em bases firmes. Dito isso, diante de tal emaranhado pensamos ainda se fazer necessário aclarar a noção de performatividade que depreendemos em Austin. E aqui reforçamos que enquanto o autor elabora durante suas conferências e outros trabalhos o conceito de *performativo*, não há registro de uma visada conceitual para a inflexão *performatividade* que aqui nos valem.

Para explorar melhor esta questão, façamos então um pequeno desvio. Não é só a partir de *How to do Things with Words* que Austin trabalha o performativo, tendo o conceito sua origem em *Other Minds*, de 1946, algum desenvolvimento em *Sense and Sensibilia*, um copilado também publicado postumamente em 1962, e finalmente em *Performatif-Constatif*, um de seus últimos trabalhos, apresentado em 1958 – entre

algumas outras aparições. Destas coordenadas nos informa Paulo Ottoni⁴²⁷, em cuja tese se ocupa não somente de historiografar a evolução do conceito de *performativo* e das várias disputas que este participa entre os teóricos da filosofia e da linguística, mas também é onde se propõe a desenvolver a partir do performativo o que toma por uma dimensão geral e intrínseca da linguagem – que nomeia enquanto “visão performativa”⁴²⁸. De igual forma, para esta dimensão geral da linguagem o autor refere pela noção de *performatividade*.

Em meio a variedade de entradas possíveis na obra de Austin - que Ottoni bem pontua originar leituras cujo foco e decorrências são diversos⁴²⁹ -, o autor é enfático ao decidir qual será o texto que lhe prestará maior prevalência dentro deste panorama, escolhendo assim a conferência *Performatif-Constatif*. Ottoni embasa sua escolha ao lembrar que não há momento algum nesta apresentação onde é referenciado tanto o *ato ilocucionário* como as outras duas categorias que o acompanham. De fato, neste texto Austin se ocupa exclusivamente com o par performativo-constatativo, mesmo já tendo proferido as conferências de *How to do Things with Words*⁴³⁰.

Ottoni segue justificando seu enfoque, ao colocar que mesmo

sem o aparecimento deste novo conceito, que vem acompanhado de dois outros atos, o locucionário e o perlocucionário, Austin demonstra sua habilidade e argumenta pela performatividade da linguagem humana, enquanto que no *How to do Things with Words*, após a introdução destes três tipos de ato, ele, no final do livro, caminha em direção contrária à do início, ao propor então uma listagem de cinco classes gerais de verbos ilocucionários, classificação geral que nem a ele satisfaz.⁴³¹

⁴²⁷ Ottoni, P. (1990). *John Longshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem Humana*. Tese de doutorado, UNICAMP. (ver p. 23).

⁴²⁸ Componente do subtítulo de sua tese.

⁴²⁹ “Como pode uma reflexão sobre a linguagem ser tão abrangente? Como puderam as propostas austinianas ser utilizadas pela “linguística gerativa” como querem Sadock, Lakoff e Ross e, do mesmo modo, ser tão próximas de uma teoria psicanalítica, como quer Felman? Ou ainda, como foram utilizadas pela filosofia, com Searle, possibilitando uma análise “lógica” da linguagem humana, e com Souza Filho, possibilitando uma abordagem “ideológica” da sociedade? Como pôde Ducrot legitimar sua noção de pressuposição partindo do ato ilocucionário? Qual é o “ato de fala” subjacente às discussões específicas sobre a enunciação feitas por Foucault e Sibsà? Como as reflexões de Austin geraram as posições “críticas” de Récanati, Finlay e Levinson?” (Ottoni, 1990, p. 122).

⁴³⁰ *Idem*, p. 25.

⁴³¹ *Idem*, p. 26.

Se concordamos com o autor de que o final das conferências não soa convincente, não fazendo jus à riqueza de indagações e aberturas austinianas, não concordamos com a escolha privilegiada de um texto cuja menção às três categorias finais é inexistente – por ao menos dois motivos. O primeiro, sendo este de natureza político-epistemológica, é o motivo de acompanhar a intensa conversação que propõe trabalhar e retrabalhar a teoria dos atos de fala e que vai se utilizar da totalidade dos termos apresentados em *How to do Things with Words*⁴³². O segundo é um fator interno à teoria, no sentido de que Austin só vai propor o trio de atos de fala quando o par performativo-constatativo exaure suas possibilidades de representar uma divisa suficientemente consistente da linguagem – sendo nesta paisagem que todos os elementos da tripartição, até mesmo o *locucionário*, vão corresponder enfim à categoria de atos.

Inclusive, pensamos que esta última colocação conferida através do ilocucionário se alinha à hipótese central proposta em Ottoni, a saber, de que a performatividade, antes de constituir fenômenos isolados de fala, é inextricável e constituinte da linguagem. Assim, se Austin nunca abandonou uma busca por fórmulas e formalizações, e isso naturalmente reaparece no trio que segue o locucionário, notemos que neste percurso ele acaba por justamente sustentar algo de outra ordem – de modo a infinitizar o alcance do performativo ao ponto da performatividade se tornar uma característica intrínseca à linguagem e à realidade e operação discursiva.

Eis a diferença entre o *performativo*, que junto aos *atos de fala* e o *ilocucionário* representam conceitos ainda circunscritos a tentativas de formalização empírica, ao mesmo tempo que desenvolvidos para tocar em pontos distintos de uma mesma dimensão, e a *performatividade*, como esta dimensão mesma da linguagem que é depreendida do total e alcance dos conceitos. Indo a este encontro, Ottoni sustenta que, inicialmente,

há uma maneira específica de encarar o relacionamento dos conceitos de “ato de fala”, “performativo” e “ilocucionário”, já que Austin não fez uma análise global e nem um desdobramento sistematizado destes três conceitos. Em seguida, a relação destes conceitos pode dar conta de uma “doutrina geral” de que fala Austin, mas partindo de “uma visão performativa da linguagem humana”.⁴³³

⁴³² Mesmo Ottoni tendo elencado *Performatif-Constatif* ele é obrigado a cada vez mais dialogar com a noção de ilocucionário, principalmente quando se dedicado aos comentadores de Austin.

⁴³³ *Idem*, p. 123.

Concluindo e levando em conta o caminho necessário em Austin para se chegar à noção de *performatividade*, que esperamos ter bem apresentado, seguimos apostando no emaranhado conceitual presente nas conferências com as quais viemos trabalhando. Passemos, então, ao recolhimento das propriedades da performatividade que pensamos sumarizar a potência do conceito, bem como ressaltar seu interesse na presente pesquisa:

- a) *Contexto e com texto da fala*: é o que viemos tratando desde a exposição dos propósitos e da mudança de paradigma que trouxe a filosofia da linguagem ordinária, trabalhando as manifestações da linguagem em seus conjuntos e respectivas utilizações. Nisto está compreendido o que Austin valoriza a título de conclusão, em sua última conferência de *How to do Things with Words*, através da expressão “ato de fala total na situação de fala total”⁴³⁴. Entendemos que tal construção refere que a dimensão de ato da linguagem se dá pelo estabelecimento de um contexto cuja força e convenção se localiza nas malhas de um discurso específico – dimensão⁴³⁵ esta que desbanca a possibilidade de operar com esquemas tradicionais de verdade e falsidade, verdades ocultas ou verdades mais verdadeiras que outras.

- b) *Impossibilidade de gramaticalização*: a performatividade não é passível de ser estritamente conformada ou garantida em seus efeitos através de uma fórmula gramático-sintática, nem mediante a presença de um elemento de um grupo linguístico selecionado (*verbos imperativos*, p.ex.). Trabalhamos isso ao longo das múltiplas tentativas austinianas de formalização dos conceitos de performativo e do trio de atos que o filósofo apresenta ao final de suas conferências, e concluímos que nestas tentativas o que acabou por prevalecer foi a virulência da noção de *performatividade*.

- c) *Pessoalidade do proferimento*: em suas condições de efetivação a dimensão da performatividade supõe o exercício da fala conferido a certos semblantes, nomeados institucionalmente ou não – remetendo, então, a uma posição enunciativa não

⁴³⁴ Austin, J. L. (1962). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas. (p. 121)

⁴³⁵ Aqui lembramos as escansões *dit-mansion* e *dit-mension* (pp. 94 e 124 deste trabalho).

especificada de antemão no discurso social, ainda que passível de repetição. Compreendemos poder obter por este caminho teórico uma interessante via de apreender criticamente a noção de identidade, que, por sua vez, entrará não só em concordância com as indagações anteriores desta pesquisa (*identificação, eu-narrativo, consistência, semblante* etc.), mas também funcionará como uma certa estenografia especificadora destas mesmas questões.

Ainda neste subcapítulo, tendo explicitado tal série conceitual de peso pretendemos dar maior continuidade a este último ponto (*c*). Assim o faremos através do estudo de alguns trabalhos do linguista Benveniste, tanto o que dialoga mais frontalmente com a teoria austiniana referente à *performatividade* como os que levantam conceitos pertinentes à noção de *pessoalidade*. A intenção não é refazer nossa leitura de Austin a partir de um segundo autor, até porque a julgamos pertinente o suficiente para que com ela possamos prosseguir, mas sim expandir pontos específicos e desenvolver noções que mais tarde ajudarão tanto a fazer ponte com a psicanálise lacaniana como com conceitos anteriormente trabalhados.

b. O Linguista

Nosso interesse por Émile Benveniste, renomado linguista sírio-francês, não se limita somente ao escopo de seu comentário sobre o performativo – circunscrito por apenas um de seus inúmeros artigos que compõem os *Problemas de linguística geral*, sob o título claramente endereçado de *A filosofia analítica e a linguagem*⁴³⁶. Assim pretendemos adiantar, mesmo porque o argumento nuclear da leitura que Benveniste empreende acerca do performativo não se afina suficientemente bem ao que viemos construindo sob a alcunha da performatividade. Quanto a isso, faremos um exame mais detido já em seguida. Porém, visto por outro lado – e sendo este um lado de grande envergadura –, as densas conceituações que o autor emprega quanto a *subjetividade, eu, locutor, sujeito, discurso, enunciação*, dentre outros termos que se correlacionam à noção de *pessoa*, serão todas de alta estima para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

⁴³⁶ Benveniste, E. (2006/1963). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes.

Portanto, de modo a quanto antes passarmos ao trabalho com esta última terminologia supracitada, que compreende um dos três momentos de organização e concatenação conceitual em Benveniste⁴³⁷, optamos por primeiro nos reportar às divergências do autor em relação ao posicionamento austiniano. Primeiramente, é fundamental apontar a coincidência de que no mesmo ano em que Austin proferia em Royaumont seu trabalho dedicado exclusivamente ao performativo, a conferência *Performatif-Constatif*, Benveniste publicava o artigo *Da subjetividade na linguagem*⁴³⁸ – no qual propõe um tipo de sentença bastante aproximado à formatação inicial do performativo austiniano, sem ter tido notícias do trabalho precedente do filósofo.

Apesar de não propor uma fórmula frasal completa, o linguista vai separar grupos de verbos que remetem à personalidade e outros que não, sugerindo que esta dicotomia se sustenta pela oposição entre fazer uma *descrição* e realizar um *ato*: “Igualmente *je suppose, je presume* estão muito longe de *je pose, je résume*. Em *je suppose, je presume*, há uma atitude indicada, não uma operação descrita”⁴³⁹. Outra aproximação na proposição dos autores se dá na dimensão do pacto intersubjetivo e social que tais categorias verbais conferem ao ato proferido individualmente (*jurar, prometer*)⁴⁴⁰. Já aqui, Benveniste ressalta como o lastro de reconhecimento de um performativo é garantido pela via de uma *autoridade*⁴⁴¹ – o que virá a argumentar de modo mais exemplificado e contundente no texto seguinte intitulado *A filosofia analítica e a linguagem*.

No entanto, mais importante que o devido verbo ou a autoridade que faz lastro, a ênfase benvenistiana fica colocada sob a presença necessária da primeira pessoa pronominal, *eu*, por essencialmente entendê-la enquanto *o* indicador formal de subjetividade⁴⁴². Para embasar esta necessidade o autor irá se reportar à oposição entre a *pessoa* e a *não pessoa* do verbo – primeira e terceira pessoa –, que remetem ao

⁴³⁷ Flores, V. (2013). *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola. (ver p. 25)

⁴³⁸ Benveniste, E. (2005/1958). Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes.

⁴³⁹ *Idem*, p. 291.

⁴⁴⁰ *Idem*, p. 292.

⁴⁴¹ Remetemos o argumento da autoridade ao texto canônico de Lévi-Strauss (1976), sobre a eficácia simbólica, que nos parece lá indicar um *proto-performativo* quando sustenta que é apenas a figura do *xamã* capaz de efetivar o ritual.

⁴⁴² *Idem*, ver p. 291.

desenvolvimento de alguns de seus textos anteriores tais como *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946) e *A natureza dos pronomes* (1956). Assim, na medida em que argumenta que a sentença referida pela terceira pessoa *ele* não expressa subjetividade (*ele jura*), é por oposição que a sentença referida pela primeira pessoa *eu* a expressa (*eu juro*). Ou seja, enquanto referir pela terceira pessoa é da ordem da descrição, referir pela primeira pessoa indica subjetividade, constrange e compromete este *eu* ao pacto da frase.

Sabemos estar adiantando e passando demasiado rapidamente pela série textual e conceitual benvenistiana, contudo lembramos que tanto a veremos mais detidamente em breve como este primeiro fôlego parte de um exercício inicial de diálogo entre os autores Austin e Benveniste. Mais ainda, com isso pretendemos apontar que, em suas proposições, o linguista concorda com as primeiras conferências do filósofo, no que respeita à presença necessária de certas características formais em uma sentença para que se possa operar uma ação desde a linguagem. Desta forma, Benveniste discorda veementemente de Austin a partir do momento em que faz vacilar mais e mais as prerrogativas formais do performativo – sendo disso que trata o texto *A filosofia analítica e a linguagem* (1963).

Neste texto de 1963, um ano após a publicação de *How to do things with words*, Benveniste inicia declarando apreensão em relação ao trabalho filosófico com os problemas da linguagem, o que justifica pontuando que a linguística antes se ocupa de características formais do que de qualificações metafísicas⁴⁴³. Como que pisando cautelosamente, em seguida o autor faz referência direta e aparentemente honrosa a trechos citados que mostram uma forma diferente de se trabalhar filosofia e linguagem. Mesmo sem denominá-lo enquanto tal, as citações compreendem um dos manifestos pela filosofia da linguagem ordinária – escrito pelo filósofo James Urmson⁴⁴⁴. Ato contínuo, Benveniste diz reconhecer em Austin a figura mais proeminente deste movimento⁴⁴⁵, não perdendo tempo em propor confrontar sua visão a respeito do *performativo* com as do filósofo.

Como havíamos observado, Benveniste não concorda com o abandono da distinção entre o performativo e o constativo, na medida em que isto se opera desde o

⁴⁴³ Benveniste, E. (2005/1963). A Filosofia analítica e a linguagem. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes. (p. 294)

⁴⁴⁴ Um dos editores das conferências austinianas, junto à Marina Sbisà, e desenvolvedor da teoria dos atos de fala

⁴⁴⁵ *Idem*, p. 296.

abandono da distinção formal em se tratando da performatividade na linguagem. Sua argumentação é sustentada por duas partes: 1) pela presença necessária de um verbo declarativo-jussivo na primeira pessoa do presente somado a um *dictum*, ou seja, de um dizer que não expresse só um *factum*⁴⁴⁶; e 2) pelo sancionamento necessário concedido por uma *autoridade*. Nenhuma destas duas indicações é imediatamente desarticulada do diálogo que propomos, sendo ambas passíveis de serem metabolizadas à teoria da performatividade de acordo com algumas modulações. Começemos diretamente pela última (2) – ponto em que o autor se pega precisando fazer vacilar sua proposta formal:

Em compensação, é preciso reconhecer como autênticos e admitir como performativos os enunciados que o são de maneira inaparente, porque só implicitamente são atribuídos à autoridade habilitada para produzi-los. São esses que estão em uso hoje no formulário oficial: “O Sr. X. é nomeado ministro plenipotenciário – A cátedra de botânica é declarada vaga”. Não comportam verbo declarativo [*je décrète que...*] e se reduzem ao *dictum*, mas este é publicado numa relação oficial, com a assinatura do representante da autoridade, e às vezes acompanhada do inciso *par la présente*. Ou ainda o pronunciamento do *dictum* é referido impessoalmente, na terceira pessoa: “Fica decidido que... – O Presidente da República decreta que...”. A mudança consiste de uma simples transposição. *O enunciado na terceira pessoa pode, sempre, ser reconvertido em uma primeira pessoa e retomar a sua forma típica.*^{447 448}

Da mesma forma que na evolução argumentativa de Austin, é interessante notar como a coexistência das duas necessidades do performativo, *formalização* e *autoridade*, as quais acabam por se flecharem mutuamente – e, novamente similar ao passo austiniano, Benveniste é obrigado a recorrer ao argumento da *reversibilidade*, que facilmente se liga ao implícito linguageiro que versa sobre a *personalidade* dos performativos. Ao longo de sua argumentação, é de várias outras formas que Benveniste faz relaxar o formalismo do performativo⁴⁴⁹. Contudo, é um texto no qual o autor insiste em sempre retornar àquela primeira distinção há muito abandonada por Austin. É partindo desta intenção que o linguista prossegue, ao tratar da potência presidencial:

⁴⁴⁶ *Idem*, p. 300.

⁴⁴⁷ Parágrafo ligeiramente modificado para o melhor entendimento do leitor do português.

⁴⁴⁸ *Idem*, pp. 300-301, grifo nosso.

⁴⁴⁹ *Idem*, ver pp.301-302.

Uma reunião de caráter oficial só pode começar quando o presidente declara *a sessão está aberta*. A assistência sabe que ele é presidente. Isso o dispensa de dizer – *Declaro que a sessão está aberta* – o que seria a regra. Assim, na boca da mesma personagem, *a sessão está aberta* é um ato, ao passo que *a janela está aberta* é uma comprovação. Essa é a diferença entre um enunciado performativo e um enunciado constativo.⁴⁵⁰

Aqui, atravessados por outros pontos de vista, em especial o da filosofia da linguagem ordinária e o método investigativo psicanalítico, permitimo-nos a pergunta: *por que o presidente diria que uma janela está aberta?* Certamente, incitando a que seus assessores vedassem o recinto em sua totalidade. Mas seria só um caso presidencial de frio, ou estaria o chefe de estado temeroso de ser espionado? Poderia também o conjunto de palavras aparentemente banais, “*a janela está aberta*”, representar uma mensagem oculta, cifrada seletivamente para um indivíduo especial que ali lhe acompanha? Em se tratando do presidente, abre-se um leque de possibilidades de ação na linguagem convencionadas sob sua personagem.

Assim, que a existência do performativo esteja condicionada a um “ato de autoridade”, qualificadas enquanto “enunciações proferidas por aqueles a quem pertence o direito de enunciá-los”⁴⁵¹, é um apontamento valioso que precisa ser redimensionado – tanto no que se refere à autoridade em si como à própria escala de seus efeitos. O lastro⁴⁵² de uma autoridade é concedido não somente através de documentos estatais ou acadêmicos, e tampouco fica restrito aos decretos presidenciais, mas, sim, segue agindo na totalidade discursiva que não corresponde unicamente à oficialidade e às instituições sociologicamente constatáveis. Por exemplo, um amigo é prescrito ser uma *autoridade* em matéria de poder aconselhar ou de poder prestar auxílio – observação que traz novamente a temática da *convenção* e de seu reconhecimento:

Qualquer um pode gritar em praça pública: decreto a mobilização geral. Não podendo ser ato por falta da autoridade requerida, uma afirmação dessas não é mais que palavra; reduz-se a um clamor inane, criancice ou demência. Um enunciado performativo que não é ato não existe. Só tem existência como ato de autoridade. Ora, os atos de autoridade são, em

⁴⁵⁰ *Idem*, p. 302.

⁴⁵¹ *Idem*, p. 301.

⁴⁵² A título de significação: *lastro*, na linguagem da economia, é a garantia implícita de um ativo.

primeiro lugar e sempre, enunciações proferidas por aqueles a quem pertence o direito de enunciá-los.⁴⁵³

Como antes trabalhado, sustentamos que a convenção é o garante da iterabilidade performativa, ou seja, ao mesmo tempo é menção, repetição, e igualmente condição para que algo incalculável através (*per*) desta tenha lugar. Por este entendimento tendemos a querer repensar quando Benveniste⁴⁵⁴ e todo um recorte do colóquio teórico da psicanálise compreende a dimensão do ato enquanto operação absolutamente singular, única e acontecimental. Aqui, essa dimensão devém *diz-menção*, ou *mansão do dito*, indicando uma cama de convenções por onde resta o ato – ainda que por vezes cama ortopédica, por vezes cama elástica.

Retornemos então à primeira indicação benvenistiana (1) a propósito do performativo, a saber, a necessidade formal pela qual se verifica, dentre algumas outras indicações, a presença linguística da *primeira pessoa verbal* – um fator forte que leva o linguista a afirmar que não verifica “razão para abandonar a distinção entre performativo e constativo”, “dentro das condições estritas de emprego que a autorizam”⁴⁵⁵. Primeiramente, confrontamos tal questão formal com as explorações de Austin, que não cessou de tentar escrever uma formalização possível para o performativo e seguiu falhando nesta empreitada. Posteriormente, podemos lembrar das acentuações politzerianas, e perguntarmos como conciliar esta necessidade a partir da análise psicanalítica de um relato de sonho, o qual bem sabemos conter uma implicação subjetiva com aquilo que é, pasme, *descrito*.

De modo a terminarmos esta seção, evocamos aqui as três características que construímos para a *performatividade* a partir da leitura de Austin, a saber, *contexto e com texto da fala*, *impossibilidade de gramaticalização* e *peçoalidade do proferimento*. Feito este percurso de diálogo entre os autores, verificamos que, se o primeiro princípio parece contemplado no comentário do linguista, o segundo princípio aparece dissonante da sua leitura – acabamos de nos posicionar acima sobre ambas as relações. Porém, é

⁴⁵³ *Idem*, pp. 301-302.

⁴⁵⁴ “O enunciado performativo, sendo um ato, tem a propriedade de ser *único*. Só pode ser efetuado em circunstâncias particulares, uma vez e só uma, numa data e num lugar definidos. [...] Por ser um ato individual e histórico, um enunciado performativo não pode repetir-se.” (p. 302)

⁴⁵⁵ *Idem*, p. 305.

especialmente o nosso terceiro princípio que mostraremos poder conversar bastante com o que Benveniste apresenta em seu estudo sobre a *subjetividade*. Assim, é por este caminho no qual o linguista não só nos brinda com pontuações das mais interessantes, mas dá curso a uma série conceitual cuja pertinência extrapola qualquer tipo de intento estritamente formal que possa reaparecer em sua arguição.

* * *

Começamos, então, com uma das arenas privilegiadas pelo linguista em sua investigação referente à subjetividade na linguagem, reconhecidamente a *categoria de pessoa* em diálogo com a proposta de uma reavaliação da *classificação dos pronomes*. Esta discussão aparece já no primeiro conjunto de textos de Benveniste, mas segue sendo referenciada na totalidade de sua obra⁴⁵⁶. Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*⁴⁵⁷ (1946), o primeiro da série, o autor lembra a separação clássica provinda da gramática grega, em que se verifica a distinção de três pessoas no singular, no plural e, dependendo da língua, no dual, “na qual as formas verbais flexionadas constituem *personae*, ‘figurações’ sob as quais se realiza a ação verbal”⁴⁵⁸ – prestemos atenção a esse último apontamento.

Ressaltamos aqui a etimologia de *persona*: através de onde (*per*) o som sai (*sona*). Igualmente, é de interesse evocarmos que posterior e genealogicamente a palavra *persona* desenvolverá a noção de *máscara* – a qual se encontra bastante próxima à temática das identidades, de seu funcionamento e distanciamentos⁴⁵⁹. Mais ainda, com Benveniste podemos concluir que *pessoa*, *persona* e *máscara* – esse rol de “figurações” –, são elementos linguisticamente conjugados às ações verbais. De pronto, notamos o quanto este atestado dá um corpo linguístico ao que viemos trabalhando extensamente sob a alcunha do conceito laciano de *semblante*, sugerindo uma trança conceitual que pensamos justificar nosso projeto de reintegração da questão da identidade como construtiva ao campo da psicanálise. Sigamos um pouco mais com as *pessoas* de

⁴⁵⁶ Flores, V. (2013). *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola. (p. 87).

⁴⁵⁷ Benveniste, E. (2005/1946). *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes.

⁴⁵⁸ *Idem*, p. 247.

⁴⁵⁹ Krinski, S. S., Madeira, M., & Moschen, S. (2018). As máscaras e a estrutura mítica: verdade ficcional e hiância subjetiva. *Revista Subjetividades*, 18(2), 68-79.

Benveniste, fazendo as vezes de lembrar do funcionamento da máscara cada vez que a *personalidade* vier à luz de nossa discussão.

De modo a investigar sobre a subjetividade, o linguista propõe a necessidade de reverificar os fundamentos da oposição entre as três pessoas pronominais⁴⁶⁰. Assim, o autor postula que há um vínculo de personalidade estabelecido entre os pronomes referentes à primeira e à segunda pessoa. Contrariamente, a terceira pessoa se encontra fora de tal esquema em que há uma especificação “eu-tu”⁴⁶¹ – na medida em que o primeiro convoca o segundo numa relação de presença, mas apenas refere o terceiro numa relação de ausência. Dito de outra forma, enquanto a primeira pessoa “*eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’”⁴⁶², a segunda pessoa *tu* é designada a partir do *eu* que propõe uma situação enunciativa, situação pela qual o *tu*, e não o *ele*, encontra-se propriamente implicado⁴⁶³. Notamos que essa vinculação não traduz um molde intersubjetivo da ordem de uma comunicação empírica, fechada e circular, mas antes sugere a existência de um efeito de subjetividade irradiado estruturalmente pela primeira pessoa *eu*. Citamos a explicação e as retificações benvenistianas:

Não se deve, portanto, representar a “terceira pessoa” como uma pessoa apta a despersonalizar-se. Não há aférese da pessoa, mas exatamente a não-pessoa, que possui como marca a ausência do que qualifica especificamente o “eu” e o “tu”. Pelo fato de não implicar nenhuma pessoa, pode tomar qualquer sujeito ou não comportar nenhum, e esse sujeito, expresso ou não, nunca é proposto como “pessoa”. Esse sujeito só faz acrescentar *em aposição* uma precisão julgada necessária para a inteligência do conteúdo, não para a determinação da forma.⁴⁶⁴

Dissecaremos com calma este parágrafo, que bem reflete a densidade característica da escrita de Benveniste – o faremos sob o plano de fundo de nossa leitura,

⁴⁶⁰ Benveniste, E. (2005/1946). Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes. (ver p. 248)

⁴⁶¹ *Idem*, p. 250.

⁴⁶² *Ibidem*.

⁴⁶³ Para dar corpo à sua proposta, Benveniste traz exemplos de várias línguas onde a terceira pessoa opera tal qual (p. ex. *semítico, turco, georgiano, caucásico, esquimó* etc.).

⁴⁶⁴ *Idem*, 253.

interessada em alargar a noção de *pessoalidade do proferimento*. Em um primeiro momento, delimitamos que o caso da terceira pessoa não diz de um fenômeno de inconsistência psicológica (*despersonalização*), tampouco indica uma ausência ou retirada da pessoalidade implicada em uma sentença (*aférese*) – para assim sustentar, o linguista convoca o termo *não-pessoa*, que pretende dizer sobre a exclusão da terceira pessoa diante da correlação de subjetividade⁴⁶⁵ que se verifica nas duas primeiras. Quando Benveniste fala em *sujeito* ele o faz nos termos linguísticos, como no exemplo da terceira pessoa implícita na sentença “*Hoje chove!*”, que fica evidenciada na língua francesa na tradução por “*Il pleut aujourd’hui*”. Apesar de tal tipo de enunciado não localizar propriamente uma *pessoalidade*, ou, também nos termos benvenistianos, uma *subjetividade*, ainda assim, devemos tentar pensar como conciliar tal prerrogativa com um exercício imaginativo de quando um analisante fala da chuva, por exemplo. Para tanto, obtemos uma primeira indicação a partir da oposição ilustrada ao final da citação referida, entre *inteligência do conteúdo* e *determinação da forma*, ou seja, há um sujeito linguístico que ainda não se encontra implicado à pessoa.

A pessoa nada mais é do que uma posição discursivamente delimitada e sustentada e, por isso, ela se assemelha a uma *forma determinada*, ou à uma *figuração*. Ao lembrarmos da *falácia descritiva* austiniana, sabemos implícito o filósofo que ali fala, e, mais ainda, que esta posição enunciativa é transversal a toda e qualquer produção sua, por conta da operação de um semblante determinado. Há sempre uma pessoalidade em jogo, mesmo quando fora da ordem da intenção e da consciência. Assim, quando o analisante fala da chuva, o analista performativamente advertido bem entende que, mesmo tendo ele feito chover dentro do consultório, cabe ao trabalho em transferência interpretar se isso diz de ‘sua’ pessoa, ou não. Sobre isso, podemos adiantar algumas indicações que pretendemos estressar a partir de nossa leitura em Lacan, sobre a noção de *posição* e de *sujeito*:

Mas, quando, chamo aquele com quem falo pelo nome, seja este qual for, que lhe dou, intimo a função subjetiva que ele retomará para me responder, mesmo que seja para repudiá-la.

A partir daí, surge a função decisiva de minha própria resposta, e que não é apenas, como se diz, a de ser aceita pelo sujeito como aprovação ou rejeição de seu discurso, mas

⁴⁶⁵ Idem, ver p. 255.

realmente a de reconhecê-lo ou aboli-lo como sujeito. É essa a *responsabilidade* do analista, toda vez que ele intervém pela fala.⁴⁶⁶

Por hora, sigamos na trilha que arma Benveniste em relação à temática da *subjetividade* e da *categoria de pessoa*. Entre o texto pelo qual passamos e o texto seguinte, intitulado *A natureza dos pronomes*⁴⁶⁷, não haveria apenas dez anos de diferença, mas, sim, uma ampliação do debate da subjetividade em direção à *realidade do discurso*⁴⁶⁸. Logo em seu início, o linguista anuncia a expressão conceitual chamada por “instâncias do discurso”⁴⁶⁹, caracterizada por atos “pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor”⁴⁷⁰. Novamente, muito da discussão em torno dessa proposição é conduzida através de uma análise do comportamento linguístico-discursivo da primeira pessoa *eu*. Diferentemente de entender o *eu* enquanto *Eu*, ou seja, enquanto instância de síntese psicológica tão criticada por Politzer, Benveniste não o compreende como constitutivo de uma classe de referência estável, funcional ou objetivamente definível, antes pelo contrário. Diante do linguista, o *eu* “só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí”⁴⁷¹ – ou, então, tomando emprestado os termos que trabalhamos a partir da *personalidade*, o *eu* só pode ser *localizável caso inserido no discurso que lhe confere concretude*⁴⁷².

Nesse sentido, a consideração da realidade do discurso leva Benveniste a propor a existência linguística do *eu* radicalmente circunscrita pelo ato mesmo de seu proferimento. A título de demonstração, o linguista evoca um conjunto de palavras, cuja referência apenas funciona se incluída em um regime contemporâneo às instâncias de

⁴⁶⁶ Lacan, J. (1966[1953]/1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 301)

⁴⁶⁷ Benveniste, E. (2005/1956). A natureza dos pronomes. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes.

⁴⁶⁸ Flores, V. (2013). *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola. (ver p. 93).

⁴⁶⁹ Benveniste, E. (2005/1956). A natureza dos pronomes. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes. (p. 277)

⁴⁷⁰ *Ibidem*.

⁴⁷¹ *Idem*, pp. 278-279.

⁴⁷² Ver a discussão em Politzer – capítulo 2, ponto b.

discurso que indicam a pessoa: *hoje, amanhã, aqui, agora*⁴⁷³. Ou ainda, por exemplo, ‘*aqui e agora eu leio esta dissertação*’.

Isso parece marcar ainda mais o terreno pelo qual o performativo mostra sua pertinência em relação àquele que fala e ao terreno da identidade, a saber, delimitar o *eu* a partir das decorrências e repetições narrativamente constituídas. Igualmente, é em tal sentido que podemos ajuntar com melhor precisão o caráter *sui-referencial* do performativo que aparece no texto sobre *A filosofia analítica*⁴⁷⁴, no sentido mesmo de que o universo proposto pela performatividade se resolve e referencia o próprio discurso que faz parte – ora, pensamos ser com esse intento que Lacan marcadamente afirma que em psicanálise o discurso é tudo aquilo que realiza e funda as realidades que lhe são respectivas⁴⁷⁵, tendo também por consequência a não existência de uma realidade final que refere todas as outras, ou seja, também em termos lacanianos, *que não há metalinguagem*.

Neste momento, poderemos agregar mais da constelação conceitual benvenistiana será proveitoso. A noção de *locutor*, por exemplo, interessa por indicar o indivíduo definível pela construção linguística da qual se serve no ato mesmo de se enunciar, na medida em que se atualiza através das instâncias de discurso⁴⁷⁶. Por sua vez, a noção de *instância de discurso* remete aos atos de fala performativamente constituídos pelos quais o locutor atualiza a língua para si. Assim, a condição de *locutor* é o que logicamente possibilita que este venha a se propor como sujeito em seu processo de apropriação da língua – operação que só é efetivada, em Benveniste, através da subjetividade fundamentada pela categoria de pessoa. Novamente, lembramos que a subjetividade se irradia pela primeira pessoa *eu*, transversal à enunciação, sendo justamente isso que aqui nos autorizamos a chamar por *pessoalidade*. Como o *eu* acaba por atualizar-se indefinidamente diante dos devires performativos do discurso, há uma polimorfia inerente e potencial aos modos de se propor sujeito na língua – estando aí uma forma de apreender

⁴⁷³ “Esses signos vazios são, na verdade, os instrumentos da *conversão da linguagem em discurso*. São, enfim, signos autorreferenciais, que referem o seu próprio uso. Tais signos estão submetidos à condição da pessoa.” (Flores, p. 95)

⁴⁷⁴ Benveniste, E. (2005/1963). *A Filosofia analítica e a linguagem*. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes. (p. 302)

⁴⁷⁵ Lacan, J. (1972-73/1985). *O seminário. Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

⁴⁷⁶ Flores, V. (2013). *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola. (ver p. 124)

criticamente a noção de identidade. Sustentamos ser nessa capacidade de efetivação de si na linguagem que o campo psicanalítico lacanianamente inspirado vem a se fazer operar.

A partir do parágrafo acima percebemos que no compêndio conceitual que compõe a linguística benvenistiana, compreendendo *locutor*, *sujeito*, *instância de discurso*, *eu* e *categoria de pessoa*, verificamos todos esses elementos trançados de modo a significarem-se mutuamente – de tal maneira que deixaremos o leitor apropriar-se deste fator não só por sua conta mesma, mas também pela pena do próprio autor:

É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como “sujeito”. Assim, o emprego tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra. [...] É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira. O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo. Quando indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção linguística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor.⁴⁷⁷

Um par de anos depois de *A natureza dos pronomes*, Benveniste publica o texto canônico *Da subjetividade na linguagem*⁴⁷⁸, que constitui uma retomada e um adensamento da rede conceitual supracitada – principalmente a partir das noções de *eu* e de *subjetividade*. Há todo um conjunto de proposições que valeriam agregar ao nosso esforço. Por exemplo, de largada podemos começar pinçando quando o linguista cogita se o *eu*, por não possuir uma dêixis em um objeto fixado no mundo, acabaria então por referir a um indivíduo em particular⁴⁷⁹. Logicamente, ao mesmo tempo em que revela algo da natureza do *eu*, isso seria um absurdo, na medida em que todos os falantes se servem da mesma partícula linguística para colocar em marcha uma performatividade de si. Desse modo, mesmo estando o *eu* da personalidade desvinculado do indivíduo enquanto

⁴⁷⁷ Benveniste, E. (2005/1956). A natureza dos pronomes. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes. (pp. 280-281)

⁴⁷⁸ Benveniste, E. (2005/1958). Da Subjetividade na linguagem. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes.

⁴⁷⁹ *Idem*, p. 288.

mônada narcísica, é na singularidade do ato de discurso no qual é pronunciado em que ele referencia a operação de enunciação em que o locutor se propõe sujeito.

É no exercício performativo da língua que algo da subjetividade toma consistência – remetendo ao princípio da performatividade da linguagem. Assim sendo, diz o linguista que a “língua está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*”⁴⁸⁰. E aqui dimensionamos um fator importante que pensamos tratar das especificidades da operatória psicanalítica lacaniana, a saber, do estabelecimento do *sujeito* enquanto uma decorrência⁴⁸¹, enquanto efeito retroativamente suposto de que *no dito houve um dizer*. Dessa forma, entre a ação que corresponde ao *locutor* e a definição do *sujeito* há uma passagem que aparece condicionada por uma posição de enunciação – sendo essa última denotada por Benveniste de subjetividade e que aqui tratamos pela noção de *pessoalidade*. Igualmente, com estes apontamentos a respeito da tripartição *locutor*, *sujeito* e *pessoa*, notamos que seria inconsistente e apriorístico localizar o sujeito na origem *do que se diz*. A título de esquematização, permitimo-nos compor uma grade ainda incipiente em que o *locutor* é contingente, o *sujeito* é proposto e a *pessoa* é necessária.

Assim, a incumbência desse *eu*, que há tanto insistimos em tentar diferir das várias correntes que tendem a desconsiderá-lo, e que a teoria benvenistiana da enunciação resgata sob a função de apropriação da língua pelo locutor, não deve ser entendido por um *pronome*, uma *instância psíquica*, uma *síntese psicológica* ou mesmo um mero *resquício etológico* – como às vezes o quer Lacan. Tendo em vista todo um conjunto conceitual linguístico – em especial a ideia de *instâncias de discurso* que também aparece através dos autores na discussão do *dêixico*⁴⁸² –, o *eu* “deve ser interpretado como uma marca linguística – entre muitas outras que se poderia ter – da categoria de pessoa que mostra a passagem de locutor a sujeito”⁴⁸³. Em *Subversão do sujeito e dialética do desejo*, Lacan também reconhece esse outro estatuto para o *eu* quando pensado mais proximamente ao seu papel e inserção no discurso. O autor assim o faz trazendo termos

⁴⁸⁰ *Ibidem*.

⁴⁸¹ Flores, V. (2013). *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola. (ver p. 99)

⁴⁸² Dunker, C. I. L. (2018). *Discurso e Semblante*. São Paulo: nVersos.

⁴⁸³ Flores, V. (2013). *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola. (ver p. 100)

benvenistianamente inspirados, tal como a oposição *sujeito do enunciado* e *sujeito da enunciação*, e o termo jakobsoniano *shifter*⁴⁸⁴:

Podemos tentar aqui, numa preocupação de método, partir da definição estritamente linguística do [eu] como significante: onde ele não é nada além do *shifter* ou indicativo que, no sujeito do enunciado, designa o sujeito enquanto ele fala naquele momento.

O que quer dizer que designa o sujeito da enunciação, mas não o significa. É o que se evidencia pelo fato de que todo significante do sujeito da enunciação pode faltar no enunciado, além de haver os que diferem do [eu], e não apenas no que é insuficientemente chamado de casos da primeira pessoa do singular, se lhe acrescentarmos seu alojamento na invocação plural e até no *Si* da auto-sugestão.⁴⁸⁵

Notavelmente, indicando que uma leitura não linguístico-formalista deve operar no próprio exercício da escuta psicanalítica, Lacan ressalta que a presença das *instâncias de discurso* não ocorre somente através da partícula linguística da primeira pessoa pronominal, mas, antes, é verificada em um jogo contingencial de *ausência* e *delimitação* da marca-sujeito que se dobra à singularidade de uma transferência. Isto tudo representa um movimento que acaba por alçar este *eu* que tanto vislumbramos a um estatuto conceitual, no sentido de que o *eu*, e por extensão a própria identidade que dele pretendemos recolher, é um contorno localizável pela fala que convencionou os modos de enunciação de um sujeito. Prestando honras à teoria austiniana, fazemos as vezes de relembrar que uma *convenção* não é estritamente uma *determinação*, e que este primeiro termo recolhe uma complexidade que seguirá sendo desdobrada.

Agora, tendo levantado uma série conceitual importante proveniente da linguística benvenistiana, passemos à última interlocução deste capítulo dedicada aos desenvolvimentos da performatividade conforme a filósofa Judith Butler. Mostraremos como a autora confere ao conceito de *performatividade* várias outras camadas de complexidade, não só devido aos debates e enriquecimentos provindos de alguns de seus interlocutores mais ilustres – tais como Louis Althusser e Jacques Derrida, Pierre

⁴⁸⁴ Conceito de Jakobson, que muitas vezes é convencionado ao campo linguístico benvenistiano por conta de explicitações e inferências do próprio Lacan.

⁴⁸⁵ Lacan, J. (1966[1960]/1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo. In: *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 814)

Bourdieu –, mas também por alçar tal conceito ao terreno das políticas contemporâneas sempre em referência e articulação às condições de emergência do sujeito.

c. A Filósofa

O posicionamento de Judith Butler em relação à questão da identidade está longe de ser uma nota de rodapé em se tratando de suas maiores realizações e proposições teóricas, incluindo sua atualização do conceito de *performatividade*. Vale ressaltar que seu trabalho de maior circulação e referência – pelo menos considerando a demografia brasileira e o que o leitor psicanalista geralmente procura acessar –, o ilustre *Problemas de gênero*⁴⁸⁶, apresenta a temática não só em seu subtítulo *feminismo e subversão da identidade*, mas também inaugura todo um futuro conjunto de posicionamentos através da problematização da *mulher* enquanto uma categoria identitária não tensiva.

De acordo com a autora, pensar tanto o *feminino* como a *mulher* em termos cuja antecipação e fixidez é garantida por um discurso naturalizante não é exclusivo a certos entendimentos provindos das ciências médico-biológicas ou mesmo da moral e dos bons costumes, mas constitui um risco que o próprio feminismo não cessa de poder incorrer. Bem podemos ler o primeiro capítulo inteiro desta obra seminal como compondo uma historiografia crítica dos resvalos teóricos essencialistas ou que recorrem a uma argumentativa do inefável e do pré-discursivo realizadas por algumas das principais expoentes do feminismo, dentre os quais destacam-se Luce Irigaray, Simone de Beauvoir e Monique Wittig – posteriormente é Michel Foucault quem se torna um dos alvos privilegiados da filósofa⁴⁸⁷.

Já em um trabalho posterior, cujo irônico título de *Merely Cultural*⁴⁸⁸ reverbera com o espírito desta dissertação⁴⁸⁹, Butler discute a quebra de unidade dos movimentos de esquerda no contexto da atribuição de importância a suas pautas. A autora se propõe a

⁴⁸⁶ Butler, J. (1990). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

⁴⁸⁷ *Idem*, páginas 31, 35, 47 e 165 respectivas aos autores acima citados.

⁴⁸⁸ Butler, J. (1997). *Merely Cultural*. Social Text, vol. 15, n. 3-4, p. 265-277.

⁴⁸⁹ É interessante notar o quanto a desvalorização da noção de *cultural* é estruturalmente análoga à desvalorização do *imaginário*, no plano de debates psicanalítico (ver 2.c), e da *identidade*, em um plano mais geral – na medida mesma em que muitas das ideias pertencentes aos movimentos intelectuais das últimas décadas passam a ser pejorativamente taxadas enquanto ‘*políticas identitárias*’.

identificar e discutir com um pensamento alinhado a certa ortodoxia marxista que elenca o modo econômico em vigência na posição de único e verdadeiro foco de luta política – acabando por acusar as teorias interseccionais de *gênero* e de *raça*, por exemplo, a dividir os intentos da esquerda em séquitos identitários⁴⁹⁰. Por sua vez, a filósofa não reage apontando as disputas de gênero neste pedestal, mas implica que os fatores que determinam as figurações na vida social são inextricáveis uns aos outros. Para tanto, a autora sugere o dispositivo *família* como um exemplo pertinente que evidencia a transversalidade operante entre a maquinaria capitalista burguesa e as relações de gênero⁴⁹¹, e, aqui, também lembramos o marco levistraussiano que entende a troca de mulheres enquanto fundante de todo um *establishment* de pactos entre as tribos no qual *gênero* e *economia* estão escancaradamente conjuntos.

No primeiro caso, em relação a uma suposta identidade *mulher* considerada final ou ideal, Butler sublinha os riscos de exclusão e de falso apaziguamento que esta traria aos intentos feministas. Já no segundo, em relação a uma identidade em causa para as políticas intelectuais de *esquerda*, Butler aponta a ocorrência de seu infeliz enfraquecimento diante da insistência argumentativa em dizer que há um afastamento divisório daqueles que se ocupam com ‘o que realmente interessa’ e aqueles que pensam ‘meras coisas culturais’. Podemos perceber que a filósofa toma caminhos aparentemente inversos na tratativa de ambas as temáticas no que sugere uma atitude suspeita para com a consistência da primeira e uma lástima reconciliatória para com a consistência da segunda, porém, à maneira de um quiasma, há uma articulação fundamental entre elas – e que muito revela de sua postura teórica em relação ao seu entendimento da noção de *performatividade*.

Butler não desconsidera como de alta importância a existência de coalizações, mas demonstra as mazelas decorrentes tanto de uma leitura idealista quanto de uma separatista que procuram ditar qual é a boa forma que a identidade de um coletivo deve assumir. Quando a filósofa critica estes dois tipos de antecipação, ela também acaba por dirigir um comentário à impossibilidade de completude e de ausência total de conflitos e contradições quando considerada a nomeação e sustentação de um *topos* politicamente localizado – seja no exemplo do *feminismo*, seja no exemplo da *esquerda*. Dentro desse

⁴⁹⁰ *Idem*, p.34.

⁴⁹¹ *Idem*, p.40.

impasse, podemos desde já ler na tratativa butleriana das coalizões a interação entre a *performatividade* e a questão da *identidade*:

A hipótese de sua incompletude essencial permite à categoria servir permanentemente como espaço disponível para os significados contestados. A incompletude por definição dessa categoria poderá, assim, vir a servir como um ideal normativo, livre de qualquer força coercitiva.⁴⁹²

Assim, há uma balança permanente entre construções e desconstruções em relação às identidades que somente se justifica, do ponto de vista teórico, dentro de um paradigma que propõe pensar a dimensão performativa da linguagem. Não se trata de conservar as identidades em uma forma acabada, supondo que a *diferença* esteja naquilo que lhe é exterior – o que, invariavelmente, leva à constituição de facções⁴⁹³ pelas quais uma busca fortificar-se à custa da minoração das outras –, mas, antes, de localizar a problemática da diferença no seio constitutivo da identidade mesma, tal como apresenta o ensino saussuriano quanto ao valor dos elementos que só é conferido por sua inserção em um sistema de oposições. Ou seja, negando um tipo de paradigma ontológico, não existem primeiro as identidades e depois a constatação das diferenças entre elas.

Toda nomeação é passível de ser problematizada, reconquistada e reconfigurada de acordo com o exercício político-linguístico que dela se faz, ou seja, em analisando criticamente *como se diz o que se diz*. Tal operatória é uma das tônicas do pensamento da autora, sendo o diálogo que ela sustenta com as teorias da linguagem o ponto que pretendemos mais destacadamente pinçar de seus textos. Ora, igualmente não seria essa a condição de possibilidade e aposta de uma psicanálise? Indo ao encontro desta trança que se dá entre *identidade, performatividade e linguagem*, a autora formula a seguinte conclusão de que “isso significa que as identidades podem ganhar vida e se dissolver dependendo das *práticas concretas que as constituam*”⁴⁹⁴ ⁴⁹⁵ - na medida em que

⁴⁹² Butler, J. (1990). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (p. 40)

⁴⁹³ Butler, J. (1997). *Merely Cultural*. Social Text, vol. 15, n. 3-4, p. 265-277. (p.37)

⁴⁹⁴ Butler, J. (1990). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (p. 41, grifo nosso)

⁴⁹⁵ Por hora, lembramos que para Lacan esta prática é nada menos que a própria *fala*, o ‘discurso concreto’ que aparece referenciado em *Instância da Letra* (1957).

lembramos serem tais práticas distantes de um voluntarismo qualquer, mas, sim, estando relegadas ao exercício *com* e *no* discurso, *com* e *na* linguagem.

* * *

Nos debates contemporâneos, tendo reconhecido a difusão e popularização do conceito de *performatividade* que se deu através da primeira parte da obra butleriana, imaginamos haver uma expectativa de referenciá-la ou pelo menos notar sua presença implícita quando a *performatividade* é convocada as tais discussões. Em *Problemas de gênero*, este conceito tem a função de ser o motor e combustível de um projeto ontológico que não só reconfigura as dicotomias que as teorias de gênero sempre tentaram dar conta (*mulher e homem, sexo e gênero, natureza e cultura* etc.), mas que se apresenta propositivo ao atribuir para as convenções de gênero uma consistência para sempre em revisão, em reforço, em conserto – e, por isso, passíveis de serem deslocadas. Ou seja, é importante fazer notar que a visão butleriana concebe como sendo um só e mesmíssimo mecanismo o responsável tanto por seguir obrando reiteradamente as várias convenções da heterossexualidade compulsória, como também por possibilitar a eclosão de novas configurações da sexualidade conforme o rearranjar subversivo dos esquemas de coerência entre *sexo, gênero e desejo*.

Ainda a partir de sua teoria sobre o gênero, colocamos ressaltada uma das torsões que a autora confere ao que é próprio à composição das identidades de maneira geral: o gênero não é algo que se *é*, mas algo que se *faz*, ou ainda, que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade *é performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”⁴⁹⁶. Já em outro momento deste trabalho⁴⁹⁷, nos dedicamos a revisar alguns pontos fundamentais das proposições da filósofa de modo a conversar com o conceito de *semblante* em Lacan e com toda uma querela que envolvia o registro do *Imaginário*. Naturalmente, não sendo do nosso foco reconstruir a teoria butleriana sobre o gênero, prosseguiremos recolhendo o que irá persistir na totalidade de seu pensamento sobre os efeitos performativos da linguagem – esforço que encontraremos notável em *Excitable speech*⁴⁹⁸.

⁴⁹⁶ *Idem*, p. 56, grifo da autora

⁴⁹⁷ Ver ponto **3.b**

⁴⁹⁸ Butler, J. (1997). *Excitable speech*. New York: Routledge.

Começamos apontando certo pré-conceito estabelecido quanto à autora no que se supõe que ela somente escreve e responde às teorias de gênero, fator que se alia à tímida circulação de outras de suas obras no Brasil para além de *Problemas de gênero*. Porém, apesar da autora desde esta obra seminal sempre se colocar em diálogo com uma teoria da linguagem mais ou menos explícita, quando pensa no funcionamento e nos efeitos da *performatividade*, é curioso termos que constatar a ausência de menções que apontam o berço austiniano do conceito ou a quaisquer outras referências linguísticas já nesse momento. Já em seu livro seguinte, *Bodies that matter*⁴⁹⁹, esse problema é maciçamente contornado não apenas quando a autora cita e discute diretamente com o texto de Austin, mas também no que ela apresenta outros teóricos cuja leitura e apropriação conceitual lhe conferiu sua montagem singular em relação ao conceito de *performatividade*. São eles Louis Althusser e Jacques Derrida os quais, respectivamente, emprestaram à leitura de Butler os conceitos de *interpelação* e *citacionalidade*.

Antes de tudo, é importante demarcar a congruência etimológica – de *citare*⁵⁰⁰ – que as palavras apresentam entre si, remetendo aos sentidos de *chamar, convocar, intimar oficialmente, pôr em movimento* e, como que em uma condensação significativa das duas, *incitar*. O fato de ambos os conceitos participarem de uma mesma zona semântica atesta a coesão da releitura de Butler acerca da *performatividade*. Outra prova dessa coesão é que a filósofa segue trabalhando esta articulação em pelo menos três de suas obras, sendo elas *Bodies that matter* (1993), *Excitable speech* (1997) e *Psychic life of power* (1997) – optamos por fazer da segunda o nosso recorte. Enquanto a primeira se ocupa de responder a uma série de críticas dirigidas ao *Problemas de gênero* (1990) sobre a *materialidade* e o *corpo*, a terceira é carregada de uma ampla discussão sobre o *poder*, a *norma* e o *psiquismo* com os quais não poderíamos dar conta na extensão pretendida deste trabalho. Faremos, então, um percurso mínimo com a *interpelação* e a *citacionalidade*, tendo em estrita vista a maneira como Butler deles se valeu. É nesse intento que esperamos justificar todo e qualquer tipo de violência realizada com os respectivos textos pela medida inevitável de *tradução* em relação a suas bases conceituais.

Na rua, caminha um indivíduo que escuta dizer o policial: ‘*Ei! Você!*’. O primeiro se volta à vociferação, momento em que, por “esta simples conversão física de 180 graus,

⁴⁹⁹ Butler, J. (1993). *Bodies that matter*. New York: Routledge.

⁵⁰⁰ Salih, S. (2002). *Judith Butler e a teoria queer*. São Paulo: Autêntica. (ver pp.126-7)

torna-se *sujeito*”⁵⁰¹ – está desenhada a cena matriz da operação interpelativa. Butler localiza, por mais distintos que sejam os espaços, a estrutura dessa interação no cenário de nascimento onde o médico profere a famosa designação de sexo e de gênero: ‘*É um menino! É uma menina!*’”. Althusser sugere que na fala interpelativa há uma *conversão* do *indivíduo* para o *sujeito* cuja temporalidade é paradoxal, afinal, em função da transversalidade dos discursos – que o autor refere no jargão neomarxista por *aparelhos ideológicos* –, “os indivíduos são sempre-já sujeitos”⁵⁰². Igualmente, não é difícil de conceber o poder interpelativo da linguagem em várias das indicações teóricas da psicanálise que se convencionaram chamar por ‘*constituição do sujeito*’, tais como as nomeações fixadas pelo desejo do Outro e pela cartografia pulsional, responsáveis por recortar a libra de carne humana através de significantes que situam as *identificações* – ‘tem os olhos da *mãe*’, ‘tem o gingado do *Elvis Presley*’, ‘bate como um *boxeador*’.

Se lemos no marxismo estrutural a passagem coercitiva do *indivíduo* que se vira *sujeito*, o que podemos dizer do que antes recolhemos em Benveniste quanto à passagem apropriativa do *locutor* que se propõe *sujeito*? Falamos aqui do mesmo *sujeito*, ou teremos que nos recolher às dificuldades de imiçção entre duas regiões teóricas distintas? Quanto a isso, apontamos de largada que se o produto parece o mesmo, o ponto de partida é diferente. De um lado temos o locutor, *aquele quem fala*, e de outro o indivíduo, que na teoria althusseriana é tanto *aquele quem conduz-se desta ou daquela maneira*⁵⁰³, como *aquele quem é recrutado pela ideologia*⁵⁰⁴ – ambas são uma só e mesma coisa:

Se crê em Deus, vai à Igreja para assistir à Missa, ajoelha-se, reza, confessa-se, faz penitência (antigamente esta era material no sentido corrente do termo) e naturalmente arrepende-se, e continua, *etc.* Se crê no Dever, terá comportamentos correspondentes, inscritos nas práticas rituais ‘conformes aos bons costumes’. Se crê na Justiça, submeter-se-á sem discussão às regras do Direito, e poderá até protestar quando estas são violadas, assinar petições, tomar parte numa manifestação, *etc.*⁵⁰⁵

⁵⁰¹ Althusser, L. (1970). *Aparelhos ideológicos de estado*. São Paulo: Martins Fontes. (p. 99)

⁵⁰² *Idem*, p. 102.

⁵⁰³ *Idem*, ver p. 86

⁵⁰⁴ *Idem*, ver p. 99

⁵⁰⁵ *Idem*, p.86.

Porém, mesmo que a condição *daquele quem fala* esteja igualmente permeada pelas mais variadas convenções discursivas à sua disposição, sustentamos com Benveniste e reforçaremos depois com Lacan que a *fala* constitui, na própria fluência de seu exercício, a delimitação de uma posição de enunciação por onde o sujeito pode advir em um estatuto afirmativo – mesmo que de cunho subversivo ou dessubjetivante.

Ao invés de percorrer o pequeno e esquemático *Aparelhos ideológicos de Estado*, pensamos apontar os seguintes pontos que, em suma, Butler vai apreender da teoria althusseriana através do conceito de *interpelação*. São eles: 1) da existência material da ideologia, o que leva a uma indistinção, não ortodoxa dentro do marxismo, entre um conjunto de práticas materiais institucionalizadas e o discurso ideológico⁵⁰⁶ – e aqui lembramos de outro pensador de raízes marxistas que acompanhamos com mais calma, Politzer, que referia o *material* aos termos do *concreto* e a *fala* aos termos da *narrativa*; 2) da necessidade de ritualização e constante reiteração dessas práticas, o que traduz o motivo fundamental do livro de Althusser, a saber, fazer notar sua necessidade tautológica de *reproduzir as relações e as condições de sua própria reprodução*⁵⁰⁷ – sendo também por esse entendimento que a filósofa ajunta sua veia foucaultiana, pensando as relações de poder como precisando serem constantemente reafirmadas, repetidas, reconsolidadas; 3) da característica interpelativa da fala como marcando o nascimento e renascimentos dos *sujeitos ideológicos*, que, para o autor, é uma expressão propriamente redundante⁵⁰⁸ no que indica que as antecipações e nomeações fundam uma posição desde a qual o sujeito é falado no discurso⁵⁰⁹ – que, através de Lacan, sabemos ser sempre discurso do Outro; e 4) da teoria que apresenta o sujeito enquanto constrangido pela sua própria condição de sujeito, valor que se arma a partir da semântica de ‘*submetido a*’ – ou mesmo de ‘*súdito*’ – à qual o signo *sujeito* remete mais explicitamente na língua francesa e inglesa.

Estenografando os pontos acima, teríamos, em ordem, *a materialidade é indissociavelmente discursiva* (1), *o que é concretizado pelo discurso precisa ser por ele reiterado* (2) e *que o sujeito nisto entra quando interpelado pelo discurso* (3 e 4) – aqui,

⁵⁰⁶ Butler, J. (1997). *Merely Cultural*. Social Text, vol. 15, n. 3-4, p. 265-277. (p.43)

⁵⁰⁷ Althusser, L. (1970). *Aparelhos ideológicos de estado*. São Paulo: Martins Fontes. (p. 9)

⁵⁰⁸ *Idem*, p. 94.

⁵⁰⁹ A *ideologia* para Althusser refere à representação da “relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (p.77). Sabendo da impossibilidade de comentar sua definição através de um balanço dos conceitos e noções do materialismo dialético, preferimos traçar uma homologia entre a *ideologia* e o *discurso* enquanto aquilo que a) *funda e define cada realidade* e b) *situa o sujeito* – bastando lembrar das indicações do matema lacaniano.

é mais que lícito lembrar do conceito austiniano de *convenção*, e mesmo do implícito benvenistiano de que o falante só advém sujeito através de uma *língua* que lhe precede. Contudo, se até então trabalhamos predominantemente a performatividade sob a ótica daquele quem fala, veremos que a partir da leitura butleriana os holofotes são voltados com mais desenvoltura para a relação do sujeito com a alteridade que lhe *constitui*, que lhe *assunta*. Isso compreende que, antes de sugerir uma absoluta sujeição do falante ao discurso, à ideologia, à convenção ou à língua, a filósofa coloca em marcha a biunivocidade entre esses conjuntos e o que *convenciona* o advento do sujeito – momento em que lembramos não se tratar propriamente de ‘o que *determina* o advento do sujeito’, no sentido usual de exatidão e fechamento, ainda que uma *convenção* não refira a nada aquém dos vários empuxos discursivos pelos quais o sujeito necessariamente *responde, atualiza e é constrangido por*. É tentando dar conta desta complexidade que a autora faz presente seu interesse pelas indicações de Derrida no diálogo que trava com o performativo austiniano, a ser comentado em breve.

Talvez a história pessoal que Butler relata na entrevista *Changing the subject*⁵¹⁰ faça uma boa ponte entre os autores Althusser e Derrida, ou melhor, localize como o espírito destes comparecem em sua constelação teórica – por mais que a filósofa não tenha colocado sua vivência nesses termos. Como acontece com quase toda cena, seu grau de recorrência deve ser mais alto do que se acaba por supor:

I remember once walking on a street in Berkeley and some kid leaned out of a window and asked, “Are you a lesbian?” Just like that. I replied, “Yes, I *am* a lesbian.” I returned it in the affirmative. It was a completely impulsive moment. It was a interpellation from nowhere. Of course, what such a questioner is really asking is, “Are you this thing that I fear and loathe? Do you dare to say yes to this thing that you apparently are, at least on the basis of what you look like? And I have power over you to the extent that I am now seeking to expose you through the question I pose to you.” To the extent that I was able very quickly to turn around and say, “Yes, I am a lesbian,” the power of my interrogator was lost. My questioner was then left in a kind of shock, having heard somebody gamely,

⁵¹⁰ Olson, A.; Worsham, L. (2000). *Changing the subject: Judith Butler’s politics of radical resignification*. In: JAC Vol. 20, No. 4, pp. 727-765.

proudly take on the term – somebody who spends most of her life deconstructing the term in other contexts. It was a very powerful thing to do.^{511, 512}

Se a cena devém cotidiana, a resposta de Butler certamente não o parece ser. Nesta é desenrolada uma narrativa distinta da que aparece através do imaginário althusseriano, na medida em que mostra que o caminhante nem sempre se volta à invocação da lei policial *tal qual ela o designa, tal qual ela o interpela* – por mais que, necessariamente, quaisquer que sejam os caminhanes eles precisam emitir algum tipo de resposta.

A memória da filósofa é riquíssima e poderia ser comentada junto a vários dos pontos tratados até então, desde à noção de *enunciação*, à potência afirmativa e assunção localizada de uma *identidade*, à presença da *pessoalidade*, à utilização efetiva e quase pragmática de um *semblante* e, sobretudo, à subversão *performativa* de um ‘*eu sou*’. Ainda, para além de todas essas reflexões lá embutidas, é no prosseguir da entrevista que Butler coloca sua veia derridiana em evidência:

It wasn't that I authored that term: I received the term and gave it back; I replayed it, reiterated it. Whose speech act was that? Is it my speech act? Is it the other person's speech act? Did I recite the other person's speech act in my own? Did I extend it? Were we in an odd moment of community at that moment – kind of remaking language together? It's as if my interrogator was saying, "Hey, what do we do with the word *lesbian*? Shall we use it?" And I said, "Yeah, let's use it *this* way!" Or it's as if the interrogator hanging out the window were saying, "Hey, do you think the word *lesbian* can only be used in a derogatory way on the street?" And I said, "No, it can be claimed on the street! Come join me!" We were having a negotiation.^{513, 514}

A mera possibilidade de um signo (*'lesbian'*) entrar em negociação entre falantes reafirma uma série de diretrizes da linguagem que passam longe de concebê-la enquanto meio de *comunicação* para determinados conteúdos expressivos ou enquanto campo de estabelecimento final da *significação* para cada um de seus termos. Justamente, é contra ambas essas tentativas de atribuição à linguagem que Derrida se opõe logo no início de

⁵¹¹ *Idem*, pp. 759-760.

⁵¹² Nota de tradução 4, localizada antes das referências.

⁵¹³ *Idem*, pp. 760.

⁵¹⁴ Nota de tradução 5, localizada antes das referências.

seu trabalho *Assinatura, acontecimento e contexto*⁵¹⁵ – ele assim o faz intencionando rearticular em específico a última noção que carrega este título, de modo a alçar sua ideia de *escrita*⁵¹⁶ como um modelo decisivo para entender a vida, deslocamento e proliferação dos signos na linguagem.

Trabalhamos a questão do *contexto* desde Austin, pelo qual vimos tratar-se da chave fundamental para compreender por onde que o ato de fala, a um só tempo, acomoda e extrai sua eficácia. É por esse caminho que será canonizada a expressão “ato de fala total na situação de fala total”⁵¹⁷, e, mais ainda, todo o entendimento da *convenção* enquanto partícipe fundamental neste processo. De nossa parte, escandimos a partir da noção de contexto a ideia do *com texto da fala*, remetendo para um vislumbre da *performatividade* que encontra ampla ressonância tanto na *dizmansão/dizmenção* lacaniana, como na metodologia do *que se diz* da filosofia da linguagem ordinária – e, agora, poderemos igualmente vê-la entrar em conversa com a crítica e releitura derridiana.

Antes, quando reevocamos o contexto das cenas de interpelação acima comentadas a noção de *contexto* parece entrar em evidência quase como um artifício cênico – o policial que aborda um passante inadvertidamente em uma rua sem nome, o garoto que demanda respostas dentro do que é o território universitário de nossa heroína. Derrida agrega um exemplo menos filmico, a saber, o contexto total da comunicação que origina seu texto aqui em questão:

Por exemplo, num *colóquio de filosofia de língua francesa*, um contexto convencional, produzido por uma espécie de *consensus* implícito, mas estruturalmente vago, parece prescrever que se proponham comunicações coloquiais, orais, destinadas a ser entendidas e a envolver ou a prosseguir os diálogos no horizonte de uma inteligibilidade e de uma

⁵¹⁵ Derrida, J. (1972). *Assinatura, acontecimento e contexto*. In: *Margens da filosofia* (pp. 349-373). Campinas: Papyrus.

⁵¹⁶ A relação *fala e escrita* é dúbia ao longo do texto. O que o autor propõe em alguns momentos como uma separação radical entre ambos, em outros ele os aproxima como se não houvesse diferença a ser constatada (ver pp.359-360). Esta relação nos parece bem trabalhada por Allouch, ao organizar uma série de proposições de Lacan presente nos seminários IX, XVIII e XX. Dentro do que pretende nosso trabalho, a escrita funcionará enquanto modelo – sendo suas indicações passíveis de serem pensadas também pelo viés da fala.

⁵¹⁷ Austin, J. L. (1962). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas. (p. 121)

verdade do sentido, de tal modo que um acordo geral possa finalmente, justamente, estabelecer-se.⁵¹⁸

Um *contexto* ‘é feito de’ e ‘é feito com’ textos convencionais implícitos, ‘*consensus*’, e, por conta dessa última característica, ele é apenas ‘vagamente’ localizável, ainda que proponha um horizonte comum de ‘inteligibilidades’ e ‘sentidos’ para determinadas pessoas. Contudo, mesmo que tenha sido descrito acima algo demasiado palpável de acordo com a experiência do acadêmico ordinário, no sentido deste poder evocar *como se diz o que se diz* em determinados colóquios, será para a artificialidade e indeterminação completa da montagem de qualquer tipo de *contexto* que por hora atentaremos.

Em Butler, será fundamental o comentário derridiano que segue nessa mesma linha argumentativa. O filósofo, então, vai ressaltar que um *contexto* não é “absolutamente determinável”, nem nunca terá sua determinação “assegurada ou saturada”⁵¹⁹. É evidente que certos índices se apresentam para a leitura e composição disso que chamamos de experiência, ou seja, do que possibilita algum tipo de localização pessoal diante de um certo espaço – *um horizonte de inteligibilidade e verdade do sentido*, nos diz Derrida –, e é igualmente constatável que há um código mais ou menos estabelecido que reúne uma quantidade finita de ações e dizeres diante de determinadas situações, quase sempre se apresentando como uma seleção mais estrita do que se preferiria. Contudo, o ponto que o filósofo pretenderá esclarecer, através da lógica da *escrita*, é que esses *códigos*, ou *índices*, ou *signos*, ou *significantes*, são todos eles movediços em relação ao *contexto* no qual estão supostamente imputados ou atribuídos – *origem e pertença serão tão ficcionais quanto precisar ser coeso um contexto*⁵²⁰.

Sabemos do amplo trabalho que Derrida dedica a temática da *escrita*⁵²¹, então, novamente, restringimo-nos ao que ele aponta ser de suma importância à discussão do *contexto* e, depois, da *citacionalidade*, a saber, a função da *ausência* no campo da

⁵¹⁸ Derrida, J. (1972). Assinatura, acontecimento e contexto. In: *Margens da filosofia* (pp. 349-373). Campinas: Papyrus. (p.350, grifos do autor)

⁵¹⁹ *Idem*, p. 351.

⁵²⁰ Não seria preciso lembrar que *pertença* e *origem* seguem sendo dois indicadores maiores quando se propõe pensar a questão da identidade.

⁵²¹ Temos a obra *Gramatologia* (1967), o compilado *A escritura e a diferença* (1971), entre vários outros.

escrita⁵²². A começar com a ausência do destinatário: não é que não haveriam mais endereçamentos ou mesmo que estes não influenciem na forma e conteúdo de uma escrita, contudo, o filósofo começa por argumentar que esse não necessariamente precisa estar em presença para ser remetido, e termina por precisar um ponto não tão primeiro e intuitivo quanto este anterior, porém mais importante ao nosso interesse, a saber, o da *iterabilidade*:

É necessário que [a escrita] seja repetível – iterável – na ausência absoluta do destinatário ou do conjunto empiricamente determinável dos destinatários. Esta iterabilidade – (*iter*, de novo, viria de *itara*, *outro* em sânscrito, e tudo o que se segue pode ser lido como exploração desta lógica que liga a repetição à alteridade) estrutura a própria marca de escrita, qualquer que seja aliás o tipo de escrita.⁵²³

Nada que se escreva não adquire vida própria nas mais variadas circulações linguageiras, e isto tanto independentemente da intenção ou querer-dizer do escritor bem como de sua eventual desaparecimento da face da terra – mesmo que determinadas marcas estejam escritas sob o ‘*seu nome*’. Igualmente, supomos que a noção de autoria é desmanchada no que o próprio gesto de escrever necessita fazer circular *ideias*, *signos* e *significantes* (*marcas*, segundo Derrida), que desde já se movimentam atreladas a infundáveis cadeias de repetição e iteração muito limitadamente localizáveis. Neste ponto, a escrita enquanto modelo favorece compreendermos a dimensão citacional na/da linguagem – que *dizer* é estar sempre fazendo *menção à* –, o que se estende à noção que viemos recolhendo quanto à *performatividade* de maneira a diluir mais ainda quaisquer outros resquícios intencionalistas ou consciencialistas que se lhe poderia imputar, no sentido de que até o ato de fala mais imperativo ou menos elaborado não passa de uma *re-citação* discursiva.

Sendo assim, é sob a égide da ausência que a escrita funciona enquanto modelo para pensarmos a potencial força de escape ou deriva que uma marca possui em relação aos contextos que insiste habitar. Conseqüentemente, é lícito aferir que “nenhum contexto pode fechar-se sobre si”⁵²⁴ ou mesmo determinar por completo *como se diz o que se diz*.

⁵²² *Idem*, ver p. 355.

⁵²³ *Idem*, p. 356.

⁵²⁴ *Idem*, p. 358;

Pelo outro lado, a realização dessa instabilidade inerente à estrutura da linguagem – que Derrida refere-se mais de uma vez enquanto “iterabilidade *essencial*”⁵²⁵ – de nada destitui o que viemos construindo sob a noção da convenção austiniana. Isto se deve porque, ao invés da *convenção* se desmanchar em uma obsolescência teórica, quando posta a ideia de *repetição iterável* é antes um giro de sua compreensão que o contraponto desta introduz. Partindo daí, vislumbramos a relação entre ambas as noções moebianamente, ou seja, de que não se trata propriamente de um contexto que já está firmemente preestabelecido, como uma casca que faria germinar os dizeres e as ações à maneira do continente e conteúdo, mas, sim, da realização de atos de fala que a um só tempo atualizam sua pertinência, reafirmam e reinstauram uma situação que lhe seja contingente.

Arriscamos afirmar, apoiando-nos à leitura butleriana, que seria essa a diferença entre uma ontologia pautada pela metafísica da substância e o tipo de ontologia performativamente re-constituída. Aqui, seguindo o que há de melhor na tradição da filosofia da linguagem ordinária, é fundamental compreendermos que os dizeres extraem sua *força ilocucionária* através da história cumulativa de suas utilizações^{526, 527}. Defendemos que tal asserção está implícita no conceito austiniano de *contexto* e *convenção*, compondo juntos a possibilidade de ler performativamente *o nascimento do discurso médico, a abordagem do discurso policial e a demanda por inteligibilidade do discurso heteronormativo* – no que ressaltamos o abuso proposital da ambiguidade genitiva. E, por acaso prestar contas ao vértice *ilocucionário* não nos serve para conceber o que quer que seja a eficácia do próprio *setting* analítico ou até mesmo o que povoa seu *playground* transferencial⁵²⁸ que não a concretude de um conjunto de indicações reconhecidas pelo corpo de seus praticantes – *a interpretação do discurso psicanalítico*?

Nenhuma teoria, prática ou discursividade está isenta de se reportar ao que lhe imprime uma certa *identidade*. Ressaltamos que não nos autorizamos a recolocar o estatuto convencional da psicanálise se não o pensássemos também a partir da torção e

⁵²⁵ *Ibidem*, grifo nosso.

⁵²⁶ Pinto, J. P. (2009). *Atos de autoria: assinaturas, rasuras, rupturas*. In: Revista investigações, Rio de Janeiro, Vol. 22 (pp. 103-110), nº 1.

⁵²⁷ Authier-Revuz, J. (1990). *Heterogeneidade(s) discursiva(s)*. In: Cadernos de Estudos Linguísticos., Campinas, Vol. 19 (pp. 25-42).

⁵²⁸ Freud, S. (1914). *Recordar, Repetir, Elaborar*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. 12, p. 159-172.

viés derridiano, no sentido do que o trabalho psicanalítico com a repetição já favorece entender: *toda prática advertida quanto à iteração das marcas pode se propor a operar seja por seus deslocamentos, seja pela introdução da diferença no seio da repetição* – sentença que incide duplamente na psicanálise por conta da indissociabilidade marcada entre sua *epistemologia* (a construção de suas proposições e conceitos) e sua *ética* (o cálculo de suas intervenções). Fazemos da lembrança do *chiste* mais um atestado da leitura psicanalítica quanto à vida e proliferação contextual das marcas, no caso, do significante, não sendo possível seu advento subversivo em seu efeito de riso e sideração⁵²⁹ caso não apoiado contra uma *diz-mansão/menção* reiterada – não se pode desarmar uma bomba sob o desconhecimento de seus fios e ligações.

Dando por vencida a tarefa de seguir o fio da *ausência* e discutir a noção de *contexto*, e nela nos posicionar, é com grande estranhamento que constatamos que é tomando este último por baliza conceitual que Derrida não só atribui *consciência* e *intencionalidade* para o performativo austiniano, como também o pensa ser responsável por retirar da performatividade a capacidade de produzir “*resto*”⁵³⁰, ou seja, de produzir um algo a mais para além do convencionado. Sumarizando os parágrafos acima, esperamos mostrar que a releitura derridiana justamente permite ler que a dimensão ritual dos atos de fala é *contingente* a sua produção e *aberta* a futuros reposicionamentos – por mais que a polaridade austiniana faça as vezes de lembrar da inevitabilidade das cristalizações contextuais e convencionais⁵³¹. Para contra-argumentar a questão do *resto*, basta trazeremos a lume o conceito de *perlocucionário* – se não totalmente negligenciado dentro do comentário derridiano, esterilizado em suas possibilidades teóricas.

Como percebido, apontamos que seguir por apostar neste naco da reflexão de Austin é um posicionamento nosso, não constando diretamente no texto de Derrida e tampouco consonante às inferências de Butler, como veremos logo adiante. No entanto, como a leitura da *performatividade* com a qual estamos dialogando no momento não é mais a de Austin, mas é a de Austin lido por Derrida, e depois será a de Butler relendo Austin a partir de Derrida⁵³², tivemos que dispender um número de páginas proporcional

⁵²⁹ Ver Didier-Weill, A. (1997). *Os três tempos da lei*. Rio de Janeiro: Zahar.

⁵³⁰ Derrida, J. (1972). Assinatura, acontecimento e contexto. In: *Margens da filosofia* (pp. 349-373). Campinas: Papyrus. (p.364)

⁵³¹ Da pena do autor, encontramos a seguinte frase com a qual nos afinamos: “Eu não posso explicar o que é a desconstrução sem *recontextualizar* as coisas” (Derrida, 2004, grifo nosso).

⁵³² Rodrigues, C. (2012). Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitura de J. Derrida. *Sexualidade, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, 10, (pp. 140-164).

à centralidade da leitura deste último para a compreensão butleriana. Naturalmente, não repetiremos exaustivamente as mesmas concordâncias e discordâncias quando formos para o texto de Butler – até porque elas de fato são praticamente as mesmas. Por último, antes de seguirmos para os pontos de interesse em *Excitable speech*, cabe uma última e agora amistosa interrelação entre a filosofia britânica e a francesa.

Partindo do percurso realizado no texto *Assinatura, acontecimento e contexto*, queremos resgatar o estatuto transversal da *performatividade* na linguagem, extraído em Austin através dos três pontos que pinçamos⁵³³ (em especial o referente à *impossibilidade de gramaticalização*), para então propor uma aproximação desta com a proposição conceitual da *citacionalidade* derridiana, que nada mais é do que uma característica também alçada transversal na linguagem, decantada através da reflexão sobre *escrita e ausência*. Ambas favorecem pensar uma teoria da linguagem distanciada dos cânones metafísicos da verdade e da representação, e, mais ainda, que a pensam enquanto produtora e realizadora de efeitos de consistência. Ainda que nosso personagem *analítico* tenda a pensar mais no jogo das estratificações *do que se diz*, enquanto seu comentador *continental* coloca os holofotes para o desgarramento e disseminação *disso que se diz*, ambos sugerem que a criação pelo discurso é sempre recriação – reiteram-se as realidades de novo e de novo... até, ocasionalmente, reiterá-las de *modo novo*⁵³⁴.

Efetivamente, não reproduzimos acima uma operação muito diferente da que faz Butler, que bem percebeu a homogeneidade e enriquecimento mútuo de ambas as proposições conceituais referentes à *performatividade* e à *citacionalidade*.

* * *

Excitable speech é um livro que não só contém diálogos ainda mais extensos com as possibilidades e limites da *performatividade*, mas também retém um quê metodológico bastante próximo ao espírito investigativo dos filósofos da linguagem ordinária – se Butler não se inspira em seu estilo de exposição metódica e vagarosa, ela se propõe a trabalhar a partir do circuito de utilização de certas palavras e expressões de linguagem. Porém, ao invés de se deter em significantes específicos – da forma que faz Austin com

⁵³³ Ver p. 140.

⁵³⁴ Diz Benveniste que “cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça.” (*PLG I* (2005/1956), p.31)

a ‘*escusa*’ –, ela pretende decantar uma reflexão geral a partir das implicações que a própria política de utilizações apresenta enquanto característica inerente à linguagem e ao discurso – da forma que faz Austin com o *performativo*.

Bem como nos outros casos, não se pode dispensar a reflexão contida em um título da obra butleriana: *Excitable speech* é uma categoria jurídica que remete ao conjunto de falas consideradas inválidas em corte, já que proferidas sob circunstâncias de coação [*duress*] ou de comprometimento da integridade e estado mental do falante. O argumento de Butler é que todo ato de fala está inserido neste mesmo estatuto, estando ele sempre fora do controle soberano de quem o profere – o que se estende à fala e às atividades linguageiras em geral. Apesar de isto não representar nada de estranho para o campo de inteligibilidade operatória da psicanálise – sendo uma premissa condicional de seu próprio exercício –, é por uma renovação de entendimento e embasamento de tal processo talvez já familiar e intuitivo pelo qual iremos prosseguir⁵³⁵.

Será levando em consideração o debate desde onde o livro se origina que a proposição da autora adquire ainda mais interesse, mesmo nas controvérsias que iremos adiante comentar. *Excitable speech* tem como pergunta disparadora a capacidade que a linguagem detém de injuriar alguém, ou mesmo de ferir alguém – no sentido de desmentir a petulância daquele quem diz ‘*paus e pedras podem até quebrar meus ossos, mas palavras não me machucam*’. De prontidão, não é difícil lembrar de um desfile de palavras que exibem uma farta tradição em se tratando da intenção de marcar alguém pejorativa e injuriosamente, a maioria delas provindas do terreno das discriminações de *classe, gênero e raça*. Contudo, mesmo sob o reconhecimento destes efeitos *ilocutórios* politicamente lamentáveis, Butler traz à tona uma das lições althusserianas em torno do conceito de *interpelação* para pensar na temporalidade performativa das nomeações.

Da mesma forma que a *interpelação* no seio familiar alça determinado indivíduo à condição de sujeito, ela igualmente revela que há uma “vulnerabilidade linguística” [*linguistic vulnerability*]⁵³⁶ condicional a todo ser na linguagem. Ato contínuo, a convocatória do Outro faz-se tão fundamental e necessária quanto violenta e constrangedora ao se tratar do advento do sujeito em sua condição identificatória. Chamando também Benveniste para a conversa, a filósofa vai comentar:

⁵³⁵ Nessa trilha poderemos depreender alguns dos efeitos produtivos da lida ambivalente e paradoxal que a filósofa sustenta em relação à questão da identidade.

⁵³⁶ Butler, J. (1997). *Excitable speech*. New York: Routledge. (p. 30)

After having received the proper name, one is subject to being named again. In this sense, the vulnerability to being named constitutes a constant condition of the speaking subject. And what if one were to compile all the names that one has ever been called? Would they not present a quandary for identity? Would some of them cancel the effect of others? Would one find oneself fundamentally dependent upon a competing array of names to derive a sense of oneself? Would one find oneself alienated in language, finding oneself, as it were, in the names addressed from elsewhere? Thus, as Benveniste has shown, the very conditions of the possibility for becoming an "I" in language remain indifferent to the "I" that one becomes. The more one seeks oneself in language, the more one loses oneself precisely there where one is sought.^{537, 538}

Apesar de não garantir, ou mesmo configurar, uma identidade fixa e intercambiável para o sujeito falante, o necessário imbricamento deste com a *interpelação* enquanto condição estrutural da fala e do reconhecimento (depois traremos a noção lacaniana de *fala invertida*), nos adverte de que há uma vulnerabilidade que localiza o sujeito em certas *nomeações* – por piores que sejam. Logo, nesta inversão subjetiva, estar sofrendo pelo nome imputado é também estar sendo bordejado por este mesmo nome.

Comprendemos por *nomeação*⁵³⁹ um significante identificatório que estenografa um conjunto de relações que, a um só tempo, constrange e possibilita o advento do sujeito. Em termos conceituais, o pensamos bastante próximo ao que construímos em outras partes deste capítulo sob a alcunha da *pessoalidade*, porém, enquanto esta última favorece olhar para a transversalidade da posição enunciativa afetando *como se diz o que se diz*, por sua vez, a concepção da *nomeação*, especialmente quando aliada à *interpelação* e à *citacionalidade*, amplia este mesmo olhar para a imanência do Outro em todos estes processos de identificação e fala. A *nomeação* também se relaciona ao *semblante*, na medida da posição tenente que tem o nome para a agência do discurso.

⁵³⁷ *Ibidem*.

⁵³⁸ Nota de tradução 6, localizada antes das referências.

⁵³⁹ Existiria também o conceito de *nominação*, extraído do campo de debates em torno do seminário XXIII (Guerra e Vorcaro, 2018), porém pensamos adotar aqui um percurso diferente, constituindo um esforço próximo ao que percebemos na dissertação de Alexandre Starnino (2018), que se utiliza de uma conceituação de nomeação junto à teoria de Ernesto Laclau.

Contendo tais ideias está a recorrente utilização por Butler do verbo *endereçar* [*to address*]⁵⁴⁰, que tanto no inglês como no português aportam semanticamente ‘*dirigir a fala para*’ e ‘*designar o endereço de*’. Ou seja, a *interpelação* é um mecanismo que coloca o sujeito em circuitos de reconhecimento ao identificá-lo em certas posições nomeadas desde onde se endereçam demandas e se articulam convenções – ela é também uma operação do Outro. Isso implica em um adendo butleriano-althusseriano à teoria do reconhecimento, na medida em que é preciso considerar a condição de *vulnerabilidade linguística* e o atravessar do *tesouro das nomeações* em relação ao advento do sujeito. Antes ser *reconhecível* para que só então haja atos de reconhecimento – fato que também atinge a teoria lacaniana quando essa se vale desse último para conceitualizar a *intersubjetividade* e o registro do *Imaginário*.

Apesar de que, para Althusser, o sujeito é quase que totalmente constrangido e determinado pela *interpelação*, o autor confere luz para a secundidade do sujeito em relação à ação performativa dos discursos. Ainda sobre a clássica cena do policial, Butler comenta: “The passerby turns precisely to acquire a certain identity, one purchased, as it were, with the price of guilt. The act of recognition becomes an act of constitution: the *address* animates the subject into existence”⁵⁴¹. Supomos de antemão que não seria necessária a ocorrência de cenários com esta mesma estrutura para que se opere a *interpelação*, no sentido de que a própria vulnerabilidade identificatória do falante vai o incitando a se posicionar até quando não lhe endereçam qualquer fala audível e palpável. Aliás, muitas vezes o falante é surpreendido por nomeações ou apelidos socialmente estabelecidos com os quais ele não se vê nem partícipe tampouco concordante, mostrando a indiferença da constituição linguística em relação à intencionalidade daquele quem carrega o nome⁵⁴². No trabalho clínico, não raro que alguma nomeação pouco ou nada conscientemente presente advenha e se apresente articulada ao nível da posição de enunciação do sujeito. Fatos que dizem da eloquência tácita do discurso.

Obviamente, considerando a pauta de fundo do livro quanto ao *discurso de ódio*, isso não significa que devemos desenvolver uma complacência existencialista para com

⁵⁴⁰ *Idem*, p. 5.

⁵⁴¹ *Idem*, p. 25, grifo nosso.

⁵⁴² O apelido que cola não só é sempre do Outro, como também é aquele que foge ao máximo da escolha do apelidado.

todo o rol das nomeações injuriosas⁵⁴³. Assim, é por este debate que a filósofa faz advir a lição derridiana quanto à *citacionalidade* das marcas, na medida em que é mais do que possível que em suas iterações haja *recontextualizações* e *ressignificações* de tais nomes. Podemos argumentar que a diferença do tempo de lançamento de *Excitable speech*, 1997, para o tempo de escrita desta dissertação, mais de vinte anos depois, deixa ainda mais sensível a apropriação de certas palavras injuriosas tanto por movimentos militantes, como também através dos meandros não rastreáveis que inevitavelmente movimentam todos os significantes.

Por conta de tal aposta nas decorrências polivalentes da fala e da vida imprevisível das marcas, uma das teses mais fortes que a autora defende ao longo de seu livro diz da fraqueza e obsolescência das *estratégias de censura*. Independente do alinhamento político, Butler mostra que tentar barrar a circulação dos signos é garantir sua estagnação na respectiva corrente atual de utilizações. Para ela, o discurso que promove a censura segue lendo a *performatividade* à moda antiga, como partindo de atos de fala não só cuja balança é a intenção, mas que igualmente sempre acertam seu alvo, sempre produzem o que propõe ou o que descrevem – quase como um híbrido entre o *performativo* e o *constatativo*, na medida em que bastaria enunciar para concretizar. Isso permite ler tanto a) o antigo esforço do exército americano em censurar os proferimentos de auto declaração de sexualidade homossexual, tanto b) o fervor de algumas pensadoras feministas em censurar qualquer tipo de produção e comercialização de pornografia, como atividades completamente contraproducentes para a transformação dos signos⁵⁴⁴.

De nossa parte, lembramos do fato histórico que revirou a utilização do termo original *slut* em prol das passeatas de título ‘*marcha das vadias*’, obtendo uma adesão bastante notável no território brasileiro. Já mais específico do cenário norte americano, Butler traz à baila as reiteraões da palavra *queer* – que é possível de ser comparada com os outros arvorares da palavra *bicha* para o falante brasileiro:

⁵⁴³ “There is no way to protect against that primary vulnerability and susceptibility to the call of recognition that solicits existence, to that primary dependency on a language we never made in order to acquire a tentative ontological status. Thus we sometimes cling to the terms that pain us because, at a minimum, they offer us some form of social and discursive existence” (*Idem*, p. 26).

⁵⁴⁴ Mesmo que não tão às vistas quanto a pornografia convencional, é de se pensar se a modalidade pornográfica feminista existiria caso tivesse se estabelecido um regime de ampla censura, por exemplo.

The revaluation of terms such as "queer" suggest that speech can be "returned" to its speaker in a different form, that it can be cited against its originary purposes, and perform a reversal of effects. More generally, then, this suggests that the changeable power of such terms marks a kind of discursive performativity that is not a discrete series of speech acts, but a ritual chain of resignifications whose origin and end remain unfixed and unfixable. In this sense, an "act" is not a momentary happening, but a certain nexus of temporal horizons, the condensation of an iterability that exceeds the moment it occasions.^{545, 546}

*Nada é mais afinado à temporalidade em causa para uma psicanálise, especialmente considerando às nomeações que perpassam cada escuta. A aposta ética da clínica psicanalítica gira em torno das rearticulações, ressignificações e eventuais perdas de sentido relacionados a certos significantes identificatórios ou pelos quais é possível localizar o sujeito – não tendo método mais apropriado para isso operar do que o *relançamento da fala*, notadamente tendo em vista tudo que viemos sustentando com a perspectiva performativa da linguagem.*

Mais ainda, outro fator funcionando na temporalidade da *nomeação* que ajunta a perspectiva da performatividade com a psicanalítica é sua estrutura homóloga ao *trauma*. Desde Freud este é tido como uma experiência excessiva cuja elaboração leva a reencenações do momento traumático nos mais variados palcos, desde os mais intuitivamente 'psíquicos' até os *actings* e passagens ao ato. O modelo constitutivo e não patológico da lida do trauma é a brincadeira do carretel, onde a criança reiteradamente atua pela simbolização da ausência do Outro primordial e faz-se ativa diante de uma grande fonte de desprazer que lhe acomete – porém, nem sempre há uma reintegração subjetiva de um acontecimento traumático que precariza e vulnerabiliza o sujeito. Butler vai defender que a *historicidade* e a *força do nome*⁵⁴⁷ guardam uma aproximação com este último caso, no sentido de que ele não é propriamente um endereçamento a ser lembrado, mas vivido, vivido novamente e revivido.

Novamente, o caso que dispõe esse tipo de repetição é uma faca de dois gumes: enquanto que responsável por cristalizar o advento do sujeito a formas de vida nem sempre arejadas à transformação subjetiva ou à consideração do desejo, é somente por

⁵⁴⁵ *Idem*, p. 15.

⁵⁴⁶ Nota de tradução 7, localizada antes das referências.

⁵⁴⁷ *Idem*, p. 36.

sua localização que algo pode ser *re-citado* a fim da produção de uma diferença. Comentando a estreiteza da relação entre trauma e repetição, a filósofa prossegue:

That such language carries trauma is not a reason to forbid its use. There is no purifying language of its traumatic residue, and no way to work through trauma except through the arduous effort it takes to direct the course of its repetition. It may be that trauma constitutes a strange kind of resource, and repetition, its vexed but promising instrument. After all, to be named by another is traumatic: it is an act that precedes my will, an act that brings me into a linguistic world in which I might then begin to exercise agency at all. A founding subordination, and yet the scene of agency, is repeated in the ongoing interpellations of social life.^{548, 549}

* * *

À guisa de conclusão deste capítulo, pretendemos por breve esquematizar os três tipos de pensamento e os respectivos autores que compuseram o nosso *Beabá da Performatividade* – em Austin, Benveniste e Butler:

- a) *O teórico ordinário*: responsável por cunhar o conceito de *performativo* em oposição ao *constatativo*, assim subvertendo o pensamento filosófico tradicional quanto a verdade e sentido. Ao longo da leitura de *How to do Things with Words*, nos foi possível delimitar os pontos fundamentais para o desenvolvimento da teoria da performatividade, a saber, *contexto e com texto da fala, impossibilidade de gramaticalização e pessoalidade do proferimento*.
- b) *O linguista*: apesar de insistir no argumento gramatical para a ocorrência efetiva de um performativo, a partir de seus textos colocados diálogo com a psicanálise conseguimos articular aos atos de fala as noções de *subjetividade, enunciação, locutor e sujeito*. De maior importância é entender a passagem que faz o locutor em relação às possibilidades da língua, no que este então se propõe sujeito em um ato de apropriação subjetiva *da e na* linguagem.

⁵⁴⁸ *Idem*, p. 38.

⁵⁴⁹ Nota de tradução **8**, localizada antes das referências.

c) *A filósofa*: Butler enriquece bastante o debate quanto à performatividade por destar-se valer para muitas de suas construções teóricas. Não só, ela renova e reforça sua pertinência ao inserir uma interpretação dialética entre as veias althusseriana e derridiana – dividindo-se entre um pólo determinativo e outro transformativo. Apesar de colocar em tensão alguns dos conceitos caros à construção de Austin, tais como *convenção* e *contexto*, notamos que ela é vacilante em criticá-lo incisivamente como o faz Derrida, sendo muito mais ambígua e generosa em relação a seu antecessor, inclusive prestando destaque aos momentos austinianos *avant la lettre*⁵⁵⁰.

⁵⁵⁰ *Idem*, ver páginas 15 a 17, 25 e 151.

5. A Performatividade e a Psicanálise

a. Temporalidade e consistência nos *Escritos de Lacan*

Vimos de um longo percurso tentando encorpar valor às questões que giram em torno da *identidade* e à sustentação do conceito de *performatividade* – movimento epistemológico que é consonante às prerrogativas e temporalidade desse último. Se nos primeiros capítulos começamos por atribuir mais equívoco a uma noção de *identidade* demasiada unilateral e rechaçada nos campos de pensamento crítico, incluindo na própria psicanálise, depois fomos construindo sua interação com duas vias conceituais dessa última, a saber, a via da *identificação* e a do *semblante*. Através dos caminhos com os quais trabalhamos, a noção de *identidade* – quando posta em articulação com todo um jargão psicanalítico estenografado pelo sujeito dividido, atrelado aos efeitos do discurso e do significante – demandava por uma teoria da linguagem que lhe fosse compatível.

Além de contarmos, por óbvio, com o suporte do paradigma linguístico saussuriano, precisamos encontrar um aditivo linguageiro que apontasse para a consolidação das consistências em equivalente espírito à proposição politzeriana sobre o *concreto*. Defendemos que a teoria da *performatividade* é não só esse aditivo, mas também representa uma característica transversal da linguagem que reafirma quaisquer práticas que se envolvam ou que se debruçam sobre os seus efeitos. Neste último capítulo, faremos este devido retorno junto ao corpo e operatória da psicanálise.

Fará parte de nossa metodologia de pesquisa propor um recorte desde onde adentraremos no panorama lacaniano. Assim, em se tratando de sustentar uma teoria da linguagem, decidimos por pensar a *performatividade* junto a alguns textos dos *Escritos* nos quais Lacan não só conversa, se utiliza e remodela alguns princípios da linguística com a qual teve contato⁵⁵¹ – com especial ênfase nos textos *Função e campo da fala e da linguagem* (1953), *A carta roubada* (1955) e *Subversão do sujeito e dialética do desejo* (1960) – mas também trabalha as noções entrelaçadas de *eu* e *sujeito*. Veremos como também a partir desses tópicos podemos seguir depreendendo consequências para o campo de questões referentes à identidade.

* * *

⁵⁵¹ Lembramos que o psicanalista não pôde entrar em contato com os manuscritos de Saussure, compilados por Bouquet e Engler nos *Escritos de linguística geral*.

Wo Es war, soll Ich werden. Reconhecido aforismo de Freud que é comumente traduzido no campo lacaniano por ‘*onde isso estava, devo eu advir*’. Somente a escolha da tradução nos coloca em uma seara que poderíamos explorar mais, sendo uma questão com a qual Lacan se ocupou em diversos momentos. De pronto, podemos ressaltar a dimensão oracular da frase, funcionando à maneira de uma intimação ética, ou mesmo a presença de dois dos três partícipes da tópica freudiana – o *Isso* e o *Eu*, no caso notavelmente invertidos caso compararmos ao famoso título metapsicológico de 1923. Contudo, faz-se ainda mais interessante lermos o aforismo em um sentido *performativo*, pelo qual o *eu* adquire sua consistência no exercício enunciativo com e na linguagem, o que se dá somente por ter o sujeito ocupado um espaço cujas coordenadas e determinações lhe precedem.

Adiantamos que a retomada do aforismo, em sua complexidade, interessa a esta dissertação por sustentar uma relação codependente entre o *eu* e o *sujeito*, e vice-versa – o que viemos atestando não ser uma tarefa de simples concatenação. Como mostramos em outro subcapítulo, muitas vezes, e por um vício teórico, o *eu* é colocado em franca contraposição ao sujeito, passando a ser lido incontáveis vezes enquanto mera instância ‘*psicológico-imaginária*’ (Eu). Assim, nessa leitura mais corrente, o *eu* passa a ser entendido como uma barreira que impediria o sujeito de verdadeiramente se manifestar. Por outro lado, não raro observamos a noção de sujeito não tão claramente distinguida desse *eu* quando referido a sua modalidade de enunciação – ou seja, em relação àquele ‘*je*’ [*eu*] que o próprio Lacan chama por *sujeito da enunciação*.

Tomando a cronologia como um fator importante no ensino lacaniano, no sentido da apreensão dos conceitos em seus respectivos desenvolvimentos, olharemos para algumas citações obtidas no texto *O Estádio do Espelho* (1948) pelas quais não podemos nos furtar de revisar. Mais especificamente, são duas as páginas em que, a um só tempo, conseguimos mais claramente traçar a diferença entre *eu* e *sujeito*, bem como podemos pensá-los em sua mutualidade. Um destes momentos é o que coincide com a canônico passagem da *assunção jubilatória*, quando Lacan atribui ao estádio “a matriz simbólica em que o [*eu*] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da

identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito”⁵⁵².

Segundo esta passagem, podemos inferir que a dialética dos movimentos identificatórios e da própria entrada na linguagem apenas poderão ser instaurados no caso da decorrência de uma forma primordial do *eu* – que aqui deve ser lida enquanto a noção mesma de *estádio*. Assim, é com especial interesse que nos detemos na próxima citação, localizada apenas algumas linhas acima, onde é dito que é suficiente “compreender o estádio do espelho *como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui ao termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem [...]”⁵⁵³.

Caso analisarmos a posição do *sujeito* em ambas as citações podemos perceber que há um conflito lógico de tempos, já que, 1) na primeira, o *eu* é condição de possibilidade para que a linguagem lhe retome enquanto *sujeito*, e 2) na segunda, é o *sujeito* que sofre uma transformação de acordo com a assunção de uma imagem fundante. Quem vem primeiro, o *eu* ou o *sujeito*? Argumentamos que não teremos conclusão satisfatória lendo o texto do *Estádio*. Por hora, é mais importante questionar que, mesmo que possamos pensar que na última passagem é sobre o estatuto geral da identificação que se está tratando, que outra leitura a respeito do *eu* e do *sujeito* que podemos aqui fazer que não a de sua mutualidade?

Ainda que sob a égide desta correspondência, o *eu* segue sendo pensado neste texto associado ao estatuto de estátua do falante, ou mesmo à sua condição de alienação – mas, diremos aqui, de uma alienação que é fundamental para a constituição do sujeito. Assim, Lacan retrabalha na página seguinte a diferença entre os termos, implicando que o *eu* “só se unirá assintoticamente ao devir do sujeito, qualquer que seja o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele tenha que resolver, na condição de [*eu*], sua discordância de sua própria realidade”⁵⁵⁴. Temos uma primeira e importante grade a registrar: enquanto o *eu* fica situado por termos estáticos, o *sujeito* é contrário a tal situação, não sendo passível de ser inteiramente localizável em quaisquer tipos de objetificação – característica aqui também associada aos modos de apresentação do *eu*.

⁵⁵² Lacan, J. (1966 [1948]/1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar. (p. 97).

⁵⁵³ *Ibidem*.

⁵⁵⁴ *Idem*, p. 98.

Ora, no exercício de realocamos o *eu* às conformidades das teorias da *performatividade*, não mais foi em relação à sua inserção na psicologia que tivemos que seguir debatendo contra, mas, sim, a sua condição de *intencionalidade* (Austin), de *referência estável* (Benveniste) ou de *soberania* (Butler) nos usos da linguagem. Superamos isso justamente ao encontramos alguns artifícios teóricos que, afinando-se à ideia do estatutário lacaniano, atribui a este *eu* uma localização possível. Entre o que lemos e destacamos em Austin, evidenciamos o ponto da *personalidade do proferimento*, mas também contamos com a noção de *pessoa, figuração e autoridade* que depreendemos da discussão em Benveniste, e ainda a ideia de *nomeação* presente na teoria butleriana – todos estes nos auxiliam tanto a reinsserir o *eu* no panorama da *performatividade* como a não perder de vista sua característica *consistência*.

Avancemos ao escrito do *seminário sobre 'A carta roubada'* (1955) para nele prosseguirmos o trabalho do panorama performativo sob a assinatura psicanalítica. Neste texto, assim como em *O Tempo Lógico* (1945), conseguimos destacar a presença da noção de *intersubjetividade*, que aqui é pensada enquanto os *lugares* ou *posições* nos quais “os sujeitos se revezam”⁵⁵⁵ – sendo mais que lícito estranharmos o plural em ‘*sujeitos*’. Dessa forma, a intersubjetividade se caracteriza por estruturar e por ser a estrutura de um conjunto de relações entre as *posições* nas quais o sujeito pode ocupar. Mais ainda, tal noção indica que o conjunto de posições mesmas não se estabelecem se não articuladas:

o inconsciente é o discurso do Outro. E não recordaremos agora o que a ela acrescenta a noção de *imissão dos sujeitos*, outrora introduzida por nós ao retomarmos a análise do sonho da injeção de Irma.

O que nos interessa hoje é a maneira como os sujeitos se revezam em seu deslocamento no decorrer da repetição intersubjetiva.⁵⁵⁶

Antes, é fundamental comentarmos que neste escrito Lacan se vale de sua leitura em cima do conto de Edgar Allan Poe cujo nome intitula o escrito: *A Carta Roubada*⁵⁵⁷. A história é disparada quando a Rainha recebe uma carta que em hipótese alguma poderia chegar ao conhecimento de seu Rei. Propriamente, o conteúdo da carta é desconhecido.

⁵⁵⁵ Lacan, J. (1966[1955]/1998). O seminário sobre "A carta roubada". In *Escritos* (pp. 13-68). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 38).

⁵⁵⁶ *Idem*, p. 18.

⁵⁵⁷ Poe, E. A (2003). *A carta roubada e outras histórias de crime e mistério*. Porto Alegre: L&PM.

Tanto fazendo se de amor ou se de conspiração, o importante é que esta é proibida aos olhos do Rei desde o pacto de fidelidade que a Rainha com ele mantém – “a existência da carta a situa numa cadeia simbólica distinta da que constitui seu juramento”⁵⁵⁸. Percebemos que a *posição-Rainha* implica em um conjunto de possibilidades e impossibilidades para cujo ocupante é suposto respeitar⁵⁵⁹.

Outras posições são apresentadas na medida em que a narrativa vai se desenrolando, de modo a estabelecer *duas cenas cuja estrutura de relações é idêntica*. Temos, no primeiro ato, a seguinte montagem: o Rei, a Rainha e o Ministro. Este último é quem percebe a relação da Rainha com a Carta e então se aproveita de seu silêncio forçado para, então, estando no mesmo recinto que o casal real, surrupiar a Carta e trocá-la por um pedaço de papel qualquer – tudo isso observado pela Rainha, na medida em que nada podia fazer sem denunciar o escândalo contido na missiva. O segundo ato se dá quando a Polícia, a mando da Rainha, passa a tentar reaver a Carta por todos os meios que lhe cabiam, consistindo em revistas periódicas na residência do Ministro, bem como de sua própria pessoa quando perambulando pelas ruas. Em meio aos sucessivos insucessos, o chefe-inspetor da Polícia decide procurar por um terceiro para quem pedir pela resolução do caso, a saber, o detetive Dupin.

Obtemos, assim, todos os elementos da segunda montagem: a Polícia, o Ministro e Dupin. Pelo andar da estória, é natural que seja este último quem consiga resolver o caso, no que ele se dá conta que ao invés de procurar dentro do paradigma da *exatidão* policial (dilacerar os estofados, despregar os quadros ou esvaziar os bolsos do Ministro), é pelo jogo intersubjetivo, que Lacan também qualifica como o paradigma da *verdade*⁵⁶⁰, que o detetive faz avançar a solução: a Carta sempre esteve na residência do Ministro, cuidadosamente posicionada em uma mesa de centro, ou seja, totalmente às vistas do time de vasculhadores – ainda que disfarçada e revirada. Ato contínuo, Dupin arma uma distração para poder substituir a Carta por uma releitura imitação, passando a negociar o retorno da verdadeira à Polícia em troca de honorários.

Ficam assim esquematizadas ambas as cenas, em função da estrutura de suas relações e dos lugares que nela estão destacados:

⁵⁵⁸ Lacan, J. (1966[1955]/1998). O seminário sobre "A carta roubada". In *Escritos* (pp. 13-68). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 31).

⁵⁵⁹ Possibilidades e impossibilidades que, durante a seção mais matemática de *Carta roubada*, Lacan trabalha nos termos linguísticos da *sintaxe* (ver p. 53).

⁵⁶⁰ *Idem*, p. 22.

O primeiro é o de um olhar que nada vê: é o Rei, é a polícia.

O segundo, o de um olhar que vê que o primeiro nada vê e se engana por ver encoberto o que ele oculta: é a Rainha, e depois, o ministro.

O terceiro é o que vê, desses dois olhares, que eles deixam a descoberto o que é para esconder, para que disso se apodere quem quiser: é o ministro e, por fim, Dupin.⁵⁶¹

Mais uma vez, quando comenta sobre as três posições demarcadas, Lacan apresenta diferentes maneiras de inserir a noção de sujeito na concatenação deste seu escrito: “Três tempos, ordenando três olhares, sustentados por três sujeitos, alternadamente encarnados por pessoas diferentes”⁵⁶² – aqui o sujeito é confundido com as posições estabelecidas em ambas as cenas. Contudo, lembramos que logo depois é o *sujeito*, e não as *pessoas*, quem é dito revezar-se. Ainda outro reposicionamento é dado mais adiante do texto, quando a própria Carta passa a ser qualificada como o *verdadeiro sujeito*⁵⁶³ presente no conto de Poe, e não seus vários personagens ou posicionamentos a eles disponíveis.

Sujeito, pessoas, posição... como articular, agora em Lacan, todos os seguintes fatores com os quais viemos trabalhando sob a alcunha da performatividade e sob o interesse da identidade? Para começar a desembaraçar tal emaranhado, será a partir do conceito lacanianamente retrabalhado de *significante* por onde conseguiremos melhor acomodar os termos precedentes no panorama psicanalítico. Já nesse momento de sua obra, o *significante* comparece para sustentar que a ordem simbólica dispõe os determinantes que dão condições ao advento do sujeito – o que fica demonstrável quando a passagem da “determinação fundamental que o sujeito recebe do percurso de um *significante*”⁵⁶⁴ é desdobrada pela seguinte citação:

Se o que Freud descobriu, e redescobre com um gume cada vez mais afiado tem algum sentido, é que o deslocamento do *significante* determina os sujeitos em seus atos, seu destino, suas recusas, suas cegueiras, seu sucesso e sua sorte, não obstante seus dons inatos e sua posição social, sem levar em conta o caráter ou o sexo, e que por bem ou por

⁵⁶¹ *Idem*, p.17.

⁵⁶² *Ibidem*.

⁵⁶³ *Idem*, p. 33.

⁵⁶⁴ *Idem*, p. 14.

mal seguirá o rumo do significante, como armas e bagagens, tudo aquilo que é da ordem do dado psicológico.⁵⁶⁵

Lacan é acima bastante enfático em apontar os efeitos de dessubjetivação que o significante produz em relação aos mais variados marcadores que são supostos determinar as ações de alguém – *dons inatos*, *posição social*, *caráter* ou *sexo*. Primeiramente, comentaremos que essa afirmação manca por conta de que os marcadores listados, que em tese sofrem por dessubjetivação, são os mesmos que quase sempre funcionam enquanto significantes identificatórios do sujeito. Porém, a riqueza do argumento de Lacan reside em apontar para o abafamento das capacidades funcionais e dos atributos psicológicos do indivíduo no momento em que se encontra posicionado pelo significante. Isso fica ilustrado no conto a partir da *identidade das posições* em ambas as cenas, ou seja, as personagens Rainha e Ministro, quando detêm a Carta, passam a agir de forma identificável e homóloga – a um só tempo tapeando e sendo tapeados.

Levando em consideração somente o texto lacaniano da *Carta roubada*, defendemos ser impossível de lá distinguir claramente *sujeito* de *pessoa*⁵⁶⁶ – a começar com as dificuldades que trazem a recorrência plural de ambos os termos, *sujeitos* e *pessoas*. A respeito disso, pensamos ser um reflexo de um momento teórico de Lacan no qual o autor ainda não tinha colocado a noção de *sujeito* à prova do desfiladeiro da negatividade e da topologia, pelo menos não no patamar imbricado que adotará mais adiante. Assim sendo, nos permitimos uma leitura própria para este trabalho, cujo interesse maior será seguir ressaltando questões referentes às *posições* ou *lugares*, decantadas a partir de Lacan.

De pronto, encontraremos a noção de *pessoa* presente no texto da *Carta roubada* bastante distanciado ao que viemos trazendo pelo conceito benvenistiano de nome homólogo, assim como, especialmente, ao que propomos já em Austin enquanto *pessoalidade*. Na medida em que essa *pessoa* de Lacan está mais próxima de um falante ou indivíduo particular, a *pessoalidade* é a posição de enunciação que confere tanto a possibilidade como o grau necessário de autoridade para que se realize um proferimento. Toda *pessoa* está já atravessada pela *pessoalidade*, ou seja, por um conjunto de condições

⁵⁶⁵ *Idem*, pp. 33-34.

⁵⁶⁶ Observamos ser essa vacilação também ocorrente em inúmeros seminários.

que bordejam desde onde esse alguém fala – o que é possivelmente localizável pela escuta do significante, tal como a operatória psicanalítica confere razão técnica.

Dito isso, para trabalhar a questão da *posição*, traremos os exemplos canônicos saussurianos que tratam do jogo de xadrez, empregado mais de uma vez quando o linguista se debruça sobre a *teoria do valor* – comentada por Lacan no seminário da *Identificação*. A noção de valor proposta pela linguística implode quaisquer pretensões de resolver a posição de um dado elemento através de uma significação, conceituação ou ideia que anteceda a inserção deste mesmo elemento em um *sistema* – esquema conceitual pelo qual Saussure pensava a relação da língua com o signo, do sistema com seu elemento. Esta é uma indicação mais do que paradigmática que ecoa com força no pensamento estruturalista e, conseqüentemente, na constelação lacaniana da psicanálise.

Saussure, no *Curso de linguística geral (CLG)*, evoca o jogo de xadrez na mesma seção em que divisa o estudo sincrônico da língua. Não coincidentemente, dando conta do que talvez represente sua maior contribuição para o corte convencionalmente chamado por ‘linguística moderna’, o autor precisou pensar metodologicamente como que essa nova abordagem proposta à ciência linguística viria a delimitar sua *unidade*. Por exemplo, não é difícil compreendermos que a unidade linguística escapa da noção de *palavra*, na medida em que *locuções, expressões, prefixos, fonemas*, entre outros são passíveis de se constituírem enquanto signos – entendido por um significante articulado a um significado. Dessa forma, como conferir estatuto de unidade dentro da língua? Ou então, como delimitar uma posição consistente de acordo com seu funcionamento? Uma primeira indicação advém da primeira analogia ao jogo de tabuleiro:

Mas assim como o jogo de xadrez está todo inteiro na combinação das diferentes peças, também a língua tem o caráter de um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas. Não podemos dispensar-nos de conhecê-las, nem dar um passo sem recorrer a elas; e, no entanto, sua delimitação é um problema tão delicado que nos perguntamos se elas, as unidades, existem de fato.

A língua apresenta, pois, esse caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam e que *é seu jogo que a constitui*.⁵⁶⁷

⁵⁶⁷ Saussure, F. (1916/2012) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. (p.152, grifo nosso).

A ideia de que uma *unidade* só adquire delimitação e concretude no jogar de um jogo nos parece vivaz para captar o funcionamento *performativo* da linguagem – e o xadrez, enquanto analogia estrutural, antes diferente de uma partida de damas, apresenta um conjunto de peças que se definem funcionalmente por oposição umas às outras, possuindo lugares determinados a partir de convenções estabelecidas. Por nossa sorte, Saussure propõe como uma das chaves conceituais que compõem a abrangência da noção de *valor* nada mais nada menos do que ela: a *identidade*. Valor e identidade são aproximados quando o autor segue no esforço de delimitar o estatuto da unidade sincrônica da linguística, tarefa que lhe rendeu um rastro de complexificações e paradoxos os quais esperamos ter anteriormente⁵⁶⁸ mostrado respingar diretamente em tal noção de *identidade linguisticamente concebida* – será nesse entrelaçamento que advirá a segunda reflexão sobre o jogo de xadrez.

Antes disso, o linguista genebrino confere um conjunto de ilustrações que são de grande ajuda para pensar nas ambiguidades da identidade e sua relação com o valor: 1) *se uma mesma palavra passa a ser pronunciada repetidas vezes em um curto espaço de tempo, ela ainda é a mesma, ainda que apresente graus de modificação em cada iteração – é o palestrante que clama por atenção (“Senhores, senhores!”), é a criança que pergunta se a viagem está por acabar logo (“Já chegamos? Já chegamos?”)*⁵⁶⁹; 2) *se um expresso faz um percurso determinado em um horário também determinado (‘Genebra-Paris, 8h45’), ele pode não ser materialmente o mesmo veículo, receber os mesmos passageiros ou ter o mesmo operador, mas assim é encarado pelo seu valor funcional estenografado por sua nomeação específica*; 3) *se uma rua é completamente destruída por um bombardeio, quando ela for futuramente reconstruída será a mesma rua, guardando sua identidade*; 4) *se alguém perde seu casaco para só depois achá-lo à venda em um brechó qualquer, esse ‘mesmo’ casaco, não mais pertencendo àquela pessoa, perde sua identidade ao ser reinserido em um contexto diverso*.

Tendo os exemplos em mente, obtemos um vislumbre de que as identidades assim concebidas passam ao largo de qualquer paradigma substancialista, antes constituindo artifícios que localizam posições linguisticamente atestadas – ou seja, o elemento só é em

⁵⁶⁸ Ver o capítulo 2 desta dissertação.

⁵⁶⁹ “Quando eu abro duas vezes, três vezes, quinhentas vezes, a boca, para pronunciar *aka*, a questão de saber se o que pronuncio pode ser considerado idêntico ou não-idêntico depende de um exame” (*Escritos de linguística geral*, p. 33).

uma estrutura dada de relações mais ou menos compartilhada pelos falantes. Mais ainda, observamos que a *identidade*, antes que um campo abrangente de questões, sendo essa a maneira como a abordamos neste trabalho, para a linguística saussuriana representa um conceito estabelecido e artifício metodológico em ambas as fontes do *CLG* e *ELG*. Dito isso, trazemos em extensão a segunda aparição do jogo de xadrez:

Tomemos um cavalo; será por si só um elemento do jogo? Certamente que não, pois, na sua materialidade pura, fora de sua casa e das outras condições do jogo, não representa nada para o jogador e *não se torna elemento real e concreto senão quando revestido de seu valor e fazendo corpo com ele*. Suponhamos que, no decorrer de uma partida, essa peça venha a ser destruída ou extraviada: pode-se substituí-la por outra equivalente? Decerto: não somente um cavalo, mas uma figura desprovida de qualquer aparência com ele será declarada idêntica, contanto que se lhe atribua o mesmo valor. Vê-se pois, que nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, *a noção de identidade se confunde com a de valor*.⁵⁷⁰

Por mais que a noção de valor desautorize a conceber posições fixadas a priori, Saussure indica que um de seus efeitos quando articulado à noção de sistema resulta na delimitação de um complexo de posições mais ou menos estáveis – é o *cavalo*, o *bispo*, o *rei*, a *rainha* –, que nada tem a ver com a identidade material das peças consideradas. Como mostramos acima, Lacan também se ocupou em pensar sobre este efeito de posições, sempre remetendo sua localização pela devida leitura do significante. Pensamos ser justamente esse um dos núcleos interpretativos da estória da *Carta Roubada*, o que nos faz concluir que as *rainhas* do conto Poe e do jogo de Saussure não estão tão apartadas quanto o pensamento intuitivo nos levaria a compreender.

Nos manuscritos saussurianos compilados pelo título *Escritos de linguística geral* (*ELG*) encontramos ainda uma terceira reflexão guiada pelo jogo de xadrez – a qual não citaremos apenas por mero protocolo, mas sim por acreditarmos ressaltar um outro aspecto das identidades e delimitações linguisticamente inspiradas. Ainda, é interessante ressaltar a alta frequência que no *ELG* Saussure traz a identidade não só enquanto

⁵⁷⁰ Saussure, F. (1916/2012) *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. (p. 156, grifos nossos).

sinônimo de *unidade* ou *entidade*, mas enquanto assumindo a própria noção que guia o pensamento linguístico em seus recortes metodológicos⁵⁷¹. Segue a citação:

Assim como, no jogo de xadrez, seria absurdo perguntar o que seria uma dama, um peão, um bispo ou um cavalo, considerados fora do jogo de xadrez, assim também não tem sentido, quando se considera verdadeiramente *a língua*, buscar o que é cada elemento por si mesmo. Ele nada é além de uma peça que vale por oposição às outras, segundo certas convenções.

Se não fosse pelo fato, em suma contingente, de que os materiais da língua se transformam e acarretam, só por sua mudança, uma metamorfose inevitável nas próprias condições do jogo, não seria necessário, e jamais se teria considerado, escrutinar a natureza exata desses materiais: seria um esforço positivamente inútil.⁵⁷²

Nessa série captamos um Saussure que pensa na *mutabilidade* disso que ele chama de ‘materiais da língua’, que provocam diferenças nas ‘próprias condições do jogo’ – contanto *que se jogue*, ou então, *que se diga*, levando em consideração o paradigma da *performatividade*. Indo além, se para o linguista a *identidade* de um elemento é estabelecida por uma *posição* relativa às demais, constituída pelo jogo convencional da língua, não poderíamos conceber a *noção de valor* também atravessada pelos efeitos performativos? Pensamos que sim, na medida em que dela recolhemos os seguintes pontos: 1) *temporalidade retroativa*; 2) *concretude relativa*; e 3) *convencionalidade mutante (citacionável, mas com seu grau de fixidez)*. A *identidade* saussuriana não só possui genética paradoxal, mas também se comporta à maneira operatória performativa:

Onde é que *existe* uma composição musical? É a mesma questão de saber onde existe *aka* [um significante qualquer]⁵⁷³. Na verdade, essa composição só existe quando é executada; mas considerar essa execução como sua existência é falso. Sua existência é a *identidade* das execuções.⁵⁷⁴

⁵⁷¹ Nas páginas 21, 23, 33, e 34 do CLG, por exemplo.

⁵⁷² *Idem*, p. 63.

⁵⁷³ Aqui pensar em um significante qualquer, o exemplo de ‘*aka*’ (*ELG*) é análogo ao do ‘*senhores*’ (*CLG*).

⁵⁷⁴ Saussure, F. (2004). *Escritos de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix. (p. 33, colchetes nossos.)

Para ambos Lacan e Saussure, tal *execução* esteve sempre relacionada ao colocar em marcha da linguagem ou da língua, a saber, através da função e efeitos da *fala*. No campo linguístico, a *fala* enquanto conceito saussuriano guarda relações com o que mais tarde Benveniste propõe por *sujeito* – no que vão dizer de uma apropriação particular da língua⁵⁷⁵ e participarão do desenvolvimento dos estudos enunciativos. Podemos ainda articular a *fala* lacaniana, a *enunciação* benvenistiana e o *proferimento* austiniano como estando trabalhando em níveis homólogos.

Por sua vez, Lacan confere lugar central para a *fala* em seu tratado paradigmático *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1955), na medida em que o autor lá se ocupa de realizar uma longa e ácida interpretação das psicanálises de sua época. Feito o devido diagnóstico, que compreende a “teleologia desenvolvimentista”, a “ajuda samaritana”, a “pedagogia materna”, a “contratransferência como bússola clínica”⁵⁷⁶ e a “busca pelo infável”⁵⁷⁷, Lacan sugere ser todo esse conjunto de técnicas criticadas sintomas do abandono da *fala* como categoria clínica – assim passando a canalizar os esforços de seu projeto para recolocar a função da fala no seio ético e epistemológico da psicanálise.

Para embasar nosso interesse por uma teoria das posições linguisticamente localizáveis, ou localizáveis pelo significante, encontramos nesse texto lacaniano algumas preciosas indicações. A começar com referências à dimensão criativa e renovativa da linguagem, levando em consideração a báscula imanente entre *fala* e *ação*:

Assim, a inversão goetheana de sua presença nas origens – “No começo era a ação” – inverte-se, por sua vez: era realmente o verbo que estava no começo, e vivemos em sua criação, mas é a ação de nosso espírito que dá continuidade a essa criação, renovando-a sempre. E só podemos voltar as costas para essa ação deixando-nos impelir cada vez mais adiante por ela.⁵⁷⁸

⁵⁷⁵ A questão da *fala* em linguística é vastíssima, a começar com o próprio intento saussuriano de dividir estudos diferentes para a ‘Linguística da fala’ e a ‘Linguística da língua’ (ver p. 50 do *CLG*). Devido à complexidade do debate, encontramos alguns autores que se perguntam caso as duas ‘Linguísticas’ estariam tão disjuntas assim, como Michel Arrivé (1999).

⁵⁷⁶ Lacan, J. (1966[1953]/1998). *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In: *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 244)

⁵⁷⁷ *Idem*, p. 249.

⁵⁷⁸ *Idem*, pp. 272-273.

Essa citação condensa um tipo de pensamento performativo que é recorrente ao longo do ensino lacaniano, no que dá conta e sugere um tipo de temporalidade específica à consideração psicanalítica. Não somente isso, mas a articulação da linguagem como uma potência criadora é o que faz sua temporalidade desenvolver lugares não eternamente fixos, mas de uma consistência retroativamente atestável. Também, como um exemplo primoroso da sabedoria cotidiana instalada pela língua, lembramos da equação popular, que diz que ‘aquele que não quer falar é aquele que não quer se posicionar’. Para Lacan, é o interjogo entre *temporalidade* e *consistência* que faz lastro às noções tais como essa e as que trabalha diretamente em *Função e campo* – como por exemplo a *fala invertida*.

A expressão *fala invertida* trata de um fenômeno da fala que diz respeito à delimitação recíproca de *posições* ou de *lugares* subjetivos. O exemplo canônico é o dizer “Tu és minha mulher”, que automaticamente desvela uma posição correspondente para o falante: “E eu, teu homem”⁵⁷⁹. Podemos pensar em uma série de outros proferimentos que funcionam da mesma forma: “Vocês são meus alunos” logo “Eu sou vosso professor”, “Tu não me escutas” logo “Eu não me faço escutar, ou não sou capaz de falar”. Naturalmente, o cunho ilustrativo e simplificador destes fica escancarado quando pensada a fineza do trabalho clínico em relação à constituição de uma posição desde onde supomos advir o sujeito, desde onde decorre uma enunciação – muitas vezes envolvendo personagens muito particulares que vêm a atuar em transferência. Contudo, os exemplos da *fala invertida* não deixam de fornecer um modelo que indica com clareza o jogo de recortes identificatórios – isto é, a própria produção das identidades – que é desenrolado apenas quando a *fala*, enquanto apropriação particular da língua e de sua constelação de valores, faz-se concretizada.

Disso acreditamos compartilhar Butler, na medida em que sua releitura da interpelação althusseriana indica o quanto que as posições e nomeações estão já imbricadas no discurso que localiza o sujeito – ou seja, não necessariamente um outro exterior precisa ativamente colocar para alguém como deve ou parece ser (como o quer Althusser), mas, ao contrário, este alguém já se encontra contingenciado a um Outro que há muito lhe falou⁵⁸⁰. Isso é denunciado pela *fala*, e, fazendo parte desta, do *falar*, enquanto *ação* da *fala*. Nesse espírito performativo, Lacan aponta que o

⁵⁷⁹ *Idem*, p. 299

⁵⁸⁰ Lembrando na *Carta Roumada*: ‘o inconsciente é o discurso do Outro’, ver p. 18.

caráter *primeiro* dos símbolos aproxima-os, com efeito, dos número dos quais todos os outros se compõem, e portanto, se eles são subjacentes a todos os semantemas da língua, poderemos, por uma discreta pesquisa de suas interferências, ao logo de uma metáfora cujo deslocamento simbólico neutralize os sentidos segundos dos termos que ela associa, *restituir à fala seu pleno valor de evocação*.⁵⁸¹

Não poderíamos fazer mais jus à teoria da performatividade do que com tal indicação da função *evocativa* da fala, motivo que se apresenta enquanto “a forma essencial de onde deriva toda fala humana, em vez de chegar a ela”⁵⁸² – ou seja, não é a uma consistência já posta que a fala atinge, mas, sim, é um exercício reiterado e reinventivo de localizações que ela opera. Ainda neste espectro, Lacan tematiza em *Função e campo* uma antinomia de inspiração também saussuriana quando opõe o que chama de *muro da linguagem à fala*, na medida em que “a linguagem se torna mais funcional, ela se torna imprópria para a fala e, ao se tornar demasiadamente particular, perde sua função de linguagem”⁵⁸³. Todo reinvocar das marcas só o pode ser através do exercício da *fala*, como visto no paradoxo linguístico da identidade, quando recitado um mesmo significante em um espaço de tempo próximo (“*Senhores, senhores!*”).

É por essa ambígua e retroativa via que a *fala* situa uma posição identificatória na qual o falante pode assumir-se sujeito na linguagem. Ao mesmo tempo, o mecanismo e jogo da *fala* potencialmente modifica essa mesma posição, talvez pelas mesmas razões que encontramos junto à Derrida, o qual refere que a vida de qualquer marca surpasa onde quer que ela venha a fixar-se ou onde quer que ela tente estabelecer mitos de origem. Nesse espírito revisionista, a psicanálise lacaniana pôde rever uma série de indicações técnico-teóricas que tocavam em como escutar o sujeito em sua perspectiva histórica própria – que não poderia ser nem a da teleologia nem a do desenvolvimento linear:

O que se realiza, em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que me estou transformando.⁵⁸⁴

⁵⁸¹ *Idem*, p. 296, grifo nosso.

⁵⁸² *Idem*, p. 299.

⁵⁸³ *Idem*, p. 300.

⁵⁸⁴ *Idem*, p. 301.

Propomos que este senso temporal também está presente em outro escrito lacaniano o qual traremos para o diálogo, *Subversão do sujeito e a dialética do desejo* (1960), mais especificamente quando neste obtemos uma leitura de um dos vetores do *grafo do desejo* que pensamos ainda não inteiramente explorado. Nesse texto Lacan se vale dos autores Jakobson, Benveniste, Pichon e Damourette, para se afinar principalmente à “definição estritamente linguística do [eu]”⁵⁸⁵, bem como à divisão colaborativa entre *sujeito do enunciado* e *sujeito da enunciação*⁵⁸⁶. É precisamente em tal região conceitual de trabalho que o psicanalista francês irá propor que a localização desse último – do *sujeito da enunciação* – é passível de ocorrer via qualquer significante, não estando constricto à presença frasal explícita ou implícita da primeira pessoa pronominal.

Tratando-se de psicanálise, será somente dentro de tal trama que poderemos situar a *identidade* e sua *atualização no tempo*, ou então, dito de outro modo, situar o *vir a ser*. Tudo isso adquire ainda mais interesse quando percebemos que a noção de *enunciação*, sendo um dos agentes principais dessa trama, apresenta-se como um objeto inapreensível ao se caracterizar propriamente pelo esvanecimento – através do qual Lacan localiza o *fading* do sujeito⁵⁸⁷. Sem dúvidas, quando evocamos o funcionamento citacionável *do que se diz*, é possível entender que cada iteração não só modifica o que é dito, mas igualmente desloca o sujeito da enunciação. Ainda que se trate de uma citação direta, nunca será o mesmo *eu* que fala o *eu* que falou. Tendo em mente a relação complexa entre o *eu* e seu enunciado, podemos assim retornar ao oracular ‘*Wo Es war, soll Ich werden*’, com o qual abrimos este subcapítulo:

Lá onde isso era [*Wo es war; Lá ou c’était*], estava no instante exato, lá onde isso era, estava um pouquinho, entre a extinção que ainda brilha e a eclosão que tropeça, [Eu] posso vir a sê-lo, por desaparecer de meu dito.⁵⁸⁸

Observamos que essa tentativa de localizar o *eu* em relação ao esvanecer do *sujeito* também se evidencia na montagem do *grafo do desejo*, especificamente no que traz de

⁵⁸⁵ Lacan, J. (1966[1960]/1998). *Subversão do sujeito e dialética do desejo*. In: *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 814)

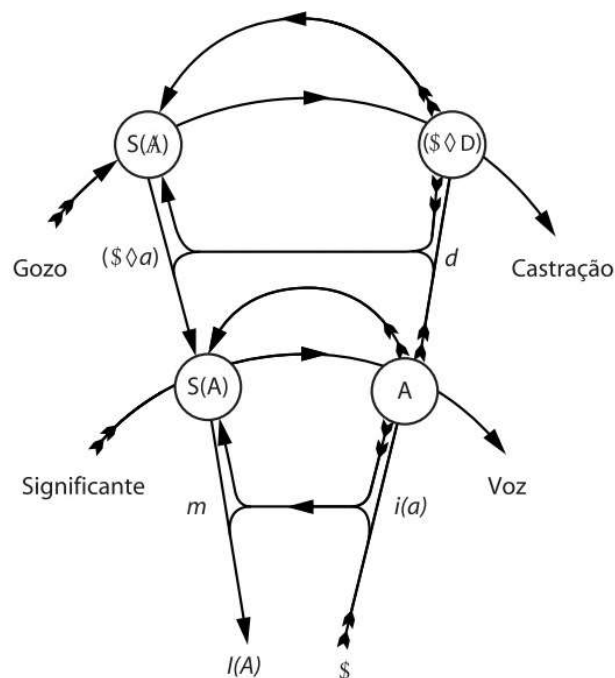
⁵⁸⁶ *Idem*.

⁵⁸⁷ *Idem*, p. 815 e 830.

⁵⁸⁸ *Idem*, p.816., primeiro colchete nosso.

questões o *ideal-de-eu* ($I(A)$). Sabemos ser este último uma derivação conceitual da leitura lacaniana acerca do texto metapsicológico *À guisa de introdução ao narcisismo*, no qual Freud teria se valido tanto da expressão *eu-ideal* como *ideal-de-eu*⁵⁸⁹, ainda que ele lá não demonstrou se preocupar em diferenciá-los com muita acuidade. No entanto, é factual que os termos aparecem concatenados em momentos diferentes no texto do *Narcisismo* e, naturalmente, daí se pôde extrair sentidos diversificados. Tentando pensar estritamente a partir de Freud, se o *eu-ideal* é o herdeiro dos investimentos narcísicos infantis, decantando um estatuto de perfeição e completude, o *ideal-de-eu*, por sua vez, é uma instância tanto reguladora do *eu* como vinculada a sua atividade sublimatória – logo sendo constituída em torno dos signos e convenções culturais.

Sendo notável, podemos apontar que ambos os termos remetem a espacialidades distintas, se o primeiro, *eu-ideal*, é escancaradamente horizontal e especular, já o segundo, *ideal-de-eu*, aparece como que em sobrevoos, elevado acima, onde o *eu* parece ir em direção, apenas para repetidamente se dar conta do impossível que a verticalidade não cessa de lhe impor. Pensamos que o grafo do desejo capta essa diferença fundamental de posições entre um e outro ($i(a)$ e $I(A)$), mas agora revista sob um regime de espacialidade topologicamente disposta.



⁵⁸⁹ Freud, S. (1914). *À guisa de introdução do narcisismo*. In: *Obras metapsicológicas volume II*. Rio de Janeiro: Imago. (p. 112 e 113, respectivamente).

Vejamos o que Lacan escreve ao comentar o vetor e a posição de $I(A)$:

Tomem apenas um significante como insígnia dessa onipotência, ou seja, desse poder todo em potência, desse nascimento da possibilidade, e vocês terão o traço unário, que, por preencher a marca invisível que o sujeito recebe do significante, aliena esse sujeito na identificação primeira que forma o ideal do eu.

O que é inscrito pela notação $I(A)$, com a qual devemos substituir, nesta etapa, o \$, sujeito barrado do vetor retrógrado, fazendo com que ele se transponha de sua extremidade para sua partida.⁵⁹⁰

Lembramos ter discutido a função do *traço unário* em um capítulo precedente desta dissertação⁵⁹¹, no que ele remete enquanto mesmidade compartilhada por todos os significantes, a saber, sua condição própria de *diferença*, ou então, de *identidade* relativa, constituída por oposição aos demais elementos do sistema. É isso que faz com que o sujeito da psicanálise se manifeste de forma heterodoxa, já que do traço unário do significante ele recebe seu estatuto *potencial* – ‘desse poder todo em potência’. Eis a identificação primeira que aliena o sujeito e forma seu *ideal-de-eu*, que é a *identificação com a diferença*. Ou seja, vemos que o vetor que liga o início do grafo (\$) ao seu final ($I(A)$) indica um caminho por onde se faz necessário ao sujeito sustentar uma *diferença em potencial* – tal afirmação está longe de ser sem relação para uma apreensão renovada da *identidade* imbricada à *diferença*.

De modo a seguirmos esclarecendo este ponto, citamos Alfredo Eidelsztein sobre $I(A)$ e o *traço unário* que lhe é correspondente:

$I(A)$ está como último termo do lado das respostas do grafo porque, dessa maneira, Lacan nos permite articulá-lo com a função do “traço unário” que, no extremo do grafo, indica sua função inaugural na identificação do sujeito. Como último termo, está no mesmo nível que \$, porém, como as funções de $I(A)$ e de \$ são contrárias, não as une nenhum vetor.⁵⁹²

⁵⁹⁰ Lacan, J. (1966[1960]/1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo. In: *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 822)

⁵⁹¹ Ver o capítulo 2, referente à *Identificação*.

⁵⁹² Eidelsztein, A. (2018). *Modelos, esquemas e grafos no ensino de Lacan*. São Paulo: Toro. (p. 155.)

Novamente, junto aos autores, entendemos que em $I(A)$ temos o *traço unário* como elemento definitório e basal. Nunca será suficiente esclarecer que o *traço unário* não é um significante primordial, como que um protosignificante, e tampouco funciona como uma substância anterior ao advento do significante – o *traço unário* é a essência diferencial de todo e qualquer significante. Interessante de notar que se aqui Eidelsztein ressalta o nivelamento topológico entre $\$$ e $I(A)$ é apenas para tão logo os opor. Não obstante, estamos trazendo todo este debate somente para poder atualizar mais uma vez a oposição entre *sujeito* e *eu*, aqui representados pelas posições $\$$ e $I(A)$, que encaramos valiosa para a nossa questão de pesquisa – além disso ressaltamos que não é de nossa proposta destrinchar o *grafo do desejo*, por mais interessante que o fosse.

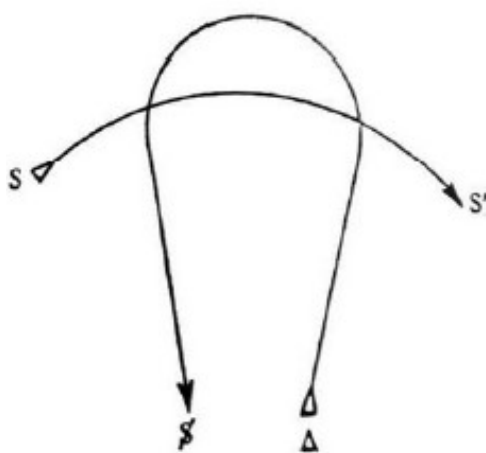
Para atravessarmos essa seara, recolocaremos uma noção trabalhada anteriormente, a saber, o *sujeito enquanto proposto* – visto na seção de Benveniste⁵⁹³. O que quisemos dizer com isso? Primeiramente, que o *sujeito* não funciona em psicanálise tal como um indivíduo, uma pessoa ou mesmo um falante particular, ou seja, apesar de com ela guardar relações não é a uma *teoria da singularidade* que o sujeito da psicanálise está propriamente articulado. Para Lacan, o sujeito passa a também ser um produto de uma específica *teoria da linguagem*. Na medida em que o significante é forçosamente ‘*aquilo que representa um sujeito para outro significante*’, o sujeito se encontra articulado entre significantes; está representado através de um significante cujo valor se determina em cadeia com outros significantes.

Assim, pensamos junto à noção de *índice de subjetividade* em Benveniste, aliada à sugestão de Lacan, que qualquer significante pode fazer as vezes de representar o sujeito contanto que ele esteja convocado pelo trabalho de escuta em transferência. É por essa razão que o sujeito é pensado *proposto* no trabalho analítico, na medida em que através da escuta analítica determinado significante adquire densidade em relação aos demais – e, quando assim decantado, tal significante parece ordenar e conferir consistência para todo o sistema de associações desveladas no discurso transferenciado. Também é o caso de apontar que o elencar do sujeito pela psicanálise lhe aproxima à *filosofia da linguagem ordinária*, no que ambas deixam de conferir de antemão estatuto de importância para algumas palavras específicas, exemplarmente as de cunho metafísico como *verdade* e *ser*. Será dentro desse posicionamento de escuta que o sujeito instanciado e localizado pelo significante vem a servir enquanto ferramenta, enquanto instrumento da clínica:

⁵⁹³ Visto na p. 153 deste trabalho.

Trata-se aqui daquele ser que só aparece no lampejo de um instante no vazio do verbo ser, e eu disse que ele formula sua questão ao sujeito. Que significa isso? Ele não coloca *diante* do sujeito, pois o sujeito não pode vir para o lugar onde ele a coloca, mas coloca-a *no lugar* do sujeito, ou seja, nesse lugar, ele coloca a questão *com* o sujeito, tal como se enuncia um problema *com* uma caneta e como o homem de Aristóteles pensava *com* sua alma.⁵⁹⁴

Se o sujeito é concebido por proposição dentro do panorama clínico psicanalítico, voltamos a recolher no *grafo* o que Eidelsztein infere pelas ‘funções opostas’ entre os elementos paralelos $\$$ e $I(A)$. No escopo deste trabalho, interpretamos que o percurso no *grafo* representado pelos vetores inicial ($\$$) e final ($I(A)$) é análogo ao aforismo freudiano do ‘*Wo es war, soll Ich werden*’. Para seguirmos nossa hipótese, antes lembramos que Lacan, tanto em seu escrito como no correspondente seminário sobre *O desejo e sua interpretação*⁵⁹⁵, dispõe algumas etapas preliminares à construção final do grafo. O que nos interessa desde já é o que mostra sua etapa originária, indicando a passagem da *libra de carne* (Δ), enquanto organismo mítico, para o *sujeito* ($\$$), na medida em que aquela primeira passa a ser falada, mapeada e posicionada por um conjunto contingente de significantes – *o sujeito é a proposição do Outro*.



⁵⁹⁴ Lacan, J. (1966[1957]/1998). Instância da letra. In: *Escritos* (pp. 496-533). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 524).

⁵⁹⁵ Lacan, J. (1958-59/2016). *O seminário. Livro 6: O desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Assim, lembramos que isso que o inconsciente vai escrevendo através dos artifícios da *fala* guarda relações ao modo de como um falante em particular foi falado – sendo esse contingenciamento condição de possibilidade para que advenha o sujeito, mostrando assim a contradição que o divide com a pergunta ‘*afinal, quem está falando?*’. É interessante de marcar que o arco desenhado entre $\$$ e $I(A)$ compreende toda a série conceitual que descreve os efeitos do Outro em qualquer falante, por onde se lê a *demanda*, o *desejo* e a *fantasia*. Portanto, ao voltarmos à pergunta de por que o *grafo* termina com o *ideal-de-eu* ($I(A)$), conseguimos traçar algumas reflexões que acreditamos ter respaldo nas indicações de Lacan similares à seguinte passagem, que começa a esboçar sobre a posição do *eu* nisso que fala o sujeito:

Ora, essa causa é o que é abarcado pelo *soll Ich*, pelo *devo* [eu] da fórmula freudiana, que, por inverter seu sentido, faz brotar o paradoxo de um imperativo que me pressiona a assumir minha própria causalidade.⁵⁹⁶

Comprendemos que o estatuto fundamental do sujeito é estar constrangido por um Outro que o fala, e que assim delimita suas posições – o que encontramos resguardo dentro do panorama butleriano, que pensa as *nomeações* como um decorrente produto da *vulnerabilidade linguística* inerente à condição subjetiva e ao jogo da fala. Contudo, o que nos indica o sentido do arco do *grafo*, aliado a uma renovada concepção de *ideal-de-eu*, é que se produz uma diferença naquilo que se recebe do Outro com a qual é possível fazer identificação. Ou ainda, o *ideal-de-eu* aponta a identificação com a diferença que se produz pelo sujeito naquilo que é o assunto do Outro, ‘naquilo que me fala devo *eu* advir’ – $\$$ até $I(A)$, não enquanto descrevendo uma teleologia finalista, mas, sim, uma *performatividade diferencial das causalidades que o sujeito assume e recolhe para si*. Não teríamos onde pisar melhor em se tratando de recolher, a partir do nosso percurso, uma apreensão crítica e uma definição possível da noção de *identidade* tal como essa.

* * *

⁵⁹⁶ Lacan, J. (1966[1965]/1998). A ciência e a verdade. In: *Escritos* (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p. 879).

À guisa de conclusão, podemos traçar uma analogia entre nossos ressaltos em *Carta roubada* e *Função e campo* com a última inferência acima remetida em relação ao grafo de *Subversão do sujeito* – na maneira que todos esses acabam por referenciar *temporalidade* e *consistência* no panorama psicanalítico lacaniano. A questão da identidade, quando pensada desde o paradigma da *posição* linguisticamente localizável e da *fala* que faz performar só-depois essa mesma localização⁵⁹⁷, está diretamente concatenada ao movimento de *retroação* apontado em vários momentos junto ao grafo – não só na passagem correspondente ao $\$$ e $I(A)$, mas também em um dos grandes exemplos de como a psicanálise utiliza a linguística, a saber, o *ponto de estofa*⁵⁹⁸. Ficando igualmente bem representado pela última figura que trouxemos, esse *estofa* que nos diz Lacan representa que só é possível realizar uma *consistência* quando uma *temporalidade* retroativa é posta em ação – *quando dizer não é meramente constatar, mas, sim, fazer*.

Posição, fala e retroação, três ingredientes provindos do campo psicanalítico a partir dos quais conferimos livre passagem para podermos aí fazer valer a temática da *identidade* e o da diferença que lhe é constitutiva.

b. Um-possível [*um-possible/impossible*] da Identidade

‘Existe denominação para o núcleo duro e verdadeiro do ser de cada um?’ ‘Como podemos chamar algo de uma substância inalterável que uma pessoa carrega consigo, desde seu nascimento até o fim de seus dias?’ Ou ainda ‘Qual é o nome disso que se utilizam para rotular e constranger a multiplicidade que é a subjetividade do indivíduo?’ Foram com perguntas provenientes desse espectro temático que começamos a trabalhar nossa dissertação – na tentativa de rearticular o valor que assume a *identidade* dentro da produção de conhecimento, mais especificamente no panorama psicanalítico. Enquanto atribuímos a *identidade* como resposta imediata para todas as perguntas postas acima, tal

⁵⁹⁷ Novamente vem a nós uma lembrança butleriana, agora sobre o *adress* e sua inflexão verbal *to adress*, que em português fica a cargo da dupla *endereço* e *endereçar* (ver p. 171 deste trabalho).

⁵⁹⁸ Representando tanto a relação de pontuação na frase, como mais especificamente a relação entre o *tesouro dos significantes* (A) e *sintoma* ($s(A)$): Observe-se a dissimetria entre um, que é um local (mais lugar do que espaço), e o outro, que é um momento (mais escansão do que duração). (ver p.830 dos *Escritos*)

noção seguirá sendo impossível de suportar e trabalhar nos mais variados campos de pensamento crítico.

Esperamos ter defendido que a *identidade*, especialmente tomada amplamente como estenografia de um conjunto complexo de questões, abarcando debates com a *diferença*, a *identificação*, o *semblante*, o *eu*, a *enunciação* e o que refletimos por *personalidade* ou *posição*, é passível não só de mobilizar debates dos mais interessantes, mas também propor ao psicanalista praticante para que esteja *advertido diante dos efeitos performativos da linguagem*. Por isso tudo, concluímos que vale sim a *identidade* adentrar na discussão, e pensamos que o nosso percurso dá provas disso.

Dessa forma, nos posicionamos contrários a um duplo movimento retórico em relação à noção de identidade que percebemos eclodir no contemporâneo. O primeiro argumento, rebatido ao longo desta dissertação⁵⁹⁹, é relegar a *identidade* como algo próprio ao registro lacaniano do *imaginário*, ou estando vinculado somente a esse registro. No mínimo, pensamos ser este um movimento condescendente não só com os rastros e vinculações de nossa pesquisa, mas com a pregnância de utilizações do termo na atualidade. Pelo lado mais conceitual, citamos a noção de *semblante* como padecendo das mesmas alocações, ainda que esteja teoricamente ligado, pasmem, à *verdade*, ao *discurso*, ao *simbólico* e ao *real*⁶⁰⁰. Até mesmo em relação à *identidade* per se, já tínhamos apontado sua inserção no seminário da *Identificação* sob o destaque de um problema lógico e matemático – se um elemento *A* é igual ao elemento *A* ($A=A$)⁶⁰¹ –, questionamento que inferimos inspirado também pela linguística saussuriana.

A segunda linha interpretativa é mais dispersa em suas objetivações, mas, em linhas gerais propõe seccionar uma parte teoricamente válida de outra a ser criticada. Percebemos que alguns comentadores do campo psicanalítico bipartem *identidade* e *identificação*, e mais recentemente observamos a tripartição entre *identidade*, *identificação* e *identitário*. Não tendo ainda comentado a última ocorrência, pensamos que essa apenas atualiza e desloca a função de bode expiatório para o *identitário*, acarretando uma sequência renovada de mal-entendidos – tanto comprometendo os setores de movimentos políticos que passam a ser lidos como mera ‘*política identitária*’,

⁵⁹⁹ Ver capítulo 3, sobre o *Semblante*, no qual é mais discutida a questão do *imaginário*.

⁶⁰⁰ Badiou, A. (2017). *Em busca do real perdido*. São Paulo: Autêntica.

⁶⁰¹ Lacan, J. (1961-1962/2003). *O Seminário – Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife.

como também higienizando a *identidade* para caber em definições há muito ultrapassadas, regidas por estabilidade, segurança e coerência⁶⁰².

Contrapondo estas duas linhas, propomos neste trabalho que para apreender criticamente as questões que orbitam a identidade é preciso contar com uma teoria da linguagem que lhe seja correspondente. Ou seja, não se trata de abafar a questão por trancá-la em conhecidos porões, tampouco se trata de dividir a sina que carrega um conceito em outros conceitos apenas ligeiramente diferentes, mas, sim, de formular outra *posição* desde onde nosso ponto de vista atinge o objeto. Foi na teoria da *performatividade* que encontramos tal álibi, também na medida em que sua afinidade com a psicanálise está presente desde uma proposição de *temporalidade* e *consistência*. Ainda que o interjogo entre ambas as regiões conceituais tenha apenas começado a vir em maior evidência, já contamos com autores de peso que sustentam e defendem tal afinidade – entre eles Jairo Gerbase⁶⁰³, Shoshana Felman⁶⁰⁴, Barbara Cassin^{605,606} e a própria Judith Butler, com os quais esperamos futuramente poder dialogar mais diretamente. Por hora, pesquisar junto aos fundamentos desses dois campos nos impulsionou a poder ler a complexidade entre *falante, eu, sujeito e posições*, que acaba por retirar a *identidade* de seus lugares comumente estabelecidos.

E qual é a identidade possível para a psicanálise? Que posição ocupa o psicanalista? A psicanálise é uma práxis por onde o ato de fala não depende de um respaldo com os fatos ou com uma noção objetiva de verdade. Da mesma forma nos ensina Austin que um *performativo* é pautado pelo paradigma da *felicidade*, ou seja, das efetivações da fala na realidade e de seus laços necessários com a personalidade do falante. Assim, aqui ressaltamos os pontos de *identidade* entre o pensamento lacaniano e austiniano através do que Cassin lembra pela queda dos fetiches *verdade-falsidade* e *valor-fato*⁶⁰⁷. Tal oposição será *sempre* importante de reafirmar, porque ela se atualiza de

⁶⁰² Fatores todos que Stuart Hall localiza como pertencendo a um segundo tempo de entendimento das identidades – a saber, da *identidade sociológica*.

⁶⁰³ Gerbase, A (2015). *Atos de fala em psicanálise*. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico.

⁶⁰⁴ Felman, S. (1983/2002). *The scandal of the speaking body*. California: Stanford University Press.

⁶⁰⁵ Cassin, B. (2012). *Jacques, o Sofista*. São Paulo: Autêntica.

⁶⁰⁶ Cassin, B. (2018). *Quand dire, c'est vraiment faire*. Paris: Fayard.

⁶⁰⁷ *Idem*, p. 24.

diversas formas tanto a partir da teoria como no imbricamento desta à escuta. Tautologicamente, pensamos que desta cópula da *psicanálise* com teoria da *performatividade*, advém um *psicanalista performativamente advertido*, que recolhe para si *uma possível* teoria da linguagem dentre as tantas que são ofertadas operar pela psicanálise – na maioria das vezes ofertadas apenas implicitamente.

Igualmente, a partir dessa última afirmação percebemos o quanto a própria psicanálise, não muito diferente de outros casos, é um campo em disputa. A teoria da *performatividade* também representa o vazio da forma, do significante e do sistema da língua, significando que aquilo que uma nomeação estenografa – *psicanálise*, no caso –, não só pode como *vai* ser reconstruída e reafirmada de acordo com linhas politicamente concorrentes, ganhando outros contornos e outras consistências. Portanto, na *posição* de pesquisador que coube constituir-se no exercício desta dissertação, refletimos oportuno defender que teorias exógenas à psicanálise pudessem *fazer contágio*, *fazer empréstimo de significantes*, *fazer identificação* – e assim performativamente atestar uma identidade para a psicanálise

* * *

Em uma das aulas proferidas no seminário do *Sinthome*, um espectador esboça talvez indignado uma pergunta à Lacan. O questionamento ia no sentido de questionar por que o palestrante sempre se utilizou e abusou de uma infinidade de equívocos languageiros, em relação aos os conceitos com os quais trabalhara em seu percurso, mas que em momento algum escandiu e fez do *Impossible* – noção tão cara àquela sua etapa de teorização – em *Un-possible*⁶⁰⁸. Pensamos que se em um primeiro momento a *identidade* parecesse impraticável de se sustentar dentro do panorama da psicanálise, especialmente quando tomada pelos impossíveis da ‘indivisibilidade’ e ‘perenidade’, quando tomada em sua complexidade é sua efetiva possibilidade de articulação que entra em jogo.

Do Impossível ao Um-possível da identidade.

⁶⁰⁸ “Je m’attends toujours à ce que vous jouiez sur les équivoques. Vous avez dit : Y a d’l’Un, vous nous parlez du Réel comme impossible. Vous n’appuyez pas sur Un-possible. À propos de JOYCE vous parlez de paroles imposées... Vous n’appuyez pas sur le Nom-du-Père, comme Un-posé.” (Stafferla, p.85, *Le Sinthome*).

Notas de Tradução

1 – “as possibilidades da transformação de gênero são encontradas na relação arbitrária entre tais atos, na possibilidade de um tipo diferente de repetição, na quebra ou repetição subversiva daquele estilo.”

2 – “Considerando a prevalência do slogan ‘linguagem ordinária’, e de tais nomes como ‘linguística’ ou ‘filosofia analítica’ ou ‘a análise da linguagem’, uma coisa precisa ser especialmente enfatizada para prevenir mal-entendidos. Quando examinamos o que devemos dizer quando, quais palavras devemos usar em quais situações, nós estamos olhando novamente não *meramente* para palavras (ou ‘significados’, quaisquer eles possam ser) mas também enquanto as realidades que usamos as palavras para falar sobre: nós estamos nos valendo de uma consciência afiada das palavras para afiar nossa percepção do fenômeno – apesar deste não ser o árbitro final. Por essa razão, eu penso que pode ser de melhor uso, para esse jeito de fazer filosofia, um nome menos enganoso que os dados acima – por exemplo, ‘fenomenologia linguística’, ainda que seja um bocado complexo.”

3 – “a característica empírica da ciência linguística é atestada pelo fato que ela trabalha sobre exemplos.” e “O nome específico do dado observável em linguística é o exemplo.”

4 – “Eu lembro estar andando em uma rua em Berkeley e uma criança se apoiou em uma janela e perguntou, ‘Você é lésbica?’ Bem diretamente. Eu respondi, ‘Sim, eu *sou* uma lésbica’ Eu retornei afirmativamente. Foi um momento completamente impulsivo. Foi uma interpelação vinda do nada. É claro, o que quem pergunta tal coisa está realmente perguntando é. “Você é essa coisa que eu tenho medo e detesto? Você se atreve a dizer sim para essa coisa que você aparentemente é, pelo menos baseado no que você se parece? E eu tenho poder o suficiente sobre você tanto que eu agora estou procurando expor você através da questão que eu coloco para você.’ Na medida em que eu fui capaz de rapidamente virar e dizer, “Sim, eu sou uma lésbica’, o poder do meu interrogador foi perdido. Meu questionador ficou um tanto chocado, tendo escutado alguém corajosamente, orgulhosamente se apropriar do termo – alguém que ocupa maior parte da sua vida desconstruindo o termo em outros contextos. Foi uma coisa muito poderosa de se fazer.”

5 – “No foi que eu autorei aquele termo: eu recebi um termo e o devolvi; eu o re-joguei, o reiterei. De quem foi aquele ato de fala? É meu ato de fala? É de outra pessoa? Eu recitei um ato de fala de outra pessoa como meu próprio? Eu o extendi? Estávamos nós em uma conjunção estranha naquele momento – como que refazendo a linguagem juntos? Foi como meu interrogador estivesse dizendo, ‘Ei, o que fazemos com a palavra *lésbica*? Devemos usá-la?’ E eu disse, ‘Sim, vamos usá-la *desse* jeito!’ Ou foi como meu interrogador pendurado fora da janela dissesse, ‘Ei, você acha que a palavra *lésbica* pode ser apenas usada em uma maneira derogatória na rua?’ E eu disse, ‘Não, ela pode ser apropriada na rua! Junte-se comigo!’ Nós estávamos tendo uma negociação.”

6 – “Depois de ter recebido o nome próprio, se é sujeito a ser nomeado outra vez. Nesse sentido, a vulnerabilidade para ser nomeado constitui uma condição constante do sujeito falante. E se alguém fosse compilar todos os nomes que esse alguém já foi chamado? Eles não se apresentariam como um dilema para a identidade? Alguns deles cancelariam o efeito de outros? Alguém se encontraria fundamentalmente dependente de um conjunto de nomes em tensão para derivar um senso de si mesmo? Alguém se encontraria alienado na linguagem, encontrando si mesmo, nos nomes endereçados desde outro lugar? Assim, como Benveniste mostrou, a condição mesma de possibilidade para devir um “eu” na linguagem permanece indiferente ao “eu” que alguém devém. Quanto mais alguém

procura por si mesmo na linguagem, mais esse alguém se perde precisamente lá onde é procurado.”

7 – “A reavaliação de termos tal como ‘queer’ sugere que a fala pode ser ‘retornada’ para o falante em uma forma diferente, que pode ser citada contra seu propósito original, e performar uma reversão de efeitos. Mais abrangentemente, então, isso sugere que o poder mutante de tais termos marquem um tipo de performatividade discursiva que não é uma série discreta de atos de fala, mas uma cadeia ritual de ressignificações cuja origem e fim permanecem não fixadas e não fixáveis. Nesse sentido, um ‘ato’ não é um acontecimento momentâneo, mas um certo nexos de horizontes temporais, a condensação de uma iterabilidade que excede o momento que ocasiona.”

8 – “Que tal linguagem carregue trauma não é uma razão para proibir seu uso. Não há como purificar a linguagem do seu resíduo traumático, e não há como trabalhar o trauma a não ser através do esforço árduo que é preciso para dirigir o curso de sua repetição. Pode ser que o trauma constitua um tipo estranho de recurso, e repetição – instrumento irritadiço, mas promissor. Antes de tudo, ser nomeado por outrem é traumático: é um ato que precede meu intento, um ato que me coloca em um mundo linguístico no qual eu posso então começar a exercer mesmo uma agência. Uma subordinação fundadora, e ainda uma cena de agência, é repetido no contínuo de interpelações da vida social.”

Referências bibliográficas

Allouch, J. (2007). *A clínica do escrito*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.

Althusser, L. (1970). *Aparelhos ideológicos de estado*. São Paulo: Martins Fontes.

Ambra, P. (2018). Gênero e Identificação. *Stylus*, (35), pp. 35-50.

Arrivé, M. (1999). *Linguagem e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Assoun, P-L. (1978). *Freud, a filosofia e os filósofos*. São Paulo: Francisco Alves.

Austin, J. L. (1957-58). A Plea for Excuses. In: *Philosophical Papers*, pp. 175-204.

- _____. (1962). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Authier-Revuz, J.** (1990). *Heterogeneidade(s) discursiva(s)*. In: Cadernos de Estudos Linguísticos., Campinas, Vol. 19, pp. 25-42.
- Badiou, A.** (2015). *Aventuras da filosofia francesa no século XX*. São Paulo: Autêntica.
- _____. (2017). *Em busca do real perdido*. São Paulo: Autêntica.
- Baz, A.** (2012). *When Words are Called for*. Cambridge: Harvard University Press.
- Beividas, W.** (2009). *Inconsciente e Sentido: ensaios de interface: Psicanálise, Linguística e Semiótica*. São Paulo: Annablume.
- Benveniste, E.** (2005/1946). Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes.
- _____. (2005/1956). A natureza dos pronomes. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes.
- _____. (2005/1958). Da Subjetividade na linguagem. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes.
- _____. (2005/1963). A Filosofia analítica e a linguagem. In: *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes.
- Birman, J.** (2016). *Gramáticas do erotismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J.** (1988) Performative acts and gender constitution. *Theatre Journal*, (40), pp. 519-531.
- Butler, J.** (1993). *Bodies that matter*. New York: Routledge.
- _____. (1990/2003). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1997). *Excitable speech*. New York: Routledge.
- _____. (1997). *Merely Cultural*. *Social Text*, vol. 15, n. 3-4, p. 265-277.
- _____. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, (42), pp. 249-274.
- Cassin, B.** (2012). *Jacques, o Sofista*. São Paulo: Autêntica.

- _____. (2018). *Quand dire, c'est vraiment faire*. Paris: Fayard.
- Cossi, R. K. & Dunker, C. I. L.** (2017a). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (33), e3344.
- _____. (2017b). Psicanálise sem Gênero? (Disponível em <https://pt.scribd.com/document/367472550/Christian-Dunker-Rafael-Cossi-Psicanalise-sem-genero>)
- Cunha, E. L.** (2005). *Indivíduo singular plural - uma crítica psicanalítica das identidades*. Tese de Doutorado, UFRJ.
- Derrida, J.** (1972). Assinatura, acontecimento e contexto. In: *Margens da filosofia* (pp. 349-373). Campinas: Papirus.
- Didier-Weill, A.** (1997). *Os três tempos da lei*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Dunker, C. I. L.** (2017). Em Mariano Daquino. *A Diferença Sexual: Gênero e Psicanálise* (pp. 95-124). São Paulo: Agente.
- _____. (2018). *Discurso e Semblante*. São Paulo: nVersos.
- _____. (2018). O inconsciente em Freud e Lacan In: Um Retorno a Freud. 1 ed. Campinas : Mercado das Letras, 2008, v.1, p. 107-122.
- Eco, U.** (1989) *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Eidelsztein, A.** (2017). Conferência ¿Cómo trabaja un psicoanalista?, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wPrxJPZefhI>
- _____. (2018). *Modelos, esquemas e grafos no ensino de Lacan*. São Paulo: Toro.
- Felman, S.** (1983/2002). *The scandal of the speaking body*. California: Standford University Press.
- Flores, V.** (2013). *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola.
- Foucault, M.** (1969/2017). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freud, S.** (1900/2001) *Interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1900/1987). Interpretação dos sonhos. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. V). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1912/1980). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1914/1980) Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1914/1996). Recordar, repetir e elaborar. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1915/2004). Pulsões e destinos da pulsão. In: *Obras Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. I). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1924/1996). A perda de realidade na neurose e na psicose. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1917/1976). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. XVII). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1921/2016). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM.

_____. (1923/1990). O Eu e o Isso. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1933/1976). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise: A questão de uma Weltanschauung. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXII). Rio de Janeiro: Imago.

Fulgencio, L. (2013). Ampliação winnicottiana da noção freudiana de inconsciente. In: *Psicologia USP*, São Paulo, 2013, 24(1), 143-164.

Furlan, R. (1999). Freud, Politzer, Merleau-Ponty. In: *Psicologia USP* (v. 10, nº 2, pp. 117-138).

Gerbase, A. (2015). *Atos de fala em psicanálise*. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico.

Goldenberg, R. (2014). *CARTA ABERTA (o significante como semblante)*. Disponível em: <https://ricardogoldenberg.com.br/2014/08/23/significante-semblante/>

Guerra, A. & Vorcaro, A. (2018). *A teoria da nomeação na obra de Jacques Lacan*. Curitiba: Editora CRV.

Hall, S. (2014). Quem precisa de identidade? In: *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais* (org. Tomaz Tadeu da Silva). Rio de Janeiro: Vozes.

_____. (2015). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina.

Hjelmslev, L. (1943). *Prolegomenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.

Jerusalinsky, J. (2014). *A criação da criança – gozo e fala entre a mãe e o bebê*. Salvador: Agalma.

Klein, M. (1952/1986). Algumas conclusões teóricas sobre a vida emocional do bebê. In: *Os progressos da psicanálise* (Org. Melanie Klein). Rio de Janeiro: Zahar.

Krinski, S. S., Madeira, M., & Moschen, S. (2018). As máscaras e a estrutura mítica: verdade ficcional e hiância subjetiva. *Revista Subjetividades*, 18(2), 68-79.

La Tessa, M. (2017) Em Mariano Daquino. *A Diferença Sexual: Gênero e Psicanálise* (pp.43-60). São Paulo: Agente.

Lacan, J. (1966 [1948]/1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1966[1948]/1998). A agressividade em psicanálise. In: *Escritos* (pp. 104-126). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1966[1953]/1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1966[1955]/1998). O seminário sobre "A carta roubada". In *Escritos* (pp. 13-68). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1966 [1958]/1998) A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1966[1958]/1998) A significação do falo. In *Escritos* (pp. 692-703). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1966[1960]/1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo. In: *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1966[1965]/1998). A ciência e a verdade. In: *Escritos* (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1972/2003). O aturdido. In: *Outros Escritos* (pp. 448-497). Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1971/2003). Lituraterra. In: *Outros Escritos* (pp. 15-25). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1975/1998). Conferência em Genebra sobre o sintoma. *Opção Lacaniana*. 23, 6-16.

_____. (1978). *O sonho de Aristóteles*. Disponível em: <https://mclaudiaformigoni.wordpress.com/2016/11/21/primeiro-post-do-blog/>

_____. (1953-54/1986). *O Seminário. Livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1954-55/1985). *O seminário. Livro 2: O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1956-57/1995). *O seminário. Livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1957-58/1998). *O Seminário – Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1958-59/2016). *O seminário. Livro 6: O desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1960-1961/1992). *O Seminário – livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1961-1962/2003). *O seminário. Livro 9: A identificação*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife.

_____. (1962-63/2004). *O seminário. Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1964/1985). *O Seminário – Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1968-1969). *O Seminário – Livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1969-70/1992). *O seminário. Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1971/2009). *O seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1972-73/1985). *O seminário. Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1975-76). *Le Sinthome*. Disponível em: (<http://staferla.free.fr/S23/S23%20LE%20SINTHOME.pdf>)

Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001) *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Lévi-Strauss, C. (1976). *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Marçal, A. C. (2013). Lacan leitor de Politzer: elementos filosóficos em torno da fundamentação de uma psicologia concreta. In: *Pólemos* (v. 2, n. 3). Brasília.

Marcondes, D. (1990). Apresentação. In: *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Miller, J-A. (2005). *Silet: os paradoxos da pulsão*. Rio de Janeiro: Zahar.

Milmann, E. (2014) *Poética do letramento: Escrita, corpo, linguagem*. São Paulo: Kuzuá.

Milner, J-C. (1989). *Introduction à une Science du Langage*. Paris: Editions du Seuil.

Olson, A.; Worsham, L. (2000). *Changing the subject: Judith Butler's politics of radical resignification*. In: JAC Vol. 20, No. 4, pp. 727-765.

Otoni, P. (1990). *John Longshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem Humana*. Tese de doutorado, UNICAMP.

Pinto, J. P. (2009). *Atos de autoria: assinaturas, rasuras, rupturas*. In: Revista investigações, Rio de Janeiro, Vol. 22 (pp. 103-110), nº 1.

Poe, E. A. (2003). *A carta roubada e outras histórias de crime e mistério*. Porto Alegre: L&PM.

Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Lisboa: Editorial Presença.

Quinet, A. (2017). Em Rivera, T., Celes, L. A. M. & Sousa, E. L. (Orgs.) *Coleção ensaios brasileiros contemporâneos: Psicanálise* (pp. 391-403). Rio de Janeiro: Funarte.

Rodulfo, R. (2001). Para una desconstrucción del (complejo de) Edipo y su emplazamiento em el psicoanálisis tradicional. *Natureza humana* , 3(2), pp. 215-231.

Rodrigues, C. (2012). Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitura de J. Derrida. *Sexualidade, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, 10, (pp. 140-164).

Rolnik, S. (1997). *Toxicômanos de identidade*. Conferência na X Documenta, Kassel.

Rorty, R. (1967). Metaphilosophical Difficulties of Linguistic Philosophy. In: *The Linguistic Turn*. Chicago: The University of Chicago Press.

Roudinesco, E. (2011). *Lacan, a despeito de tudo e de todos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Safatle, V. (2008). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2012). *Grande Hotel Abismo*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2017). *Introdução a Jacques Lacan*. São Paulo: Autêntica.

Salih, S. (2002). *Judith Butler e a teoria queer*. São Paulo: Autêntica.

Saussure, F. (1916/2012). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.

_____. (2004). *Escritos de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.

Searle, J. (1969). *Speech Acts*. New York: Cambridge University Press.

Sibilia, P. (2016). *O show do Eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Silva, T. T. (2014) A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais* (org. Tomaz Tadeu da Silva). Rio de Janeiro: Vozes.

Simanke, R. (2005). Nem filósofo, nem antifilósofo: notas sobre o papel das referências

filosóficas na construção da psicanálise lacaniana. *Natureza humana*, 7(1), 9-58. (p. 18).

Soler, C. (2018). *Rumo à identidade*. São Paulo: Aller.

Starnino, A. (2018). *Entre o couro e a carne: Jacques Lacan e a questão da identidade e identificação*. Dissertação de mestrado, UNICAMP.

Teixeira, M. R. (2017) A diferença entre Butler e Lacan acerca da diferença sexual. (Disponível em: <http://www.agalma.com.br/wp-content/uploads/2017/12/Oitava-aula-do-curso-Os-gozos-2017.pdf>).

Woodward, K. (2014). *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais* (org. Tomaz Tadeu da Silva). Rio de Janeiro: Vozes.

Zizek, S. (2005). *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.